



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE -
PPGCom

TAIANNE SANTOS MOREIRA DE SOUZA

O JORNALISMO ECONÔMICO E A COBERTURA DA PREVIDÊNCIA NOS
ANOS DE DISCUSSÕES DAS REFORMAS

PALMAS, TO
2019

TAIANNE SANTOS MOREIRA DE SOUZA

O JORNALISMO ECONÔMICO E A COBERTURA DA PREVIDÊNCIA NOS
ANOS DE DISCUSSÕES DAS REFORMAS

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) como requisito parcial para elaboração da Dissertação com vistas à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto

PALMAS, TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S729j Souza, Taianne Santos Moreira de.

O Jornalismo Econômico e a cobertura da Previdência nos anos de discussões das reformas. / Taianne Santos Moreira de Souza. – Palmas, TO, 2019.

184 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
- Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em
Comunicação e Sociedade, 2019.

Orientador: Antônio José Pedroso Neto

1. Jornais impressos. 2. Jornalismo Econômico. 3. Previdência. 4. Reforma da Previdência. I. Título

CDD 302.2

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

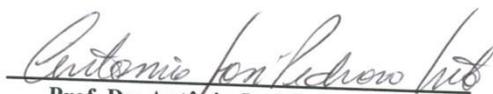
TAIANNE SANTOS MOREIRA DE SOUZA

“O Jornalismo Econômico e a cobertura da Previdência nos anos de discussões das reformas”.

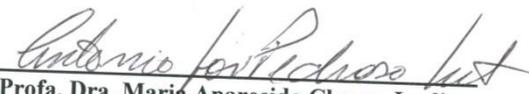
Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Sociedade e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 30/05/2019

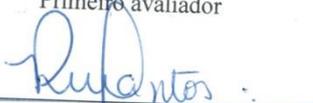
Banca Examinadora:



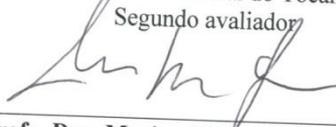
Prof. Dr. Antônio José Pedroso Neto
Universidade Federal do Tocantins
Orientador



Profa. Dra. Maria Aparecida Chaves Jardim
UNESP (videoconferência)
Primeiro avaliador



Profa. Dra. Rosemeire dos Santos
Universidade Federal do Tocantins
Segundo avaliador



Profa. Dra. Marina Halzenreder Ertzogue
Universidade Federal do Tocantins
Terceiro avaliador

Profa. Dra. Liana Vidigal Rocha
Universidade Federal do Tocantins
Suplente

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é fruto de um presente que Deus me concedeu, e é a Ele primeiramente que dedico a esse trabalho.

Agradeço também aos meus pais, Carlito e Eudetina, os meus heróis e maiores incentivadores em tudo que faço; aos meus irmãos Carlânio, Carlos e Kaliny. Ao meu sobrinho Guilherme, que tanto amo, o melhor presente que Deus concedeu a nossa família e agora a minha sobrinha que vai nascer. A minha cunhada e comadre Aline, obrigada pela dedicação concedida a minha família.

Também dedico esse trabalho, ao meu orientador e amigo, Antônio Jose Pedroso Neto, por acreditar nesse projeto de pesquisa e me acompanhar durante muitos anos da minha vida acadêmica passando pela graduação, iniciação científica e agora no Mestrado. Agradeço também aos professores que contribuíram na qualificação e posteriormente na defesa dessa dissertação: Maria Aparecida Chaves Jardim, Rosemeire dos Santos, Veronica Dantas e Marina Ertzogue.

Agradeço também ao amigo, colega do Mestrado e companheiro de pesquisas Vanildo Veloso pelas horas dedicadas a artigos, trabalhos e boas conversas. Também dedico aos meus amigos e companheiros de estudos Rose Dayane e Elvio, pelo incentivo de sempre.

Dedico também as minhas amigas e colegas de profissão Mavia Pinheiro e Jesana de Jesus, pelas boas horas de conversas. Agradeço também ao Pastor Edson, pela dedicação e orações concedida a minha família, no momento em que mais passamos por dificuldades.

SOUZA, TAIANNE SANTOS MOREIRA DE. **O Jornalismo Econômico e a cobertura da Previdência nos anos de discussões das reformas.** 184 f. dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade). Universidade Federal do Tocantins, 2019.

RESUMO

Analisa como os principais jornais impressos brasileiros (Folha de São Paulo, O Globo, o Estado de São Paulo e o Valor Econômico), *locus* de realização do Jornalismo Econômico no Brasil, abordaram a Previdência. Buscou-se perceber se os citados jornais, ao trabalharem essa temática, privilegiaram um determinado modelo em detrimento a outro. Para isso, considera-se a existência de dois modelos: Capitalização e o de Repartição simples. Reúne um conjunto de reportagens analisadas a partir de três períodos: 1998 (ano de discussão e aprovação da reforma de Fernando Henrique Cardoso), 2003 (ano de discussão e aprovação da reforma de Luís Inácio Lula da Silva) e agosto de 2016 a julho de 2017 (principal período de discussão da proposta de Michel Temer). Ao analisar as reportagens buscou-se identificar os enquadramentos, as vozes e os produtores simbólicos. Em relação aos produtores simbólicos, averiguamos que houve uma homogeneidade, visto que em todos os jornais a categoria de maior concentração foi a do campo jornalístico. Já diante do conjunto de enquadramentos, as negociações das reformas da Previdência representadas pela categoria ENERE, tiveram mais destaques em sua totalidade. As análises das vozes não apresentaram resultados homogêneos. Também se observou um quantitativo elevado de matérias que não apresentavam vozes. Aquelas que apresentavam, tiveram como categorias mais expressivas as ligadas aos parlamentares e ao mercado financeiro. De modo geral, enfatizou mais enquadramentos e vozes ligados ao modelo de capitalização.

Palavras-Chave: Análise de enquadramento. Análise de vozes. Jornais impressos. Jornalismo Econômico. Reforma da Previdência.

SOUZA, TAIANNE SANTOS MOREIRA DE. **O Jornalismo Econômico e a cobertura da Previdência nos anos de discussões das reformas.** 184 f. dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade). Universidade Federal do Tocantins, 2019.

ABSTRACT

It aims to analyze how the main Brazilian printed newspapers (Folha de São Paulo, O Globo, the state of São Paulo and the economic value), *locus* of realization of economic journalism in Brazil, approached the welfare. We sought to understand whether the aforementioned newspapers, when working on this theme, favored a certain model over the other. For this, we are considering the existence of two models: capitalization and the simple distribution. We gathered the set of reports analyzed from three periods: 1998 (Approval of the reform of Fernando Henrique Cardoso), 2003 (Approval of the reform of Luís Inácio Lula da Silva) and August 2016 to July 2017 (discussion of Michel Temer's proposal). When analyzing the reports we seek to identify the framing, voices and symbolic producers. In relation to the symbolic producers, we found that there was homogeneity, since in all the newspapers the highest concentration category was that of the journalistic field. Already in front of the set of frameworks, the negotiations of the pension reforms represented by the ENERE category, had more highlights in its entirety. The analysis of the voices did not present homogeneous results. We observed a high quantity of subjects that did not present voices. Those who presented, had the most expressive categories linked to parliamentarians and the financial market. In general, he emphasized more frameworks and voices linked to the capitalization model.

Key-words: Framing analysis. Voice analysis. Printed newspapers. Economic journalism. Pension reform.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Características dos Modelos da Previdência	21
Quadro 2 – Momentos que resultaram nas reformas da Previdência	34
Quadro 3 – Reformas da Previdência.....	35
Quadro 4 – Categorias para análise de enquadramentos nos Jornais	92
Quadro 5 – Categorias para análise de vozes nos Jornais	100
Quadro 6 – Categorias de análise dos Produtores simbólicos.....	114
Quadro 7 – Matérias da Folha de São Paulo	149
Quadro 8 – Matérias do VE.....	162
Quadro 9 – Matérias do OG	169
Quadro 10 – Matérias do OESP	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de matérias nos jornais	87
Tabela 2 – Enquadramentos nos jornais relativos à cobertura da Previdência	116
Tabela 3 – Os enquadramentos sobre a Previdência nos governos	121
Tabela 4 – Vozes presentes nos anos de discussões das reformas.....	125
Tabela 5 – Vozes que falaram sobre a Previdência em cada governo	128
Tabela 6 – Produtores Simbólicos que falaram sobre a Previdência	132
Tabela 7 – Produtores simbólicos que escreveram sobre a Previdência em cada governo	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Análise de Enquadramento
AJEF	Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DRU	Desvinculação das Receitas da União
EAPC	Entidades Abertas de Previdência Complementar
EFPC	Entidades Fechadas de Previdência Complementar
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FSP	Folha de São Paulo
IAP	Instituto de Aposentadorias e Pensões
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IVC	Instituto Verificador de Circulação
LOPS	Lei Orgânica de Previdência Social
MC	Modelo de Capitalização
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MR	Modelo de Repartição
OESP	Jornal O Estado de São Paulo
OG	Jornal O Globo
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PGBL	Plano Gerador de Benefício Livre
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RMV	Renda Mensal Vitalícia
RPC	Regime de Previdência Complementar
RPPS	Regimes Próprios de Previdência Social
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SINPA	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP	Universidade de São Paulo
VE	Valor Econômico
VGBL	Vida Gerador de Benefício Livre

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 SEGURIDADE SOCIAL E A PREVIDÊNCIA	16
2.1 O tripé da Seguridade Social	16
2.1.1 Seguridade Social: o que os autores pensam sobre esse cenário	18
2.2 O sistema previdenciário brasileiro	20
2.3 A Previdência Social na história	21
2.3.1 Previdência Social: o que os autores pensam sobre esse cenário	27
2.4 A Previdência Privada na história	29
2.4.1 Modelos da Previdência Privada na América Latina	30
2.4.2 Previdência Privada: o que os autores pensam sobre esse cenário	31
2.5 As reformas da Previdência na história	32
2.6 Tomadas de posições dos autores em relação às Reformas da Previdência	36
2.7 A Previdência e os enquadramentos midiáticos	37
3 O CAMPO SOCIAL DO JORNALISMO	42
3.1 O campo jornalístico e a produção simbólica	48
3.2 O campo jornalístico e o peso comercial	51
3.3 O campo jornalístico e os conflitos na busca do ideal da objetividade	53
4 O JORNALISMO ECONÔMICO E OS ECONOMISTAS	57
4.1 A formação do campo dos economistas na história	57
4.2 A gênese da Ciência Econômica	60
4.3 O campo dos economistas no Brasil e a ordem simbólica	62
4.4 O Jornalismo Econômico brasileiro e os contextos econômicos na história	65
4.4.1 Jornalismo Econômico no Brasil e suas características	71
4.4.2 As formações acadêmicas dos jornalistas econômicos brasileiros	74
4.5 Considerações sobre os objetos de estudo	75

4.5.1 Folha de São Paulo (FSP)	77
4.5.2 O Estado de São Paulo (OESP)	80
4.5.3 Valor Econômico (VE)	82
4.5.4 O Globo (OG)	83
5 TRAJETÓRIA METODOLOGICA.....	85
5.2 Análise de Enquadramento (AE).....	88
5.3 Análise de Vozes (AV).....	98
5.4 Análise dos Produtores simbólicos	113
6 A COBERTURA DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS NAS REFORMAS	115
6.1 Os enquadramentos das notícias relativas à Previdência nos anos de discussões das reformas.....	115
6.1.1 OG e os enquadramentos dados às notícias referentes à Previdência nos anos de discussões das reformas.....	117
6.1.2 Como o VE enquadrou a Previdência nos anos de discussão das reformas?	118
6.1.3 Enquadramentos utilizados pela OESP nos anos de discussões das reformas da Previdência	119
6.1.4 Enquadramentos presentes na FSP nos anos de discussões das reformas da Previdência.....	120
6.1.5 Como os diferentes governos trataram a temática da Previdência?.....	120
6.2 As vozes presentes nas notícias sobre a Previdência nos anos de discussões das reformas	124
6.2.1 Vozes presentes no OG nos anos de discussão das reformas	125
6.2.2 Vozes presentes no VE nos anos de discussão das reformas.....	127
6.2.3 O espaço dedicado as Vozes no OESP nos anos de discussões das reformas da Previdência.....	127
6.2.4 As Vozes presente na FSP nos anos de discussões das reformas	127
6.2.5 Quais vozes falaram sobre a Previdência em cada governo?.....	128

6.3 Quem foram os produtores simbólicos que discutiram a Previdência nos anos de discussão das reformas?	131
6.3.1 Produtores Simbólicos atuantes em OG nos anos de discussão das reformas da Previdência	133
6.3.2 Produtores Simbólicos atuantes no VE	133
6.3.3 Quais grupos de produtores simbólicos mais se destacaram no OESP nos anos de discussão das reformas?	134
6.3.4 Produtores simbólicos atuantes na FSP nos anos de discussões das reformas da Previdência	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	138
APÊNDICES	149

INTRODUÇÃO

Existem hoje dois Sistemas de Previdência no Brasil: o público (filiação obrigatória) e o privado (complementar e facultativo). Adotam-se dois modelos, a saber: a) o de Repartição simples, no qual o pagamento dos benefícios aos aposentados é feito com o montante arrecadado dos contribuintes; b) Capitalização, no qual o benefício é concedido através de um fundo individual, aplicado geralmente por instituições financeiras (FALEIROS, 2000; GENTIL, 2003).

Essa contextualização inicial é importante, visto que os jornais tratam de determinados temas mais do que outros. No caso da Reforma da Previdência, a imprensa pode se revelar mais pertinente a um modelo em detrimento ao outro, ou ainda, apresentar diferentes enquadramentos. Nesse sentido, os jornalistas dão voz a diferentes agentes da sociedade que se posicionam favoravelmente a algum dos dois modelos de previdência. Logo, o presente estudo parte das seguintes indagações: Quais Vozes foram privilegiadas pelos agentes da informação, durante a cobertura desses assuntos? Quem são os produtores simbólicos, ou seja, quem assina esses materiais nos jornais, jornalistas ou profissionais de outros campos? Quais enquadramentos foram dados pelos grandes jornais de circulação nacional, em relação à temática das Reformas da Previdência? Consideram-se como unidade de análise as matérias de quatro grandes jornais impressos brasileiros: Folha de São Paulo, Valor Econômico, O Estado de São Paulo e O Globo.

Considera-se 3 (três) períodos: o primeiro, 1998, ano chave de discussão das votações e a aprovação da Reforma de Fernando Henrique Cardoso; o ano de 2003 com a reforma de Lula; e o terceiro momento, que compreende agosto de 2016 (quando Michel Temer assumiu o cargo de Presidente, após o processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff) até julho de 2017, para assim contemplarmos 1 (um) ano para cada um dos governos. É importante explicar que embora a ex-Presidenta Dilma Rousseff tenha imposto durante o seu governo a necessidade de reforma, o projeto não chegou a ser enviado ao Congresso, em razão do processo de *impeachment*, por isso, optamos por não analisar esse período.

Considerou-se, nesse trabalho, que o termo “reforma” é normativo e está ligado às mudanças. Deste modo, este estudo se justifica pelo fato de que as reformas da Instituição Previdência Social ao longo dos anos, além de terem impactado os seus beneficiários, também foram palcos de discussões na mídia. Foi possível investigar e relacionar o que os diferentes

campos, sobretudo dos jornalistas econômicos e economistas, disseram sobre as principais reformas.

Existem diferentes modalidades de saberes em jogo nas investigações feitas sobre o conhecimento em jornalismo. Os Jornalistas de Economia, por exemplo, estão inseridos em uma estrutura social para desenvolver suas carreiras profissionais que exige que estabeleçam relações tanto com outros jornalistas, quanto com agentes de outros campos, em especial, o dos economistas. Dessa maneira, para esse estudo, utilizou-se conceitos ligados a diferentes áreas como a Sociologia Econômica, Economia e a própria Comunicação, em especial, ao jornalismo. A possibilidade de promover discussões relacionando as citadas áreas reforça a importância do presente estudo.

Considera-se que hoje, no Brasil, existem dois regimes previdenciários: o modelo 1 da Repartição (MR), de caráter contributivo e obrigatório; e o modelo 2, da Capitalização (MC), complementar e facultativo. Trata-se de construções teóricas sobre mudanças ou reformas na Previdência. Mas afinal, como a imprensa trabalha esses dois sistemas? A partir dessa inquietação, o presente estudo parte do seguinte problema: o jornalismo econômico faz uso de quais tipos de enquadramentos ao noticiarem os modelos previdenciários? Para tanto, acredita-se que esses discursos interferem na relação entre o universo midiático, sobretudo o do jornalismo econômico, com o campo dos economistas.

David Morley (1976) considera que os enquadramentos conceituais e ideológicos básicos, através dos quais os acontecimentos são apresentados e, em consequência, recebem um sentido dominante, são mais importantes que o equilíbrio jornalístico. Logo, pode-se afirmar que no jornalismo há recorrências diferenciadas de enquadramentos, vozes e produtores simbólicos. No que tange às reformas da Previdência, Gentil (2006) vai mostrar, por exemplo, que as instituições privadas como bancos, seus fundos de Previdência e as seguradoras, reafirmam o Modelo 2. Assim, desenvolveu-se as seguintes hipóteses:

- a) O Jornalismo Econômico brasileiro cobriu os três períodos (reformas de Lula e FHC e a proposta de Temer), com enquadramentos predominantes no modelo 2;
- b) A produção simbólica dos jornalistas especializados em economia é homóloga a dos economistas ou do campo econômico ao definirem os enquadramentos dados às notícias ligadas à Previdência;
- c) Através das Vozes, a mídia legitima a defesa da necessidade de reforma para reafirmar o modelo 2.

O objetivo geral dessa pesquisa empírica é compreender de que forma os principais jornais impressos do Brasil (Folha de São Paulo, Valor Econômico, O Estado de São Paulo e O Globo) abordaram as discussões das Reformas da Previdência. Para cumpri-lo foi necessário atender aos seguintes objetivos específicos:

- a) Verificar os possíveis argumentos dos agentes do M1 e M2;
- b) Analisar o conteúdo desses jornais para explicitar os enquadramentos;
- c) Averiguar se houve uma padronização nos enquadramentos dos quatro jornais;
- d) Reconhecer quantitativamente (por meio da estatística de frequência), a presença das Vozes privilegiadas nas matérias analisadas;
- e) Identificar quem, além dos jornalistas, escreveu sobre a Previdência nos jornais analisados e a quais campos de atuação eles pertencem;
- f) Analisar se os produtores simbólicos, em especial os economistas, tendem mais para um ou outro modelo.

A base teórica desse trabalho discute como funciona o campo do Jornalismo e o do Jornalismo Econômico. De modo geral, desenvolve-se discussões ligadas ao poder simbólico; *habitus*; heteronomia; autonomia; e o campo social do jornalismo e suas relações com outros campos sociais, especialmente o econômico. Além disso, aborda um histórico do jornalismo econômico brasileiro atrelado aos campos econômicos e dos economistas.

O capítulo 2 apresenta a gênese da Previdência, direito social que, ao longo da história, foi marcado por diferentes propostas de reformas e mostra que a discussão sobre ela (Previdência) não é recente. Parte-se, portanto, de uma contextualização que versa sobre os estudos de Teixeira (1990; 2004), Pereira (2000), Silva (2004), Gentil (2006), Santos (2008), Monnerat e Souza (2011), Silva (2011; 2012), dentre outros. Esses autores, com suas análises e levantamentos históricos, reforçam o entendimento do cenário da Seguridade e da Previdência no Brasil. Mobilizou-se também referências da própria Constituição brasileira.

Ainda no capítulo 2, dialogou-se com Cechin (2002); Ferreira e Souza (2008); dentre outros. Por meio de Faleiros (2000), Grun (2003) e Gentil (2006), se traça um quadro geral das características que tangem os dois modelos da Previdência: Repartição e Capitalização. Além disso, teceu-se uma gênese dos autores que defendem e os que contrapõem o discurso de *déficit* ao trabalharem as reformas da Previdência. Por fim, a partir do olhar sociológico de Jardim (2003), discutimos panoramas e contrastes da Previdência Privada em relação a Social. Em suma, buscou-se descrever, no segundo capítulo, o que a literatura produziu de conhecimento sobre o assunto.

Considera-se que o jornalismo constrói e participa de relações de poder, bem como, veicula e enquadra as publicações intencionalmente ou não. Deste modo, o capítulo 3 traz uma visão geral da noção de campo como perspectiva, princípio e mecanismo das práticas profissionais e comerciais envolvidos nesse processo. O terceiro capítulo traz, ainda, as propostas teóricas de *habitus*, que podem ser entendidas como sistemas de disposições estabelecidos por meio de uma estrutura reproduzida exterior. Esses conceitos subsidiaram o entendimento das tomadas de posição dos agentes atuantes no meio jornalístico, visto que dependerão, principalmente, da posição dos agentes dentro do campo.

O trabalho traz o debate acerca do campo social do jornalismo a partir de Bourdieu (1974; 1989; 1992; 1993; 1996; 1997; 2002; 2007; 2008). O autor contribui para o entendimento das relações entre as estruturas objetivas dos campos sociais. Tanto aquelas incorporadas (disposições ou *habitus*), quanto as tomadas de posições ou escolhas dos diferentes agentes ligados aos diferentes capitais que possuem. Considera-se, do mesmo modo, outros conceitos vinculados à produção simbólica, que se dá dentro e entre os diversos campos, para só assim, traçar um panorama de como é construída a rotina produtiva do campo jornalístico.

Para obter uma visão geral dos estudos sobre o jornalismo, ainda no terceiro capítulo, recorre-se a Schudson (1992; 1995; 2011). Discute-se, do mesmo modo, a objetividade como ritual estratégico das atividades desenvolvidas por esses profissionais utilizando os conceitos de Tuchman (1992, 1999a, 1999b). Já Thompson (1998; 2007; 2008) traz à luz as discussões concernentes às tendências que norteiam a indústria da comunicação e as que tratam do impacto da mídia na sociedade. Recorre-se, por fim, a Weber (2014) e seus estudos do campo jornalístico enquanto instituição pertencente a uma estrutura social. Além dos autores supracitados, mobiliza-se outros.

Tendo em vista que os jornalistas produzem sentidos e discursos em relação à vida econômica, no capítulo 4, desenvolve-se a discussão quanto ao desenvolvimento e panorama histórico do Jornalismo Econômico no Brasil. A escolha de estudar esse tipo de jornalismo se deve às experiências dos pesquisadores, frutos de projetos empíricos desenvolvidos anteriormente. Deste modo, mobilizam-se diferentes autores como: Pedroso Neto (2012; 2015), Quintão (1987), Kucinski (1991, 1996), Lene (2006; 2009a; 2009b), Basile (2002), Caldas (2003), Abreu (2003; 2005), dentre outros. Estes, juntos, trazem a ideia de como esse campo segmentado se posiciona em relação aos demais.

Ainda no citado capítulo, há uma seção que se discute como se desenvolveu o espaço dos economistas no Brasil. Por meio de Lebaron (2012), traça-se uma gênese da ordem simbólica da ciência econômica atual e, em diálogo com Coats (1997), desenvolve-se a contextualização dessa ciência. Através de Loureiro (1997; 2006) e Kluger (2011; 2017) discute-se a formação e as características do campo dos economistas. Já com Bourdieu (2005), delinea-se um panorama da ciência econômica. Ademais, apresenta-se um panorama de como se desenvolveu cada um dos jornais analisados, desde suas implementações até os dias de hoje, e suas principais características¹.

No capítulo metodológico, apresentam-se os mecanismos objetivos de coleta e sistematização do material de pesquisa. Além disso, aborda-se a importância e a aplicabilidade de trabalhar cada um dos tipos de análise, a saber: Vozes; Produtores simbólicos (quem assina as matérias) e Enquadramento, nesse último caso, foram consideradas as ideias de Goffman (1974; 2008), David Morley (1976), Gamson e Modigliani (1989), Entman (1993), Porto (2004), Azevedo (2004; 2006), Mendonça e Simões (2012). As Vozes são trabalhadas a partir de Baktin (1998), Biroli e Mantovani (2010), dentre outros.

O capítulo 6 apresenta os dados coletados pela pesquisa empírica nos quatro objetos de estudo e as discussões possibilitadas pela análise dos dados. Ademais, versa como os principais veículos impressos no Brasil, trabalharam a questão da Previdência no período estudado; quanto aos enquadramentos noticiosos; às vozes utilizadas para reforçarem os discursos; e quem foram os produtores simbólicos (assinantes das matérias) desses conteúdos. Com isso, buscou-se atender aos objetivos e à problemática do estudo em questão.

¹ Levantamento desenvolvido a partir do conteúdo disponibilizado no interior dos sites desses jornais, além da apresentação feita por autores como Abreu (2005), Azevedo (2006), dentre outros.

2 SEGURIDADE SOCIAL E A PREVIDÊNCIA

Desenvolveu-se, ao longo desse capítulo, as principais características que tangem a Seguridade Social, a Previdência Privada, Previdência Social e os modelos dos Regimes previdenciários. Utilizou-se, para essa discussão, os estudos de Boschetti (2004), Gentil (2006), Monnerat e Souza (2011), Silva (2011), dentre outros autores. Desenvolveu-se, ainda, em diálogo com Zanella *et al* (2014), a contextualização dos modelos de Regime Previdenciário e a chamada desapontadoria ou desapontação por tempo de contribuição.

De modo geral, as seções a seguir trabalham os conceitos que tangem o tripé da Seguridade Social e o que pensam os autores acerca desse Sistema. Em seguida, trabalha-se a contextualização e a gênese da Previdência (parte integrante da Seguridade Social) e objeto principal desse estudo. Por fim, sintetiza-se os dois modelos típicos da Previdência e apresenta-se um breve histórico do sistema previdenciário, bem como o das reformas ocorridas no Brasil.

2.1 O tripé da Seguridade Social

Silva (2011) afirma que no final de 1987 e início de 1988, os trabalhos da comissão de sistematização da implementação da Seguridade Social no Brasil foram duramente criticados pelo Presidente José Sarney. Boschetti (2003) lembra que essa comissão possuía três subcomissões: direitos dos trabalhadores e servidores públicos; saúde, seguridade e meio ambiente; negros, populações indígenas, pessoas com deficiências e minorias. Deste modo, destaca-se o tripé que, em outubro de 1988, a Constituição Federal ² previu para a Seguridade Social brasileira, a saber: Saúde, Assistência Social e a Previdência Social (Artigo 194), financiados, direta ou indiretamente, por toda a sociedade (Artigo 195). Gentil (2006) afirma que foi apenas nesse ano que se desenhou o embrião de um efetivo sistema universal e redistributivo.

A respeito do conceito e da aplicabilidade do sistema da Seguridade Social, Teixeira (2004) define como uma proteção oferecida aos trabalhadores em caso de perda de sua força de trabalho por: velhice, acidente, doenças ou por condições sociais adversas³. Segundo

² BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

³ Entende-se como condições sociais adversas aquelas ligadas a questões econômicas ou resultantes da impossibilidade de ter acesso aos mercados formais de trabalho

Gentil (2006), quando é considerado reduzido o nível dos salários e as transformações na distribuição de renda, amplia-se a importância da Seguridade Social. Quanto ao significado desse sistema hoje, no Brasil, pode-se dizer que é marcado pela visão de contrato social com nuance de seguro privado. O objetivo principal é estabelecer princípios que gerem cidadania e um padrão de vida aceitável (SILVA, 2011).

Segundo o artigo 195 da Constituição Federal, a Seguridade Social é financiada pelas contribuições sociais (pela empresa, empregador ou alguma entidade, que incidem sobre os salários, receitas ou faturamentos) e pelo orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. As receitas próprias são oriundas das contribuições dos trabalhadores e também de taxas como: a Contribuição para o financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), administradas pelo Ministério da Fazenda e depositadas no Banco Central (GENTIL, 2006).

Mas afinal, onde vão parar esses recursos? De que forma são aplicados? Segundo Gentil (2006), uma parte é desviada e utilizada no pagamento de despesas financeiras e correntes do orçamento fiscal, ou seja, não recebem nenhuma aplicação e podem ainda, ficarem retidos na Conta Única do Tesouro. De modo geral, pode-se compreender que, em relação à Seguridade Social, parte de seus recursos financia o orçamento fiscal. É importante lembrar que por lei é permitido desvincular apenas 20% das receitas de contribuições sociais para outros gastos, mas na prática não é o que ocorre, mas sim uma desvinculação superior ao que é de fato permitido (GENTIL, 2006).

A Seguridade no Brasil é, para Boschetti (2004), um sistema híbrido, que conjuga e mescla direitos resultantes e dependentes do trabalho (Previdência Social), com o caráter universal (saúde) e direitos seletivos (Assistência Social). Dos três eixos que constituem a Seguridade Social, o presente trabalho se aprofundará apenas na Previdência, porém destaca-se uma breve conceituação da Assistência Social e Saúde.

Uma das principais características da Seguridade Social, previstas nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal, é a garantia do acesso universal as ações e aos serviços de saúde, independente da condição do segurado. Exemplo disso é o Sistema Único de Saúde (SUS). A arrecadação, nesse caso, se dá através das contribuições sociais. Já a Assistência Social, prevista pelos artigos 203 e 204 da Constituição, busca a seleção, prevenção e eliminação de vulnerabilidades sociais. O que, para Silva (2011), possui um caráter não contributivo. Monnerat e Souza (2011), por sua vez, reconhecem que essa organização adquiriu o estatuto de política pública, o que possibilitou o rompimento com o assistencialismo. Para Silva

(2011), há uma tendência à centralidade da Assistência Social e de seu uso político e ideológico para legitimar o poder, diminuir a pobreza e o desemprego.

2.1.1 Seguridade Social: o que os autores pensam sobre esse cenário

A presente seção traz um levantamento do que a literatura tem produzido acerca do Sistema da Seguridade Social. Iniciando com Gentil (2006), para quem existe uma “falsa crise” (grifo nosso) no Sistema de Seguridade Social brasileiro. Argumento construído por meio de uma análise financeira no período entre 1990 a 2005. O mapeamento dos dados se deu por meio de relatórios da execução orçamentária emitidos pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal e as informações disponibilizadas nos sites dos Ministérios da Previdência; Fazenda; do Planejamento; além do Banco Central. Os resultados da investigação de Gentil (2006) levaram a conclusão de que esse sistema é financeiramente autossustentável e pode, ainda, gerar recursos excedentes. Diante desse cenário, a autora discorre que teria hoje bases de financiamentos sólidos e altamente suficientes para atender os gastos e gerar um *superávit*.

O levantamento feito por Gentil (2006) revelou que no período compreendido entre 2000 a 2005, o *superávit* retirado da Seguridade Social superou o gasto anual com a saúde pública no Brasil. Se esse excedente tivesse sido, de fato, investido nas demandas da saúde, resultaria em uma mudança na oferta dos serviços. Nesse sentido, se faz importante destacar que o *superávit* da Seguridade é agrupado ao orçamento geral da União, o que implica nos elevados *superávits* primários. Ainda de acordo com a autora supracitada, o desequilíbrio está no orçamento fiscal e não na Seguridade Social, ou seja, o *déficit* está no montante de recursos que o governo emprega no pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Gentil (2006) identificou isso em um estudo compreendido no período de 1990 a 2000. Em suma, pode-se dizer que os recursos são desviados para o orçamento fiscal e assim, os reais objetivos da Seguridade Social são deixados de lado, principalmente pelo governo (GENTIL, 2006).

Ainda de acordo com Gentil (2006), a Seguridade Social se apoia no princípio dos benefícios como um direito da cidadania⁴, de modo que, só assim, poderia dar conta de encarar as carências da população. Para Faleiros (2000), esse sistema conserva as disparidades salariais e não é capaz de redistribuir rendas. Ademais, Silva (2011) afirma que o significado da Seguridade Social no Brasil está desgastado e o seu *superávit* negado. Além disso, enfatiza que os saldos de caixa da Seguridade Social são positivos, embora parte dos recursos seja desviada. Os maiores desvios ocorrem em função da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para favorecer o cumprimento de compromissos do Governo Federal com os serviços da dívida.

Pereira (2000, p. 85) resume a Seguridade Social brasileira como um sistema “sem a necessária unicidade e organicidade conceitual, institucional e financeira”. O mesmo autor fala também de um desmonte das políticas de garantias sociais, o que resulta nos cortes de programas e a diminuição dos benefícios da Seguridade Social. Esse sistema representa, hoje, de acordo com Silva (2011), um avanço no que tange as políticas sociais. Ao mesmo tempo, a autora afirma que atualmente, no Brasil, não existe um sistema estruturado e consistente de Seguridade Social. Na verdade, trata-se de um cenário frágil, especialmente no que se refere aos direitos previdenciários vinculados ao trabalho (SILVA, 2011).

Portanto, segundo o argumento de Monnerat e Souza (2011), a Seguridade Social acaba por esbarrar em políticas adversas, além de se confrontar com a complexidade de problemas da sociedade. Tais questões dificultam a promessa integradora da proposta. Nesse sentido, os mesmos autores destacam que, em relação ao financiamento da Seguridade, foram previstas diferentes fontes orçamentárias de modo a obter um caráter mais redistributivo. No entanto, não se garantiu que os recursos definidos pela Constituição fossem a ela destinados.

Com isso, se fez possível compreender o Sistema da Seguridade Social como um todo. Agora, parte-se para a contextualização teórica de uma das partes que integra esse Sistema: a Previdência. Desenvolve-se essa discussão, na seção a seguir, em diálogo com Cechin (2002), Gentil (2006), Monnerat e Souza (2011), dentre outros autores.

⁴ Carvalho (2001) discorre que quando se fala em cidadania é importante frisar que se trata de direitos civis, fundamentais à vida e à igualdade perante a lei. O autor se baseia nos conceitos de Marshall e afirma que corresponde a um fenômeno complexo (Sobre esse assunto ler: CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro, 2001).

2.2 O sistema previdenciário brasileiro

Como já mencionado, a Previdência faz parte do tripé da Seguridade Social. A principal condição para o acesso a esse sistema, segundo Silva (2011), é a capacidade de contribuição dos trabalhadores. Esta, por sua vez, está ligada à renda desses cidadãos. Gentil (2006) vai dizer que a Previdência Social visa repor a renda daqueles trabalhadores que, por motivos de acidente ou por outras razões justificáveis, foram impedidos de participarem do mercado de trabalho e do processo de produção. Deste modo, evitar-se-ia a pobreza da classe trabalhadora. Monnerat e Souza (2011) enfatizam a ideia de contribuição ao explicar que exige uma base atuarial para garantir certa sustentabilidade.

Nesse sentido, reforça-se o papel do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Trata-se de um sistema público que atende aos trabalhadores do setor privado e aos Regimes Próprios dos Servidores Públicos da União e que, de acordo com Gentil (2003), normatiza as contribuições sociais. A atual Constituição brasileira prevê, aos trabalhadores que compulsoriamente contribuem para a Previdência Social, direitos aos benefícios oferecidos pelo INSS (LAVINAS, ARAÚJO, 2017; ZANELLA, *et al*, 2014). São eles:

a) Aposentadoria: no Brasil, ela se concretiza, atualmente, por três formas: invalidez, idade ou por tempo de contribuição (35 para homens e 30 mulheres). Os trabalhadores têm o valor do INSS descontado nas folhas de pagamentos. A contribuição previdenciária é de caráter obrigatório e, tanto o Estado quanto o empregador, realizam aportes à Previdência (GENTIL, 2006; ZANELLA *et al*, 2014);

b) Auxílio-doença: benefício eventual ou temporário (SILVA, 2011);

c) Salário-maternidade: renda mensal paga pela empresa, cujo valor será compensado no recolhimento das contribuições previdenciárias sobre a folha de salário (SOUZA, 2008);

d) Auxílio-reclusão: concedido aos dependentes de segurados de baixa renda (SILVA, 2011). É importante frisar que, nesse caso, o segurado que está em reclusão precisa ter uma renda familiar igual ou inferior a R\$1.364,43 e estar contribuindo, na data da prisão, para que os dependentes recebam o benefício;

e) Pensão por morte: é pago aos dependentes em razão da morte do segurado (SOUZA, 2008).

No Brasil, é previsto pela Constituição Federal que cada Estado possua capacidade de instituir suas regras e contribuições específicas em relação à Previdência Social. Também

estabelece dois polos ou modelos de Previdência, considera-se, no presente trabalho, como M1 (Repartição simples) e M2 (Capitalização). O quadro a seguir traz, de forma simplificada, as principais características que qualificam cada um dos modelos, a partir dos estudos de Faleiros (2000), Grun (2003), Gentil (2006) e Rocha (2015).

Quadro 1 – Características dos Modelos da Previdência

Modelo de Repartição	Modelo de Capitalização
Solidariedade - os segurados ativos contribuem para o pagamento dos benefícios dos inativos (FALEIROS, 2000; GRUN, 2003; ROCHA, 2015)	Individualidade - os segurados contribuem para o seu próprio benefício. O montante é aplicado hoje para ser sacado no futuro (GRUN, 2003; GENTIL, 2006).
Natureza redistributiva e assistencial (GENTIL, 2006)	Beneficia os interesses do capital (ROCHA, 2015).
É gerido pelo Estado (GENTIL, 2006)	Segue as regras do Mercado Financeiro.

Fontes: Faleiros (2000), Grun (2003), Gentil (2006) e Rocha (2015).

Portanto, diante da existência de dois modelos de previdência e dos debates por trás de cada um deles, busca-se compreender se a mídia aborda mais um modelo em relação ao outro. Além disso, hoje, há dois regimes básicos e um complementar (GENTIL, 2003), a saber:

- a) O Regime Geral da Previdência Social (RGPS);
- b) Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);
- c) Regime de Previdência Complementar (RPC) ou Previdência Privada.

A seguir, nas seções seguintes, esses regimes e modelos serão explicados. Elas, trarão o histórico e a contextualização conceitual dos dois tipos de Previdência, dos modelos e dos regimes previdenciários. Faz-se necessário apresentar quando surgiu esta esfera da vida coletiva criada pelo Estado. Desenvolveu-se as mudanças da Previdência a partir de autores como Marques *et al* (2003), Jardim (2003), Teixeira (2004), Gentil (2006), Nakahodo e Savoia (2008), Silva (2011), dentre outros estudos que trazem esse panorama.

2.3 A Previdência Social na história

Todo objeto ou acontecimento é fruto de uma construção histórica. Deste modo, ao se estudar a Previdência, seja ela pública ou privada, é preciso considerar as principais mudanças

ao longo do tempo, o contexto e as conjunturas históricas envolvidas nesse processo. Conforme Jardim (2003), a origem das primeiras atividades de Previdência no Brasil é bem mais antiga do que se presume: remonta o período da colonização. Do Brasil-Colônia ao Império já se falavam em instituições previdenciárias privadas e públicas. Contudo, a Previdência Social brasileira se estrutura entre 1920 e 1970 (SILVA, 2011). Antes disso, eram os próprios operários que criavam suas associações de socorro mútuo. A aposentadoria nasceu, portanto, da necessidade de proteção dos indivíduos, a partir das incertezas e inseguranças em relação ao futuro (JARDIM, 2003). Em 1923, por meio de um projeto conhecido como Lei Elói Chaves, foram criadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para os trabalhadores de empresas ferroviárias. Essa organização se concretizou como a primeira instituição previdenciária criada no país, a *Great Western* (SILVA, 2011).

Nos anos de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, a estratégia foi criar os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), estas eram controladas pelo Estado e buscavam abranger as diferentes categorias profissionais e ampliarem a cobertura previdenciária (COHN, 1995; JARDIM, 2003; GRUN, 2005; GENTIL, 2006; SILVA, 2011). Nesse mesmo período, criou-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio com os objetivos de nortear e dirigir o funcionamento da Previdência Social, além de estabelecer novas relações com os sindicatos (JARDIM, 2003; GENTIL, 2006; SILVA, 2011). Desde essa década, ampliou-se a regulação do trabalho, o que refletiu na expansão dos direitos trabalhistas e, conseqüentemente, da Previdência Social (SILVA, 2011).

Considera-se que no Brasil a Previdência foi estruturada, principalmente, a partir da década de 1940. O sistema adotado até os dias de hoje, é centrado no **Modelo de Repartição (MR)**. Esse modelo é também conhecido como Regime Orçamentário e é de caráter contributivo. Nesse caso, os pagamentos dos aposentados são feitos a partir da quantia arrecadada dos contribuintes (FALEIROS, 2000; SILVA, 2008; ZANELLA *et all*,2014). Em suma, os ativos financiam os inativos (SOUZA, 2008).

Para entender o Modelo de Repartição, pode-se fazer uma analogia com o princípio da “reciprocidade”. Para isso, recorre-se a Mauss (2003). O autor explica que se trata de uma relação na qual, à medida em que a reciprocidade atua sobre doadores e receptores, invertem-se os papéis, e, assim, alteram-se os lugares originais da cena. A essência da reciprocidade, de acordo com o autor, é atender ao tripé de dar, receber e retribuir. No caso da Previdência, a ideia é contribuir hoje para que a relação de reciprocidade se estabeleça de uma geração para outra.

Izerrougene (2009) explica que no **Modelo de Repartição** as gerações mais numerosas de aposentados ficam à cargo de uma geração cada vez mais reduzida de contribuintes. Por outro lado, Marques *et al* (2003) afirmam que existe uma relação positiva à medida em que cresce a entrada de contribuintes e os pagamentos dos benefícios se restringem às aposentadorias por invalidez e às pensões por morte. Visto que os contribuintes em idade ativa subsidiam os recursos para pagamentos dos benefícios para as gerações futuras, Marques *et al* (2003) explicam essa que essa relação decresce quando uma parcela significativa dos contribuintes atinge a idade mínima para requerer aposentadoria ou cumprem a carência de contribuição.

A estruturação do modelo de Previdência adotado no Brasil ganhou novas alterações. Conforme Gentil (2006), em 1960 foi criada a Lei Orgânica de Previdência Social (LOPS) para unificar a legislação no que concerne aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP). A Previdência voltada aos trabalhadores rurais, segundo Silva (2011), teve início em 1963 com a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural. E, em 1966, de acordo com Jardim (2003), tem início o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) para agregar todas as instituições previdenciárias – que mais tarde se tornaria o INSS – o qual substituiu o modelo de capitalização pelo de repartição simples. Ainda nessa década, em 1967, se deu a unificação das aposentadorias do setor privado sob um fundo público único administrado pelo governo. O que, de acordo com Nakahodo e Savoia (2008), serviu como base para o Regime Geral. Portanto, o período compreendido entre 1960 e 1968 ficou caracterizado pela uniformização dos critérios de acesso e manutenção dos direitos previdenciários (SILVA, 2011).

Por volta dos anos de 1970, a Previdência Social passou a incorporar grupos que, até então, não eram atendidos. Pode-se citar, por exemplo, os assalariados urbanos; os empregados domésticos (Lei nº 5.859 de 1972); e os trabalhadores autônomos (Lei nº 5.890 de 1973) (JARDIM, 2003; GENTIL, 2006). Para Faleiros (2000), essas inclusões se deram de forma tardia. Por volta de 1974, foram beneficiados com uma renda mensal vitalícia (RMV) de um salário mínimo os idosos pobres com idade superior a 70 anos e inválidos que tivessem contribuído com a Previdência por, no mínimo, um ano e depois perdido a qualidade de segurado (GENTIL, 2006; SILVA, 2011).

Os anos de 1970 também foram caracterizados pela criação de duas instituições que movimentaram o cenário da Previdência no Brasil. Em 1974, se deu a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) (SILVA, 2011). Três anos depois surge o

Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). Este, passou a integrar as funções de manutenção de benefícios, dos custeios de programas, gestões financeiras e funções administrativas da Previdência e Assistência Social (GENTIL, 2006).

Em relação aos anos de 1980, Teixeira (2004) afirma que as contas da Previdência Social foram impactadas pela quebra do padrão de financiamento da economia brasileira em função da desestruturação dos mecanismos públicos. Ferreira e Souza (2008) indicam que, também nessa época, a Previdência foi atingida pela crise financeira internacional e pelas pressões da população que reivindicavam medidas redistributivas. Diante desses acontecimentos, Jardim (2003) afirma que é nesse momento que se começa a falar em crise da Previdência. Até 1988, Silva (2011) afirma que o modelo da Previdência Social adotado no Brasil dependia exclusivamente do trabalho assalariado e apresentava uma cobertura vinculada ao nível de emprego. A partir de então, se deu o acesso dos trabalhadores informais à Previdência Social, o que os tornou dependentes dos trabalhos assalariados formais.

Em julho de 1991, foi instituído o **Regime Geral da Previdência Social (RGPS)**. Trata-se de um sistema destinado aos trabalhadores para que eles se vinculem, mediante contribuição, e vinculem também seus dependentes. Gerenciado pela União, tem suas políticas executadas pelo INSS (GENTIL, 2006; SILVA, 2011; ROCHA, 2015). Nakayodo e Savoia (2008) explicam que a regulação e administração dessa estrutura caberiam ao Ministério da Previdência Social. Com o RGPS, quanto maior for a taxa de desemprego e reduzidas as contribuições em função de baixos salários, menores serão as condições do Regime de proteger os trabalhadores (SILVA, 2011). Ele segue a seguinte lógica: se há crescimento de emprego com carteira assinada e uma melhoria dos rendimentos médios, conseqüentemente, o acesso a esse regime é expandido. Se por outro lado, houver retração dessa forma de trabalho, ocasionará na redução da cobertura. Esse é o regime mais propício às variações da economia e do mercado de trabalho, visto que a sua composição de contribuintes é mais variada (SILVA, 2011).

Gentil (2003) explica que o Fundo do RGPS tem como fonte de receita as contribuições sociais dos empregadores e trabalhadores sobre a folha de salários, além do próprio Estado. O RGPS é um sistema constituído, em grande parte, por uma parcela de contribuintes cuja renda mensal varia entre 1 e 2 salários mínimos (SILVA, 2011). No caso das mulheres, a partir dos anos 2000, constatou-se o crescimento da participação delas na cobertura previdenciária por esse Regime. Isso demonstra estar havendo, aos poucos, uma ampliação no “trabalho protegido” (grifo da autora) (SILVA, 2011). Também têm direito à

proteção previdenciária Jovens com idade entre 14 e 16 anos, atuantes no mercado na condição de aprendizes (SILVA, 2011).

No Regime Geral da Previdência Social brasileiro vigora o sistema de **Repartição Simples** (SILVA, 2011; ZANELLA, *et al*, 2014). Nele, distribui-se parte da renda de um período dos trabalhadores ativos para cobrir os gastos com benefícios dos inativos (os já aposentados). Em outras palavras, depende da razão de uma dependência previdenciária na qual se considera a relação entre o número de beneficiários e o de contribuintes. Deste modo, as próximas gerações, além dos empregadores e do próprio Estado, financiarão os benefícios dos que estão contribuindo hoje (FERREIRA, SOUZA, 2008; IZERROUGENE, 2009).

Silva (2011) explica que, com o crescimento do desemprego e dos trabalhos ligados à informalidade nos anos de 1990, a cobertura previdenciária sofreu uma queda brusca. Jardim (2003) afirma que esse período foi marcado pelo debate da crise da Previdência Social. Gentil (2006) por sua vez, afirma que no sistema previdenciário, no período compreendido entre 1990 a 2005, houve uma situação mais tranquila do que se imagina. Assistiu-se, nesse período, alguns raros momentos de *déficit*, mesmo com a política econômica recessiva que conduziu a resultados desfavoráveis tanto no nível de produção quanto no mercado de trabalho (GENTIL, 2006).

Ainda dos anos de 1990, Nakayodo e Savoia (2008) esclarecem que, apenas na segunda metade desse período, a sustentabilidade do sistema previdenciário passou a se destacar no âmbito político. Os autores afirmam ainda que a partir de 1994, o equilíbrio da macroeconomia e o fim do imposto inflacionário, resultaram no aumento dos gastos previdenciários. Gentil (2006), explica por meio do Anuário Estatístico da Previdência Social, que em 1997 mais de 40% da população era formada por contribuintes de sistemas previdenciários.

A Lei de nº 9.717 de 1998 estabeleceu as normas dos **Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)**. Estes foram destinados aos servidores públicos civis da União, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios, além dos militares e organizados pelos indivíduos federados, com a supervisão da União. A gerência do RPPS coube ao Ministério da Previdência Social (SOUZA, 2008). Trata-se de um sistema que estabelece uma relação entre a administração pública e seus funcionários, financiado por contribuições específicas de seus beneficiários (GENTIL, 2003). É importante destacar que não fazem parte desse regime os empregados das empresas públicas, agentes políticos, servidores temporários ou de cargos de confiança. Estes são, portanto, pertencentes ao RGPS. Por fim, no que tange a década de

1990, têm-se, segundo Gentil (2006), a reestruturação do INSS em 1999. Nesse momento, ele ganha o formato e objetivo que vemos hoje: o de arrecadação das contribuições e de conceder os benefícios da Previdência Social.

Dos anos 2000, destaca-se a criação de um Fundo do Regime Geral da Previdência Social, criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (GENTIL, 2006). Possibilitou-se, com isso, limitar as fontes de arrecadação dos recursos previdenciários às contribuições de trabalhadores e folhas salariais das empresas (SILVA, 2011). Em 2006, de acordo com Nakhodo e Savoia (2008), os Regimes Próprios corresponderam a uma média de 60% do *déficit* do sistema, enquanto que o Regime Geral da Previdência Social foi equivalente a 40% do total (NAKAHODO, SAVOIA, 2008).

Entre os anos de 2008 e 2009, apesar da crise do capital no Brasil, Silva (2011) indica que a Previdência Social conquistou uma expansão de sua cobertura, em razão da melhoria dos indicadores relacionados ao mercado de trabalho. Uma das estratégias do governo nesse contexto foi à instalação de 720 novas agências da Previdência Social em todo o país (JARDIM, SILVA, 2015). Além disso, manteve-se o consumo em níveis satisfatórios para o capital, mediante a elevação dos valores dos benefícios (SILVA, 2011).

Zanella *et al* (2014) afirmam que, entre 2007 e 2010, tramitaram pela Câmara propostas de projeto de lei que regulassem o direito de renúncia à aposentadoria por tempo de contribuição e especial, sem que houvesse prejuízo para a contagem do tempo de contribuição. Em 2016, a desaposentadoria ou desaposentação, ou seja, a revisão da aposentadoria, passou a ser realidade para alguns aposentados no Brasil. Todavia, no mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente. Ainda assim, esse é um tema em discussão até os dias de hoje.

Desaposentadoria, segundo Zanella *et al* (2014), se refere ao momento no qual o segurado do INSS se aposenta, mas mantém atividade no mercado de trabalho formal. A partir de então é solicitada a revisão dos valores da aposentadoria em razão do aumento do período contributivo. Nesse caso, incorporam-se nos cálculos do benefício, as contribuições executadas durante o seu período de trabalho complementar e, de acordo com os autores, estariam enquadrados a pleitearem uma nova aposentadoria no futuro, visto que permanecem contribuindo com a Previdência como qualquer outro segurado. Zanella *et al* (2014) explicam que o tempo de quitação da dívida previdenciária coincide com o de vida das pessoas. A devolução do benefício faria com que o aumento fosse adiado por no mínimo 12 anos. A

desaposentação, para os autores, só seria vantajosa para aqueles que vivessem pelo menos entre 13 e 22 anos posterior a solicitação da desaposentadoria.

Em 2015, passou a valer a fórmula 85/95. O segurado que atingisse esse modelo, no qual a soma da idade e do tempo de contribuição deveria ser de 85 (mulheres) e 95 (homens), conquistaria a aposentadoria integral, sem a incidência do fator. Nesse caso, não tinha desconto no fator previdenciário, índice que reduz o valor do benefício de quem se aposenta cedo. A partir do dia 31 de dezembro de 2018, houve uma mudança no cálculo da renda de aposentadoria. Institui-se a fórmula 86/96, ou seja, 86 anos de idade e 30 de contribuição para mulheres e 96 anos de idade e 35 de contribuição para os homens. Destaca-se aqui que em janeiro de 2019, o teto do INSS passou de R\$ 5.645,80 para R\$ 5.839,45.

2.3.1 Previdência Social: o que os autores pensam sobre esse cenário

Pode-se dizer que a Previdência delimita fronteiras sociais, econômicas e políticas. A presente seção traz um levantamento acerca desse tema. Em diálogo com Silva (2011), discute-se os entraves para a universalização da cobertura da Previdência Social no Brasil. A discussão também será feita dialogando com outros autores como Teixeira (1990); Faleiros (2000); Cechin (2002); Gentil (2006) e Ferreira e Souza (2008).

Em relação à Previdência Social brasileira, Faleiros (2000) diz se tratar de um instrumento político de mobilização e democracia, mas também de autoritarismo e controle, como ocorreu durante o golpe de 1964. De outro modo, Silva (2011) argumenta que a Previdência brasileira é uma política social impermeável ao controle democrático. Monnerat e Souza (2011) defendem que ela é também caracterizada por uma trajetória técnica e política hermenêutica, o que não teria beneficiado propostas de ação ou propagado mudanças, referentes à integração entre diversas áreas de políticas sociais. Por outro lado, Ferreira e Souza (2008) reforçam que a Previdência Social brasileira se apresenta como um importante instrumento de política pública e assim, torna-se sustentação da economia de pequenos municípios que apresentam baixa renda. Diante dessa perspectiva, Teixeira (1990) afirma que a Previdência é um mundo de atraso e miséria, pois a sua clientela, na grande maioria, não tem outro apoio que não seja esse.

Silva (2011) defende que ampliaram os entraves relacionados à organização do trabalho e conseqüentemente, no ingresso à Previdência Social fatores como: desemprego; a carência da renda de grande parte dos trabalhadores; o crescimento da informalidade; a falta

de acesso aos trabalhos assalariados estáveis; os trabalhos precarizados e os crescentes incentivos governamentais à ampliação dos fundos de pensão. Silva (2011) traz uma análise da desestruturação do trabalho e da cobertura desse sistema no Brasil. A autora defende que o grande número de trabalhadores sem vinculação à atual Previdência Social reflete no papel das forças produtivas no capitalismo que se sustentam pelo padrão de acumulação em escala mundial. Os efeitos, nesse caso, são a precarização do trabalho, a queda na renda média mensal dos trabalhadores, e principalmente, o desemprego.

Dentre os fatores que geram o que Silva (2011) chama de “(des) caminhos da universalização da Previdência Social” (grifo nosso) estão: em primeiro lugar, o ingresso tardio dos setores médios da sociedade (geralmente entre 25 e 30 anos) no mercado, que se constituíram em conjunturas referentes à organização do trabalho; e, em segundo lugar, a entrada precoce (muitas vezes, antes de completarem 18 anos e na sua maioria, com trabalhos precarizados) dos pobres nos mercados de trabalho para atender às suas necessidades.

Santos (2008) trabalha a ideia de que o discurso promovido pelos diferentes Governos de *déficit* ou ainda de uma dívida ativa da Previdência Social, confrontou o modelo de Seguridade Social, no qual o orçamento está sujeito ao controle público. Deste modo, os cálculos da racionalidade econômica e financeira passaram a considerar o que deveria estar disponível ou o quanto o Estado estaria disposto a proporcionar. Ou seja, envolve questões relativas a gastos e à arrecadação (SANTOS, 2008).

Gentil (2006) afirma que seria um erro dizer que a Previdência Social brasileira sofre de algum tipo de *déficit*, em sua perspectiva, trata-se de um *superávit*. A autora afirma que uma parcela das receitas da Previdência é desviada para aplicações em outras áreas pertencentes ao orçamento fiscal (para compensar a carga de juros). Para tal afirmação, Gentil (2006) traz os dados apresentados pelo INSS, pelas estatísticas da Previdência Social, Ministério da Previdência e Assistência Social. Estes apontam um *déficit*, em 2004, de R\$ 32 bilhões e em 2005 de R\$ 37,6 bilhões. Para justificar e dar uma melhor visualização desse cenário, a autora explica que, ao contabilizar as fontes de recursos da Previdência e ao deduzirem as despesas – incluindo os gastos com pessoal, custeio, dívidas do setor, além dos gastos não-previdenciários – o resultado seria, por exemplo, excedente de recursos no caixa do INSS. O que pode ser traduzido como um superávit de R\$ 8,26 bilhões em 2004 e de R\$ 921 milhões em 2005 (GENTIL, 2006). Deste modo, a autora é categórica ao dizer que esses dados não são divulgados como o resultado real da Previdência Social.

A seguir é apresentado um breve levantamento do que alguns autores já escreveram sobre a Previdência Privada no Brasil.

2.4 A Previdência Privada na história

O Regime de Previdência Complementar (RPC) ou Previdência Privada corresponde a uma aposentadoria que garante ao trabalhador ou ao beneficiário uma renda extra. Esse regime proporciona um seguro previdenciário facultativo e adicional ao que é oferecido pelo RGPS ou RPPS.

As Caixas de aposentadorias e pensões, mencionadas na seção anterior, foram mantidas pelo **modelo de Capitalização**. Esse modelo, atualmente, é considerado um regime complementar com contribuição definida, ou seja, o valor é acertado já no momento da contratação do plano (LAVINAS; ARAÚJO, 2017). Nesse caso, o trabalhador produzirá um montante necessário para sustentar o seu benefício previdenciário, ou seja, o pagamento da aposentadoria se dará através de um fundo individual aplicado por instituições financeiras (FALEIROS, 2000).

Rocha (2015) explica que, no Brasil, a Previdência Privada foi implementada, nos anos de 1960, sob a forma de fundação de seguridade. Já na década de 1970, com os fundos de pensão. A discussão em torno da regulamentação da Previdência Privada no Brasil teve início em 1972, mas só se concretizou, de fato, com a lei 6.435 de julho de 1977 (JARDIM, 2003; ABREU, MASSONETTO, 2016). O Estado começa a surgir, nesse cenário, com o argumento de que as poupanças geradas pelos fundos de previdência privada seriam investidas na economia do país (JARDIM, 2003). Em 1977, as entidades de previdência privada foram divididas em dois grupos: fechadas e abertas (JARDIM, 2003; SILVA, 2011; ROCHA, 2015; LAVINAS, ARAUJO, 2017):

a) **Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC)**: qualquer pessoa pode participar e se subdivide em duas: a primeira é sem fins lucrativos e a segunda é com fins lucrativos, organizadas como sociedades anônimas. Pode-se dizer que a previdência complementar aberta é incentivada através de deduções tributárias nos impostos de renda das pessoas físicas (JARDIM, 2003; SILVA, 2011; LAVINAS; ARAUJO, 2017). As instituições que oferecem planos individuais de Previdência abertas, como bancos e seguradoras, são fiscalizados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) do Ministério da Fazenda (NAKAYODO E SAVOIA, 2008; SILVA, 2011).

Os Planos de Previdência não estão ligados ao INSS. Os mais comuns são: os VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre – classificados como seguros de pessoas e não são dedutíveis do imposto de renda) e PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre – uma espécie de previdência complementar);

b) **Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) ou Fundos de Pensão**, por sua vez, não podem ter fins lucrativos e são acessíveis exclusivamente aos empregados de uma empresa ou de um grupo de empresas, constituídas sob a forma de sociedade civil ou fundação (ROCHA, 2015).

Grun (2003) afirma que os fundos de pensão das empresas estatais iniciaram a capitalização no Brasil há pelo menos quarenta e cinco anos. Essas entidades são alternativas de investimentos que viabilizam uma aposentadoria complementar aos trabalhadores, além de um auxílio por morte e pensão para a família. São supervisionadas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) (JARDIM, 2003; SILVA, 2011; LAVINAS, ARAÚJO, 2017). É importante destacar, que os fundos de pensão podem ser retirados quando os trabalhadores são demitidos ou saem das empresas.

Em 2003, criou-se o Funpresp (Fundo de pensão dos servidores públicos). Trata-se de um regime complementar de previdência que só se tornou realidade em 2012, quando foi regulamentado no governo de Dilma Rousseff.

A seguir, são destacados alguns modelos da Previdência adotados por alguns países da América Latina.

2.4.1 Modelos da Previdência Privada na América Latina

A presente seção traz os modelos latinos de previdência capitalizada. Em 1981, por exemplo, o Chile se tornou o primeiro país a privatizar o sistema de Previdência durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). O país andino foi pioneiro no modelo de capitalização individual. Na época, a ideia foi baseada nos conceitos do economista Milton Friedman, que era defensor do liberalismo econômico. A Jornalista de economia Suely Caldas explica, na reportagem do O Globo (OG, 20-09-1998), que a migração do sistema público para o privado foi radical, desaparecendo de vez a previdência estatal. Hoje, para se aposentar no país, as mulheres precisam ter a idade mínima de 60 anos e de 65 no caso dos homens.

Em suma, nesse modelo, cada trabalhador faz a sua própria poupança em uma conta individual. Em modelos como esse se faz necessário gerar superávits primários nas contas

públicas para cobrir gastos dos trabalhadores de um regime para o outro. A experiência chilena evidencia os desafios previdenciários.

O Peru fez sua reforma anos em 1992, e estuda, atualmente, aumentar as alíquotas de contribuição. No caso da Colômbia, o país se depara com uma baixa cobertura da capitalização. Já no México, no ano passado, já se falava em propostas de mudanças nos sistemas de aposentadoria para corrigirem falhas. Depois de conhecido um pouco dessa realidade, a seguir, desenvolve-se um panorama do que alguns autores pensam sobre a Previdência Privada.

2.4.2 Previdência Privada: o que os autores pensam sobre esse cenário

Jardim (2003) entende a Previdência Privada enquanto construção social e argumenta que esse tipo de Previdência está imerso em relações sociais e culturais. Esta, é tratada pela autora como um consumo simbólico que gera distinção social no interior da classe média e em relação às outras classes sociais. Assim, acaba por delimitar preocupações que os diferenciem dos seus vizinhos dentro de uma hierarquia social (JARDIM, 2003). Jardim recorre à ideia de *capital* de Bourdieu (1997) para reforçar que o capital cultural se torna um importante elemento de criação da predisposição para demanda pela Previdência Privada. Deste modo, Jardim traz também a ideia de *habitus*, do mesmo autor, para explicar que a demanda por Previdência aparece como uma ação intermediada pelo *habitus* de classe.

Lavinas e Araújo (2017) reforçam que o crescimento da Previdência Privada estimula, ainda mais, a concentração de renda no país. No Brasil, segundo Mesa-Lago (2002), o sistema público continua predominante e o regime privado ocupa papel adicional. Contudo, ao longo do tempo, percebe-se a difusão da crise da Previdência oficial e a propagação da Privada enquanto geradora de segurança e proteção para os trabalhadores e de riqueza para a economia (JARDIM, 2003). Em suma, tem-se um discurso no qual, de um lado está a Previdência Social, tida como a vilã, responsável pelo *déficit* do Brasil. Do outro, situa-se a visão otimista criada acerca da Privada, a qual seria destinada para criar condições de desenvolvimento econômico (JARDIM, 2003).

2.5 As reformas da Previdência na história

Nos anos de 1980 e 1990, os países Latino-americanos passaram a enfrentar o problema que os países desenvolvidos já haviam debatido: a necessidade de reformas na Previdência (NAKAYODO E SAVOIA, 2008; SILVA, 2008). Segundo Silva (2007, 2008) e Mesa-Lago (2002), o aumento das despesas com aposentadorias e pensões no total dos gastos sociais colocou a questão previdenciária no centro da agenda política latino-americana nesse período. Como consequência, segundo os mesmos autores, a Reforma da Previdência foi apresentada como uma das medidas principais de ajuste das economias dos países desses continentes.

Ferreira e Souza (2008) afirmam que a partir de 1995, as contas da Previdência Social passaram a ser deficitárias. No ano em questão, o governo de Fernando Henrique enviou ao Congresso uma Proposta de Emenda Constitucional – PEC 33 – solicitando mudanças na Previdência (JARDIM, 2003; MELO; ANASTASIA, 2005). No entanto, a primeira Reforma da Previdência Social pós Constituição, só viria em 1998 com a Emenda Constitucional de nº 20 (MELO, ANASTASIA, 2005; LAVINAS, ARAÚJO, 2017).

A Reforma da Previdência aprovada em 1998, instituiu a comprovação do tempo de contribuição e eliminando a aposentadoria por tempo de serviço (LAVINAS; ARAÚJO, 2017). Além disso, foi proibido, no RGPS, o recebimento de mais de uma aposentadoria (GENTIL, 2006). Ainda segundo a autora, também ficou determinado que o salário-família fosse destinado somente aos trabalhadores de renda mais baixa. Outras mudanças também foram propostas por Fernando Henrique Cardoso, como a criação de incentivos que visavam à promoção da Previdência Privada. Segundo a autora, o então governo propôs um conjunto de medidas para reduzir o crescimento do tal “*déficit*” (grifo nosso) da Previdência Social (JARDIM, 2003).

Segundo Silva (2011), a referida Emenda Constitucional de FHC, trouxe como uma das principais transformações a ampliação do tempo de permanência no trabalho com a combinação do período de contribuição com uma idade mínima para aposentadoria. Cechin (2002), que atuou como Ministro da Previdência no governo de Fernando Henrique Cardoso, reforça que a linha dessa reforma foi o aumento da idade média de concessão dos benefícios. Institui-se a idade mínima de 48 anos para mulheres e 53 anos para os homens, o que de acordo com o mesmo autor, ocasionou a extensão do período contributivo. Segundo o ex-

ministro, nesse período, registrou-se um *déficit* de R\$ 9,1 bilhões nas contas da Previdência Social (CECHIN, 2002).

Em 1999, durante o segundo governo de FHC e pós-reforma, foi criado o Fator Previdenciário. Este passou a ser aplicado sobre o salário-de-contribuição e é calculado baseado nos seguintes parâmetros: tempo de contribuição, idade e na expectativa de sobrevivência do aposentado (GENTIL, 2006; LAVINAS, ARAÚJO, 2017). Zanella *et al* (2014) lembram que o uso do Fator Previdenciário é obrigatório para as aposentadorias por tempo de contribuição, no entanto, torna-se opcional para aquelas concedidas por idade. Ainda quanto à sua concepção, os autores explicam que há diferenciação por gênero. As mulheres, por exemplo, sofrem um acréscimo de cinco anos no tempo de contribuição, o que colabora para o aumento do valor de seu benefício. Quanto à influência da expectativa de sobrevivência, os índices são atualizados de forma facultativamente linear ao longo dos anos. Assim, quanto mais o segurado adiar sua aposentadoria, mais elevado será o Fator, e conseqüentemente, o valor do benefício (ZANELLA *et al*, 2014).

Gentil (2003) aponta que, em 2003, diferentemente de outros anos pós-1999, de fato, foi constatado um *déficit*, ao se analisar os números do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). E foi, justamente em dezembro desse mesmo ano, que se deu a reforma da Previdência (Emenda Constitucional de nº 41/2003) proposta por Lula (GENTIL, 2006; NAKAYODO, SAVOIA, 2008). Silva (2011) argumenta que essa reforma foi concretizada com o objetivo principal de beneficiar os Fundos de Pensão e as instituições privadas de Previdência. O então Presidente teria, nessa época, enxergado nos fundos de pensão, uma importante peça para montar o seu quebra-cabeça de inclusão social via mercado (JARDIM, 2007; JARDIM; SILVA, 2015).

A reforma de Lula defendia a reestruturação da Previdência, principalmente do setor público, grupo com o qual, Nakayodo e Savoia (2008) destacam que o ex-presidente tem fortes laços históricos. Com isso, buscou promover mudanças para os novos servidores, sem que os atuais fossem prejudicados (GENTIL, 2006; NAKAYODO; SAVOIA, 2008). Essa reforma estrutural provocou no sistema de repartição uma adaptação para os atuais servidores ativos e inativos, além de novas regras para os futuros servidores, próximas às dos trabalhadores do setor privado (GENTIL, 2006). Destaca-se, por exemplo, a proibição de mais de um regime próprio da Previdência Social para os servidores de cargos efetivos. Segundo Lavinias e Araújo (2017), também foi aprovado o fim da aposentadoria integral para o funcionalismo e tornou compulsória a contribuição dos aposentados.

Nakahodo e Savoia (2008) trazem um importante ponto de discussão em relação à reforma de Lula. Segundo os autores, o então presidente, afrontou o sistema judiciário, o que fez com que, juízes e outros agentes desse campo, se sentissem ameaçados com a possibilidade de alterações bruscas em suas aposentadorias.

A seguir, é apresentado um quadro com os principais momentos cronológicos que foram decisivos nas reformas de FHC e Lula. Em relação a essas reformas, Melo e Anastasia (2005) argumentam que o primeiro governo enfrentou mais entraves que o segundo. É possível identificar que Lula passou por poucas votações até a aprovação da reforma e não sofreu nenhuma derrota (MELO, ANASTASIA, 2005). Os mesmos autores enfatizam que a PEC nº 40 (de Lula) expressava uma proposta de reforma mais radical do que a de nº 33 (de FHC). A seguir é apresentado um quadro, desenvolvido a partir de dados de Gentil (2006) e Silva (2011), com os principais momentos que resultaram nas reformas da Previdência de FHC e Lula.

Quadro 2 – Momentos que resultaram nas reformas da Previdência

REFORMA FHC (EC 20/98)	REFORMA LULA (EC 41/03)
1995 – O governo enviou ao Congresso, em abril, uma Proposta de Emenda Constitucional – PEC 33 solicitando a Reforma da Previdência, no entanto, não deu certo. Sofreu resistências, e não foi aprovada (GENTIL, 2006).	2003 – Em abril foi apresentada a proposta de Reforma.
1998- No dia 11 de fevereiro se deu a aprovação no Congresso.	2003 – Em agosto, a Câmara dos deputados aprovou a Reforma da Previdência com modificações.
1998 – Reforma de FHC aprovada em dezembro (SILVA, 2011)	2003 - Em 19 de dezembro se deu a aprovação da reforma no Senado (SILVA, 2011).

Fonte: Gentil (2006) e Silva (2011)

Diante desse cenário, Nakahodo e Savoia (2008) traçam um paralelo das reformas do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1998, e de Lula, em 2003. No primeiro, teve-se que brigar por mais de três anos no Congresso – a proposta foi enviada em abril de 1995 e aprovada somente em dezembro de 1998. O segundo levou menos de um ano para que a emenda fosse aprovada na Câmara e no Senado, e, segundo os autores, contou com o apoio dos partidos (e o PSDB, agora na oposição) que formavam a coalizão no governo de FHC.

Nakahodo e Savoia (2008) afirmam que o primeiro tinha 55% de todo o apoio institucional, já o segundo contava com menos de 37% do suporte dos atores considerados.

Em relação aos aposentados, os autores dizem que esse grupo foi resistente às duas reformas. De forma geral, Nakahodo e Savoia (2008) explanam que as duas reformas tiveram as mesmas motivações: a pressão do *déficit* fiscal. Segundo os mesmos autores, os governos supracitados, enfrentaram as mesmas dificuldades, principalmente no que tange aos jogos de interesses, e compartilharam do mesmo cenário: o Congresso.

Deste modo, para uma melhor visualização das principais alterações das Reformas instituídas por FHC e Lula, desenvolve-se o quadro a seguir, a partir de dados apresentados por Cechin (2002); Jardim (2003); Gentil (2006); Silva (2011) e Zanella *et al* (2014):

Quadro 3 – Reformas da Previdência

REFORMA FHC (EC 20/98)	REFORMA LULA
Ampliação do tempo de permanência no trabalho, a extensão do período de contribuição e a ampliação da idade mínima para aposentadoria. instituiu-se 48 anos para mulheres e 53 para os homens (CECHIM, 2002).	Instituiu o tempo mínimo de contribuição de 35 anos e 60 anos de idade para os homens; no caso das mulheres, 30 anos de contribuição e 55 de idade, com redução de 5% no valor do benefício no caso de antecipação de aposentadoria (GENTIL, 2006).
Criação de incentivos, que visavam à promoção da previdência privada (Jardim, 2003; Silva, 2011).	Objetivo principal: beneficiar os fundos de pensão e às instituições privadas de previdência.
Foi criado o Fator Previdenciário: passou a ser aplicado sobre o salário de contribuição e calculado baseados nos tempos de contribuição, idade e expectativa de sobrevida do aposentado. O uso do Fator Previdenciário é obrigatório para as aposentadorias por tempo de contribuição e torna-se opcional para às concedidas por idade (GENTIL, 2006; ZANELLA <i>et al</i> , 2014; LAVINAS, ARAÚJO, 2017).	A instituição dos fundos complementares passou a depender dos estados, municípios e da União com seus fundos de pensão (GENTIL, 2006). Proibição de mais de um regime próprio da Previdência Social para os servidores de cargos efetivos (GENTIL, 2006).

Fontes: Cechin (2002); Jardim (2003); Gentil (2006); Silva (2011) e Zanella *et al* (2014).

Em 2016, a então Presidenta Dilma Rousseff, defendeu, durante o seu governo, a necessidade de reforma. A proposta previa idade mínima para aposentadoria, mudança de regras para trabalhadores rurais e pensão por morte. No entanto, o projeto foi barrado antes mesmo de ser enviado ao Congresso e ao Senado, em razão do processo de *impeachment*.

Ao assumir o governo, ainda em 2016, o sucessor de Dilma, Michel Temer, retoma essa discussão. Entra em cena a Proposta de Emenda Constitucional, a PEC 287 da Previdência Social (LAVINAS, ARAÚJO, 2017). A referida proposta prevê o aumento da idade mínima da aposentadoria de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres) – nesse caso, todos

deveriam trabalhar no mínimo 25 anos – e acabaria com a possibilidade de aposentadoria exclusivamente por tempo de serviço no INSS. Previa, ainda, o fim da aposentadoria especial para professores e policiais e da proibição de acumulação de aposentadoria e pensão.

Em fevereiro de 2017, foi criada a Comissão especial da Reforma na Câmara dos deputados. Em agosto, se deu a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência. Em novembro do mesmo ano, o deputado e relator da proposta de reforma, Arthur Maia, após reunião com Temer, confirmou a manutenção do tempo mínimo para aposentadoria de 15 anos.

Para tentar garantir a aprovação da Reforma, Michel Temer partiu de dois argumentos: primeiramente, a ameaça de que o envelhecimento da população leve ao colapso do sistema público de aposentadorias. Segundo, defendeu que há de elevar a taxa de poupança das famílias e, com isso, auxiliar no aumento da taxa de investimento (LAVINAS; ARAÚJO, 2017). No entanto, o governo de Temer não conseguiu sequer levar para votação até o fim do mandato no dia 31 de dezembro de 2018.

Na seção a seguir, traça-se uma gênese dos autores que defendem e os que contrapõem o discurso das propostas de Reforma da Previdência. Tenta-se discutir se existem visões diferentes da economia ou dos economistas, além de outros especialistas, nas possíveis justificativas que procuram ir contra ou a favor das propostas de reformas.

2.6 Tomadas de posições dos autores em relação às Reformas da Previdência

A presente seção discute se existem posições diferentes da economia ou dos economistas nas possíveis justificativas das reformas e, se existirem, procurou-se debater as diferentes visões que tentam justificar a reforma ou que se posicionam contrariamente a essas propostas. Traça-se, de modo geral, uma gênese dos que são contra ou a favor. Para tal discussão recorre-se a Jardim (2003); Gentil (2006); Silva (2011); dentre outros autores.

Gentil (2006) e Nakahodo e Savoia (2008), destacam que os diferentes governos, com o argumento de equilibrarem os orçamentos fiscais, propõem e/ou promovem uma série de reformas. Silva (2011) reforça que as reformas constitucionais estabelecidas pelos diferentes governos, conferiram limites de acesso aos direitos previdenciários (SILVA, 2011).

Deste modo, é importante destacar que quando se fala em reforma da Previdência Social, os diferentes governos partem da defesa de um problema demográfico de envelhecimento da população. Ocorrido em consequência do crescimento da expectativa de

vida (em razão, por exemplo, das vacinas e demais avanços na medicina) e da baixa taxa de natalidade. No entanto, de acordo com Gentil (2006), o *déficit* não existe e se investigados os dados estatísticos do Brasil, será possível dizer que não há crise financeira na Previdência Social que justifique reformas.

Gentil (2006) expõe que a opinião pública é influenciada por uma visão negativa da Previdência social que não corresponde à realidade. A autora defende que o discurso de *déficit* torna a Previdência Social alvo de reformas, já que ameaçaria o equilíbrio fiscal dos governos. Discute ainda que a direção de uma reforma deve ser a de angariar fundos para tornar o sistema mais inclusivo e autossustentável, o que depende dos rumos das políticas econômicas.

Em relação à reforma instituída por FHC, Nakayodo e Savoia (2008) argumentam que o objetivo básico era cortar despesas e não expandir a rede de proteção social, como de fato deveria ser. Jardim (2003) afirma que a introdução das medidas da proposta de FHC tinha como objetivo dificultar aposentadorias e eliminar privilégios dos funcionários públicos, de modo a reduzir o *déficit* da Previdência Social.

Silva (2011) diz que as reformas de 1998 e 2003 são exemplos de que a relativa “independência” (grifo da autora), pode sofrer alteração, a depender dos interesses do Estado e principalmente, das pressões exercidas pelas forças produtivas (SILVA, 2011). Quanto à proposta de Temer, Lavinhas e Araújo (2017) afirmam que sugere mudanças que fragilizam o desenho e a cobertura da Previdência Social.

No que diz respeito à reforma do presidente Jair Bolsonaro, pode-se dizer que, se for aprovada, pode aumentar a corrida da população em torno da previdência privada, o que dará garantia pública à previdência complementar. Deste modo, destaca-se aqui, que o próprio termo “reforma” apresenta um cunho estruturalista, relativo à mudança, até mesmo porque no caso da previdência social, acaba por envolver a estrutura produtiva da economia de um país.

2.7 A Previdência e os enquadramentos midiáticos

Importantes momentos da política e economia brasileira trouxeram as reformas da Previdência Social como pautas da grande mídia. A presente seção traz um levantamento do que a literatura diz acerca das principais posições do campo midiático em relação à Previdência e às diferentes propostas de reforma que nortearam os governos. Para tal discussão, utilizam-se os estudos de Jardim (2003); Gentil (2006); dentre outros autores.

Deste modo tenta-se entender quais as posições da imprensa em relação às reformas da Previdência.

Jardim (2003), ao trabalhar a crise da Previdência Social na imprensa, mostra que esse assunto está presente nas discussões no campo do jornalismo através dos noticiários que trazem as mudanças introduzidas pelo Congresso. A autora analisou as Revistas Exame e Visão no período de 1970 a 1979, por meio de um levantamento empírico e sistemático do conteúdo veiculado pela imprensa em relação aos dois tipos de Previdência.

Com esse estudo, a autora supracitada identificou que a discussão da Previdência privada iniciou, nos meios de comunicação, em 1972 e chegou ao Congresso quatro anos depois, momento em que foi elaborado um projeto de lei quanto a sua regulamentação. Nos anos de 1970, os jornalistas tiveram dois tipos de enquadramentos principais em seus textos: a divulgação das falências das instituições que trabalhavam nesse setor e o das vantagens dos fundos de pensão. Durante esse período, a imprensa divulgou fraudes e irregularidades desse mercado, desgastando a imagem dessas entidades (JARDIM, 2003).

Ao trabalhar a influência da mídia sobre os destinos da Previdência Social, Jardim (2003) salienta que a mídia foi importante na criação do mercado da Previdência Privada. Em 1975, a Revista Visão defendeu a regulamentação desse tipo de Previdência e a consolidação da Previdência fechada. A imprensa “comprou” (grifo da autora) a ideia de superioridade dos fundos de pensão (JARDIM, 2003). A autora também observou como a imprensa conduziu o debate sobre a regulamentação da Previdência Privada.

Jardim (2003) também realizou um levantamento nas revistas Exame, Veja, IstoÉ e Isto É Dinheiro, no período entre 1996 a 2002, para entender como foi trabalhada a crise da Previdência Social e o fomento da privada. A partir de 1998, as revistas passaram a trazer para a discussão, as Vozes da academia, principalmente economistas e sociólogos que ampliaram esse diálogo e sustentaram o discurso. A autora avaliou as formas de comunicação com a sociedade, incluindo outros meios de comunicação como a TV. Notou-se, por exemplo, que a Veja adotou um enquadramento favorável à Reforma e contrário a Previdência Social (JARDIM, 2003).

Pode-se dizer, portanto, que a Previdência Privada ganhou a imprensa como importante aliada para a criação de sua imagem, visto que passaram a assinalar a substituição do modelo de repartição pelo de capitalização. Com isso, pode-se dizer que as diferentes áreas da comunicação: o Jornalismo, o *marketing* e a publicidade, ajudam a fomentar os interesses e criam uma crença em torno da Previdência Privada (JARDIM, 2003).

Nakahodo e Savoia (2008) defendem que a grande mídia teria alterado o debate, à medida que mantinha o assunto na agenda política e colocava a questão previdenciária como solução para os problemas fiscais. Influenciando, assim, a opinião pública durante a reforma do governo Lula em 2003. Segundo os mesmos autores, a imprensa também subsidiou um ambiente para a discussão sobre a reforma das aposentadorias do setor público.

Ainda do Governo Lula, Silva (2004) e Nakahodo e Savoia (2008) afirmam que, logo após a posse do Presidente, a imprensa fomentou um movimento a favor da reforma realizada. Esse desencadeamento se deu por meio de menções ao próprio programa de governo, no qual a Reforma da Previdência estava entre as prioridades. Silva (2004) destaca que a Revista Exame argumentou, em 2003, que o *déficit* é uma espécie de “ralo” do dinheiro público. Já a Revista Veja teria apontado como o grande causador do desequilíbrio das contas públicas no país.

Jardim (2003) afirma que a imprensa, ao divulgar assuntos relacionados à Previdência complementar, também “compra” o discurso defendido pelo governo de que esse mercado é uma alternativa diante de uma crise da Previdência Social. Uma vez que ele subsidia a médio e a longo prazo, a geração de renda e qualidade de vida para os trabalhadores, além da criação de empregos. Hoje, segundo a autora, a Previdência Privada e a imprensa estão fortemente ligadas, pois os meios de comunicação divulgam as vantagens, como forma de proteção aos trabalhadores.

Ainda de acordo com Jardim (2003), a imprensa teria subsidiado a criação de uma demanda voluntária da Previdência Privada e que tinha a classe média como foco. A mídia, segundo a autora, traz os benefícios desse tipo de previdência, dados de crescimento do setor e argumentos sobre a necessidade de aquisição desses planos como alternativas a tal “crise” (grifo da autora) da Previdência Social. Nas reportagens analisadas por Jardim, notou-se que havia a necessidade de reforçar que não há possibilidade de se manter o padrão de vida com a aposentadoria oferecida pelo Estado.

[...] os setores comerciais da imprensa nacional descobriram um mercado potencial de classe média, investiram na propagação da crise da Previdência social e fomentaram o debate sobre a previdência privada. [...] de forma geral, a imprensa tem abordado a falência irremediável da previdência social e apresentado um discurso de urgência acerca da reforma da previdência (JARDIM, 2003, p. 101-102).

Gentil (2006, p. 27), ao analisar a Folha de São Paulo, declara que a mídia impressa noticia dados trágicos com uma linguagem dramática quando se refere à Previdência Social. A autora destaca, ainda, que os jornais utilizam da fala de especialistas para avaliarem as contas públicas provocadas por uma falência e pelo tal *déficit* orçamentário da Previdência, tanto ao que se refere à Seguridade Social quanto à própria previdência (discurso amplamente sustentado pela grande mídia, de acordo com Gentil). Acerca dessa perspectiva, a autora afirma:

Diante dessa avalanche de avaliações sombrias massificadas pela mídia, não é de se estranhar que pessoas comuns, políticos e até pessoas respeitáveis do meio acadêmico acreditem que é preciso, urgentemente, fazer a reforma da previdência para resolver um problema financeiro gravíssimo (GENTIL, 2006, p. 27-28).

Deste modo, Gentil (2006) enfatiza que essa falácia da mídia, segundo seus termos, vem “contaminando” os demais campos. A autora afirma que a imprensa dissemina persistentemente a ideia de crise, à medida que reforça o discurso de uma “farsa” chamada “*déficit* da Previdência”, uma espécie de cálculo distorcido formulado pelo mercado de finanças. Assim, revela-se pouca autonomia do campo jornalístico diante de outros campos, o que ajuda a sustentar as nossas hipóteses.

Teixeira (2004) defende que a imprensa, juntamente com os intelectuais e políticos, criaram um consenso da necessidade de reforma da Previdência Social, sem ao menos entender ou discutir do que de fato se trata. Esses agentes criam o discurso de que as políticas voltadas à retomada do crescimento econômico estarão sujeitas ao fracasso. As considerações e argumentos apresentados por Teixeira (2004) e Gentil (2006), de que a mídia defende e sustenta as ideias de *déficit* ou crise da Previdência Social, vai de encontro com o conceito de eficácia simbólica de Bourdieu (1996). Tendo em vista que o campo da comunicação acaba, por vezes, criando um mito ou crença acerca de um determinado discurso (embora já é sabido que esse é um “mito” que perpassa por outros campos também).

Deste modo, compreende-se que durante as campanhas pró-reformas da Previdência Social – e suas posteriores implementações ao longo dos governos, e na divulgação da Previdência Privada, a grande mídia sempre esteve presente nesses debates. No caso dos governos de FHC, Lula e Temer, houve fortes disputas e realizações independentes de tons dos seus governos e de suas bases, no qual a grande mídia sempre esteve nesse âmbito de discussão.

A presente pesquisa vai mais além, ao analisar o que os profissionais do campo do jornalismo econômico e demais produtores simbólicos disseram acerca das principais reformas da Previdência nos quatro grandes jornais de circulação nacional: Folha de São Paulo; O Estado de São Paulo; Valor Economico e O Globo.

3 O CAMPO SOCIAL DO JORNALISMO

O presente capítulo traz as definições de campo, sobretudo o do jornalismo, e de espaço social, além de apresentar como eles são construídos objetivamente. É importante pensar na relação entre o jornalismo e a sociedade, visto que essa atividade profissional é tida como um produto histórico, social e cultural. De acordo com Bourdieu (1997), trata-se de um campo, ou seja, um espaço de relações entre grupos com posicionamentos sociais distintos, influenciado ou pressionado pelo campo econômico. O campo jornalístico é, portanto, um, entre os vários subcampos que formam o campo maior da cultura.

Deste modo, compreende-se o jornalismo como uma estrutura social formada pelos capitais que possui, por forças relativas e por interações e posições. Nestas, há dominantes e dominados e, assim, os agentes que formam esse campo são caracterizados por suas trajetórias. Pode-se dizer, portanto, que a imprensa transita entre os diferentes campos sociais, a partir de sua capacidade de “dar sentido ao mundo”. Trata-se ainda, de um espaço de disputas, principalmente no que tange ao poder (BOURDIEU, 1997).

Bourdieu (1997) resume o campo jornalístico como um lugar de lógica específica e cultural que se impõe através das restrições e dos controles cruzados que os profissionais impõem uns aos outros e cujo respeito funda as reputações de honorabilidade profissional. O autor diz ainda que é formado por jornalistas diferentes, segundo critérios como sexo, nível de instrução, idade, o veículo em que atua e o meio de informação. O que se produz no campo depende de sua própria história e, em alguma medida, é difícil de ser prevista em razão do estado do mundo social, seja econômico, político, dentre outros (BOURDIEU, 1997).

O campo do jornalismo é tido como um microcosmo com normas próprias, definido por sua posição no mundo e pelas atrações e repulsões que sofre dos outros microcosmos (BOURDIEU, 1997; 2005). Seria, portanto, “um universo obedecendo a suas próprias leis” (BOURDIEU, 2000, p. 52). Nesse, também se considera a *trajetória* (grifo do autor), ou seja, as posições ocupadas por um mesmo agente ou grupo em um espaço, submetidos a variadas transformações (BOURDIEU, 1997, p. 80). Deste modo, ainda de acordo com o mesmo autor (2004), ao realizar escolhas, os diferentes agentes trazem com eles, em seus *habitus*, as leis de sua direção e movimento, além do princípio da vocação os orienta.

Vale elucidar que os *habitus* são esquemas classificatórios e princípios de construção do mundo social (BOURDIEU, 2008). Trata-se de um sistema de disposições inconscientes que tende a produzir práticas e carreiras ajustadas às composições objetivas (BOURDIEU,

1974). O *habitus* é individual e coletivo ao mesmo tempo (BOURDIEU, 2005.). É, portanto, um senso crítico do que se deve fazer em determinada situação, ou seja, escolhas (BOURDIEU, 1997).

O *habitus*, para Bourdieu (2005), é resultado de experiências passadas, das acumulações coletivas e individuais e também de princípios de diferenciações e seleções. Se o *habitus* for produto de condições similares com aquelas nas quais funciona, ele produz condutas que são adaptadas, não sendo o produto de uma busca intencional da adaptação (BOURDIEU, 2005). O jornalista está, portanto, inserido no espaço social e tem traçados de percepção que, a partir da teoria bourdieusiana (1974), em última instância, seriam de classes.

Os jornalistas são dotados de *habitus* ou conjunto de disposições (ações cristalizadas), que simbolizam as competências culturais de grupos. Esses fatores estão diretamente relacionados às histórias dos indivíduos e explicam determinadas práticas. Bourdieu (1997), lembra que muitos profissionais interiorizam o próprio campo e incorporam suas regras, de forma natural. Além disso, afirma que eles estão sujeitos às exigências do mercado, seja por meio dos anunciantes, seja pelos seus respectivos públicos. Em outras palavras, há princípios geradores de exercícios distintos e distintivos.

Bourdieu (1997) explica que há vários campos ou espaços sociais com autonomias relativas e constituídas de regras próprias. Isso nos ajuda a entender melhor o tema da autonomia dos campos – sobretudo o do jornalismo – da maior ou menor autonomia no que tange a cobertura da Previdência Social vis-à-vis ao campo dos economistas. As tomadas de posições vão depender do grau de autonomia (referente) e heteronomia (baixa autonomia), ou se ainda, o agente é dominante ou dominado no seu determinado campo. Quando se fala em classes de posições, referem-se as “escolhas” (grifo do autor) que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática (BOURDIEU, 2008, p. 18).

Ao se falar em busca de autonomia, sobretudo no jornalismo, Bourdieu (1974) destaca que se pode remeter a uma tomada de posição ou produção de bens simbólicos. Em outras palavras, o que esses profissionais fazem depende dos lugares que ocupam no campo em que estão inseridos. A distância entre a divisão dos produtores, de acordo com o público (medido principalmente pelos índices de venda, audiência e notoriedade), e o grau de reconhecimento entre os pares-concorrentes, se constituem como importantes indicadores da autonomia de um campo (BOURDIEU, 1974). Esse reconhecimento vai de encontro ao que Bourdieu (1989)

denomina de capital simbólico⁵, conceito relacionado a qualidades como prestígio, reputação e fama. Isso permite o trânsito por todos os campos e confere sentido ao mundo.

Bourdieu (1997) explica que a lógica da concorrência é apenas um dos fatores que interferem no grau de autonomia dos veículos de comunicação e, conseqüentemente, dos profissionais que integram o campo jornalístico. Nesse sentido, o autor diz que “[...] para saber o que se vai dizer é preciso saber o que os outros disseram. Esse é um dos mecanismos pelos quais gera homogeneidade dos produtos (BOURDIEU, 1997, p. 32)”. Portanto, para o autor, as relações sociais entre os jornalistas e as respectivas concorrências são marcadas por uma cumplicidade que visa interesses comuns ligados às suas posições no campo de produção simbólica.

Os furos, considerados trunfos na conquista da clientela, podem ser ignorados pelos leitores e serem percebidos apenas pelos pares ou concorrentes. Deste modo, muitas vezes, os jornalistas tornam-se os únicos a lerem o conjunto dos jornais. Entre os profissionais do jornalismo, a busca pela exclusividade acaba por resultar na uniformização e banalização, diferentemente de outros campos, do que poderia ser visto como algo original (BOURDIEU, 1997).

Bourdieu (1997) argumenta que as lógicas e princípios de legitimação do campo jornalístico se dão, principalmente, pelo reconhecimento do público. Tal reconhecimento pode ser percebido sob a forma de receitas com os *best-sellers*, cifras de mercado, número de leitores, ouvintes e telespectadores. A distância entre os consumidores e os produtores profissionais encontra sua base na autonomia dos campos de produções especializados. Bourdieu (1997) também destaca a necessidade de valorar uma informação de acordo com a sua atualidade. Isso, segundo o autor, favorece uma espécie de julgamento dos produtos e produtores, a partir da oposição do novo. Ademais, o autor afirma que a concorrência cria a uniformidade da oferta, pois permite ao público comparar os conteúdos ofertados pelos veículos.

Destaca-se também que cada tomada de posição corresponde a uma classe de *habitus* ou gostos, estes são produzidos pelos condicionamentos sociais e estão associados à sua respectiva condição e pela intermediação deles. Uma das funções dos *habitus* é dar conta da unidade de estilo e vincula as práticas e os bens de um agente ou de uma classe de agentes.

⁵ De acordo com Bourdieu (2008), o capital simbólico, pode assumir a forma de outro tipo de capital (econômico, social, físico ou cultural), basta que este seja reconhecido e valorizado pelos agentes sociais inseridos em determinado campo.

Estes, por sua vez, são diferenciados e diferenciadores ao mesmo tempo (BOURDIEU, 2008). Os *habitus* e as forças engendradas em um campo são objetivados em uma *trajetória* (grifo do autor) que descrevem as posições dos agentes em estados sucessivos desse campo (BOURDIEU, 2008). Esse conceito ajudará a entender, mais adiante, um pouco das disposições dos profissionais que compõem o campo dos economistas e dos jornalistas de economia.

Bourdieu (1997) recorre à metáfora dos “óculos”, ao explicar os critérios de noticiabilidade. Segundo ele, tratam-se de articulações simbólicas presentes no interior de um sistema de disposições constitutivas de um *habitus*. Elas ajudam a entender as seleções dos jornalistas a partir de categorias que lhes são próprias. Assim, esses profissionais enxergam algumas coisas e outras não. A seleção se dá através de um filtro. O *habitus* estabelece uma relação entre determinadas práticas e uma situação, e cujo sentido é produzido por ele em função das percepções ou das estruturas invisíveis. Assim, organizam o que é percebido e são, portanto, produtos da nossa educação e história (BOURDIEU, 2007). Ainda em relação aos trabalhos dos jornalistas, o autor (1997) reforça que tendem a pensar, que se trata de denúncias e ataques contra pessoas, o que ajuda a explicar mais uma vez o porquê de eles enxergarem algumas coisas e outras não.

Bourdieu (2007), ao utilizar o conceito da “estética de classe”, explica que as camadas dominantes da população possuem uma aversão aos produtos jornalísticos e optam por exibir cenas fortes ou dão ênfase ao corpo. O autor afirma que o senso estético é um dos responsáveis pela distinção das classes no espaço social. Desse modo, as elites, muitas vezes, não desejam ver os mesmos assuntos que outras classes ditas, por eles, como “inferiores”, por exemplo. Assim, os meios de comunicação precisam e devem conhecer os seus públicos para melhor definirem os conteúdos a serem transmitidos.

Bourdieu (1997) trabalha o conceito de “fatos-ônibus”. Entendidos como aqueles conteúdos que não envolvem disputas ou opiniões. Em outras palavras, são aqueles que formam consenso e interessam a todos os tipos de públicos. As notícias de variedades são exemplo disso. Quanto aos estudos da audiência, Bourdieu (1997) considera esse um aspecto importante na produção jornalística e, assim, vê o público como um ponto de interferência na linha editorial de um determinado jornal. Embora o autor trabalhe esse conceito referente à televisão, ele pode ser aplicado quanto às preferências dos diferentes públicos nos variados meios de comunicação, nos quais esses índices de audiência e o sucesso comercial no mercado se tornam instâncias de legitimação.

Os profissionais do campo jornalístico devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio sobre a produção e difusão, em larga escala, da informação. E sobre o acesso dos cidadãos e de outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, dentre outros grupos, ao que se chama, por vezes, de espaço público. Esses agentes exercem o poder de existir sobre os meios e de se expressarem publicamente, bem como o poder de serem conhecidos e terem acesso à notoriedade pública o que, para os políticos e certos intelectuais, trata-se de um prêmio capital (BOURDIEU, 1997).

Quanto ao jornalismo, para entendê-lo, deve-se conhecer as leis específicas do seu funcionamento vinculadas a um capital específico. Em suma, as estratégias dos agentes envolvidos em um determinado campo, ou seja, as suas tomadas de posição, dependem da posição que eles ocupam na estrutura desse determinado campo. Deste modo, e partindo dos estudos de Bourdieu (2004), considera-se que, por meio das disposições constitutivas de seus *habitus*, os agentes são levados a transformarem ou conservarem a estrutura em que estão inseridos.

Bourdieu (1997) defende, e ao mesmo tempo sugere, que é preciso produzir uma espécie de “choque” de interesses da mídia, uma transgressão, que poderá ser reforçado pela concorrência, principalmente ao considerar o fato dos jornalistas “lerem-se uns aos outros, verem-se uns aos outros, encontrarem-se constantemente uns com os outros” (BOURDIEU, 1997). Deste modo, pode-se dizer que a rotina produtiva dos profissionais desse campo acaba por caracterizar-se como um movimento cíclico ou em um fechamento.

Nesse sentido, os agentes que ocupam posições diferentes em uma determinada estrutura, muitas vezes, procuram mudar de posição e impõem, por meio de estratégias, princípios de hierarquização mais favoráveis a seus respectivos produtos. O autor lembra que pode haver, ainda, a reconversão, esta modifica a estrutura do campo – também chamado de universos sociais. Em outras palavras, quando um agente converte o capital em outro tipo que seja mais lucrativo ou legitimado (BOURDIEU, 1992).

Bourdieu (1997) enfatiza que as manipulações jornalísticas podem surgir de forma sutil. Elas contam com os subsídios das forças externas e recebem consagrações que não podem receber de seus respectivos pares. Ainda de acordo com o autor, o desenvolvimento dos sistemas de produção de bens simbólicos, em especial, do jornalismo – área de atração para os intelectuais marginais que não encontram espaço no campo político ou nas profissões liberais – é marcado por um processo de diferenciação que reside na variedade de públicos, aos quais os produtores destinam seus produtos (BOURDIEU, 1974). Esses sistemas

simbólicos são instrumentos de comunicação e só podem exercer um poder estruturante por serem estruturados (BOURDIEU, 1989).

Bourdieu propõe, ainda, o conceito dos “efeitos da intrusão”. Estas são estruturas próprias do campo de atuação que correspondem à influência em outros campos e que tem como consequência, a perda de autonomia. Os que são afetados pela lógica comercial e possuem menor capital específico, seja ele de que espécie, literário ou científico, por exemplo, serão, conseqüentemente, mais influenciados pelo campo jornalístico (BOURDIEU, 1997).

Bourdieu (1997) fala ainda, de uma “censura invisível” que norteia as práticas jornalísticas, principalmente no que tange ao agendamento das notícias. Processo operado pelas leis do mercado, pelos índices de audiência e também pela concorrência (constituem as censuras econômicas), se analisados pelo aspecto externo. Ao buscar atender as expectativas do público, tangenciam os critérios internos que podem influenciar no contexto dessa tal “censura”. Diante disso, Bourdieu (1997) explica que os profissionais do campo jornalístico sofreram o “efeito da transcrição”, segundo o qual, a escrita faz desaparecer artificios usados para convencer e compreender.

Bourdieu (1997) reforça ainda que a decisão do que vai ser ou não veiculado neste ou naquele veículo de comunicação poderá estar ligada às diferentes categorias de percepções ajustadas às exigências objetivas. Deste modo, compreender-se-á o critério de prioridade dessas notícias. O autor afirma ainda que no campo das comunicações há uma dicotomia entre os “sobreviventes”, que almejam defender valores éticos e a liberdade de expressão e da imprensa, e aqueles que se submetem a necessidade e são pagos para tal, considerados como marionetes conduzidas pelo sistema mercadológico e econômico.

Tendo como ponto de partida os estudos de Bourdieu, Neveu (2004) também trabalha o conceito de campo jornalístico. De acordo com o autor, trata-se de um universo que se relaciona com outros espaços sociais e se estrutura em oposições objetivas e subjetivas. Para o autor, os jornalistas tem como papel problematizar e esclarecer os acontecimentos. Afirma ainda que a identidade partilhada apresenta os profissionais desse campo como peças da democracia e agentes do contrapoder.

A seção a seguir, a partir dos estudos de Bourdieu (1974; 1989; 2004; 2007), traz uma discussão sobre os conceitos e as características que constituem a produção simbólica. Assim, versa-se sobre a discussão do poder simbólico (reconhecimento social) e as conseqüentes trocas simbólicas entre os agentes do campo social. Considera-se que os meios de comunicação de massa e seus respectivos produtos tem, hoje, o papel de dar sentido, decidir e

influenciar o modo como a sociedade vive e interpreta o mundo, bem como de subsidiar a construção e circulação de repertórios. Deste modo, a visibilidade gerada pela mídia produz, conseqüentemente, trocas simbólicas.

3.1 O campo jornalístico e a produção simbólica

A produção simbólica envolve, de acordo com Bourdieu (1974), o capital, bens, violência e poder, entre e dentro dos diversos campos. O mesmo autor (1989, p. 11) lembra que os “sistemas simbólicos” possuem funções políticas de instrumentos de determinação ou legitimação da dominação. Isso explica a necessidade de se estudar o poder simbólico e as relações de trocas simbólicas presentes em um determinado campo social antes de entender como se dá a rotina de um agente ou grupos de agentes desses campos.

Segundo Bourdieu (2004; 2008), as diferenças simbólicas são o que cada agente ou conjunto de agentes têm em comum. Sejam elas os bens, as divisões ou opiniões, estas se constituem em uma determinada linguagem. Os profissionais da produção simbólica se enfrentam em lutas, cujo alvo é a imposição de princípios e divisão dos mundos naturais e sociais (BOURDIEU, 1997). Em suma, compreender a gênese de um campo é, de acordo com Bourdieu, apreender a necessidade da crença que os sustenta e das coisas materiais, além das relações simbólicas imbricadas nesse jogo (BOURDIEU, 1989).

Para Bourdieu (2007) o sistema da indústria cultural “obedece à lei da concorrência para a conquista do maior mercado possível”. Segundo o autor, no campo da cultura ou produção cultural, há dois polos: o que constitui essa “indústria” e a arte pura. Esses apresentam uma correlação com o polo comercial e o profissional do campo jornalístico. Bourdieu (1974) explica que a arte dita “Pura” seria produto de um refinamento marcado por sistematizações, no qual cada expressão artística segue princípios próprios. O estilo e a técnica da arte se tornam objetos de tomadas de posições – funciona como princípio de classificação, segundo Bourdieu (2004) – entre os produtores, produção cada vez mais sistemática, de modo a causar confrontações.

Deste modo, Bourdieu (1974; 2007) trabalha os dois diferentes polos do campo de produção cultural. Primeiramente, temos o Erudito, que produz bens culturais aos próprios produtores e para outros do mesmo campo de atuação e que, de acordo com o autor, é fadado pelo refinamento por tentar esgotar as possibilidades estéticas e técnicas. Já o da indústria

cultural é destinado à produção de bens culturais a não-produtores e obedecem às leis da concorrência do mercado para sobreviverem.

Bourdieu (1997; 2004; 2008) fala ainda em um *espaço de possíveis* (grifo do autor), conceito proposto pelos campos de produção cultural aos que nele estão envolvidos e que funciona como um sistema comum de coordenadas. Nesse sistema os criadores estão situados objetivamente e orientam suas buscas, definindo o universo de problemas, referências e marcas intelectuais. Observa-se, com isso, um microcosmo social onde se produzem obras culturais e que é um espaço no qual só é possível compreender o que ocorre se situar cada agente ou instituição em suas relações objetivas com todos os outros envolvidos.

O poder dos agentes para transformar a representação do mundo social depende, principalmente, do capital simbólico acumulado (BOURDIEU, 2001). O autor, ao traçar o panorama da relação entre a imprensa e as artes, sobretudo a literatura, argumenta que ela resulta na produção, em série, de obras que se moldam a partir de métodos semi-industriais. Com isso, dois lados ficam tensionados: de um lado, tem-se a indústria, comércio e mercado; e do outro, o que se constitui na arte pura. Assim, o que um artista produz tem o outro como referência e os princípios técnicos, por exemplo, são postos em jogo. Esses princípios e valores normativos legitimam o campo, o que não é diferente entre os jornalistas, visto que esses profissionais consideram a produção dos seus pares.

Uma das teses principais de Bourdieu (1974) diz respeito à mercantilização da cultura. Esta é resultante de uma lógica que coloca em evidência as audiências e transformam os consumidores em apáticos e passivos. A relativa autonomia das relações de produção intelectual e artística significa “dependência”, principalmente se considerar os efeitos engendrados pelo campo do poder. Nesse sentido, o autor destaca o processo de autonomização no qual os novos consumidores virtuais oportunizam aos produtores de bens simbólicos, possibilidades de conquistarem condições mínimas de sobrevivência econômica.

Bourdieu (1997) destaca ainda que os campos de produção cultural (literário, educacional, científico, dentre outros) estão sujeitos às limitações das estruturas do campo jornalístico. Bourdieu (1974) explica que se trata de um sistema de relações definidas pelas funções, que desempenham nas divisões do trabalho. A concorrência estimula a desempenhar uma vigilância diante das atividades dos concorrentes, e tiram proveito dos fracassos. Com isso, evita seus erros e se contrapõem aos sucessos (BOURDIEU, 1997). Pode-se medir a autonomia de um campo de produção erudita, a partir do poder que dispõe para definir os princípios de sua produção e dos critérios de avaliações dos seus produtos. Assim,

reinterpretem as decisões externas de acordo com seus princípios de funcionamento (BOURDIEU, 1974).

Bourdieu enfatiza que quanto mais rico em capital específico um produtor cultural for, e mais voltado a um mercado restrito, no qual os clientes são apenas os próprios concorrentes, ele estará sujeito à resistência. Deste modo, quanto mais ele destinar os seus produtos ao mercado de grande produção, conseqüentemente, estará inclinado a colaborar com alguns poderes, tais como a Igreja, Estado, o jornalismo e a televisão, dentre outras instituições ou campos. Assim, submeterá ainda mais às suas exigências (BOURDIEU, 1997, p. 90).

Diante desse cenário, podem-se inserir as ideias de Thompson (1998, p. 28), segundo o qual “todas as formas de comunicação implicam certo grau de distanciamento espaço temporal”. Esse deslocamento dependerá das circunstâncias de comunicação e do meio técnico. Thompson explica que a comunicação de massa é na verdade, a produção institucionalizada e uma difusão generalizada dos bens simbólicos por meio do armazenamento das informações (THOMPSON, 2007).

Thompson (2008) explica que se a mídia alterou a nossa compreensão do passado, criou também o que se pode chamar de “mundanidade mediada”, ou seja, a compressão do mundo fora do alcance das experiências pessoais e dentro dele, modelada pela mediação de formas simbólicas (THOMPSON, 2008, p. 38). O mesmo autor (2007) diz ainda que a comunicação de massa implica no desenvolvimento de instituições interessadas na produção em larga escala e, sobretudo, na difusão generalizada de bens simbólicos.

O que antes era um mecanismo de arte ou cultura se tornou um meio eficaz de manipulação e ideologias preconcebidas. Isso pode ter conseqüências danosas no processo da indústria cultural e contribuir para a perda da autonomia do indivíduo. Atualmente essa “indústria” se mescla a partir de dicotomias e tem um fim próprio: o comercial. Ao mesmo tempo, considera elementos como a técnica, os fatores econômicos e a própria publicidade. No caso do campo jornalístico, pode-se dizer que a produção, além de ser um bem simbólico, é carregada de ideologias, principalmente se considerarmos a recepção dos públicos, que pode vir de diversas formas e implica em um processo complexo.

Em suma, os integrantes do campo jornalístico constroem produções ou bens culturais (reportagens, imagens, áudios, textos, dentre outros produtos). Estes, por sua vez, acabam por envolver uma dimensão simbólica. Ainda quanto aos jornalistas, é possível dizer que eles buscam adquirir um capital simbólico por meio da realização de suas atividades profissionais,

dotado de estilos, com marcas muitas vezes pré-concebidas pelos grupos nos quais atuam ou pelos sistemas nos quais estão integrados.

3.2 O campo jornalístico e o peso comercial

Bourdieu trabalha o conceito de “mentalidade-índice-de-audiência”, segundo o qual, nas redações e editorias, pensa-se em termos de sucesso comercial. Os índices são vereditos, levando em consideração o julgamento das cifras de vendas. Em outras palavras, é a lógica comercial que se impõe às produções culturais (BOURDIEU, 1997). Dois princípios estruturam o campo do jornalismo: de um lado, o comercial, do outro, o profissional. Essas dicotomias são marcadas por tensões durante a prática jornalística. Ora tentam seguir as normas ou valores profissionais, ora instigado ou constrangido pelo princípio comercial. Sem falar que a notícia é muitas vezes encarada como um produto, que precisa ser vendido, comercializado, e, portanto, consumido.

Sobre o campo jornalístico, Bourdieu (1997) afirma que o peso comercial nele é maior que em outros campos. Pois, ao se submeterem à pressão comercial, esses meios de comunicação mostram coisas diferentes do que seria preciso, caso fizessem o que, supostamente, deveriam fazer: informar. Por isso, muitas vezes, constroem os fatos e adquirem sentidos que não correspondem à realidade. O grau de autonomia dos veículos de comunicação se mede pelas receitas oriundas da publicidade, dos subsídios do Estado e os seus anunciantes (BOURDIEU, 1997).

Nesse sentido, como se comportam as empresas jornalísticas? Elas além de serem marcadas pelos prazos, ainda devem se ater aos lucros e as pressões mercadológicas. Necessitam, ainda, que seus conteúdos sejam lidos para, com isso, obterem prestígio, respeito, relativa autonomia, melhores rendimentos, subsídios, dentre outros privilégios. Vale destacar que diferentes modelos econômicos, agentes e grupos políticos agitam diretamente nesse cenário, de modo a interferirem na produção dos meios de comunicação.

Para Quintão (1987) o principal objetivo das empresas de comunicação é tornarem-se fontes de receitas e lucros. Seja como instituição, campo ou espaço social, o fato é que os agentes da mídia, durante a produção e divulgação das notícias, se veem acoplados por interesse privados e também pela conveniência ideológica, ao Estado e ao capital estrangeiro (QUINTÃO, 1987). As relações de produção dos jornais atrelados à dependência são denominadas pelo autor (1987, p. 86) como “modelo de imprensa industrial”.

Essa “teia” em que se encontram os produtores das notícias pode ser entendida a partir dos conceitos de Medina (1988). Segundo a autora, o ato de informar integra uma indústria nas mãos dos interesses sociais, econômicos e políticos. Essa dicotomia é “[...] o resultado mais claro desta ordem de coisas é a situação indefesa do público perante a conspiração informativa e a dependência, cada vez maior, a que se sujeitam os *mass media*” (MEDINA, 1988, p. 15).

As convicções filosóficas do grupo, os dados, as relações que envolvem o tema proposto, as sondagens de opinião, a influência da empresa jornalística, as experiências dos chefes de redação dentro do campo e os interesses econômicos da empresa são alguns dos elementos que tangem a política e a linha editorial de um veículo de comunicação (BELTRÃO, 1980).

O jornalismo é um espaço social que influencia a sociedade. Essa influência pode ser percebida ao passo que Molotch e Lester (1999) dizem da existência de interesses na promoção ou publicização de certas ocorrências para a utilidade pública. Nesse sentido, fazer e promover constituem-se como partes integrantes do mesmo processo. As sanções dos detentores do poder, ao exercerem controle nas rotinas dos *media*, podem ser diretas e também sutis como, por exemplo, os prêmios concedidos a esses profissionais.

A natureza dos *media*, a partir das organizações formais, rotinas de trabalho nas redações e padrões de mobilidade dentro e fora do campo, estão diretamente ligadas ao conteúdo publicado (MOLOTCH; LESTER, 1999). Para eles, uma notícia é o resultado da necessidade de relatos, da capacidade de informar e do trabalho dos que estão nos meios de comunicação (MOLOTCH; LESTER, 1999). Complementam, por fim, que os *media* tem um papel institucionalmente padronizado na produção de notícias.

Em sua análise, Weber (2014) trabalha o jornalismo como uma ação ou instituição que constitui a estrutura social, racional nos seus fins, valores e princípios. A imprensa é também considerada uma empresa, um setor de negócios que possui “clientes” (grifo do autor), sejam eles os consumidores das notícias ou os seus anunciantes. Isso, segundo Weber, produz diferentes relações.

Weber (2002) parte da ação – esta precisa produzir sentidos oriundos das nossas relações sociais – para entender o social. Em um campo há sentidos compartilhados que justificam as ações dentro desse campo. As organizações são estruturas cristalizadas constituídas pelo conjunto de relações sociais. Deste modo, ao trazer para a realidade do campo jornalístico e ao buscar entender os grupos de comunicação, recorre-se ao conceito de

Organizações, estabelecido pelo mesmo sociólogo, e que são, portanto, racionais e estruturadas por hierarquias. O “social” (grifo nosso), ou seja, os valores ou normas pesam sobre os agentes (no caso, os profissionais do jornalismo), são internalizadas por eles.

Deste modo, pode-se dizer que a produção de notícias é cercada por organizações burocráticas da mídia. Uma reportagem é uma interpretação do jornalista perante os fatos, munidos de Vozes ou fontes e que, para se protegerem, fazem uso das aspas. Em suma, pode-se dizer que o jornalista precisa driblar, no dia-a-dia do seu trabalho, fatores como o tempo e a hierarquização proposta pelos editores. Estes têm o papel de fazer a seleção final do material marcado por conjecturas e pela necessidade de reconhecimento dos pares.

O trabalho e a rotina produtiva dos jornalistas são marcados por diferentes gargalos no transcorrer do processo de construção e veiculação das notícias. São, portanto, as ideologias dos próprios profissionais desse campo; por valores-notícias, que funcionam como uma estrutura; além dos enquadramentos e das censuras; mas principalmente pela necessidade de cumprir sua função social de informar. Essas características ajudam a explicar a necessidade de se estudar mais a fundo esse campo de atuação da imprensa, que é muitas vezes invadido por outros campos: o econômico e político, por exemplo, acompanhados de interesses, que podem interferir no processo de produção midiática.

3.3 O campo jornalístico e os conflitos na busca do ideal da objetividade

Vale destacar aqui que, dentre as premissas defendidas pelo campo do jornalismo, estão os ideais de objetividade, isenção, imparcialidade e de manutenção de sua autonomia partindo dos princípios éticos e morais previstos pela profissão. A partir de então, cabe uma importante indagação: é possível atender esse princípio perante a linha editorial de um veículo de comunicação? Sabe-se que se trata de uma dinâmica complexa, na qual se deve considerar, nesse estudo, o fato dessas empresas de mídia serem unidades produtivas. Por isso, têm a informação como sua principal fonte de recurso e matéria-prima, mas que também são constituídas por metas que movem a sustentação econômica e financeira.

Há uma espécie de convivência entre o ideal de imparcialidade e objetividade que legitima o campo jornalístico e faz parte do *ethos* desses profissionais (TUCHMAN, 1992). Nesse cenário, Tuchman (1999a) explica que surge no universo do jornalismo, a “*news judgement*” ou perspicácia profissional. Trata-se de atribuir a capacidade de escolher, de

forma objetiva, quais fatos são mais interessantes e, assim, convencer o público da veracidade das informações contidas no seu material jornalístico e torna-las interessantes.

Tuchman (1999a) trabalha algumas vertentes ou procedimentos estratégicos para que o jornalista alcance a objetividade. Uma delas é a apresentação de possibilidades conflituosas e de provas auxiliares, além da estruturação das informações numa sequência apropriada (modelo da pirâmide invertida com o uso do *lead*, ou seja, a abertura do texto jornalístico e que tenta responder as perguntas básicas: o quem? O que? Diz o que? Quando? Onde? Como?). O jornalista faz generalizações durante a sua atuação como, por exemplo, a de que as fontes de informações têm interesses pessoais a defender e que as instituições e organizações têm procedimentos destinados a se auto protegerem e às pessoas que estão em contato com ela (TUCHMAN, 1999a).

Para Tuchman (1992; 1999a), ao explicar o seu trabalho, o jornalista sempre usa os mesmos argumentos: que apresentam versões diferentes de uma mesma realidade, além de provas suplementares para fundamentarem um fato; utilizam aspas (por meio dos discursos das Vozes, de modo a proteger esses profissionais), para indicarem que o repórter não está a dar uma versão dos acontecimentos; apresentam os fatos mais importantes primeiro e que separam os “fatos” das opiniões. O uso de citações para desaparecer a presença do repórter na notícia estende-se ao uso das aspas, no qual, a afirmação pertence a uma pessoa qualquer, menos ao repórter (TUCHMAN, 1992). As palavras da autora ajudam a reforçar a importância de se desenvolver uma das análises proposta por esse trabalho: do conjunto das Vozes presentes nas notícias.

Tuchman (1999b) defende que as notícias são “estórias”, uma vez que registram as formas literárias e histórias escolhidas pelos jornalistas, de modo a organizarem os acontecimentos. Deste modo, o próprio uso da narrativa é uma forma de buscar a objetividade e esta é tida como um ritual que protege os jornalistas da sua profissão de modo a neutralizarem as críticas. Os jornalistas se baseiam nos argumentos da imparcialidade e impessoalidade, os quais, se esses critérios forem respeitados, poderão ser evitados processos de difamação contra os profissionais ou o seu respectivo veículo e reduzem-se os erros.

Hackett (1999) lembra que nos estudos de jornalismo, os conceitos de objetividade e parcialidade sempre são tratados como conceitos organizativos. O autor trabalha duas vertentes para o conceito de parcialidade: a falta de equilíbrio entre pontos de vista consistentes e a distorção tendenciosa e partidária da realidade. Ainda acerca dessa questão, reforça que a cobertura de assuntos externos só poderá ser considerada tendenciosa se houver

distorção por razões políticas. Em suma, pode-se dizer que o ideal da objetividade espera que os jornalistas se distanciem dos acontecimentos, destituídos de juízos de valores, de modo a trazer mais veracidade à mensagem e transmitir ao público as notícias por meio de uma linguagem neutra com uma pluralidade de pontos de vistas.

Hackett (1999) argumenta ainda que o partidarismo político de alguns proprietários de mídia, grupos de anunciantes ou editores é o principal entrave à informação objetiva. O autor enfatiza que a parcialidade e a objetividade, muitas vezes, são conceitos associados ao papel ideológico dos *media*. O autor traz a linha de análise, ao se referir à parcialidade jornalística, haveria quatro pressupostos principais. O primeiro trata a notícia objetiva, como equilibrada e um reflexo da realidade social. O segundo, as atitudes políticas dos profissionais desse campo como fatores determinantes da imparcialidade jornalística. O terceiro, a parcialidade detectada por meio de métodos de leitura. Por último, a de que a parcialidade mais importante é o partidarismo.

Tomando por base os estudos de Hall *et all* (1999), pode-se inserir aqui dois importantes aspectos referentes à produção jornalística: as pressões ocasionadas pelo tempo e as constantes exigências profissionais. Estas permeiam os ideais da objetividade e imparcialidade, se é que na prática existam de fato. Os autores lembram que as linguagens utilizadas pelos veículos de comunicação de massa são equivalentes aos públicos a que se dirigem, de modo a traçarem uma reciprocidade do produtor-receptor.

Hall *et all* (1999) explicam ainda que os assuntos são noticiáveis porque representam volubilidade, imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. O trazer dos acontecimentos ao campo dos significados, constitui-se em reportar acontecimentos inesperados para os “mapas de significado”. Estes constituem a base do conhecimento cultural no qual o mundo social já está “traçado” (grifos dos autores).

Schudson (1995) enfatiza que o jornalista é um contador de histórias e não aqueles que fazem a história. Eles, portanto, não podem deixar de existir a imaginação. “É a partir do “era uma vez” que as coisas acontecem e é função dessa forma de contar e não de interesses, valores ou interpretações livres, que se mantém a história, a narrativa, o conto”. (SCHUDSON, 1992, p. 54)

Puliti (2010) defende que a imprensa é uma instituição legitimada pela sociedade, marcada pela defesa da pluralidade de visões nos ambientes democráticos e, portanto, acaba como alvo de grupos de interesses, como políticos, empresários, banqueiros, instituições não governamentais e sindicatos, que almejam verem suas ideias espelhadas pela mídia. Deste

modo, cabe aos profissionais do campo jornalístico o papel de ordenar essas informações de forma objetiva e, posteriormente, oferecê-las aos consumidores das notícias definindo as agendas locais, nacionais e até mundiais.

A imprensa como um todo, além de ter que lidar com as pressões do dia-a-dia, sobretudo do mercado, deve se basear, ainda, no factual; na busca pela objetividade; no imediatismo; na periodicidade; nos critérios de noticiabilidade; atualidade e difusão. Com isso, busca-se estabelecer uma identificação entre os públicos e os respectivos veículos de comunicação, além, do reconhecimento dos seus pares e a manutenção da credibilidade. É importante enfatizar que, muitas vezes, a construção social da realidade se dá a partir da mídia.

4 O JORNALISMO ECONÔMICO E OS ECONOMISTAS

Considera-se aqui dois tipos de agentes: os economistas e jornalistas de economia. Os dois grupos são atuantes em suas respectivas áreas como criadores individuais dentro de estruturas sociais. O campo do Jornalismo Econômico, por exemplo, é pensado na sua relação com o outro campo, o dos economistas e vice-versa. Para entender e reforçar o porquê de se aprofundar no estudo nas editoriais de economia no presente trabalho, partimos do princípio de que a ciência econômica tem um importante impacto sobre o mundo. Deste modo, os estudos desses dois campos serão trabalhados de forma associada visto que a atuação dos jornalistas especializados em economia depende dos agentes do campo dos economistas.

Considera-se, do mesmo modo, que a economia, enquanto disciplina científica, é uma questão de interação social entre os economistas, bem como entre esses profissionais e outras instituições, diferentes campos e, principalmente, com os meios de comunicação e agentes atuantes no jornalismo. Nas seções a seguir, desenvolvem-se diálogo com os autores da sociologia econômica, das ciências econômicas e do jornalismo especializado em economia, os seguintes pontos: como se constituiu os grupos de economistas brasileiros; uma explanação geral da gênese do jornalismo econômico no Brasil; a relação entre esses dois campos e os principais momentos que culminaram com a formação desses agentes.

4.1 A formação do campo dos economistas na história

A presente seção traça um breve levantamento histórico de como se deu a formação do campo dos economistas no Brasil a partir dos modelos e movimentos econômicos. Utiliza-se, para tal discussão, estudos de autores como Loureiro (1997; 2006), que trabalha as trajetórias sociais dos economistas dando ênfase às principais escolas; além de Dezalay e Garth (2000); Lebaron (2012); Kluger (2017); dentre outros.

A história dos economistas está atrelada a de outros campos. Dezalay e Garth (2000) lembram que, após a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), os economistas de maior destaque, das primeiras gerações na América Latina, eram formados em Direito e controlavam o ensino de contabilidade. Pode-se dizer que a formação desses profissionais também estava intimamente ligada à política externa entre Brasil e Estados Unidos. Isso porque estes primeiros especialistas tiveram contato com as teorias de gestão, economia e do sistema jurídico dos Estados Unidos (DEZALAY, GARTH, 2000; KLUGER, 2017).

De acordo com Loureiro (2006), o campo dos economistas se formou ao longo da Era Vargas (1930 - 1945) perpassando pela construção do Estado Nacional desenvolvimentista (1930 - 1960). Em outro estudo de Loureiro (1997) acerca do campo dos economistas, pode-se ver uma divisão entre o antes e depois dos anos de 1960. A autora (1997) explica, por exemplo, que o golpe militar de 1964 ocasionou, não somente alterações no sistema político, como também possibilitou a elevação do prestígio e a expansão do mercado de trabalho para os profissionais do campo dos economistas. Estes eram, portanto, as principais elites dirigentes ao lado dos militares. Sobre esse período, Lene (2010) afirma que os economistas passaram a ter espaços que antes eram dedicados aos agentes do campo político e, com isso, foram determinantes nas decisões do governo e, conseqüentemente, nas discussões midiáticas.

Para explicar a gênese que constitui a formação dos economistas no Brasil, Kluger (2017) a divide em quatro movimentos e um Intermezzo. O primeiro movimento inicia em 1940 e vai até o primeiro governo militar, período no qual se deu a criação de escolas de economia e órgãos públicos com enfoque na gestão econômica. O Intermezzo, no Brasil, se iniciou com a ditadura e se estendeu até 1973. Momento no qual se deu o deslocamento dos economistas, políticos e cientistas sociais contrários ao governo do Chile, país esse que, por meio das suas teorias econômicas, teceria novos laços nos espaços econômicos no Brasil nos anos subsequentes. A autora destaca, por exemplo, nomes que fizeram parte da “primeira onda de brasileiros no Chile” (grifo nosso), como o de Fernando Henrique Cardoso; Ruth Cardoso e José Serra (KLUGER, 2017). O segundo grupo foi formado por Cesar Maia; Darcy Ribeiro; dentre outros.

Kluger (2017) lembra que um dos sinalizadores do processo de consolidação do espaço dos economistas se deu em 1966, com a criação dos primeiros Mestrados e Doutorados no Brasil. Formação essa que, anterior a esse momento, só poderia ser feita em outros países. Com isso, se deu o surgimento do Segundo Movimento. Ele vai do ano supracitado até 1980 e é caracterizado pelo encontro dos economistas que dominavam a gestão econômica no governo militar. Nesse momento, segundo a mesma autora, surge a tendência à matematização da ciência econômica, contrapondo as teorias neoclássicas.

De acordo com Loureiro (1997; 2006), os anos de 1970 foram marcados por uma fase em que os jovens detentores de um poder aquisitivo mais elevado, passaram a cursar graduação em economia. Nesse período, as pós-graduações nessa área também se tornaram espaços privilegiados de gestão em economia para profissionais dos campos da diplomacia, do direito, das engenharias e da própria economia. Os cursos de economia foram

modernizados e os profissionais formados por eles ascenderam a posições de elite no Estado. Nos anos de 1970, esses profissionais se projetaram no governo como dirigentes e assessores (LOUREIRO, 1997).

Sobre o Terceiro Movimento (1979 -1990), Kluger (2017) o caracteriza como um período marcado pelo grupo opositor ao primeiro governo da Nova República e também pela Redemocratização do Brasil, ao unir os que foram exilados aos que permaneceram no país. A autora destaca como principais personagens desse Movimento no campo dos economistas e/ou político nomes como o de Luiz Carlos Bresser Pereira, Eduardo Suplicy, João Sayad, Luís Inácio Lula da Silva, Marta Suplicy e Guido Mantega.

Dos anos de 1980, Loureiro (1997) explica que, no Brasil, houve uma regularidade entre os economistas e muitos tiveram passagens por consultorias de grandes empresas como forma de escalar a gestão política. Loureiro (1997; 2006) afirma que os economistas que formularam os planos de estabilização monetária nos anos de 1980 e 1990 foram formados em universidades como a PUC do Rio de Janeiro; a Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas; no Instituto de economia da Unicamp; e na FEA (Faculdade de Economia e Administração) da Universidade de São Paulo.

O Quarto Movimento, de acordo com Kluger (2017), surge na primeira eleição direta para Presidente, em 1989. Ele perpassa os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e de Lula (2003-2010). Durante esse Movimento, FHC atraiu para o seu governo colaboradores da PUC do Rio de Janeiro como Pedro Malan, Gustavo Franco (também trabalhou junto ao governo de Itamar Franco), Armínio Fraga, dentre outros. Estes se juntaram ao núcleo paulista, formado por nomes como o de José Serra e Sérgio Motta (LOUREIRO, 2006; KLUGER, 2017). Esses economistas foram escolhidos porque possuíam, de acordo com Loureiro (1997; 2006), prestígio nas universidades brasileiras e no exterior.

Puliti (2013) afirma que a financiarização dos relatórios econômicos no Brasil nos anos de 1990 tornou os agentes financeiros, consultores, economistas, bancários e operadores de mercado nos principais informantes da mídia.

Durante a formulação e, posteriormente, na implantação, em julho de 1994, do Plano Real (vigente até os dias de hoje), os economistas tiveram total autonomia, já que os políticos não detinham de capacidade técnica e, até mesmo, paradigmas teóricos próprios, para elaborarem e reformarem programas econômicos como esse. Participaram desse processo, economistas da PUC do Rio de Janeiro como Gustavo Franco e Edmar Bacha, e

posteriormente, Pedro Malan. Esses profissionais detinham certo prestígio nas universidades brasileiras e também no exterior (LOUREIRO, 1997).

4.2 A gênese da Ciência Econômica

A Ciência econômica é a disciplina do campo dos economistas e é através dela que se estuda e/ou intervém no campo econômico. Em suma, pode-se dizer que o mundo econômico corresponde à dinâmica dos agentes, instituições e práticas desse campo. A presente seção trabalha a economia enquanto disciplina científica e diálogo com autores como Loureiro (1997); Bourdieu (1986); Callon (1998; 2005; 2010); Santos e Rodrigues (2009); Kluger (2011); Lebaron (2012); Flouzat (2016); dentre outros.

Flouzat (2016), ao trabalhar o alcance e as limitações da Economia, explica que essa é considerada uma ciência social e que as considerações de outras ciências que trabalham com o comportamento humano, devem estar presentes no estudo da realidade econômica. Os dilemas que tangem essa área se estendem a outros campos de atuação como a Sociologia, Política, História, dentre outros.

Callon (1998; 2005; 2010) traz a noção de que a Ciência Econômica produz efeitos sobre o mundo social. Por meio de Callon (1998) e Santos e Rodrigues (2009) é possível dizer que esse tipo de ciência molda e formata a economia com seus enunciados. Para Callon (2010), dizer que a ciência econômica, com suas análises e teorias, contribui para a construção do objeto estudado, implica em reivindicar que não há uma forma única de organizar os sistemas econômicos, visto que não é possível, organizá-los de forma eficiente ou satisfatória.

Coats (1997) afirma que a criação de um sistema de formação em Ciência Econômica impulsionou e permitiu a socialização teórica e prática dos profissionais do campo econômico. As expansões das universidades e das pós-graduações em economia foram essenciais na formação das ofertas de profissionais qualificados.

Lebaron (2012) destaca que o ensino econômico tem como função a transmissão de conhecimentos científicos acerca da economia, enquanto que a pesquisa econômica objetiva produzir conhecimentos científicos sobre o mundo econômico. A ciência econômica, por sua vez, ensina a teoria pura, estabelece modelos de comportamentos desse mercado e reconfigura as instituições. A importância da economia pode ser medida pelo peso crescente dos campos de estudos econômicos.

Loureiro (1997) analisa que a internacionalização da ciência econômica brasileira teve como impacto profissional, o reforço da polarização nas academias de formação dos economistas brasileiros. Como consequências, teve as diferenças nas estratégias e nos exercícios profissionais.

De acordo com Neris Junior e Fucidji (2016), a ciência econômica pode ser colocada em prática por decisões e políticas específicas. Os modelos econômicos de representações e interpretações, exercem um controle no sistema econômico por meio de pressupostos, modelos, análises e técnicas e estabelecem, conseqüentemente, uma interação com a realidade. A economia como uma disciplina científica é uma questão de interação social entre os economistas, os estudantes, outros cientistas sociais e naturais, órgãos de gestões universitárias, políticos e veículos de comunicações (NERIS Jr. e FUCIDJI, 2016).

Bourdieu explica que, tudo o que a ortodoxia econômica considera como um puro dado é, na verdade, produto de uma construção social. Essa é uma premissa da Nova sociologia Econômica, uma espécie de objeto, do qual somente a natureza histórica da economia pode dar conta (BOURDIEU, 2005). Com isso, insere-se o conceito da Sociologia das Ciências Econômicas. Kluger (2011) diz que é mais do que uma sociologia do conhecimento de uma área especializada, mas sim um ramo integrante da Sociologia da Economia. É importante frisar que funciona como uma reflexão do fazer científico em Economia e visa conhecer as instituições e os agentes envolvidos na produção das representações econômicas (KLUGER, 2011). A chamada Nova Sociologia Econômica é uma área criada para reinserir os estudos dos fenômenos socioeconômicos em uma Sociologia que havia deixado de enxergá-los como parte de seus domínios temáticos (KLUGER, 2011).

Ainda quanto à Sociologia da Economia, Lebaron (2012) discorre que ela continua incipiente na maioria dos países. Uma corrente de pesquisas em sociologia e história política, próxima da História econômica, segundo o autor, restaurou a compreensão da ascensão dos portadores do saber econômico no interior do universo político administrativo. Em outras palavras, revelou-se uma tendência à substituição parcial dos saberes jurídicos ou administrativos, ameaçados de obsolescência ou alvo de concorrência por saberes mais econômicos. É portanto, um dos vetores da construção de uma ordem simbólica centrada no mercado.

4.3 O campo dos economistas no Brasil e a ordem simbólica

Antes de se analisar as Reformas da Previdência no Brasil, é importante entender os espaços e posições simbólicas dos agentes atuantes no campo dos economistas e a importância desses profissionais. Por isso, busca-se, nessa seção, desenvolver a análise das assinaturas dos textos nas editoriais de economia.

A discussão é feita em diálogo com Palley (1993); Bourdieu (2005); além de Lebaron (2012), Kluger (2017). Este último traz um quadro de referência teórica acerca da visão dos economistas sobre a sociedade e perante a economia. Desenvolve-se, também, os dois polos que constituem os grupos de economistas brasileiros mobilizando Loureiro (1997); Kluger (2017) e Pedroso Neto e Undurraga (2017).

O campo dos economistas é formado por pesquisadores e profissionais graduados em economia que pesquisam e dispõe de diferentes perspectivas de análise. Os economistas são os agentes do campo econômico e do campo dos economistas que trabalham em empresas e instituições do campo econômico. Kluger (2017) ao estudar o espaço dos economistas no Brasil, reforça que é constituído por um ambiente relativamente autônomo da ciência econômica (escolas e demais instituições responsáveis pela formação e consagração do campo), além do setor privado e do Estado.

Ao trabalhar o campo dos economistas, Bourdieu (2005) reconhece que não existe um “ator” (grifo do autor) econômico racional. Lebaron (2000) *apud* Kluger (2011) discute que os agentes atuantes no campo da Ciência econômica, sofrem pressões sobre sua reputação e autoridade, o que ocasiona em pouca autonomia.

Puliti (2009) lembra que o Jornalista de Economia Luiz Nassif, criou a expressão “cabeças de planilhas” ao se referirem aos economistas como sujeitos que preveem fenômenos econômicos a partir da combinação de variáveis numéricas, regressões econométricas ou equações dispostas em planilhas.

Quanto mais influentes os economistas forem, mais a ciência econômica provocará alterações de comportamentos (PALLEY, 1993). Perante essa discussão, é possível compreender que os economistas influenciam o modo como os não-economistas veem a realidade. Os profissionais desse campo também influenciam o comportamento dos agentes econômicos e, deste modo, Palley (1993), assegura que as construções teóricas dos profissionais do campo dos economistas modelam a própria economia.

Lebaron (2012) explana que os economistas “críticos” se agrupam em torno das denúncias dos efeitos e dos danos da financeirização das economias, fonte maior de desigualdades e instabilidades. O autor traz o conceito de *habitus* economista que ajuda a explicar as características culturais próprias dos indivíduos que constituem esse campo profissional. Esse *habitus* está ligado ao uso de um vocabulário técnico particular, aos conhecimentos específicos às realidades econômicas, ao domínio das estatísticas e a outros atributos.

Bourdieu (2005) defende que haja um esforço para elaborar uma sociologia econômica baseada em conceitos como os de *habitus* e campo. Para o autor, o conceito de *habitus* substitui a construção escolástica (o *homo economicus*⁶) por uma concepção mais realista da prática econômica. O que resulta nas antecipações baseadas na relação entre disposições e um determinado campo social. Isso ajuda a entender trajetórias semelhantes ou distintas, além das visões de mundo (BOURDIEU, 2005). Nesse sentido Bourdieu (1986) explica que os indivíduos com disposições ou *habitus* mais afinados tem uma maior probabilidade de aproximação. O *habitus* seria, portanto, um princípio econômico que garante uma economia de cálculo e de tempo, recurso raro em uma determinada ação (BOURDIEU, 2005).

Bourdieu (2005), ao estudar o estatuto social e cognitivo do campo econômico, expõe que esse é compreendido como um espaço de lutas dependente das relações de dominação que o caracterizam e, conseqüentemente, dos agentes munidos de recursos diferentes. Para o autor, esse campo se distingue dos demais uma vez que as condutas podem atribuir como fim a busca da maximização dos lucros materiais individuais. Além disso, tem como particularidades, favorecer a visão calculadora e as disposições estratégicas que a acompanham.

O campo econômico seria, portanto, um cosmo que obedece a suas leis, dos quais os cálculos dos lucros individuais atribuem-se como uma ação dominante (BOURDIEU, 2005). Bourdieu (2005) discute que estão envolvidas disposições econômicas como as necessidades, preferências e propensões ao trabalho, à poupança ou a diferentes tipos de investimentos, por exemplo. Dessa forma, essas disposições são produtos de histórias coletivas que devem ser, portanto, reproduzidas também nas individuais. Nesse sentido, a decisão econômica parte do coletivo, de uma empresa, grupo ou família, e não de um agente econômico isolado (BOURDIEU, 2005).

⁶ Para Callon (2005), esse *homo economicus* não existe. Segundo o autor, esse homo é na verdade decorrência de uma reconfiguração.

Ao falar das interfaces da formação do campo dos economistas com outros campos, Kluger (2017) destaca, por exemplo, o caso de Celso Furtado. Ele teve uma formação jurídica e tomou gosto pela Economia e Sociologia somente nos dois últimos anos do curso de direito e percebeu que esse seria, o melhor caminho para entender a sociedade. Com isso, o economista tornou-se Doutor em História Econômica pela Sorbone.

Lebaron (2012) defende que a formação dos economistas subsidia na construção de uma ordem simbólica voltada para um mercado de expertise econômica (*think tanks*), que ajuda a alimentar as análises de conjunturas do cotidiano, em especial, na imprensa econômica. Ainda de acordo com o mesmo autor, o mundo dos economistas de empresa permanece caracterizado por uma forte relação com o Jornalismo Econômico, que começou a interessar os especialistas dos discursos econômicos. O autor enfatiza que a intervenção pública sustenta a demanda social de discursos, que sem isso, seria pouco importante a setores específicos ligados ao Estado, a instituições particulares ou ao próprio Jornalismo Econômico.

Os economistas são tidos ainda, como autores de conjecturas, que ao serem verbalizadas agem sobre as realidades. A autora compara o trabalho desses especialistas com o dos mágicos, à medida que são qualificados pelas sociedades as quais os instruíram por meio da ciência e pelas demais sociedades que reconhecem seus “poderes” (grifo nosso). A partir dessa mágica conduzida pelos economistas, confia-se na Ciência Econômica e nesses profissionais do campo econômico, mesmo quando há falhas ou decisões precipitadas em suas previsões (KLUGER, 2011).

Loureiro (1997) explica que existem no Brasil duas escolas ou polos típicos do campo dos economistas. A autora reforça que no cenário atual há uma polarização que se dá da seguinte forma: No grupo 1 encontram-se os economistas heterodoxos ou estruturais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade de Campinas (Unicamp). Estão ligados a um aspecto estruturalista (LOUREIRO, 1997) e no caso do curso de economia da Unicamp é tido como o menos institucionalizado (LOUREIRO, 1997; 2006). A autora (2006) destaca que esses economistas são chamados de não-*mainstream*.

No grupo 2 estão os ortodoxos da Pontifícia Universidade Católica (PUC); e os considerados teoricamente e ideologicamente por Loureiro (1997), como *mainstream*⁷, os da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ambas do Rio de Janeiro. Pode-se dizer que esse grupo mudou a perspectiva econômica no Brasil. Loureiro (1997; 2006) destaca os centros de pós-graduações ligados a essas instituições como os mais internacionalizados. Tratam-se também de círculos acadêmicos mais conservadores (LOUREIRO, 2006, p.356). Loureiro (2006) destaca o Instituto Brasileiro de Economia da FGV como o pólo mais importante de produção do conhecimento, visto que os profissionais do campo dos economistas formados nessa instituição possuíam uma teia de relações em órgãos governamentais, nos meios empresariais e nas próprias instituições de ensino. A autora (1997) destaca ainda que os profissionais *mainstream* dessas instituições, valorizam o papel do mercado no âmbito do sistema econômico.

A partir dessa discussão, desenvolve-se a seção a seguir. É traçado um panorama da formação do Jornalismo especializado nessa área no Brasil. É importante enfatizar que o desenvolvimento do Jornalismo econômico brasileiro esteve atrelado aos diferentes planos econômicos, crises e trocas de governos.

4.4 O Jornalismo Econômico brasileiro e os contextos econômicos na história

A seção a seguir discute as principais características do jornalismo de economia no Brasil. Reunimos, para isso, autores especializados nesse tipo de jornalismo como Quintão (1987); Caldas (2003); Lene (2004a; 2006; 2007; 2009a); Ribeiro (2007); Kucinski (1991; 1996; 2000); Nassif (2003); Puliti (2009; 2010; 2014); dentre outros, que nos ajudam a entender esse cenário.

Caldas (2003) destaca que em 1943 o Estado Novo de Getúlio Vargas estimulou a economia e a censura à imprensa. Anos mais tarde, durante a década de 1950, no segundo governo de Vargas, com as criações da Petrobrás e Vale do Rio Doce, o cenário econômico no Brasil progrediu e se diversificou a partir da proteção do Estado. Desse modo foi nesse

⁷ Entre os economistas *mainstream*, um dos valores acadêmicos mais considerados é o de que os modelos econômicos e teorias devem ser expostos através de uma linguagem formal manipulável (NERIS Jr.; FUCIDJI, 2016, p.137). Os autores lembram ainda que as conjecturas comportamentais dos modelos da *mainstream* retratam um ser humano onisciente e racional (NERIS Jr.; FUCIDJI, 2016, p.138). A Economia enquanto disciplina econômica, na visão *mainstream*, se caracteriza pela insistência no uso de modelagem formal como o veículo privilegiado para o conhecimento da economia como-objeto (NERIS Jr.; FUCIDJI, 2016, p.124).

momento, que se deu a expansão das notícias ligadas à área econômica, embora ainda não houvesse uma organização em editorias (CALDAS, 2003).

Quanto ao trabalho e difusão do Jornalismo de economia, Lene (2004a; 2006; 2009a; 2010) lembra que os anos de 1950 foram marcados pelo colunismo e estiveram ligados à reorganização do sistema capitalista e a sua abertura na economia em escala mundial. Ainda sobre esse período, Quintão (1987) esclarece que o jornalismo econômico praticado até a metade da década de 1950 é representado por um jornalismo mais analítico. A princípio era exercido por estrangeiros especializados em economia internacional, e posteriormente, por brasileiros com formação econômica acadêmica, mas que não tinham no jornalismo sua principal atividade profissional. Todos mantinham vínculos empregatícios com os setores econômicos tanto privados quanto públicos (QUINTÃO, 1987).

A especialização e a reestruturação do segmento Jornalismo econômico no Brasil só veio no final dos anos de 1960, com a criação das editorias, o aumento do número de páginas das publicações diárias e uma maior cobertura desse tipo de jornalismo especializado (QUINTÃO, 1987; LENE, 2004a; 2006; 2009a; 2010; PEDROSO NETO, 2015). Surgem complexos empresariais de comunicação de massa, além de revistas especializadas em economia e boletins (*Newsletters*). Sobre esse período, Quintão (1987) diz que os assuntos econômicos abordados nos jornais, geralmente apresentavam destaque na imprensa, quando transformados em fatos políticos. Nesse sentido pode-se dizer ainda que “a especialização foi um caminho inevitável para quem cobria economia, tal a diversidade dos assuntos” (QUINTÃO, 1987, p. 97).

Pode-se caracterizar a década de 1960 como um período de crescimento da economia brasileira. Deste modo, o Jornalismo Econômico desse momento, aproveitou o ensejo e foi assim caracterizado, de acordo com Nassif (2003), pela difusão de temáticas relacionadas com os problemas macroeconômicos ou da economia de mercado. Ainda segundo o autor, as principais fontes eram os banqueiros e economistas, além dos projetos, balanços e relatórios provenientes de instituições estatais e também dos segmentos privados.

Lene (2007) destaca que durante o regime militar (1964-1985)⁷, predominou o oficialismo na cobertura econômica. Nesse contexto, assuntos ligados à economia passaram cada vez mais a fazer parte do cotidiano dos brasileiros. O Estado tornou-se um dos principais difusores de pautas desse tipo de jornalismo especializado. O Jornalismo Econômico ganhou importância devido a diferentes fatores, a saber: as modernizações da economia, à censura as

notícias de política, às necessidades da classe média em ascensão, que desejam obter notícias de aplicações e investimentos (LENE, 2010).

Segundo Kucinski (1991), durante a Ditadura militar no Brasil nasceram e morreram cerca de 150 periódicos alternativos. Todos eles tinham como principal característica a oposição ao regime e faziam críticas ao modelo econômico. Os jornais desse período, segundo o autor, “se constituíram não em meros símbolos de resistência da sociedade civil ao autoritarismo, ou expressão de um movimento ou uma articulação de resistência: eles eram a própria resistência” (KUCINSKI, 1991, p. 53).

Já Abreu (2003), explica que o jornalismo econômico foi à mola propulsora das alterações que ocorreram na imprensa durante o regime militar, o que provocou mudanças significativas no perfil dos profissionais do campo jornalístico, bem como, no modo de se construir a informação. Segundo a autora, os economistas passaram a ter o espaço que antes era dedicado à política e seus agentes. Vale lembrar que até os anos de 1970, as notícias eram essencialmente com cunho financeiro e comercial e é por isso, portanto, que a autora destaca a década em questão, como o momento de decisão na cobertura econômica.

Ainda quanto à morfologia do espaço do Jornalismo Econômico brasileiro, destaca-se que grandes nomes começaram a atuar nos anos de 1960 e 1970. Pode-se citar, por exemplo, casos como de Joelmir Beting (iniciou nesse tipo de jornalismo em 1962); Mirian Leitão; Luís Nassif (começou a atuar no Jornalismo econômico em 1974 e no ano seguinte, na cobertura de finanças); Carlos Alberto Sardenberg; Suely Caldas (começou na Revista Visão em 1973 e atualmente atua no Jornal O Estado de São Paulo); além de Celso Ming (LENE, 2007; PEDROSO NETO, 2015). Esse grupo de Jornalistas de Economia são classificados como os que pertencem a “geração mais velha”, dominantes nesse espaço no Brasil, pelos seus postos de atuação e o reconhecimento dos pares (PEDROSO NETO, 2015).

Em 1972, “O Jornal do Comércio” lançou um caderno especial de crítica à política econômica do então ministro da Fazenda, Delfim Netto. Caldas (2003) lembra que eles se sustentavam nas análises de economistas opositores ao regime, no entanto, a censura falou mais alto. O presidente do jornal supracitado, não resistiu à pressão e acatou as ordens das autoridades: suspendeu a circulação do periódico. O episódio, segundo Caldas (2003, p. 7) “se transformou no maior encalhe, produzido pela censura, da história do jornalismo brasileiro”. Ainda sobre esse período, a autora lembra que o ano de 1974 foi marcado pelo documento entregue ao então Presidente Ernesto Geisel, pela Associação dos Jornalistas de Economia e

Finanças (AJEF), que cobrava uma maior abertura para o Jornalismo Econômico, e mais acesso às informações do governo.

Kucinski (1996) lembra que a chegada das multinacionais no Brasil, em especial, das montadoras de veículos, possibilitou a disseminação das assessorias. Os trabalhos desses profissionais, anos mais tarde, deram origem à cobertura triunfalista do “Milagre Econômico”. Kucinski (1991) explica que esse foi o período compreendido entre 1967 e 1973, em que o Produto Interno bruto (PIB) cresceu quase o dobro da média histórica do país. Isso ocorreu no contexto de políticas de concentração de renda e êxodo rural, detonando um ciclo de grande expansão na construção civil, que foi o motor do “Milagre”⁸. As greves desse período ajudaram a abalar às estruturas do Milagre Econômico. Kucinski (2000) reforça que o jornalismo de serviços se expandiu nesse período.

Nassif (2003) cita os anos de 1970 como o período da ascensão do Jornalismo de negócios. Até esse período, o Jornalismo de economia era basicamente financeiro e comercial, voltado para a divulgação de assuntos como cotações das Bolsas de valores, câmbio, entrada e saída de navios, preços e produção de produtos agrícolas, dentre outros assuntos (LENE, 2009a). Entre os anos de 1970 e 1980 surge um novo público consumidor do Jornalismo Econômico e reúne “empresários, economistas, assessores técnicos privados e governamentais, estudantes de economia e administração, investidores das Bolsas e especuladores financeiros” (LENE, 2009).

Quintão (1987) lembra que nos anos de 1970, as experiências dos profissionais que atuavam no Jornalismo Econômico eram incipientes, visto que os cursos acadêmicos apresentavam deficiências quanto à preparação no que tange a essa cobertura específica. O mesmo autor também defende que o apogeu do Jornalismo econômico foi durante a década de 1970, a partir do “modelo capitalista de desenvolvimento autoritário dependente associado”, voltado para o capital estrangeiro.

Assim como Quintão (1987), Lene (2007) também considera os anos de 1970, como a consolidação da categoria “Jornalismo de economia” na imprensa brasileira, e enfatiza ainda, que foi quando se deu um maior engajamento desses assuntos. A mesma autora (2004a; 2006; 2007; 2009a; 2010) reforça, que esses profissionais começavam nesse período, a buscarem capacitações e profissionalizações, por meio de cursos de extensão ou de pós-graduação no

⁸ Ao utilizar o termo “Milagre” no presente trabalho, opta-se por usar aspas, visto que esse crescimento, não foi igualitário e nem sequer distribuído a todos. Kucinski (1996) reforça isso ao fazer uma crítica ao “Milagre”, argumentando que o crescimento ocasionou na má distribuição da renda.

Brasil e até mesmo no exterior, para a cobertura do campo econômico. Ainda dos anos de 1970, pode-se dizer que os estados do Sudeste, sobretudo, Rio de Janeiro e São Paulo eram os maiores empregadores de Jornalistas de Economia no Brasil. Os dois centros urbanos, concentravam mais de 70% dos profissionais desse campo segmentado (LENE, 2007).

É importante ainda dizer que a Redemocratização nos anos de 1980 trouxe novos ares ao Brasil, e assim a imprensa passou a refletir essas mudanças. Lene (2005; 2007) destaca que esse momento econômico, juntamente com o processo de tentar estabilizar a moeda, fez com que esse jornalismo especializado ganhasse força e as editorias de economia, seguissem com grande prestígio nas redações. Esse período também ficou conhecido como o da recessão e considerado como a década perdida, momento este em que não se fala mais em crescimento, mas sim no aumento da dívida externa, em correção monetária e na estagnação econômica.

Caldas (2003) e Lene (2005; 2007) lembram que a redemocratização permitiu com que as notícias de economia prosperassem, ainda que publicadas em páginas diferentes e sem uma organização própria. A autora lembra que nos anos de 1980 os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI); as polêmicas envolvendo as taxas de juros; o crescimento ou a queda da produção industrial e agrícola; aposentadorias; o salto da balança comercial e as taxas de desemprego foram assuntos que passaram a ser abordados, com naturalidade, no jornalismo brasileiro.

Nesse mesmo período, Puliti (2009; 2010; 2013) afirma que, com a Redemocratização, ao se falar de mercado financeiro, as fontes clássicas foram substituídas por um novo agente: o economista. Este era constituído pelos padrões norte-americanos do neoliberalismo⁹. Anteriormente esse espaço era ocupado predominantemente por produtores rurais e grandes empresários e a inflação e a dívida externa desse período predominavam nos espaços destinados às notícias econômicas (PULITI, 2014).

Com essas mudanças, Bahia (1990) mostra que o Plano Cruzado permitiu que milhares de brasileiros recorressem às bancas em busca de informações, que até então não eram possíveis de serem encontradas. Elas vinham acompanhadas de tabelas, ilustrações, cálculos e dados comparativos, o que alavancou as vendas. Nesse momento, leitores estavam ávidos por conteúdos sobre bolsas; aplicações e investimentos; seguro desemprego; dentre outros assuntos de cunho econômico. Durante o referido Plano Econômico, a circulação dos jornais impressos cresceu 32% nos primeiros seis meses e manteve-se 13% acima da média. O

⁹ Para Puliti (2013), as forças que condicionam ao desenvolvimento só se concretizam quando, liberadas das amarras do Estado e as decisões são tomadas em um cenário de mercado livre.

congelamento dos preços dos exemplares e da publicidade, fez com que os anunciantes investissem mais (BAHIA, 1990). Ainda em relação ao Plano Cruzado, Lene (2010) mostra que durante a cobertura do noticiário econômico, os jornais fortaleceram um papel pedagógico perante os leitores.

Além dos citados momentos econômicos e políticos brasileiros, a eleição de Tancredo Neves em 1985, segundo Basile (2002), também contribuiu para a especialização e expansão dos espaços reservados à imprensa econômica no país. O autor creditou esse interesse crescente à necessidade que o público tinha em compreender o que era feito para estabilizar a moeda, mas principalmente porque havia um abismo entre ricos e pobres (BASILE, 2002).

Outros fatores contribuíram do mesmo, com o *boom* do Jornalismo Econômico: Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Os dois últimos Planos renderam uma série de matérias exclusivas e uma projeção para Suely Caldas. Muitas das denúncias feitas por reportagens resultaram no afastamento de ministros e secretários, e, posteriormente, do próprio Collor. Caldas (2003) reforça que houve uma maior abertura política e a criação de centros de estudos e debates de economia, mas de cunho político.

Quanto aos anos de 1990, Kucinski (2000) avalia a imprensa como peça importante na campanha neoliberal. Para ele, o Jornalismo Econômico tornou-se o principal fomentador do debate político e o responsável pelo desmonte do Estado social-democrata. O autor (2000, p. 129) declara que do governo Collor depreende o fracasso, originado pela desorganização provocada dentro da economia e nas famílias, em razão do bloqueio do capital, principalmente, das pequenas empresas.

Ainda na citada década, verificou-se uma maior participação de profissionais jovens nesse tipo de imprensa especializada (LENE, 2007). A Era FHC e o Plano Collor também se constituíram como acontecimentos importantes no cenário econômico. Com isso, percebe-se uma crescente gama de notícias ligadas ao mercado financeiro no Brasil. Basile (2002) declara o momento do confisco da poupança, durante o governo de Fernando Collor de Melo, como o apogeu da imprensa econômica. A população não entendia o que de fato estava acontecendo e cabia aos jornalistas econômicos tentarem explicar. “Era uma oportunidade de ouro para os veículos” (BASILE, 2002, p. 76). E assim aos poucos, ia se formando um público avido por notícias desse tipo de jornalismo especializado.

Em relação ao Plano Collor, Lene (2010b) enfatiza que os jornalistas de economia brasileiros descreviam as experiências dos consumidores diante desse cenário. A autora lembra que eram relatadas histórias de assaltos, suicídios e saques que teriam sido motivados

pelas mudanças do referido pacote econômico. Deste modo, pode-se dizer que a mídia se posicionou na cobertura dos diferentes modelos econômicos e atuou como agente político (LENE, 2010).

Para Puliti (2009), a entrada de novos recursos e o fluxo de investimentos financeiros durante o Plano Collor teve como principais características: a alta dos preços e dos índices de inflação. Foi também nesse período que os agentes do mercado financeiro ganharam uma maior autonomia e conquistaram lugares de destaque no Jornalismo Econômico, por meio das discussões de assuntos ligadas ao setor de finanças. Puliti ainda reforça que entre 1990 e 1994, os assuntos ligados ao comportamento do mercado financeiro também dividiram espaço com greves e negociações salariais.

Em relação à implantação do Plano Real, instituído em 1994, Lene (2010) afirma que a imprensa fomentou esse acontecimento econômico, transformando-o em um episódio político. Sobre o trato da notícia, a autora mostra a utilização, por parte da imprensa, da expressão “futuro” (grifo da autora) Presidente para se referir a Fernando Henrique Cardoso.

Foi possível perceber que nas últimas décadas diferentes acontecimentos marcaram o cenário econômico e político, o que intensificou o campo do jornalismo brasileiro, sobretudo aquelas voltadas para os assuntos de economia e do setor financeiro. Da ditadura à democracia registraram-se momentos de abertura ao mercado estrangeiro, acordos políticos e uma maior ampliação das discussões de cunho econômico, mas que em sua maioria estavam sempre ligados à esfera política, situação que permanece até os dias de hoje. Depois de apresentado o histórico do jornalismo econômico no Brasil, desenvolve-se na seção a seguir, um panorama das principais características que tangem esse jornalismo segmentado.

4.4.1 Jornalismo Econômico no Brasil e suas características

A presente seção, por meio de autores como Basile (2002) e Lebaron (2012), traça um panorama da relação entre os discursos econômicos, mídia e economia. Quintão (1987); Schudson (1989; 1995)); Kucinski (1996; 2000); Puliti (2009); Pedroso Neto (2012; 2015); trazem um pouco da gênese do jornalismo atrelado às pautas econômicas. Discorre-se também por meio de Loureiro (1997); Caldas (2003); Ortiz (2006); Lene (2006; 2007; 2010); dentre outros autores, uma discussão acerca da linguagem utilizada pelos profissionais do campo jornalístico quando os assuntos em pauta são as finanças e a economia.

Considera-se, baseado em Pedroso Neto (2015), como Jornalistas de economia, os agentes atuantes nesse tipo de editoria especializada, ou seja, profissionais que trabalham com assuntos de cunho econômico em diferentes meios como revistas; jornais impressos; sites; portais de notícias na internet; televisão, rádio; agências de notícias; dentre outros. Pedroso Neto (2012; 2015), ao sistematizar a gênese e objetivar o espaço do Jornalismo Econômico brasileiro, explica que este subcampo é um espaço marcado pela produção cultural e por relações de poder. Os profissionais dominantes desse tipo de jornalismo especializados possuem vínculos com os especialistas do campo econômico que ajudam a explicar suas posições no Jornalismo Econômico (PEDROSO NETO; UNDURRUGA, 2016).

Ainda no que tangem à dinâmica dos jornalistas de economia no Brasil, é possível dizer que “os mais lidos e repercutidos [...] mantêm e reavivam a hierarquia das perspectivas e enquadramentos possíveis sobre a vida econômica e financeira da sociedade” (PEDROSO NETO; UNDURRUGA, 2016, p. 4). Quanto à relação construída entre esses profissionais e os agentes do campo das finanças, os autores por meio de um estudo empírico detectaram que pode ter implicações no conteúdo dos jornais (PEDROSO NETO; UNDURRUGA, 2016).

Quintão (1987) esclarece que o Jornalismo Econômico se preocupa em trabalhar com tudo o que envolve economia e o setor de finanças. Pedroso Neto e Undurraga (2017) reforçam que o jornalismo de economia, enquanto prática de reprodução simbólica tornou-se parte integrante da vida econômica no Brasil. Isso se deve a produção dos seus bens simbólicos, que no caso do jornalismo correspondem às colunas, editoriais ou notícias (PEDROSO NETO, 2015). Os mesmos autores explicam ainda, que esse tipo de jornalismo especializado participa das lutas simbólicas que orientam a economia.

Quanto às notícias de economia, Pedroso Neto e Undurraga (2017), explicam que os jornalistas não dão voz de forma igualitária para todos os agentes e enquadramentos, tudo é hierarquizado. Schudson (1995) argumenta que as notícias sobre economia são dirigidas a públicos específicos de leitores como, por exemplos, os investidores. Destaca-se que a visão da economia política acaba por relacionar a produção desse conteúdo com a estrutura econômica da disposição dessas notícias (SCHUDSON, 1989).

Sobre a linguagem utilizada, Ortiz (2006) afirma que a linguagem utilizada pelos economistas não permite a compreensão para quem não é da área, o que pode se configurar como um método de dominação social. A sociedade deposita assim, uma crença acerca dos discursos dos economistas que são reforçados pelos profissionais do campo jornalístico (ORTIZ, 2006). Ao falar dos fenômenos econômicos, os jornalistas acabam por absorverem a

linguagem de economia, mas não sabem traduzi-la para os leitores ou pecam pelo zelo, e nesse caso, acaba por tornar o texto muito retórico (QUINTÃO, 1987, p. 109).

Caldas (2003) explica que o texto de economia exige esforço extra do jornalista para traduzir em linguagem clara e acessível ao público, a frieza dos números e os termos técnicos usados pelas fontes de informações, pesquisas, balanços, relatórios e documentos do governo. E sugere que, no caso do uso de siglas e conceitos desconhecidos do público e até mesmo do próprio jornalista, é importante não ter medo de questionar, afinal essa é a principal função do profissional do campo jornalístico.

Visto que são nas editorias de economia que são noticiados assuntos como juros, inflação, tarifas públicas, reajustes de aluguéis ou dos preços da carne ou feijão, da queda das ofertas de empregos e do salário reduzido (CALDAS, 2003), a produção dos textos econômicos deve ser feita com cuidado, agregar novos dados que projetem aos leitores indicações para melhores contextualizações do assunto e que facilitem a compreensão. A linguagem no Jornalismo Econômico deve ser, portanto, acessível aos diferentes públicos.

Basile (2002, p. 9) afirma que “se é difícil interessar-se pela leitura de publicações econômicas, é infinitamente mais difícil produzi-las com integridade”. O autor declara que para elaborar notícias de cunho econômico, exige-se um olhar criativo. Mas, afinal, para que tipo de público esse jornalista especializado escreve? De acordo com o autor, esses textos são destinados a indivíduos interessados em saber como consumir, poupar, produzir ou investir, e que precisam se atentar para questões específicas como o preço do dólar, política econômica, a situação da bolsa de valores, dentre outros assuntos (BASILE, 2002).

Kucinski (1996) chama atenção para o fato de que a maioria dos profissionais atuantes no Jornalismo Econômico demonstram dificuldades de compreensão do conteúdo e da linguagem técnica. Por outro lado, o autor reforça que a maior parte do público, mesmo os que possuem formação acadêmica, não consegue decifrar as notícias econômicas. Lene (2010) explica que a aquisição de poder simbólico do Jornalista econômico de referência passa por construções de um texto, que transmite as informações de forma objetiva, de modo a ser assimilada pelos respectivos públicos.

Lene (2006) defende a ideia de que o noticiário econômico é pautado pelos prognósticos e não apenas pelos relatos de acontecimentos do presente, e assim, antecipam situações e provocam mudanças no mercado. A autora enfatiza que a economia são processos e sistemas, singularizados pela linguagem jornalística, que os noticia como se fossem episódios. Lene também destaca que a imprensa abre seus melhores espaços às notícias

positivas sobre o desempenho econômico e, por fim, reluta em aceitar as adversidades da economia.

Ainda quanto à gênese do jornalismo econômico, de acordo com Puliti (2009), os agentes do mercado financeiro, aproveitam-se do espaço oferecido pela imprensa para influenciar nas agendas política e econômica, e para atrair novos clientes para as suas instituições. A mesma autora defende que na atualidade, os profissionais do campo econômico, por meio das ciências exatas, projeções e uma aparente neutralidade em relação aos fenômenos econômicos, conquistaram credibilidade no mundo jornalístico.

Kucinski (1996) traz seus relatos sob uma ótica crítica. O Jornalismo Econômico é, de acordo com o autor, displicente quanto a questões como a fome; o desemprego; as desigualdades mundiais ou a desordem monetária internacional; o que seria como se esses assuntos, desafiassem seus fundamentos ideológicos. Além disso, afirma que um dos problemas centrais enfrentados pelos jornalistas de economia é a precariedade de teorias econômicas. Elas são divididas em diferentes escolas de pensamento e parte delas é distante do objeto principal que tange as ciências humanas, ou seja, do próprio homem (KUCINSKI, 1996).

Diante desse cenário, como se comportam esses profissionais? Kucinski (2000) argumenta que nesse tipo de jornalismo especializado, os ciclos expansivos sempre ganham uma sobrevida maior, e as crises por sua vez, são em geral subestimadas. O mesmo autor (1996) afirma que esse tipo de jornalismo se ressentia da pouca autonomia ideológica desses profissionais em relação às classes proprietárias na abordagem dos grandes temas da agenda político-econômica. O Jornalismo econômico pode ser, portanto, trabalhado como uma unidade relativamente autônoma, determinada por uma estrutura interna, produto de sua história, o que nos leva a hipótese da pouca ou relativa autonomia dos jornalistas perante os assuntos econômicos (no caso do estudo em questão, as Reformas da Previdência).

Diante dessa discussão, na subseção a seguir são descritas as características que tangem a formação e especialização dos profissionais desse campo de atuação no que diz respeito ao Jornalismo Econômico.

4.4.2 As formações acadêmicas dos jornalistas econômicos brasileiros

Uma importante discussão é apontada por Kucinski (1996) e diz respeito às novas gerações de jornalistas. Segundo o autor, esses novos profissionais sofrem as consequências

da deficiência dos cursos de jornalismo, pois quase não aprofundam em suas grades curriculares, os conhecimentos que tangem à sociologia, economia, política ou filosofia, por exemplo. Consequência: o campo midiático é muitas vezes ocupado por economistas e sociólogos, que não dominam do conhecimento técnico da comunicação e não se pautam necessariamente pelo princípio ético do jornalismo. “A ocupação desse espaço pelos jornalistas passa pelo processo de aquisição autodidata do conhecimento (KUCINSKI, 1996, p. 23).”

Quintão (1987) e Lene (2007) lembram que as instituições de ensino superior responsáveis pela formação da maior parte dos jornalistas de economia no Brasil, estão concentradas no eixo Rio-São Paulo. Destacam-se, portanto, as tradicionais Universidade de São Paulo (USP), a Faculdade Cásper Líbero, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio e de São Paulo. De acordo com Lene, esse cenário é desde os anos de 1970, se massificando ainda mais, no final do século XX.

Quanto às formações complementares, Lene (2007, p. 9) lembra que se dá através de cursos de economia ou por meio de treinamentos voltados para essa área, promovidos por grandes jornais como O Estado de São Paulo e a Editora Abril.

A seguir estão descritas algumas considerações acerca dos quatro objetos de estudo a serem analisados. A seção também trará alguns momentos que marcaram esses jornais diante das mudanças econômicas e políticas ao longo dos anos. As informações foram consultadas nos sites oficiais de cada jornal, além de referência aos estudos de autores como Bahia (1990); Caldas (2003); Azevedo (2006; 2011); Puliti (2009; 2013); dentre outros.

4.5 Considerações sobre os objetos de estudo

A seguir são apresentados dados referentes aos quatro espaços empíricos estudados: Folha de São Paulo (FSP); O Estado de São Paulo (OESP); Valor Econômico (VE) e O Globo (OG) e o que eles representam para o cenário jornalístico. Segundo o IVC (Instituto Verificador de Circulação), os jornais FSP e OESP, são os dois maiores em termos de circulação na capital paulista e no Brasil. De acordo com uma pesquisa do Instituto Marplan, relativa ao primeiro semestre de 2012, a Folha contava naquele ano, com 1,567 milhão de leitores diários, já o Estado de S. Paulo vinha logo em seguida, com 1,277 milhão de leitores. O VE é tido como o mais expressivo, quando o assunto é a cobertura econômica. O OG é

considerado o maior em circulação no Rio de Janeiro. Para facilitar a leitura e possibilitar uma melhor compreensão, a partir de agora, em alguns momentos, esses jornais serão citados com as referidas siglas.

A escolha dos jornais também parte do conceito de Azevedo (2006; 2011), que trabalha a FSP, o OESP e o OG, como os representantes dos “Grandes Jornais” de circulação nacional ou mídia tradicional. Lene (2010) considera a FSP e o Globo como os representantes da “grande imprensa” (grifo da autora). Ainda em relação à Folha de São Paulo e O Globo, Lene (2009b) reforça que esses dois veículos de comunicação têm importantes influências políticas sobre a opinião pública e que se destacaram nos anos de 1970 e mantiveram essa posição até hoje. Bahia (1990) lembra que nesse período, a FSP, o OESP e o OG foram os impressos pioneiros a empregarem processos computadorizados de edição.

Na incessante busca pela credibilidade e por um furo (notícia dada em primeira mão), Caldas (2003) diz que nos jornais OESP, FSP e OG, os editores temem serem cobrados e esperam por críticas no dia seguinte, a depender do que foi publicado em outros jornais de grande circulação. A autora e também jornalista de economia atuou como diretora do Estadão no Rio de Janeiro e atualmente tem seus textos publicados em uma coluna no mesmo jornal. Caldas também trabalhou no caderno de economia da FSP e do OG. A mesma autora explica ainda, que o salário médio dos jornalistas de economia dos impressos Valor Econômico, O Estado de São Paulo, O Globo e Folha de São Paulo, já chegaram a 16 salários mínimos, valor acima do que é pago por outras editorias, exceto a de política.

Vale destacar ainda, de acordo com Caldas (2003), que os quatro jornais possuem sucursais nos três principais centros de discussões econômicas e políticas no Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e na capital federal), o que ajuda a justificar mais uma vez, a importância de se estudar os veículos de comunicação em questão. As quatro empresas jornalísticas são também filiadas ao Instituto Verificador de Circulação (IVC), o que facilitou o acesso à parte dos dados presentes nesse trabalho. Destaca-se, também, que os jornais em questão possuem agências de notícias que vão produzir conteúdo para outros veículos em todo o país. É o caso do Valor Online do VE e da Agência Estado do OESP.

Embora os quatro jornais analisados sejam *locus* do Jornalismo Econômico, considera-se que o presente estudo poderá apresentar diferentes enquadramentos, principalmente ao considerar que entre eles há um jornal integralmente especializado em economia, no caso, o VE, e que, portanto, poderá trazer um maior aprofundamento no debate do que tange a Previdência.

4.5.1 Folha de São Paulo (FSP)

Assim como é relatado no site da própria Folha de São Paulo e reforçado por Abreu (2003), a história do referido jornal começou em 1921, quando recebeu o nome de “Folha da Noite”¹⁰. Em 1925, lança-se a edição matutina, “Folha da Manhã”. Nesse período, a tiragem diária dos dois jornais subiu de 15 mil para uma média de 80 mil exemplares. O Jornal em questão nascia e se desenvolvia dentro de um cenário em que o estado de São Paulo começava a se industrializar e o Rio de Janeiro era o principal polo político e econômico do país.

Puliti (2009; 2013) destaca que no “Grupo Folhas”, os temas ligados à economia, passaram a aparecer no fim dos anos de 1930, com notícias do setor agropecuário, principalmente após a chegada do advogado e jornalista Mário Mazzei, que ajudou a ampliar a cobertura desses assuntos. Em 1931, a empresa jornalística em questão, passa a se chamar “Folha da Manhã Ltda”. Nesse mesmo ano, o jornal foi vendido para Octaviano Alves, um cafeicultor, que dava ênfase aos assuntos da lavoura e se opunha ao Estado Novo.

Lene (2004) destaca que em 1949, foi lançado o Suplemento Comercial e Industrial que circulou até 1964. Por volta de 1950, a Folha passou a ter repórteres específicos de economia (PULITI, 2009). A mesma autora (2009; 2013) destaca desse mesmo período, o lançamento do primeiro caderno da FSP voltado exclusivamente para o mundo econômico. Intitulado “Economia e Finanças”, a editoria trazia reportagens de cunho mais analítico. Em termos de linha editorial, destaca-se também a ênfase nos setores urbanos e industriais.

Foi somente nos anos de 1960 que se tornou Folha de São Paulo, como se conhece hoje. Basile (2002) explica que no início do Jornalismo Econômico, tudo era noticiado por meio do “economês” e, nem mesmo os jornalistas, entendiam. No fim dos anos de 1960, Joelmir Beting, então jornalista e colunista da Folha de São Paulo, mudaria um pouco essa realidade. Beting passou a trazer analogias e a “traduzir” melhor a economia do país para os leitores, o que se tornou uma das revoluções trazidas pelo referido jornal (BASILE, 2002; CALDAS, 2003; PEDROSO NETO, 2015).

Ainda dos anos de 1960, destaca-se a criação da Agência Folha em 1967, uma central de notícias, que veio para reduzir os custos. Caldas (2003) enfatiza que essa agência

¹⁰ Informações disponíveis em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_20_30.htm

supracitada fornece, ainda hoje, informações para jornais de outros estados e está mais voltada para o mercado de mídia.

Nos anos de 1970, é criado o Banco de Dados de São Paulo Ltda, que incorpora os arquivos de fotos, textos e a biblioteca da Folha. Ortiz (2001) explica a evolução do referido jornal, depois desse período, ao se render aos novos aparatos tecnológicos como o Sistema Folhas de Terminais, que trouxe mais velocidade, uma vez que possibilitou ao jornal eliminar etapas no processo industrial gráfico, diminuindo custos e aumentando as vendas, visto que forneceu várias possibilidades de preço das inserções e fatura imediata. Pode-se destacar nesse cenário que a empresa-jornal em questão, teve como alavanca para sua modernização, o capital externo. Em relação aos anos de 1970, Quintão (1987) afirma que a Folha de São Paulo passou a ter um dos maiores parques gráficos do país.

Bahia (1990) lembra que a Folha de São Paulo aperfeiçoou nos anos de 1980 a edição de serviços informativos de cunho econômico que, segundo o mesmo autor, se tornaram padrões no jornalismo brasileiro. Destaca-se também que a FSP assumiu nesse período a liderança de circulação entre os jornais diários brasileiros. Em 1982 – assim como relata o próprio jornal em seu site –, teve início o processo de microfilmagem de suas edições impressas desde a década de 1920.

Ainda desse mesmo período, pode-se dizer que a FSP apoiou fortemente, entre 1983 e 1984, a campanha das Diretas Já. O jornal dispunha de uma coluna própria que trazia diariamente todas as informações e assim ajudava a fortalecer a bandeira das eleições diretas para presidente do Brasil (ABREU, 2005; AZEVEDO, 2006). Vale destacar ainda que desde 1985 a Folha de São Paulo divulga documentos dentro do próprio jornal com os seus procedimentos e prioridades editoriais.

Os impactos causados pelas notícias de economia, referentes ao Plano Cruzado em 1986, geraram conseqüentemente, alterações no projeto gráfico da Folha de São Paulo: “Tentava-se explicar o impacto das diferentes medidas ou nos diversos produtos em sub-retrancas, com ilustrações ou tabelas” (LENE, 2008, p. 9). Com a cobertura do referido plano econômico, a FSP bateu todos os recordes da época, no dia 5 de março do referido ano de implantação, o que, segundo a autora, comprovou a consolidação do jornalismo de serviço.

Após uma pesquisa empírica e sistemática, Puliti (2009, p.128) verificou que em 1990, dentro dos assuntos ligados ao Mercado Financeiro e ao mundo econômico registrados na FSP no primeiro semestre do ano em questão estavam: o Plano Collor; a inflação; confisco das poupanças; negociações salariais e as aplicações financeiras, devido à alta dos preços

(PULITI, 2009, p.128). Em 1992, a FSP lançou o caderno intitulado “Dinheiro” (vigora até os dias de hoje como a editoria de economia e agronegócios) (CALDAS, 2003), e assim, o noticiário econômico passou também a abordagem de temas como greves; demissões; comportamento do mercado financeiro e sobre os ajustes fiscais (PULITI, 2009, p.129). Ainda de acordo com Puliti, em 1994 foi criado a “Folha Informações”, com as cotações do dólar e o assunto inflação continuava a todo vapor.

Em 1992, a FSP lançou o caderno intitulado “Dinheiro” (vigora até os dias de hoje como a editoria de economia e agronegócios) (CALDAS, 2003), e assim, o noticiário econômico passou também a abordar temas como greves; demissões; comportamento do mercado financeiro; e ajustes fiscais (PULITI, 2009, p. 129). Ainda de acordo com Puliti, em 1994 foi criado a “Folha Informações”, com as cotações do dólar e inflação.

O último Projeto Editorial desenvolvido pela Folha de São Paulo foi em 1997, intitulado “Caos da informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático”. O Editorial trouxe como destaque as mudanças no trabalho dos profissionais do campo jornalístico, visto que as pessoas se deparam com informações o tempo todo, advindas de diferentes fontes de informação nos mais variados formatos.

Destaca-se atualmente da Folha de São Paulo, os seus principais cadernos: Poder (assuntos do cenário político e ligados a justiça); Mundo (notícias internacionais, geralmente ligadas a políticas e crises econômicas); Mercado (política econômica e todo o cenário econômico); Cotidiano; Esporte; Ilustrada (notícias de entretenimento, cultura e arte); Ciência (relacionados às pesquisas nas ciências do ambiente e naturais), além de cadernos especiais. A editoria de economia é constituída de uma média de sete páginas, em meio às cotações agropecuárias, além da publicidade (inclusive de empresas ligados ao setor financeiro).

Segundo dados auditados pelo IVC, o jornal diário Folha de São Paulo, registrou em dezembro de 2018, uma circulação média de 103.501 exemplares impressos e 207.176 digitais. A Folha disponibiliza a sua versão *online* pelo endereço eletrônico www.folha.com.br. A FSP também divulga seu conteúdo por meio de redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *LinkedIn* (geralmente com chamadas para o conteúdo do site). O grupo Folha inclui ainda, o site UOL. A subseção a seguir traz o panorama histórico de como se constituiu o Jornal O Estado de São Paulo e como ele se apresenta hoje.

4.5.2 O Estado de São Paulo (OESP)

Em 1875, surgiu “A Província de São Paulo”, fundada por um grupo de republicanos. Somente em 1890 passaria a se chamar O Estado de São Paulo. Caldas (2003) lembra que em 1920, O Estado de São Paulo lançou uma coluna diária intitulada “Magna problemas econômicos”. Em 1926, o OESP, apoiou a fundação do Partido Democrático em São Paulo e líderes do governo federal e estadual na época. Por meio das capas digitalizadas pelo próprio jornal e disponíveis no site, foi possível identificar que em outubro de 1929, O Estadão destacou a acentuada queda da bolsa de Nova York como o maior desastre financeiro noticiado pela imprensa até então.

Dos anos de 1930, Azevedo (2006) destaca que o OESP cerrava fileiras contra o então Presidente Vargas. O referido jornal também foi importante no processo de criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934, graças a uma campanha liderada ainda em 1927. Em 1940, Vargas confiscou o OESP e o colocou a serviço de sua propaganda. Por volta de 1949, o Jornal O Estado de São Paulo, lançou um caderno intitulado “Suplemento Comercial e Industrial” que trazia dentre outros assuntos, aspectos da economia. Esse foi o primeiro informativo de negócios a circular no Brasil, com características liberais e anticomunistas, com um cunho político delineado na área econômica, circulando até 1964 (LENE, 2004; QUINTÃO, 1987).

Nos anos de 1950, OESP criou uma nova seção para noticiar assuntos econômicos. Um dado reforça a importância de tal empresa jornalística. Em 1954, o mesmo jornal conquistou o recorde sul-americano em números de páginas em edições, totalizando 124 e passou, a partir de então, a ser considerado um dos mais completos jornais da América Latina (QUINTÃO, 1987, p. 130). O mesmo autor (*idem*, p. 131) lembra que muitos impressos brasileiros só passaram a introduzir tecnologias em seus sistemas produtivos depois da adoção do referido jornal.

Quintão (1987) destaca que o referido jornal participou, através dos seus proprietários, de momentos importantes da política brasileira como, por exemplo, as campanhas abolicionistas no Império e o golpe de 1964. O jornal também sofreu censura durante o governo de Marechal Costa e Silva. Até os anos de 1960 e 1970, o OESP, quase não destinava espaço em sua primeira página para notícias de economia, embora já houvesse essa editoria especializada no interior do jornal.

Ao falar dos compromissos e privilégios possibilitados pelo mercado estrangeiro aos jornais, Quintão (1987, p. 88) destaca que nos anos de 1970, o Jornal O Estado de São Paulo recebeu empréstimos avaliados em 27 milhões de dólares junto ao Eximbank e do Banco de Boston. Ainda referente a esse período, o OESP, cedeu à censura, e substituiu os noticiários políticos por poemas, receitas e espaços em branco (QUINTÃO, 1987). Abreu (2005) lembra que o OESP, participou da articulação da derrubada de João Goulart. Na época, Ruy Mesquita, um dos proprietários do jornal, fez parte de um grupo de civis e militares que, em São Paulo, conspirou contra o governo.

Em 1º de março de 1986, o Jornal O Estado de São Paulo trazia como manchete “O primeiro dia da guerra à inflação” (consulta feita a partir da edição impressa digitalizada, disponibilizada no seu próprio site), com o anúncio do Plano Cruzado e o consequente congelamento de preços e os reajustes de salários. Ainda diante desse período, Puliti (2009) destaca, que dentre os principais assuntos abordados no referido jornal, no primeiro semestre de 1989, estavam às greves, negociações salariais e a inflação.

Em 18 de fevereiro de 1990 o destaque na capa do O Estado de São Paulo era o primeiro pacote econômico do novo governo, que ficou conhecido como Plano Collor. Segundo o próprio jornal, essas medidas econômicas se tornaram ineficazes contra a alta inflação. Caldas (2003) enfatiza que em 1996, uma reportagem intitulada “Operações fantasmas minaram o Nacional”, publicado na editoria de economia do OESP, conquistou o Prêmio Esso de “Informação Econômica”, que na época, era o mais importante concurso do jornalismo brasileiro.

Nas eleições de 2002, o OESP apoiou o então candidato Lula, que disputava a Presidência com o candidato Serra (AZEVEDO, 2006). No ano seguinte, o portal do Jornal “www.estadao.com.br”, superou a marca de um milhão de visitantes mensais. Em 2010, o OESP criou o caderno “Negócios”, voltado para os assuntos econômicos. Nesse mesmo período, em parceria com a Agência Estado, foi lançado um novo portal. Em 2014, segundo dados do IVC, OESP, foi o quarto maior jornal em circulação média no Brasil, o que reforça mais uma vez, a importância de se estudá-lo.

Caldas (2003) destaca o jornal O Estado de São Paulo como o veículo impresso não especializado em economia, mas que dedica espaço a esses assuntos ao passo que possui um caderno diário de, em média, 10. Quintão (1987) ajuda a reforçar a importância do OESP. De acordo com o autor, é um dos jornais mais importantes do país, pela força e tradição de sua

linha editorial, mas também ao que tange aos fatores econômicos “pelas receitas, crescimento, rentabilidade, liquidez, produtividade, capitalização, etc (QUINTÃO, 1987, p. 132)”.

O principal encarte reúne as editorias de Política, Metrópole e Internacional. De terça a sábado, é reforçado com a editoria de Esportes. Também são publicados editoriais e opiniões. Dentre os colunistas estão Dora Kramer e Mario Vargas Llosa, nas áreas de política nacional e internacional; Fernando Reinach e Jairo Bouer, em Metrópole; além de Antero Greco e Ugo Giorgetti no Esporte. Na editoria intitulada “Economia e Negócios” Amir Khair, Celso Ming, José Paulo Kupfer e Suely Caldas. O conteúdo publicado é creditado com os nomes dos jornalistas responsáveis, respeitando o que Kucinski (1996) intitula como “direito de assinatura”, no qual é um “instrumento básico de formação da imagem pública do jornalista e seus acessos às fontes” (KUCINSKI, 1996, p. 18).

O Jornal diário Estadão pertence ao grupo Sociedade Anônima O Estado de São Paulo e além da sua versão impressa, o conteúdo também está disponível pelo endereço eletrônico www.estadao.com.br. Com uma média de circulação de 165.740 exemplares de segunda a domingo e líder na Grande São Paulo.¹⁰ Estudos realizados pelo Instituto de pesquisa Marplan/EGM de janeiro a dezembro de 2013 revelam o perfil do público desse jornal no qual, 59 % são da classe B, 21% da Classe A e 19% da Classe C.

A subseção a seguir descreve os principais momentos que marcaram o Valor Econômico, considerado um dos principais jornais de economia da atualidade. Para tal descrição, recorre-se a Basile (2002); Caldas (2003); Lene (2004b); Soveral e Pedroso Neto (2016); dentre outros autores.

4.5.3 Valor Econômico (VE)

O jornal diário e nacional voltado para economia e negócios, Valor Econômico (VE) foi lançado em março de 2000, a partir de acordos entre a Folha da Manhã e as Organizações Globo de Comunicações (CALDAS, 2003; LENE, 2004b; PULITI, 2009; 2013; BASILE, 2002). Nesse mesmo ano, Institutos de pesquisa como o “Data Folha”, foram contratados para obterem mais informações sobre hábitos dos leitores em relação ao conteúdo jornalístico econômico. Lene (2012) destaca que o Valor surgiu para arrebatar o público da Gazeta Mercantil, que deteve homogeneidade por mais de 80 anos na abordagem de assuntos econômicos, mas que havia entrado em decadência. O Valor Econômico criou sua versão *online* (www.valor.com.br) em 2001 (SOVERAL; PEDROSO NETO, 2016).

Hoje o VE, é o principal jornal diário especializado em negócios e economia no Brasil, e se enquadra no Jornalismo especializado, e que desde o seu surgimento, trabalha com o acompanhamento do mercado financeiro (PULITI, 2009; 2013). Lene (2012) o coloca entre os mais importantes jornais da atualidade que tratam de economia e finanças no formato de circulação diária e é um dos principais geradores de pautas para outros veículos de comunicação do segmento impresso. Vale enfatizar ainda, que com o seu lançamento, o VE conquistou uma média de 180 mil leitores e mais de 60 mil exemplares.

Caldas (2003) destaca que na primeira página, a prioridade é dada a notícias macroeconômicas, mas sempre incluem assuntos de negócios ou ligadas a disputas entre empresas. O noticiário é dividido a partir das seguintes áreas: empresas e tecnologia; macroeconomia e política; legislação e tributos; internacional; e finanças. Hoje o Valor Econômico é constituído pelas editorias a seguir: Brasil e Finanças (essas duas primeiras trazem as notícias de economia); Política; Empresas; Agronegócios; Internacional; Opinião; Legislação; Carreira; Cultura & Estilo; e o Valor Data.

O VE traz ainda, a inovação do jornalismo móvel, por ter hoje um site para quem deseja ler notícias no celular. Por meio do Valor *Mobile*, um aplicativo próprio para *Smartphones* (m.valor.com.br), o usuário pode ler as principais reportagens do jornal impresso, além das últimas notícias de Finanças, Empresas e Negócios. Além desses suportes, as notícias do Valor Econômico também estão disponíveis através de ferramentas nas redes sociais como o *facebook* e *twitter*, além do *google plus*.

Por último, a subseção que segue, trará o panorama histórico do Jornal O Globo, desde a sua criação até os dias de hoje. Também se desenvolve uma descrição de como a referida empresa jornalística se desenvolveu perante os fatos econômicos e políticos, que assolaram o Brasil ao longo dos anos. A apresentação é feita através de autores como Quintão (1987); Bahia (1990); Caldas (2003); Puliti (2009); Pedroso e Undurraga (2017); dentre outros.

4.5.4 O Globo (OG) ¹¹

O Globo, segundo Abreu (2003), foi fundado em julho de 1925 e em 1972 passou a circular também aos domingos. Dentre seus posicionamentos, Pedroso Neto e Undurraga (2017) afirmam que o impresso apoiou o Golpe Militar em 1964. Quintão (1987), por sua vez,

¹¹ Parte das informações divulgadas aqui sobre o referido jornal pode ser consultada em: <http://acervo.oglobo.globo.com>

afirma que nos anos de 1970, o OG recebeu um financiamento de 12 milhões de dólares do Eximbank. Fato esse que revela uma estratégia utilizada pela imprensa brasileira ao longo de sua história: busca de subsídios com empresas estrangeiras para, dentre outras coisas, garantir sua sobrevivência.

A respeito dos destaques dados pelo jornal, foi possível verificar, a partir das edições digitalizadas disponibilizadas em seu site, que em dezembro de 1977, o referido jornal, trouxe assunto de destaque a exportação do café que chegou a 400 milhões de dólares. Em janeiro de 1979, um dos principais temas na capa, foi o anúncio de que o governo de Figueiredo não faria política de recessão econômica.

Dos anos de 1980, Bahia (1990) destaca que em 1986, ano da implantação do Plano Cruzado, o jornal O Globo, era lido diariamente por pouco mais de 2 milhões de leitores. Lene (2008) lembra que nesse mesmo período, optou-se pela publicação de matérias constituídas por um texto de abertura seguido de tópicos com explicações sobre as alterações gráficas feitas no jornal. Assim como destaca o próprio jornal em seu site oficial, no ano de 2012, para comemorar os 87 anos do O Globo, adotou-se novas mudanças gráficas.

O referido jornal não apresenta um caderno específico de economia (CALDAS, 2003; PULITI, 2009). Caldas (2003) destaca que no Jornal O Globo, as notícias de cunho econômico ocupam quatro páginas, em meio a anúncios, cotações e indicadores econômicos. A autora enfatiza que os textos de abertura são em sua maioria, voltados para assuntos de macroeconomia, dentre eles, decisões do governo, indicadores econômicos ou declarações dos ministros.

O Jornal O Globo é considerado o maior em circulação no Rio de Janeiro. Segundo os dados mais recentes (dezembro de 2018), apresentados pelo IVC (Instituto Verificador de Circulação), o OG registrou em dezembro de 2018, uma média de circulação de 120.303 jornais impressos e 194.741 digitais. A versão *online* do jornal supracitado está disponível no endereço eletrônico: www.oglobo.com.br. Os leitores que quiserem ter acesso às páginas digitalizadas e todas as edições desde a sua fundação até os dias de hoje, além de acompanhar o histórico do referido Jornal, podem acessar pelo site: acervo.oglobo.globo.com/.

E assim de forma resumida, traçou-se um panorama histórico do desenvolvimento dos jornais estudados por esse trabalho. Deste modo, é possível compreender, que as histórias dessas empresas de comunicação, a serem analisadas, estão imbricadas paralelamente com os fatos econômicos e políticos, que tangenciaram o Brasil desde a criação desses veículos até os dias de hoje.

5 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Desenvolve-se aqui as etapas realizadas durante a da parte empírica. Compreende-se, inicialmente, que método é o meio utilizado para atingir os objetivos. O papel do método de pesquisa é dialogar com as diferentes categorias para se estudar o objeto e os sujeitos sociais. Pode-se dizer, portanto, que os métodos são as maneiras como as pesquisas são trabalhadas.

A pesquisa em questão considera a organização cronológica apresentada por Fonseca Júnior (2005, p. 290), a saber: Pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados. Também parte de alguns passos apresentados por Bauer (2007), a saber: leitura flutuante (contato com os documentos a serem analisados), escolha da amostra; construção de um referencial teórico; teste piloto do material coletado; codificação dos materiais e a construção de um arquivo de dados.

O estudo corresponde a um mapeamento que adota uma metodologia mista: quali-quantitativa (dados quantitativos, por meio de estatísticas, mas com uma abordagem qualitativa, ou seja, através de interpretações), pois trará a recorrência de categorias aliadas as análises qualitativas das mesmas, ou seja, quantifica as diferentes tomadas de posição do que se falou acerca da Previdência (BARDIN, 1977; VERGARA, 2010).

No presente estudo, pode-se dizer que se utiliza da pesquisa documental, pois mobiliza fontes de materiais provenientes de arquivos ou outros recursos e as utiliza como fontes de informações (GIDDENS, 2005). Deste modo, a catalogação do material foi feita por meio do conteúdo dos jornais impressos digitalizados e disponíveis nos sites oficiais dos jornais estudados. É importante enfatizar que apenas a FSP oferece o acervo de forma aberta e gratuita. Para ter acesso aos demais jornais foram necessárias as assinaturas dos mesmos.

Deste modo, a análise das notícias são os dados empíricos que se constituem como a unidade de contexto e servem para testar as hipóteses. O estudo em questão inclui o conteúdo, na íntegra, que trata da Previdência nas editorias de economia nos anos analisados. Considera, do mesmo modo, os gêneros jornalísticos, sejam eles informativos, reportagens ou entrevistas, ou opinativos, artigos de opinião. Com isso, busca-se contemplar no que Bardin (1977) chama de “exaustividade” na exploração do material.

O trabalho traz um levantamento do conteúdo relativo à Previdência Social, presente nos cadernos de economia dos seguintes jornais: Folha de São Paulo; O Estado de São Paulo; O Globo e Valor Econômico. O trabalho de pesquisa em questão analisará como o jornalismo de economia dos principais jornais impressos do país, trabalharam as reformas da

Previdência. Os veículos de comunicação destacados são *locus* de realização perene do Jornalismo Econômico no Brasil na atualidade.

De modo geral, serão feitos três tipos de análises do material publicado pela imprensa: a) Compreender os **enquadramentos**, que pode ter favorecido um ou outro modelo; b) O estudo das **vozes** utilizadas; e c) **Os produtores simbólicos**, ou seja, quem mais teve espaço para escrever nesses jornais, na abordagem desse tema.

O recorte temporal se desenvolve com os anos de 1998 e 2003 (anos de discussão e aprovação das Reformas instituídas por FHC e Lula, respectivamente) e nos anos de 2016 e 2017 (discussão de Temer, embora não tenha sido votada, teve bastante discussão na mídia). No caso do Valor Econômico, foi considerado apenas o segundo e terceiro momento, visto que o foi fundado apenas no ano 2000.

Quanto aos cadernos a serem analisados, na FSP analisou-se, a editoria Dinheiro (nos anos de 1998 e 2003) e Mercado (em 2016 e 2017). No caso do VE, foram consideradas as editorias Brasil e Finanças. No OESP, foram analisados os cadernos de economia (em 1998 e 2003) e E & N – Economia e negócios (nos anos de 2016 e 2017). No caso do OG, levaram-se em conta as matérias da editoria de Economia.

O período de análise foi indicado pela literatura, que apresentou os períodos em que se constituíram nos marcos institucionais, ou seja, momentos em que a mídia mais falou sobre a temática, devido às propostas de Reformas da Previdência. Deste modo, foi considerado os anos chaves ou marcos institucionais apresentados pela literatura, em relação às discussões das reformas da Previdência. Verificou-se o conteúdo relativo à temática nos cadernos de economia dos quatro jornais nos anos de 1998, 2003, agosto de 2016 até julho de 2017.

Foram consideradas, as seguintes palavras-chave que identificam a temática proposta e que subsidiam a escolha do conteúdo a ser analisado: Seguridade Social; Previdência Social; Reforma da Previdência; *déficit* da Previdência; Previdência Privada; aposentadoria, fundos de pensão, desaposentação e INSS. Esses termos foram identificados nos títulos, subtítulos, *lead*, *olho*¹², *chapéu*¹³ nos textos.

Para desenvolver tal estudo, foi preciso catalogar as notícias que trataram da temática e salvar todo o conteúdo, para consultas posteriores. Para efeitos de pesquisa, considera-se o

¹² Comumente utilizado em textos jornalísticos. Trata-se de um texto curto que destaca os pontos mais importantes e que está geralmente relacionado ao título principal

¹³ Palavra-chave disposta acima do título da reportagem.

conteúdo dos gêneros informativos, como as reportagens ou opinativas (editoriais e artigos de opinião), presentes nas editoriais de economia, que abordaram o tema da Previdência.

Considera-se, no presente estudo, três momentos, a saber: M1 (o ano de 1998 quando se deu a reforma da Previdência no governo de FHC); M2 (2003 na reforma de Lula) e M3 (agosto de 2016 a julho de 2017 durante as discussões da proposta de Temer). Ao todo foram analisadas 852 matérias jornalísticas: 356 da FSP (72 no M1; 80 no M2 e 204 no M3), 219 do OG (31 no M1; 33 no M2 e 155 no M3), 141 do VE (41 no M2 e 100 no M3 – não existia VE no M1) e 136 do OESP (84 no M1, 21 no M2 e 31 no M3).

A tabela a seguir, ilustra a frequência absoluta de matérias que falaram sobre a Previdência em cada jornal nos três momentos. É possível observar, por exemplo, que a FSP apresentou um quantitativo maior de conteúdos relativos a citada temática. Destaca-se também que o M3 foi o período em que os produtores simbólicos que escreveram na FSP, VE e OG, mais deram ênfase sobre o assunto na mídia impressa.

Tabela 1 – Quantitativo de matérias nos jornais

JORNAL	1998	2003	Agosto de 2016 a julho de 2017	Quantitativo (matérias)
FSP	72	80	204	356
VE	Não tinha VE nesse período	41	100	141
OESP	84	21	31	136
OG	31	33	155	219
TOTAL	187	175	390	852

Fonte: Dados da autora (2019)

O processo seguinte foi à tabulação, por meio de planilhas do Excel. Cada coluna apresentava os seguintes dados para cada matéria: data, nome do jornal, título da matéria, nome do caderno (as editoriais de economia de cada jornal, recebem denominações diferentes), os enquadramentos dados a cada texto, as vozes presentes, os nomes dos produtores simbólicos e qual categoria pertenciam. Posteriormente, se deu a quantificação, análise e interpretação dos resultados e, conseqüentemente, a discussão dos possíveis desdobramentos da pesquisa. Os resultados são apresentados de duas formas:

- a) Frequência Absoluta: registra a quantidade de vezes que cada categoria ocorreu;
- b) Frequência Relativa: por meio de porcentagem, para traduzir a situação comparativa de cada caso.

Em suma, pode-se dizer que a categorização é um processo que perpassa por todos os tipos de análises mobilizadas por esse trabalho. Bardin (1977) esclarece que as categorias ou rubricas são compostas de unidades de registros de acordo com as características em comum. Então, a partir das explicações da autora, pode-se dizer que esse trabalho agrupou e classificou os elementos de acordo com a investigação feita sobre cada um deles e os intitula com uma denominação genérica.

Bardin (1977) enfatiza que se deve criar uma grelha de categorias, ou seja, um campo de análise por um lado e um programa técnico por outro, que dão origem a categorias fixas. A categorização é um processo estruturalista e comporta duas etapas: o inventário (isola os elementos) e a classificação (consiste em repartir, e posteriormente, dividi-los em grupos). A autora destaca que as categorias devem ser homogêneas, esgotarem a totalidade do texto e serem exclusivas (BARDIN, 1977, p. 36).

A seguir é apresentado um levantamento conceitual do que dizem os autores a respeito de cada uma das análises propostas por esse trabalho: Enquadramento, Vozes e produtores Simbólicos. Também são dispostas as grades de categorias resultantes do cruzamento de dados da pesquisa.

5.2 Análise de Enquadramento (AE)

Outra análise proposta por esse trabalho é a de enquadramento ou *framing*. Enquadramentos são princípios através dos quais organizam-se a percepção dos eventos. Para entendermos tal processo, recorre-se a autores como Goffman (1974); Gamson e Modigliani (1989); Entman (1993); dentre outros. Juntos, explicam que quadros específicos adquirem cada vez mais espaços na mídia e atravessam outros processos sociais.

Goffman (1974), considerado um dos precursores desse tipo de análise, traz à luz a definição de enquadramento como o conjunto de princípios de organização que governam os envolvimentos subjetivos envolvidos neles. Ao passo em que a mídia fornece os esquemas narrativos, de modo a interpretar os acontecimentos, privilegia uns, em detrimento de outros.

A maneira como se constrói uma mensagem é o que delimitará os enquadramentos, nos quais será possível relacionar o posicionamento dos jornais e da estrutura organizacional. Os enquadramentos permitem definir a natureza e o tipo de interação entre os interlocutores em uma determinada situação. As mensagens que referenciam a natureza da relação entre os

sujeitos delimitam um enquadramento que possibilita, ainda, identificar instruções e regras, que orientam uma situação e conseqüentemente, o envolvimento dos atores.

Entman (1993) descreve os quadros como destaques de fragmentos das informações acerca de um item, objeto de uma comunicação. O autor também chama atenção para a importância e benefícios dos enquadramentos, segundo o qual, os quadros ajudam a reduzir controvérsias empíricas e podem direcionar a atenção aos detalhes de como um texto pode exercer seu poder.

O presente trabalho também toma por base Scheufele (1999; 2006), que trabalha a hipótese de que seria possível estabelecer uma relação entre o conteúdo jornalístico e os enquadramentos, no qual atuam as organizações desse campo de atuação. O autor trabalha com o conceito de “*frames* dos meios” (grifo nosso), que correspondem aos atributos dados às notícias. Os enquadramentos são definidos, a partir de um complexo cognitivo de assuntos pautados para diferentes aspectos da realidade, constituídos no discurso público, político ou entre as mídias, e assim manifesto por meio de uma estrutura textual de mensagens, através de releases ou artigos de jornais (SCHEUFELE, 2006, p. 66).

Gamson e Modigliani (1989) trabalham o conceito de “pacotes interpretativos”, como ideias centrais, que estruturam uma discussão pública, constroem significados, agregam ou dão sentidos aos eventos, e assim oferecem símbolos ou dispositivos, que sugerem o cerne do enquadramento, sugerindo o que está em questão. Os autores defendem a ideia de que o enquadramento não deve ser confundido com posicionamentos, sejam eles contra ou a favor, ou como uma posição política.

Ainda segundo Gamson e Modigliani (1989), os enquadramentos podem ser explicados pela interação das práticas do campo jornalístico e a conseqüente influência dos grupos de interesses. “De um modo geral, os enquadramentos, sugerem o que está em questão” (GAMSON e MODIGLIANI, 1989, p. 3). O estudo proposto pelos autores integra uma das vertentes da questão funcionalista, no que tange aos impactos da mídia, no item em que a teoria propõe que a audiência leva em conta os meios de comunicação. Deste modo, mais uma vez, constata-se a importância de se entender o que está por traz de cada enquadramento jornalístico.

Ao trabalhar os Enquadramentos das notícias ou *framing*, Porto (2004) também se baseia nos estudos de Entman (1994); Scheufele (1999) e Gamson e Modigliani (1987). O autor explica que correspondem aos ângulos adotados nos textos, que destacam elementos de uma realidade em detrimento de outras. Os enquadramentos são, portanto, recursos que

organizam os discursos por meio da seleção, ênfase e exclusão, e assim constroem interpretações dos fatos (PORTO, 2004). Deste modo, o autor argumenta que acabam por darem sentidos aos eventos e situações.

Mendonça e Simões (2012) trazem uma visão geral desse tipo de análise e explicam que enquadramentos são na verdade, diferentes operacionalizações analíticas de um determinado conceito, que permitem identificar instruções e regras, além de orientarem uma situação, e conseqüentemente, o envolvimento dos atores. Os autores nos ajudam a explicar a escolha por esse tipo de análise, segundo os quais, quadros específicos adquirem cada vez mais espaços na mídia e atravessam outros processos sociais, além de serem ferramentas que captam a dimensão simbólico-interpretativa das relações sociais.

Nesse contexto, Mendonça e Simões (2012) explicam ainda que os enquadramentos são tidos como um viés construído pelo enunciador, no qual não se pode dissociar do entendimento das conseqüências individuais e sociais da predominância de determinados quadros. Os autores lembram que as interações comunicacionais expressam conteúdos e tematizam à relação com os interlocutores, além da própria linguagem. Os quadros acabam por se tornarem molduras, que ajudam a identificarem as situações interativas.

Ainda é possível dizer, que as análises de enquadramentos, assim como o próprio nome já sugere, permitem identificar como os discursos enquadram o mundo, de modo a tornarem acessíveis as interpretações da realidade. É importante enfatizar que os enquadramentos só se tornam manifestos quando expressos por atores sociais, que nesse sentido, mobilizam estrategicamente (MENDONÇA e SIMÕES, 2012).

Acerca da ideia de enquadramento, Schudson (2011) define como os princípios de seleção, ênfase e apresentação do que existe, aconteceu e o que importa. O mesmo autor trabalha o conceito de enquadramento, com sua capacidade de tirar o foco do enviesamento intencional já que a simples ação de narrar, já envolve o ato de enquadrar a realidade.

Ainda em relação à definição dos quadros de sentido ou enquadramento, França (2009) argumenta que eles situam uma ocorrência dentro de um contexto normativo e assim, permitem aos atores identificarem a situação e orientarem uma determinada ação. A autora ainda ressalta que os enquadramentos permitem organizar e dar inteligibilidade às diferentes interações.

Diante dessa discussão, Azevedo (2004) lembra que os enquadramentos são atributos dominantes presentes em um texto, sem deixar de lado as ambiguidades e conflitos que estão envolvidos. O mesmo autor ressalta que essa técnica de análise ajuda na reflexão de como a

mídia define as temáticas a serem discutidas na sociedade. A imprensa destaca certos acontecimentos, de modo a fixar uma escala de importância. Deste modo, o autor optou em seus estudos por enquadramentos positivos e negativos, o que segundo ele constroem atributos sobre esses objetos (AZEVEDO, 2004).

Maia e Vimieiro (2011), ao estudarem os enquadramentos da mídia nas notícias dos jornais impressos Folha de São Paulo e o Globo (que como já foi dito, também serão nossos objetos de estudo), e também na Revista Veja, destacam que a codificação de elementos explícitos nos textos, gera maior validade e confiabilidade à análise. Adotou-se no presente trabalho, a perspectiva hermenêutica, no que segundo as autoras (idem, p. 237), identifica os enquadramentos através do fornecimento de uma avaliação interpretativa dos textos da mídia.

Nesse sentido é importante destacar ainda que há vários enquadramentos para um mesmo evento, visto que esses são objetos de disputa e construção política. De modo geral, pode-se dizer que a análise de enquadramentos permite identificar como os discursos enquadram o mundo, de modo a tornar acessíveis as interpretações da realidade. Em suma, os enquadramentos são os olhares para além do factual, ou seja, as formas de interpretar os dados e que geram recortes específicos acerca de um determinado tema. Na pesquisa em questão, as notícias são categorizadas em temáticas ou unidades de registro¹⁴ mais recorrentes, catalogadas após uma leitura flutuante dos jornais analisados.

Nesse contexto, é importante frisar que enquadramentos são as formas de ver determinados fenômenos. Trata-se de “mapas de significados”, ou seja, classificações mais gerais que permitem darem sentido a eventos e assim revelam traços do contexto social mais amplo e suas estruturas de fundo. No estudo em questão, os enquadramentos são definidos através de princípios seletivos, que se constituem em grades de categorias ou “palavras chaves” predominantes, a partir dos olhares dos pesquisadores. É importante destacar ainda, que como em um único texto pode-se encontrar variados enquadramentos, considera-se para efeitos de pesquisa, os predominantes.

Vale destacar ainda que as palavras, títulos e frases que integram os textos dos jornais O Globo, Folha de São Paulo, Valor Econômico e O Estado de São Paulo compõem um quadro na comunicação ou enquadramento, no qual Goffman (1974) diz que se refere aos

¹⁴ Unidade de registro é um termo bastante utilizado em pesquisas que trabalham com análise de conteúdo, e são elas que darão os significados a cada categoria, por meio da exclusão mútua, ou seja, um elemento em uma categoria é diferente da outra. Deste modo, essas unidades são facilmente definidas por palavras ou um conjunto delas, que surgem após a construção do referencial teórico.

enfoques apresentados pelos veículos de comunicação para um determinado tema. Vale destacar ainda, que as categorias de enquadramentos não são excludentes.

No caso do trabalho proposto, tem-se um fenômeno geral, que são as mudanças na Previdência, no qual foram enquadradas de diferentes ângulos e interpretadas a partir de variados princípios. Desenvolve-se a hipótese central de que os enquadramentos são mais favoráveis a um modelo do que outro. Além disso, podem indicar afinidades com visões diferentes de agentes do campo dos economistas.

Para a construção da análise de enquadramento, foram considerados os seguintes passos:

- a) Foram levantados os textos referentes à temática da Previdência nos quatro jornais;
- b) A etapa seguinte foi à organização e formação das categorias, a partir da ocorrência empírica e com base na revisão de literatura.

Nessa pesquisa utilizaram-se classificações, a partir dos parâmetros e descrições de termos próprios para esse estudo, de acordo com o levantamento empírico e bibliográfico. O quadro a seguir, traz uma melhor definição dessa estrutura, que é composta por 16 categorias, a saber:

Quadro 4 – Categorias para análise de enquadramentos nos Jornais

Categorias de Enquadramento	Parâmetros e descrição dos termos	Exemplos
Problemas da Previdência Social (EPROPS)	<p>A Previdência é enquadrada como fonte de problemas em relação às contas do país. Considera-se, portanto dentro dessa categoria de análise, conteúdos que:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) apresenta e/ou enfatiza dados relativos a rombo nas contas da Previdência; b) quando é reforçada a ideia de crise – econômica ou financeira – da Previdência e que, portanto, precisa-se de ajuda; c) enquadramentos que apresentam dados que reforcem o déficit da Previdência no Brasil. 	<p>“Previdência também teve rombo maior que o previsto” (OG, 19-02-1998).</p> <p>“Com dados suspeitos, Previdência de estado pode ter rombo maior” (FSP, 30-01-2017)</p> <p>“SOS Previdência” (Reportagem do OG, 02-01-1998)</p> <p>“Déficit da Previdência pode chegar a R\$ 7 bilhões” (OESP, 17-04-1998)</p> <p>“Previdência tem déficit de R\$16,5 bilhões” (FSP, 30-10-2003)</p> <p>“Perda salarial amplia déficit da Previdência” (VE, 22-05-2003)</p>

Continua

Categorias de Enquadramento	Parâmetros e descrição dos termos	Exemplos
<p style="text-align: center;">Problemas da Reforma da Previdência (EPRORE)</p>	<p>A Reforma da Previdência é tida como um problema ou atraso para a população, deste modo, considera-se nessa categoria de enquadramento:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Conteúdos que apresentem dados de que a reforma pode gerar ônus para a população; b) Enfatiza que a reforma vai gerar ônus para os cofres do governo; c) Quando a reforma é tida como um atraso para a população; d) Enfatiza que grupos da população serão impactados pela reforma com perda de benefícios; e) O enquadramento explícita que a reforma é algo inconstitucional. 	<p>“Reforma fará aposentado pagar mais imposto de renda” (Reportagem da FSP, 27-02-1998)</p> <p>“Uma reforma que vale R\$30 bi.” (OG, 17-02-2003)</p> <p>“Reforma ou Re-forma?” (FSP, 30-04-2003)</p> <p>Benefício de professor deixa de ser especial (OESP, 23-02-1998)</p> <p>“Reformas insconstitucionais” (OESP, 07-02-1998)</p>

Continuação

Categorias de Enquadramento	Parâmetros e descrição dos termos	Exemplos
Pessimismo em relação à reforma (EPERE)	<p>Quando é demonstrado um pessimismo em relação à Reforma da Previdência. Seja em relação ao andamento do processo de votação, à forma ou aos itens que podem ser alterados.</p> <p>a) Em casos em que o enquadramento explicita que os investidores do mercado estão pessimistas com o andamento ou atraso da votação da reforma;</p> <p>b) Quando explicita que os investidores não se mostram confiante que a reforma vai ser ampla, a ponto de atender as exigências do mercado;</p> <p>c) Quando o enquadramento enfatiza que há uma preocupação em haver um retrocesso com a reforma;</p> <p>d) Enfatiza uma rejeição em relação à reforma.</p>	<p>“Pessimismo em relação à reforma da Previdência derruba bolsas brasileiras” (OG, 12-05-1998)</p> <p>“Mercado duvida de reforma ampla da Previdência sob Temer” (FSP, 27-06-2017)</p> <p>“É um retrocesso, estamos andando para traz” (OG, 07-04-2017)</p> <p>“53% rejeitam a Reforma da Previdência” (VE, 18-01-2017)</p>
Dinâmica de expansão da Previdência Privada (EDEPP)	<p>De um modo geral, enfatiza o crescimento da Previdência Privada.</p> <p>a) Quando apresentam e/ou enfatizam dados relativos ao aumento da procura pela Previdência Privada;</p> <p>b) O enquadramento principal é o crescimento do setor da Previdência Privada, em consequência do debate da reforma da Previdência Social;</p> <p>c) Enfatizam as dinâmicas de investimento e expansão dos fundos de pensão.</p>	<p>“Brasileiros aplicam 10% mais em Previdência Privada até novembro” (FSP,05-01-2017)</p> <p>“Setor da Previdência Privada crescerá 40% em 98” (OG, 26-10-1998)</p> <p>“Debate da reforma da Previdência beneficia setor de planos privados” (VE, 30-01-2003)</p> <p>“Medo da reforma engorda fundos privados” (FSP, 26-05-2003)</p> <p>“Fundos de pensão, a nova safra” (FSP, 11-05-1998)</p> <p>“A expansão dos fundos” (OESP, 07-04-1998)</p>

Continuação

Categorias de Enquadramento	Parâmetros e descrição dos termos	Exemplos
Dinâmica de expansão da Previdência Social (EDEPS)	<p>Quando explicita a expansão da Previdência pública:</p> <p>a) enfatiza a expansão dos benefícios do INSS;</p> <p>b) explicita crescimento das contribuições da Previdência Social.</p>	<p>“Benefício do INSS cresceu 11,6% em 97” (FSP, 04.01.1998).</p> <p>“Contribuição dos servidores inativos para a Previdência poderá render 2,2 bi” (OG, 28.10.1998).</p>
Técnico contábil (ETECO)	<p>Enquadramentos relativos a dados técnicos referentes a juros, tributos, multas, reajustes e/ou indenizações.</p> <p>a) Enquadramentos referentes a dados técnicos ligados a descontos, como verbas indenizatórias;</p> <p>b) Técnicas ligadas aos ajustes fiscais condicionados às contribuições previdenciárias;</p> <p>c) Enfatiza dados ligados a dados técnicos referentes a taxas de juros;</p> <p>d) Ligados a dados técnicos referentes aos gastos da Previdência com os ativos e inativos.</p>	<p>“Previdência esclarece desconto sobre verba indenizatória” (FSP, 26-02-1998)</p> <p>“Quais os critérios para os reajustes” (FSP, 02-11-1998)</p> <p>“Novos cálculos para contribuição e benefícios” (OESP, 02-11-1998)</p> <p>“Fernando Henrique afirma que a banda cambial mudou para taxa de juros cair” (OG,07-05-1998)</p> <p>“Alta na alíquota do INSS onera folha de salário.” (OESP, 09-08-1998)</p> <p>“Estados tentam tirar gastos com inativos do ajuste fiscal” (OG, 03-12-2016)</p>
Problemas Previdência Privada (EPROPP)	<p>A Previdência Privada, sobretudo ao que tange aos fundos de pensões, também pode ser enquadrada como causadora de fraudes, dívidas ou outros problemas, dentre eles:</p> <p>(a) fundos de pensão, alvos de operações da polícia, acusados de fraudes;</p> <p>(b) escândalos envolvendo dirigentes de fundos de pensão;</p> <p>(c) rombo relativo aos fundos de pensão.</p>	<p>“Nova operação da PF mira fundos de pensão” (FSP, 06.09.2016)</p> <p>“após operação da PF, dona da Sadia suspende ex-presidente da Previ” (FSP, 09.09.2016)</p> <p>“Fundos de pensão tem rombo de R\$84 bi” (FSP, 13.09.2016)</p> <p>“Funcef tem rombo de cerca de 3 bi e estuda vender participação na Vale” (OESP, 06.01.2017)</p>

Continuação

Categorias de Enquadramento	Parâmetros e descrição dos termos	Exemplos
Técnico Informativo INSS (ETIIN)	<p>Dados técnicos relativos ao INSS, dentre eles:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Quando enfatiza informações técnicas de recadastramentos; b) são destacadas informações relativas a convocações para perícias medicas no INSS; c) foca em dados relativos ao recebimento dos benefícios do INSS; d) enfatiza informações relativas à revisão da aposentadoria. 	<p>“INSS fará recadastramento geral em 2004” (FSP, 21-12-2003)</p> <p>“530 mil serão convocados para perícia medica” (FSP, 27-08-2016)</p> <p>“Os dias de pagamento do INSS” (OESP, 29-06-1998)</p> <p>“Direitos à revisão acaba depois de 10 anos” (OESP, 23-07, 1998)</p>
Expectativa da Reforma (EEXRE)	<p>O enquadramento enfatiza expectativas do mercado financeiro e dos políticos, ou seja, dos grupos defensores da Reforma da Previdência.</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Expectativas do mercado em relação à votação da reforma; b) Expectativa dos políticos em relação à aprovação da reforma. c) Expectativa da população. 	<p>“Reforma previdenciária cria expectativa” (OESP, 11-02-1998)</p> <p>“Votação da previdência anima investidor” (FSP, 15-05-1998)</p> <p>“Votação da reforma acalma mercados” (VE, 06-08-2003)</p> <p>“Proposta para a Previdência deve sair antes da eleição” (FSP, 07-09-2016)</p> <p>“Estudantes entre a apreensão e o otimismo” (OG,11-12-2016)</p>

Continuação

Categorias de Enquadramento	Parâmetros e descrição dos termos	Exemplos
Saída com a Reforma (ESARE)	<p>Enquadramento que enfatiza que a reforma é a solução e/ou saída para os problemas econômicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Redução de juros depende de reforma da Previdência; b) Enfatiza que a reforma é a saída para o crescimento econômico. 	<p>“Juros menor depende de reforma, diz Kandir” (FSP, 17-02-1998)</p> <p>“Nova Previdência abre espaço para queda de juros” (OESP, 06-11-1998)</p> <p>“Reforma deve fazer pais turbinar mais e turbinar crescimento” (OG, 11-12-2016)</p>
Problemas INSS (EPROIN)	<p>Enquadramentos que enfatizam problemas relativos ao INSS:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Erros provocados pelo sistema do INSS; b) Dividas relativas ao INSS; c) Reclamações relativas ao sistema e atendimento do INSS. 	<p>“INSS erra e “mata” 2.116 trabalhadores” (FSP, 20-08-1998)</p> <p>“Lista traz maiores dividas com o INSS” (VE, 06-05-2003)</p> <p>Nas agencias do INSS, espera e reclamação (OESP, 11-09-2016)</p>
Negociações da Reforma (ENERE)	<p>Enquadramentos relativos às negociações e/ou manifestos contrários ou favoráveis à Reforma:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Negociações entre o próprio governo; b) negociações do governo com os políticos e/ou partidos; c) negociações do Governo com os grupos que representam os trabalhadores. 	<p>“FHC, ACM e Temer acertam novo reforço para votar reformas” (FSP, 19-09-1998).</p> <p>“Por reforma, temer quer dar cargos a deputados” (FSP, 18-04-2017).</p> <p>“Planalto e relator negociam apoio para a reforma da Previdência” (OG, 05-04-2017).</p> <p>“Governo tenta abrir dialogo com” (FSP, 04-10-2016)</p>

Continuação

Conclusão

Categorias de Enquadramento	Parâmetros e descrição dos termos	Exemplos
Aposentadoria ativa (EAPAT)	Enquadramentos que reforçam a ligação de trabalho e aposentadoria. a) Reforçam que mesmo depois de aposentados, beneficiários continuam em atividade.	“Aposentado continua na ativa por mais 4 anos” (FSP,03-11-2016). “Aposentados na ativa” (OG, 24-10-2016).
Manifestações contra a Reforma da Previdência (EMACR)	Enquadramentos ligados às manifestações, protestos ou greves de grupos contrários à reforma da Previdência. a) Protestos contra a reforma	“Frentes de esquerda protestam hoje contra projeto” (FSP, 15-03-2017) “Metalúrgicos protestam contra mudanças na aposentadoria” (OG, 10-12-2016)
Manifestações a favor da reforma da Previdência (EMAFR)	Enquadramentos ligados às manifestações, protestos ou greves de grupos a favor da Reforma. a) Protestos a favor da reforma	“Estudantes defendem reforma e atacam greve” (FSP, 27-04-2017)
Enquadramentos outros (EOUTR)	Enquadramentos que não se configuram em outras categorias.	-

Fonte: Dados trabalhados pela autora (2019).

A seguir é apresentado um conjunto de autores que trabalham com a discussão das vozes em seus trabalhos. Também se traça um quadro com as vozes encontrados por meio dessa pesquisa e que falaram sobre a previdência nos três períodos analisados.

5.3 Análise de Vozes (AV)

Como já é sabido, os profissionais do campo jornalístico, utilizam de determinados agentes, especialistas ou grupos da sociedade para falarem sobre determinados assuntos. Deste modo, no presente estudo, também são mapeadas as “Vozes”, ou seja, os atores que

compõem a construção dos textos jornalísticos ou subsidiam a construção das narrativas sobre a temática da Previdência nos jornais. Consideram-se aqui todas as “Vozes” usadas na construção dos textos jornalísticos, sejam elas fontes diretas ou indiretas. Para tal discussão, recorre-se aos conceitos de Bakhtin (1998), Biroli e Mantovani (2010), Schmitz (2011), dentre outros.

Biroli e Mantovani (2010) explicam que o mapeamento obtido por meio de uma Análise de Vozes, procura explicitar quais atores (fontes e personagens) são citados e em que perspectivas estão presentes na cobertura jornalística, ou seja, quem fala nesses textos e a partir de que posições sociais. Deste modo, o presente levantamento também permite identificar a interação entre os diferentes campos com o jornalístico.

Schmitz (2011) chama atenção para a polifonia ou multiplicidade de fontes, que nesse caso consideram-se como Vozes, relativas às organizações; referências; grupos sociais e personalidades. O autor explana que nesse universo de construções das notícias, há uma complexidade no relacionamento entre as Vozes ou fontes com os profissionais do jornalismo. O autor destaca que essas Vozes acabam por interferirem no campo jornalístico de forma ostensiva e assim, agem estrategicamente para persuadirem esses profissionais a divulgarem suas notícias e manterem os seus interesses. Em suma, as Vozes são aquelas pelos quais os jornalistas obtêm informações para transmitirem aos diferentes públicos, através de uma determinada mídia (SCHMITZ, 2011).

Os profissionais do campo jornalístico usam dessas Vozes para reforçarem os relatos dos fatos. Elas apresentam qualificações diferentes de acordo com suas credibilidades, proximidades, relações com os jornalistas, notoriedade e respeitabilidade. O campo do jornalismo articula com os campos políticos, econômicos e sociais, e assim, essas Vozes entram nesse campo para fazerem seus jogos. Em suma, na atividade dos jornalistas, as notícias dependem do que essas Vozes irão dizer (SCHMITZ, 2011).

Para se entender a polifonia ou multiplicidade de Vozes, recorre-se também a Bakhtin (1998), que trabalha esse conceito relacionado a variados posicionamentos acerca de um determinado assunto. Pode-se fazer uma analogia da composição de uma notícia com as características apresentadas pelo autor para um Romance, visto que ambos admitem uma variedade de Vozes sociais e diferentes correlações.

Recorre-se aqui a Lene (2006), ao dizer que há uma entidade que agrega múltiplas Vozes, e assim, os meios de comunicação tentam traduzir os fatos econômicos e orientam os consumidores sobre as mudanças em curso. Dessa forma cumpre-se o papel do “jornalismo

genérico” (nesse caso, o econômico), destacado pela mesma autora, segundo o qual, deve-se fugir das regras, e assim, as notícias acabam por informar “sobre eventos singulares, descontinuidades, e não modelos e processos” (LENE, 2006, p. 11).

A partir da observação do material, as unidades textuais serão transformadas em modelos de categorias de análise, a partir de temas que agrupam elementos em comum. Desenvolveu-se, portanto, parâmetros para cada categoria, dispostas em grades de Vozes. Assim, foram considerados os seguintes passos, a saber:

- a) Foram levantados os textos referentes à temática da Previdência;
- b) Leitura flutuante de 25% do material;
- c) Organização e formação das categorias, a partir das ocorrências empíricas. A seguir, é apresentado um quadro elaborado pelos próprios autores com as descrições dessas categorias.

Quadro 5 - Categorias para análise de vozes nos Jornais

Categorias de Vozes	Definição das Vozes	Exemplos (como aparecem nas matérias)
Institutos de Pesquisa (VIP)	Institutos de pesquisa e/ou técnicos/ pesquisadores dessas instituições. a) Institutos de pesquisa; b) Técnicos e/ou pesquisadores de Institutos de pesquisas; c) Dirigentes dos institutos de pesquisa.	“IPEA – Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada” (OG, 10-04-2017) “IBGE” (OG, 13-06-2003) (VE, 18-08-2003) “Instituto IPSOS” (VE, 23-12-2016) “Milto Matijascic – Técnico do IPEA” (FSP, 25-06-2017) (VE,10-10-2016) “Kaizô Beltrão – Técnico do IPEA” “Presidente do IPEA” (FSP, 25-06-2017)

Continua

Categorias de Vozes	Definição das Vozes	Exemplos (como aparecem nas matérias)
Academia (VAC)	Docentes e representantes de instituições de ensino:	<p>Instvan Kasznar, Professor da FGV (OG, 13.06.03)</p> <p>José Matias Pereira, Professor da UNB (VE, 11.01.17)</p> <p>Luiz Eduardo Afonso, Professor da USP (VE, 06.03.17)</p> <p>Simone Fontes, Professora da UFT (FSP, 06.11.16)</p> <p>Kaizo Beltran, Superintendente da Escola Nacional de Ciências e Estatísticas (OG, 13.06.03)</p> <p>Carlos Ivan Simonsen, presidente da FGV (VE, 25.02.17)</p>
Mercado Financeiro (VMF)	<p>Consideram-se as fontes do Mercado Financeiro, tais como:</p> <p>a) Diretores, gerentes e superintendentes de bancos;</p> <p>b) Corretores de seguro;</p> <p>c) Bolsa de valores.</p>	<p>“Osvaldo Nascimento- Diretor do Itaú Vida” (VE, 30-01-2003)</p> <p>“Rodrigo Bacellar – Superintender do Grupo Santander” (FSP, 13-01-2003)</p> <p>“Marco Antônio Rossi – Diretor Presidente do Bradesco Previdência” (FSP, 13-01-2003) (OG, 17-02-2003)</p> <p>“Paulo Cury – Gerente de planejamento do Banco Patrimônio” (OG, 06-04-1998)</p> <p>“Ana Lucia Macedo – Diretora do Citibank” (OG, 06-04-1998)</p> <p>“Walter Hime – Diretor de Seguro e Previdência do Banco Real” (OG, 06-04-1998)</p> <p>“Luiz Antônio Vaz – Diretor da Planner Corretora” (VE, 07-08-2003)</p> <p>“Marco Tulli Siqueira – Gerente da Bovespa” (VE, 20-04-2017)</p>

Continuação

Categorias de Vozes	Definição das Vozes	Exemplos (como aparecem nas matérias)
Parlamentares e líderes/presidente de partidos (VPA)	<p>Consideram-se os parlamentares (deputados e senadores) além dos representantes dos partidos:</p> <p>a) Deputados federais e estaduais, exceto Carlos Marum;</p> <p>b) Representantes de partidos;</p> <p>c) Senadores.</p>	<p>“João Paulo Cunha – Deputado do PT” no Governo Lula (VE, 02-01-2003)</p> <p>“Deputados da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro” (OG, 29-03-2017)</p> <p>“Rogerio Rosso – Lider do PSD na câmara” (VE, 06-12-2016)</p> <p>“José Genoíno – Presidente do PT” no Governo Lula (VE, 03-01-2003)</p> <p>“Representantes do PP” (FSP, 27-07-2017)</p> <p>“Antônio Carlos Magalhães – Presidente do Senado” no governo FHC (FSP, 19-09-1998) (OESP, 12-10-1998)</p> <p>“Romero Jucá – Senador” no Governo Temer (FSP, 06-12- 2016) (VE, 13-04-2017)</p> <p>Cassio Cunha Lima – Vice-presidente do Senado no Governo Temer (OG, 29-03-2017)</p> <p>“Heloisa Helena – Senadora” (OG, 11-07-2003)</p> <p>“Renan Calheiros – Senador (OG, 05-04-2017)</p>
Carlos Marum (VCM)	<p>O deputado Carlos Marum aparece em duas situações:</p> <p>a) Parlamentar;</p> <p>b) Presidente da Comissão especial da Reforma da Previdência.</p>	<p>“Carlos Marum – Deputado” (FSP, 27-07-2017)</p> <p>“Carlos Marum - Presidente da Comissão especial da Reforma da Previdência (OG, 05-04-2003)</p>

Continuação

Categorias de Vozes	Definição das Vozes	Exemplos (como aparecem nas matérias)
Beneficiários (VBE)	Beneficiários do INSS: (a) aposentados; (b) pensionistas.	<p>“Maria Dos Santos – Aposentada” (VE, 26-09-2016)</p> <p>“Maria Alzira Garcia – Aposentada” (FSP, 12-11-2003)</p> <p>“Maria Machado – Pensionista” (FSP, 12-11-2003)</p>
Ministério da Previdência (VMPS)	<p>Considera-se:</p> <p>a) A fonte utilizada é o próprio Ministério da Previdência Social;</p> <p>b) Secretária do Ministério da Previdência;</p> <p>c) Representantes das secretárias que compõem o órgão, a saber: Representantes da Secretária de Previdência Complementar</p>	<p>“Ministério da Previdência” (VE, 10-01-2003) (OG, 12-03-1998) (FSP, 04-01-1998)</p> <p>Secretaria de Previdência Social (VE, 27-03-2003)</p> <p>Adacir Reis - Secretária de Previdência Complementar (SPC) do Ministério da Previdência (VE, 02-01-2003) (FSP, 16-11-2003)</p>
Álvaro Solon (VAS)	Álvaro Solon - Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social	<p>“Álvaro Solon – Secretário Executivo da Previdência” no Governo Lula (OG, 25-08-2003) (VE, 29-08-2003) (FSP, 14-09-2003)</p>

Continuação

Categorias de Vozes	Definição das Vozes	Exemplos (como aparecem nas matérias)
Marcelo Caetano (VMC)	<p>Marcelo Caetano aparece como vozes em duas situações:</p> <p>a) Secretário da Previdência Social;</p> <p>b) Pesquisador;</p> <p>c) Economista e Formulador da Proposta de reforma da Previdência.</p>	<p>“Marcelo Caetano - Secretário da Previdência Social” no governo Temer” (OG, 29-03-2017) (FSP, 07-12-2016) (VE, 08-08-2016)</p> <p>“Marcelo Caetano – Pesquisador do IPEA” (FSP, 25-06-2017)</p> <p>“Marcelo Caetano - Economista e Formulador da Proposta de reforma da Previdência” (FSP, 11-12-2016)</p>
Helmut Schwarzer (VHS)	<p>Helmut Schwarzer – Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social</p>	<p>“Helmut Schwarzer - Secretário da Previdência Social” no governo Lula (VE, 09-01-2003) (OG, 19-08-2003) (FSP, 21-04-2003)</p>
José Cechin (VJC)	<p>José Cechin aparece em dois momentos, a saber:</p> <p>a) Secretário Executivo do Ministério da Previdência;</p> <p>b) Ex- Ministro.</p>	<p>“José Cechin - Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social” no governo FHC (OG, 10-03-1998) (FSP, 04-01-1998)</p> <p>“José Cechin – Ex-ministro” do governo Lula (OG, 07-08-2003)</p>
Governo Ministérios (VGM)	<p>Quando as fontes são os próprios Ministérios, exceto o da Previdência Social e o Ministério da defesa.</p>	<p>“Ministério do Planejamento” (VE, 13-01-2003) (OG, 15-01-1998)</p> <p>“Ministério da Fazenda” (FSP, 02-01-1998) (OG, 05-04-2017) (VE, 17-11-2003)</p> <p>“Ministério do trabalho” (FSP, 20-08-1998)</p>

Continuação

Categorias de Vozes	Definição das Vozes	Exemplos (como aparecem nas matérias)
Ricardo Berzoini (VRB)	Ricardo Berzoini – Ministro da Previdência no Governo Lula	“Ministro da Previdência Ricardo Berzoini” (VE, 02-01-2003) (FSP, 03-01-2003) (OG, 13-06-2003)
Waldeck Ornelas (VWO)	Waldeck Berzoini – Ministro da Previdência no Governo FHC	“Ministro da Previdência Waldeck Ornelas” no governo FHC (FSP, 20-08-1998) (OG, 02-11-1998) (OESP, 17-09-1998)
Arthur Maia (VAM)	A fonte utilizada é o deputado e relator da Reforma da Previdência no governo Temer, Arthur Maia.	“Arthur Maia-Relator do projeto de Reforma da Previdência” (OG, 29-03-2017) (FSP, 13-04-2017)
Rodrigo Maia (VRM)	Rodrigo Maia – Presidente da Câmara	“Presidente da Câmara dos deputados Rodrigo Maia” (FSP, 07-09-2016) (OG, 11-05-2017) (VE,06-12-2016)
Michel Temer (VMT)	Quando a fonte consultada é o próprio Michel Temer, através de pronunciamentos, anúncios oficiais ou entrevistas ou ainda por meio dos porta-vozes. Ele surge como voz em várias situações: a) Presidente da Câmara no governo de FHC; b) Presidente do Brasil; c) Porta voz em nome do Presidente.	“Presidente da Câmara Michel Temer” (FSP, 19-09-1998) “Presidente Michel Temer” (OG, 05-04-2017) (FSP, 06-12-2016) (VE, 06-12-2016) “Assessor do Presidente Michel Temer” (OG,08-05-2017)

Continuação

Categorias de Vozes	Definição das Vozes	Exemplos (como aparecem nas matérias)
Henrique Meirelles (VHM)	<p>Henrique Meirelles – ele figura em duas situações, a saber:</p> <p>a) Presidente do Banco Central;</p> <p>b) Ministro da Fazenda no Governo Temer.</p>	<p>“Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central” (FSP, 12-01-2003)</p> <p>“Ministro da Fazenda Henrique Meirelles” (FSP, 07-12-2016) (OG, 08-12-2016) (VE, 09-11-2016)</p>
Entidades Patronais (VEP)	Instituições patronais	<p>“Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro)” (OG, 05-04-2017)</p> <p>“Associações empresarias” (FSP,27-04-2017)</p> <p>“Alencar Burti – Presidente da Associação Comercial de São Paulo” (FSP,27-04-2017)</p> <p>“José Elias- diretor Executivo das pequenas empresas de construção civil” (FSP, 27-04-2017)</p>

Continuação

Categorias de Vozes	Definição das Vozes	Exemplos (como aparecem nas matérias)
Ministros de Governo (VMI)	Ministros dos Governos, exceto os da Previdência Social.	<p>“Paulo Paiva-Ministro do trabalho” no governo FHC (OG, 17-02-1998)</p> <p>“Antônio Kandir – Ministro do Planejamento” no Governo FHC (FSP, 17-02-1998)</p> <p>“Pedro Malan - Ministro da Fazenda no Governo FHC” (FSP, 17-02-1998) (OESP,29-10-1998)</p> <p>“Raimundo Brito – Ministro de Minas e Energia” no Governo FHC (OESP, 11-09-1998)</p> <p>“Dyogo Oliveira – Ministro do Planejamento” no governo Temer (VE, 05-05-2017)</p> <p>“Dilma Rousseff – Ministra de Minas e energia” (FSP, 26-07-2003)</p> <p>“Raul Jugmann – Ministro da defesa” (VE, 27-03-2017)</p> <p>Antônio Palocci – Ministro da Fazenda no Governo Lula (VE, 03-01-2003) (OESP, 24-01-2003) (OG, 22-07-2003) (FSP, 18-03-2003)</p>

Continuação

Categorias de Vozes	Definição das Vozes	Exemplos (como aparecem nas matérias)
Secretários de governo (VSG)	Secretários dos Ministérios, exceto Helmut Schwarzer, Álvaro Solon e Marcelo Caetano.	<p>“Fábio Kackzunk - Secretário do Ministério da Fazenda” (VE, 25-04-2017)</p> <p>“Mansueto Almeida - Secretário de política econômica do Ministério da Fazenda” (VE, 30-05-2017)</p>
Consultorias (VCO)	<p>Consultorias financeiras e prestadores de serviços dessas instituições, a saber:</p> <p>a) Empresas de consultorias;</p> <p>b) Consultores financeiros e/ou porta-vozes das empresas de consultorias;</p> <p>c) Consultores de Previdência.</p>	<p>“Consultoria Financeira ADP” (OG,06-04-2017)</p> <p>“Fábio Klein – Tendências Consultorias” (OG, 10-04-2017)</p> <p>“Wladimir Novais Martinez” (FSP, 15-02-1998)</p> <p>“Francisco de Oliveira - Consultor de Previdência” (OG, 27-01-2003)</p>
Economistas (VEC)	<p>Economistas e Especialistas na área de economia e/ou finanças:</p> <p>a) Economistas;</p> <p>b) Especialista em finanças.</p>	<p>“Economista Ana Amélia” (OG, 23-04-2017)</p> <p>“Economista Paulo Rabello” (VE, 17-02-2003)</p> <p>“Economista e especialista em finanças Raull Velloso” (OG, 05-04-2017) (VE, 14-10-2016) (OESP,01-11-1998)</p> <p>“Economista Leonardo Rolim” (FSP, 30-07-2017)</p> <p>“Economista José Roberto Afonso” (FSP, 26-07-2017)</p> <p>“Economista Paulo Tafner” (OESP, 01-08-2016)</p> <p>“Economista Carlos Langoni da FGV” (OG, 17-02-2003)</p> <p>“Economista Margarida Gutierrez da UFRJ” (OG, 17-02-2003)</p> <p>“Valter Police Júnior – Planejador financeiro” (VE, 09-12-2016)</p>

Continuação

Categorias de Vozes	Definição das Vozes	Exemplos (como aparecem nas matérias)
Sem Vozes (SV)	Textos na maioria opinativos, nos quais, não há presença de vozes	(FSP, 11-10-1998) (VE, 13-01-2003) (OG,19-02-1998) (OESP,07-04-1998)
Entidades da Previdência Privada (VEPP)	<p>Entidades, Comitês e Associações ligadas ao mercado da Previdência Privada:</p> <p>a) Associações que reúnem empresas ligadas a Previdência Privada;</p> <p>b) Comitês de apoio às entidades ligadas a Previdência Privada;</p> <p>c) Fundações de apoio a Previdência Complementar;</p> <p>d) Superintendência de Seguro Privado (Susep);</p> <p>e) Federações ligadas ao setor.</p>	<p>“Associação Nacional da Previdência Privada (Anapp)” (VE, 30-01-2003) (OG, 27-01-2003)</p> <p>“Abrapp – Associação Brasileira das entidades fechadas de Previdência privada” (FSP, 13-09-2016) (VE, 09-03-2017)</p> <p>“Comitê de desenvolvimento do mercado de capitais” (VE, 17-02-3003)</p> <p>“Carlos Henrique Flory Presidente da Fundação da Previdência Complementar de São Paulo” (FSP, 30-07-2017)</p> <p>“Superintendia de Seguros Privados (Susep)” (VE, 18-12-2003) (FSP, 26-07-1998)</p> <p>“Renê Garcia – Titular da Superintendência da Susep” (VE, 18-12-2003)</p> <p>“Federação Nacional das empresas de Seguros privados (VE,18-12-2003)</p>
Mercado de Previdência Privada (VMPP)	<p>Empresas que trabalham com planos de Previdência Privada aberta.</p> <p>Fundos de Pensão</p> <p>Porta voz de instituição de Fundo de Pensão</p>	<p>Rosangela Granato – Presidente da BrasilPrev (FSP, 02-11-1998)</p> <p>“Petros – Fundo de pensão da Petrobras” (FSP, 06-09-2016)</p> <p>“Previ – Fundo de Pensão do Banco do Brasil” (FSP, 06-09-2016)</p> <p>“Funcef - Fundo de Pensão da Caixa Econômica” Federal (FSP, 06-09-2016)</p> <p>“Sergio Rosa – Presidente da Previ – fundo de Pensão do Banco do Brasil” (FSP, 13-03-2003)</p>

Continuação

Categorias de Vozes	Definição das Vozes	Exemplos (como aparecem nas matérias)
INSS (VIN)	<p>Quando a fonte utilizada é o próprio Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) ou porta-vozes do órgão.</p> <p>a) INSS;</p> <p>b) Diretores, representantes, coordenadores e/ou Presidente do INSS.</p>	<p>“INSS” (FSP, 02-01-1998) (OG, 12-03-1998) (VE, 06-05-2003)</p> <p>“Luiz Alberto – Diretor de arrecadação e fiscalização do INSS” (FSP, 04-01-1998)</p> <p>“Leonardo Gadelha – Presidente do INSS” (FSP, 30-08 -2016)</p> <p>“Mika Komatsu - Coordenadora de seguro Social do INSS” (OG, 12-03-1998)</p> <p>“Weber Holanda – Procurador Geral do INSS” (OESP, 23-10-1998)</p>
Sindicatos e centrais sindicais (VSI)	<p>Vozes ligadas a entidades que representam as classes trabalhadoras.</p> <p>a) Porta Vozes de entidades ligadas aos trabalhadores, exceto, Paulinho da Força;</p> <p>b) Entidades ligadas aos trabalhadores.</p>	<p>“Ricardo Patah - Presidente da União Geral dos trabalhadores (UGT)” (FSP, 07-12-2016)</p> <p>“Luiz Marinho – Presidente do Sindicato dos metalúrgicos do ABC” (FSP, 10-12-1998)</p> <p>“Central Única dos trabalhadores (CUT)” (VE, 11-10-2016)</p> <p>“Central Sindical Pública” (FSP, 24-02-2017)</p>
Paulo Pereira da Silva, o “Paulinho da Força” (VPF)	<p>Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força aparece de duas maneiras:</p> <p>a) Sindicalista;</p> <p>b) Parlamentar.</p>	<p>“Paulo Pereira, o Paulinho – Presidente da Força Sindical” (FSP, 14-01-2003) (VE, 09-12-2016)</p> <p>“Paulinho Pereira – Deputado” (VE, 05-10-2016)</p>
Governo Federal (VGF)	<p>A voz em questão é o próprio Governo Federal que se manifesta geralmente através de notas à imprensa.</p>	<p>“Governo Federal” (OG, 05-04-2017) (VE, 26-12-2003) (FSP, 02-07-2003)</p>

Continuação

Categorias de Vozes	Definição das Vozes	Exemplos (como aparecem nas matérias)
Governos estaduais (VGE)	<p>Governos dos estados, além das secretarias estaduais:</p> <p>a) Governadores;</p> <p>b) Secretários estaduais;</p> <p>c) Secretarias estaduais.</p>	<p>“Paulo Souto – Governador da Bahia” (OG, 07-08-2003)”</p> <p>“Assis Roberto – Secretário de energia, minas e comunicação do Rio Grande do Sul” (FSP, 23-04-1998)</p> <p>“Mario Benevides – Secretário da Fazenda do Ceará” (VE, 11-11-2016)</p> <p>“Secretaria da fazenda do Rio de Janeiro” (OG, 05-04-2017)</p>
Ministério da Justiça (VMJ)	<p>Ministérios e Ministros ligados a Justiça, dentre eles:</p> <p>a) Supremo Tribunal Federal;</p> <p>b) Ministros e Presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF).</p>	<p>“Supremo Tribunal Federal” (FSP, 01-01-2017)</p> <p>“Carmem Lucia – Ministra do Supremo Tribunal Federal” (OG, 06-04-2017)</p> <p>“Marco Aurélio Melo – Presidente do Supremo Tribunal Federal” (OG, 16-01-2003)</p> <p>“Mauricio Correa - Presidente do Supremo Tribunal Federal” (FSP, 20-11-2003)</p>
Empresas (VEM)	<p>Empresas, grupos empresarias e representantes das mesmas.</p> <p>a) Grupos empresariais;</p> <p>b) Representantes de empresas.</p>	<p>“J&F (Empresas de Joesley e Wesley Batista)” (FSP, 06-09-2016)</p> <p>“Grupo W Torre” (FSP, 06-09-2016)</p> <p>“Vale” (VE, 15-05-2003)</p> <p>“Roger Agneli – Presidente da Vale” (OG, 19-08-2003)</p>
Prefeituras (VPR)	<p>Prefeituras (e seus representantes) e secretarias municipais:</p> <p>a) Prefeitos;</p> <p>b) Secretários municipais.</p>	<p>“João Doria – Prefeito de São Paulo” (FSP, 27-04-2017)</p> <p>“Gleison Pereira – Secretário de gestão previdenciária de Belo Horizonte” (VE, 09-03-2017)</p>

Continuação

Categorias de Vozes	Definição das Vozes	Exemplos (como aparecem nas matérias)
Advogados (VAD)	Advogados	<p>“Wladimir Novaes Martinez – Advogado Especializado em Previdência” (FSP, 27-02-1998) (OESP, 12-10-2998)</p> <p>“Rosangela Galdino - Advogada Especializada em Previdência” (OG, 12-03-1998)</p> <p>“Marcio Pestana – Advogado Tributarista” (VE, 15-05-2003)</p>
Outras Vozes (VOU)	Vozes que não aparecem em outras categorias.	<p>“Leitores da Folha de São Paulo” (FSP, 24-06-2017)</p> <p>“Lúcia Carvalho – Domestica” (OG, 13-06-2003)</p> <p>“ Fernando Fernandes – Atleta” (OG, 09-05-2017)</p> <p>“Luiz Felipe Ponde – Filósofo” (VE, 30-11-2016)</p> <p>“Gian Milesi-Ferreti – Vice-diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI)” (VE, 19-04-2017)</p> <p>“Policia Federal” (FSP, 06-09-2016)</p> <p>“Ministério Público” (FSP, 06-09-2016)</p> <p>“Rodrigo Janot- Procurador Geral da Republica” (OG, 06-05-2017)</p> <p>“Luiz Inacio Lula da Silva – Presidente do país” (FSP, 22-11-2003)</p> <p>“Fernando Henrique Cardoso” (OESP, 04-11-1998)</p> <p>“Eduardo Bacellar – Comandante da Marinha” (OG, 08-08-2016) (OESP, 04-08-2016)</p>

Continuação

Conclusão

Categorias de Vozes	Definição das Vozes	Exemplos (como aparecem nas matérias)
Tesouro Nacional (VTN)	Aparece de duas formas: a) Tesouro Nacional; b) Porta-vozes do Tesouro Nacional.	“Tesouro Nacional” (VE, 03-01-2017) (OESP, 25-01-2003) “Joaquim Levy – Secretário do Tesouro Nacional” (FSP, 18-03-2003) “Ana Paula Vescovi – Secretária do Tesouro Nacional” (VE, 30-09-2016) (FSP, 31-08-2016)
Indeterminada (VIND)	Vozes indeterminadas, ou seja, quando houver referência nominal da voz, mas somente a profissão como: a) Uma fonte; b) Especialistas.	“uma fonte do governo” (VE, 01-03-2017) “especialistas” (VE, 27-03-2017)

Fonte: Dados da autora (2019).

5.4 Análise dos Produtores simbólicos

O estudo também leva em conta que esses materiais podem ou não terem sido escritos por jornalistas especializados, mas também por profissionais de outros campos, inclusive, os economistas, o que também permitirá desenvolver um comparativo. Deste modo, serão considerados os autores dos textos jornalísticos, ou seja, quem escreveu sobre a Previdência nos quatro jornais analisados. Foi desenhado um “mapa” de quais agentes ou produtores simbólicos assinaram as notícias: se jornalistas de economia, economistas, intelectuais midiáticos ou se ainda, foram publicados sem assinatura. A ideia específica é traçar uma análise dos agentes produtores simbólicos e relacionar o campo do jornalismo com outros da sociedade. Dessa forma, é possível definir se seria uma espécie de espiral fechada ou de repeteco, ou se há alguma variação.

Bourdieu lembra que os intelectuais-jornalistas, são profissionais que mediam entre o campo jornalístico e os especializados, de modo a interferir em outros campos de produção cultural (o jornalismo é tido como um produto cultural) e que exercem influência nos espaços de debates. As disposições contraditórias de dominados e dominantes por parte desses grupos

de intelectuais ajudam a explicar a ambiguidade de suas tomadas de posições (BOURDIEU, 1990). Ainda acerca dos intelectuais midiáticos, Bourdieu (1997) reforça que estão sujeitos às pressões do campo jornalístico. O sociólogo (2011) também defende que intelectuais e pesquisadores, sejam eles, historiadores, economistas, sociólogos, dentre outros, têm um acesso superior à média, quanto ao mundo social. Pedroso Neto e Undurraga (2017) desenvolvem a ideia de que os principais jornalistas de economia atingiram posições de elite partilhando a doxa dos economistas tradicionais. Esses profissionais de elite, os mais lidos e mencionados, influenciam de acordo com os mesmos autores, a reprodução dos princípios de seleção e orientação do campo, e assim reforçam a hierarquia das representações econômicas. Deste modo, lança-se a seguinte discussão: será que isso se confirma na cobertura da reforma previdenciária?

Vale lembrar aqui, que esses conceitos ajudarão a entender mais adiante, as perspectivas do estudo em questão, visto que analisará os enquadramentos usados pelos agentes do jornalismo econômico acerca da Previdência no Brasil e os produtores simbólicos que escreveram nos grandes jornais sobre essa temática. A presente pesquisa resultou em três categorias de produtores simbólicos, dispostos no quadro abaixo:

Quadro 6 – Categorias de análise dos Produtores simbólicos

Categorias de Produtores simbólicos	Parâmetros e descrições do termo	Exemplos
Jornalistas	Profissionais atuantes no campo jornalístico que assinaram as matérias.	Jornalistas como Luiz Nassif, Miriam Leitão, Marcos Cesári, Juliana Sofia, Suely Caldas, dentre outros.
Não Jornalistas	Profissionais de outros campos que assinaram a matéria, como: a) Economistas; b) Especialistas em Previdência; c) Empresários; d) Políticos.	Economistas como: Samuel Pessoa, Laura Carvalho, dentre outros. Especialistas em Previdência como: Waldeck Ornelas Empresários como Pedro Luiz Passos. Políticos como Ronaldo Caiado
Sem Assinatura	Quando não é mencionado quem assinou a reportagem.	Matérias pagas e conteúdos que não apresentavam o nome dos seus produtores.

Fonte: Dados produzidos pela autora (2019).

6 A COBERTURA DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS NAS REFORMAS

De modo geral, percebe-se que nos períodos em que as propostas de reforma da Previdência estavam em debate, os jornais desenvolveram estratégias na abordagem do tema e no envolvimento com os seus leitores. Em 1998, o OESP, por exemplo, desenvolveu dentro do caderno de Economia a sessão “Previdência responde” com conteúdos ligados a revisão de aposentadoria, inscrição no INSS, dentre outros assuntos. Já a FSP produziu uma série de reportagens de outubro a dezembro de 2016, intituladas como “Corrida contra o tempo” que abordaram a tentativa de Michel Temer em aprovar a reforma, dentre outros assuntos ligados a Previdência. Em 2017, a Folha também criou um guia especial (folha.com/previdencia2017) para os leitores tirarem dúvidas sobre as propostas de alterações e a situação da Previdência no Brasil.

O site do O Globo, em 2016 e 2017, veiculou um espaço¹⁵ com informações sobre a proposta de Reforma da Previdência, além de dados técnicos e contábeis, como cálculos de aposentadoria. Trouxe também reportagens e vídeos sobre as regras vigentes, além de videográficos e memes reproduzidos das redes sociais, explicando as principais etapas de análises e votações das mudanças em estudo. Também foram discutidos nesse ambiente, outros assuntos ligados ao trabalho.

A partir dessas e de outras observações, apresenta-se nas seções a seguir os resultados e as análises das categorias de enquadramento, vozes e produtores simbólicos. Trata-se um panorama quali-quantitativo de como cada um dos jornais trabalhou a Previdência nos principais anos de discussões da reforma.

6.1 Os enquadramentos das notícias relativas à Previdência nos anos de discussões das reformas

Sobre os enquadramentos dados pelos jornais, o quadro a seguir reúne todos eles nos três períodos e os quantifica a partir de sua presença em cada um dos jornais analisados. Os dados relativos a cada jornal são apresentados a seguir, através da frequência absoluta (FA) e frequência relativa (FR).

¹⁵ Disponível em: oglobo.globo.com/economia/previdencia-e-trabalho

Tabela 2– Enquadramentos nos jornais relativos à cobertura da Previdência

ENQUADRAMENTOS	FSP		OG		VE		OESP	
	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA
ENERE	17,13%	61	22,83 %	50	19,15 %	27	6,61 %	9
EPROPS	15,17 %	54	14,15 %	31	18,44 %	26	10,29 %	14
ESARE	8,42 %	30	11,41 %	25	17,02 %	24	10,29 %	14
EDEPP	11,23%	40	13,24 %	29	9,93 %	14	11,30 %	15
EPRORE	10,39%	37	10,96 %	24	9,93 %	14	13,23 %	18
EEXRE	2,24%	8	7,30 %	16	8,51 %	12	5,88 %	8
EPERE	1,96%	7	6,39 %	14	4,96 %	7	1,47 %	2
EPROIN	8,14%	29	0,91 %	2	4,25 %	6	5,88 %	8
ETECO	5,61%	20	1,37 %	3	3,54 %	5	6,61 %	9
EAPAT	2,80%	10	3,65 %	8	2,12 %	3	1,47 %	2
EDEPS	1,40 %	5	2,74 %	6	0,70 %	1	1,47 %	2
EOUTR	2,52 %	9	1,82 %	4	0,70 %	1	1,47 %	2
EPROPP	4,21%	15	0,45 %	1	0,70 %	1	8,09 %	11
EMACR	2,52%	9	1,82 %	4	0	0	0,73 %	1
EMAFR	0,28%	1	0,45 %	1	0	0	0	0
ETIIN	5,90 %	21	0,45 %	1	0	0	15,44 %	21
TOTAL	100 %	356	100 %	219	100 %	141	100 %	136

Fonte: Dados trabalhados pela autora (2019)

A partir disso se fez possível perceber que, em relação aos enquadramentos, houve uma semelhança entre os jornais FSP, OG e VE no que se refere à categoria com maior predominância. Esses jornais, portanto, apresentaram um quantitativo maior de matérias voltadas para repercutirem as negociações da reforma (ENERE), ou seja, trabalhou-se o que foi discutido em relação ao assunto entre o governo, parlamentares e as centrais sindicais. De modo geral, a presente categoria reforça o discurso da necessidade de mudanças no modelo 1, o da repartição. Diferente dos três jornais citados, o OESP trouxe como principal enquadramento, o Técnico informativo do INSS (ETIIN). Trata-se de uma categoria neutra e que não reforça nenhum dos modelos da Previdência, apenas traz informações gerais sobre o assunto.

Em Relação aos dois modelos da Previdência, pode-se dizer que as categorias EPROPS, EDEPP, ESARE, EPROIN, EMAFR e ENERE condicionam ao modelo da capitalização. Nesse sentido é possível dizer que esses enquadramentos representaram mais de 60 % dos jornais FSP, OG e VE. No caso do OESP, também figurou como o grupo mais representativo, totalizando mais de 44 %.

Diante do problema da pesquisa que procura entender se os jornais condicionaram os materiais para um ou outro modelo de Previdência, pode-se dizer que a categoria ENERE apresenta o que se teve de discussão e avanços em relação às negociações das reformas. Já as

categorias EPROPS e EPROIN representam uma tentativa de mostrar uma imagem negativa da Previdência pública e conseqüentemente, os três governos destacados por esse trabalho, reforçaram a necessidade de reformas. Já a categoria ESARE apresenta uma nova possibilidade para esse sistema.

As categorias EPRORE, EPERE, EDEPS, EPROPP e EMACR integram um quadro de percepção e ação favorável ao modelo 1, o da repartição. Ao retornarmos ao problema de pesquisa, é possível dizer que as categorias EPRORE, EPERE e EMACR dizem respeito à tentativa de trazer pontos negativos das reformas propostas. Já os enquadramentos EDEPS e EPROPP condicionam respectivamente, a dinâmica de expansão do sistema da Previdência pública e aos problemas da Previdência Privada. Enquanto isso, os enquadramentos ETECO, ETIIN, EEXRE, EAPAT e EOATR podem se enquadrarem como categorias neutras, visto que de forma geral, não favorecem a nenhum dos dois modelos.

6.1.1 OG e os enquadramentos dados às notícias referentes à Previdência nos anos de discussões das reformas

O enquadramento mais frequente nos três períodos analisados do OG foi o ligado às negociações das propostas e reformas da Previdência (ENERE). Eles resultaram em uma média de 50 matérias, totalizando mais de 20 % da amostra do jornal. Podem-se citar como exemplos, conteúdos que reforçaram a falta de espaços para negociações (OG, 02-11-1998), enfatizavam os impasses nas tramitações (OG, 15-12-2016) ou que ainda, se buscava estratégia para definir um texto em comum com os senadores, para assim o governo conquistar o apoio dessa classe durante a votação (OG, 22-03-2017).

Nota uma tendência do referido jornal em também destacar as problemáticas que envolvem a Previdência Pública, visto que a categoria EPROPS ocupou a segunda posição em relação à frequência, com 31 ocorrências e um percentual de 14,15 %. Por outro lado, a categoria que aponta os problemas da Previdência Privada (EPROPP), ou seja, o modelo da capitalização teve pouca expressividade, resultando em apenas 0,45 %. Deste modo, pode-se inferir que o OG, ao trazer enquadramentos que enfatizam as problemáticas que envolvem o sistema de Previdência e as negociações para reformá-lo, apresenta um viés favorável a essas propostas de reformas. É possível destacar que as categorias que representam o segundo regime, o de capitalização, representados pelos enquadramentos EPROPS, EDEPP, ESARE,

EPROIN, EMAFR e ENERE resultaram em quase 63 % da amostra de OG. Assim, pode-se dizer que o referido jornal optou por enquadrar mais o modelo de Previdência supracitado.

Diante dessa discussão pode-se, por exemplo, lançar a discussão de que no dia 24 de maio de 1998, o Jornal OG trouxe uma reportagem intitulada “Estados e municípios terão novos fundos”. Como o próprio nome já revela, a intenção era mostrar um dos principais objetivos dos diferentes governos em relação à Previdência: incentivar os fundos de pensão. Ou seja, promover o regime de Capitalização (modelo 2). Diante dessa questão, a Jornalista do OG, Cassia Almeida revelou na reportagem que muitas pessoas recorrem a uma aposentadoria complementar em busca de segurança e ganhos financeiros.

Já na reportagem da Jornalista de Economia Miriam Leitão, é discutido o conceito de Solidariedade, marca registrada do modelo de Repartição. Segundo ela, os que contribuem hoje estão financiando os benefícios pagos atualmente, na ideia de que no futuro serão financiados por aqueles que estão entrando no sistema (OG, 14-05-1998). Esse regime, representado pelos enquadramentos EPRORE, EPERE, EDEPS, EPROPP e EMACR resultaram em um pouco mais de 22 %. Enquanto isso, as categorias neutras – ou seja, que não condicionam a nenhum dos dois modelos – ETECO, ETTIN, EEXRE, EAPAT e EOUTR resultaram em pouco mais de 14 %.

6.1.2 Como o VE enquadrou a Previdência nos anos de discussão das reformas?

Essa seção apresenta como o VE enquadrou as questões relativas à Previdência social e privada no período estudado. Nota-se que mais de 19% das matérias trouxeram o cenário de negociações do Governo em relação à aprovação da reforma. Pode-se destacar, por exemplo, que as propostas de alterações na Previdência foram tidas como prioridades nas agendas de Lula (VE, 06-01-2003) e de Michel Temer (VE, 26-08-2016). Também se desenvolveu a ideia de que no governo Temer houve uma intensificação da campanha em prol da reforma (VE, 30-11-2016).

Percebe-se também uma presença significativa (18,44 %) de reportagens que enfatizaram os problemas envolvendo a Previdência Social no Brasil. Destaca-se, por exemplo, enquadramentos ligados a questões econômicas como: crescimento do *déficit* (VE, 22-05-2003); fraudes (VE, 26-12-2003); utilização de dados para reafirmar a tese de que o sistema está quebrado (VE, 14-10-2016) ou ainda, reforçaram a teoria de que a Previdência pública apresenta um rombo nas contas do governo (VE, 27, 01,2007).

As categorias voltadas para o modelo de capitalização – EPROPS, EDEPP, ESARE, EPROIN, EMAFR e ENERE – resultaram em quase 69 % do corpus de análise do VE. Enfatiza-se, portanto, que o jornal supracitado deu mais ênfase a esse tipo de regime. Já os enquadramentos EPRORE, EPERE, EDEPS, EPROPP e EMACR, que reforçam o modelo de repartição, resultaram em pouco mais de 16%. Enquanto isso, as categorias tidas por esse trabalho como neutras, ETECO, ETIIN, EEXRE, EAPAT e EOATR somaram uma média de quase 15 %.

6.1.3 Enquadramentos utilizados pela OESP nos anos de discussões das reformas da Previdência

O OESP trouxe 136 enquadramentos, 21 deles referiam-se ao ETIIN, o que equivaleu a 15,44% da amostra desse jornal. Destaca-se, por exemplo, conteúdos que traziam dados informativos como: o prazo para o pedido de pensão por morte (OESP, 08-01-1998); o passo a passo de como requerer a aposentadoria especial (OESP, 22-01-1998) ou ainda, o calendário dos dias de pagamentos dos benéficos do INSS (OESP, 29-06-1998). Trata-se de uma categoria neutra e que, portanto, não favorece a nenhum dos dois modelos. Esse enquadramento, juntamente com o ETECO, EEXRE, EAPAT e EOATR somaram mais de 30% do conjunto de materiais do referido jornal.

A segunda categoria que mais se destacou em OESP foi à relativa aos problemas ligados as reformas da Previdência Social, resultando em uma frequência de 13,23 %. Trabalha-se, por exemplo, que as mudanças nesse sistema, são inconstitucionais (OESP, 07-02-1998) e que a aposentadoria de classes como a dos professores, seria atingida (OESP, 23-02-1998). O enquadramento EPRORE, juntamente com o EPERE, EDEPS, EPROPP e EMACR resultaram em um percentual de quase 25 %, condicionados ao modelo de repartição.

O maior quantitativo do OESP resultou no favorecimento do modelo de capitalização. Desenvolveu-se através das categorias EPROPS, EDEPP, ESARE, EPROIN e ENERE um percentual relativo de mais de 44%. No dia 6 de setembro de 2016, o OESP publicou um editorial no caderno de Economia e Negócios, intitulado como “Dados reforçam a necessidade urgente da reforma da Previdência”. Nele consta o posicionamento do referido veículo impresso de que há um desequilíbrio entre a receita e a despesa nesse sistema referente ao setor público, o que necessitaria de mudanças emergenciais. Deste modo, reforça-

se mais uma vez, a tomada de posição do jornal supracitado em relação à sugestão de alteração do modelo de repartição, o que conseqüentemente poderia resultar na expansão do regime de capitalização.

6.1.4 Enquadramentos presentes na FSP nos anos de discussões das reformas da Previdência

O principal enquadramento presente na FSP nos períodos analisados refere-se à categoria ENERE, ou seja, de negociações das reformas da Previdência, revelando um percentual de 17,13%. Destaca-se por exemplo: as reuniões com as centrais sindicais na gestão de Lula (FSP, 14-01-2003) e as frequentes pressões dos aliados políticos do governo de Michel Temer (FSP, 26-09-2016). Essas reportagens também traziam discussões como a exclusão dos Policiais Militares da proposta de reforma de Temer, tratado na matéria como um ato político (FSP, 09-12-2016) e as negociações com as classes de militares, para não causarem insatisfação na categoria (FSP, 07-08-2016).

A segunda posição entre as categorias de enquadramentos corresponde aos problemas da previdência social – EPROPS (14,65 %) –. Destaca-se, por exemplo, argumentos do tipo: o sistema em questão precisa de ajuda (FSP, 02-01-1998), pois está em crise (FSP, 02-10-2016) ou ainda, o peso da previdência desequilibra as contas do governo (FSP, 30-07-2017). Aparecem também discussões como a de que aposentadoria fez com que gastos com pessoal crescesse nos estados (FSP, 21-10-2016). Por fim, enfatizou-se, também durante o Governo de Michel Temer, que os dados divulgados seriam suspeitos e que, na verdade, a Previdência pode ter rombo maior do que o previsto (FSP, 30-01-2017).

As categorias ENERE, EPROPS, EDEPP, ESARE, EPROIN e EMAFR, voltadas para a percepção do modelo de capitalização, representaram 60,37 % do corpus analisado da FSP. Já as categorias EPRORE, EPERE, EDEPS, EPROPP e EMACR voltadas para o regime de capitalização, resultaram em 20,48 %. Enquanto isso, os enquadramentos neutros ETECO, ETTIN, EEXRE, EAPAT e EOUTR trouxeram um percentual de 19,15 %.

6.1.5 Como os diferentes governos trataram a temática da Previdência?

A presente seção traz uma síntese avaliando se os quatro jornais foram homogêneos ao relatarem os dois modelos da Previdência, conforme tenta desvendar o problema da pesquisa.

Pode-se dizer que de um modo geral, a FSP, o OG, o VE e o OESP se alinharam em todo o corpus ao trazerem um maior quantitativo de enquadramento que tangenciam um favorecimento do modelo de capitalização.

Para efeitos de apresentação e comparativo de resultados, considera-se M1 como o ano de 1998 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, M 2 em 2003 na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva e M3, o período de agosto de 2016 e julho de 2017 durante a tentativa de aprovação da reforma por Michel Temer. Para uma melhor visualização desse cenário são apresentados os resultados em frequências relativas e entre parênteses, as frequências absolutas.

Tabela 3 – Os enquadramentos sobre a Previdência nos governos

ENQUADRAMENTO	FSP			OG			VE			OESP		
	M1	M2	M3	M1	M2	M3	M1 ¹⁶	M2	M3	M1	M2	M3
ENERE	3,27% (2)	8,20% (5)	88,5 % (54)	6 % (3)	4 % (2)	90 % (45)	-	29,63 % (8)	70,37 % (19)	63,63 % (7)	18,18 % (2)	18,18 % (2)
EPROPS	22,22 % (12)	20,37 % (11)	57,40 % (31)	29,03 % (9)	19,35 % (6)	51,61 % (16)	-	36 % (9)	68 % (17)	35,71 % (5)	21,42 % (3)	42,85 % (6)
ESARE	10 % (3)	13,33 % (4)	76,66 (23)	16 % (4)	12 % (3)	72 % (18)	-	0	100 % (24)	42,85 % (6)	21,42 % (3)	35,71 % (5)
EDEPP	50 % (20)	40 % (16)	10 % (4)	17,24 % (5)	41,37 % (12)	41,37 % (12)	-	42,85 % (6)	57,14 % (8)	60 % (9)	40 % (6)	0
EPRORE	5,40 % (2)	10,81 % (4)	83,78% (31)	4,16 % (1)	4,16 % (1)	91,66 % (22)	-	35,71 % (5)	64,28 % (9)	86,66 % (13)	0	13,33% (2)
EEXRE	37,5 % (3)	12,5 % (1)	50 % (4)	12,5 % (2)	31,25% (5)	52,25 % (9)	-	33,33 % (4)	66,66 % (8)	87,5 % (7)	0	12,50% (1)
EPERE	14,29 % (1)	0	85,71 % (6)	14,28 % (2)	14,28 % (2)	71,42 % (10)	-	28,57 % (2)	71,48 % (5)	33,33 % (1)	33,33 % (1)	33,33% (1)

Continua

¹⁶ O VE não existia no M1

Conclusão

ENQUADRAMENTO	FSP			OG			VE			OESP		
	M1	M2	M3	M1	M2	M3	M1 ¹⁷	M2	M3	M1	M2	M3
EPROIN	20,69 % (6)	37,93 % (11)	41,38 % (12)	50 % (1)	0	50 % (1)	-	83,33 % (5)	16,66 % (1)	50% (4)	12,5% (1)	37,5 % (3)
ETECO	50 % (10)	15 % (3)	35 % (7)	33,33 % (1)	0	66,66 % (2)	-	0	100 % (3)	100 %	0	0
EAPAT	10 % (1)	40 % (4)	50 % (5)	0	0	100 %	-	0	100 % (3)	0	0	100 % (1)
EDEPS	40 % (2)	40 % (2)	20 % (1)	50 % (3)	33,33% (2)	16,66 % (1)	-	0	100 % (1)	50 % (1)	50 % (1)	0
EOUTR	44,44 % (4)	44,44 % (4)	11,11 % (1)	0	0	100 % (1)	-	0	100 % (1)	50 % (1)	0	50 % (1)
EPROPP	13,33% (2)	20 % (3)	66,66 % (10)	0	0	100 % (1)	-	100 % (1)	0	27,27 % (3)	18,18 % (2)	54,54% (6)
EMACR	0	0	100 % (9)	0	0	100 % (1)	-	0	0	0	0	100 % (1)
EMAFR	0	0	100 % (1)	0	0	100 % (1)	-	0	0	0	0	0
ETIIN	19,05 % (4)	61,90 % (13)	19,95 % (4)	0	0	100 % (1)	-	0	0	85,71 % (18)	9,52 % (2)	4,76 % (1)

Fonte: Dados da autora (2019).

Como já mencionado, a categoria na Folha de São Paulo que mais teve destaque foi a ENERE. Do conjunto de 61 matérias, 2 (duas) foram escritas no M1 (3,27 %), 5 (cinco) (8,20%) no M2 e 54 (88,52 %) no M 3. Observe pelo quadro acima, que 88,5 % desse enquadramento foi desenvolvido pelo jornal em questão no M3. Ainda diante da análise da FSP, é possível inferir que as categorias ENERE, EPROPS, ESARE, EPROIN e EMAFR que se enquadraram no modelo da capitalização tiveram um quantitativo maior de matérias no

¹⁷ O VE não existia no M1

M3. Em outras palavras, pode-se afirmar que no governo de Temer se teve mais ênfase nesse modelo. Apenas a categoria EDEPP teve mais espaço no M1.

Em linhas gerais, pode-se dizer ainda em relação à FSP que as categorias ENERE, EPROPS, ESARE e EPROIN tiveram aumento progressivo em relação aos períodos estudados. Enquanto isso, o enquadramento EDEPP teve uma diminuição progressiva. Ainda diante da Folha, notou-se um aumento progressivo do EPRORE e EPROPP e uma diminuição do EDEPS.

Identificou-se no OG, um quantitativo maior da categoria ENERE no M 3, ou seja, durante o Governo Temer. Em relação aos outros períodos, foram três matérias (6%) no M1, duas no M2 (4%) e quarenta e cinco no M3 (90 %). Ainda diante do jornal em questão, pode-se dizer que os enquadramentos ligados ao regime de capitalização tiveram mais espaço no M3, resultando nas seguintes frequências: EPROPS (51,61 %), EDEPP (41,37 %), ESARE (72 %), EMAFR (100%) e ENERE (90%). Ainda em relação aos três períodos estudados em o OG, notou-se um aumento progressivo dos enquadramentos EPRORE e EPERE. Já as categorias EMACR e EPROPP só apareceram no M3.

Já o VE, no conjunto das 27 matérias que pertenceram ao enquadramento ENERE, 8 (29,63 %) foram registradas no M2 e 19 no M3 (70,37%). Com isso, pode-se afirmar que os jornais supracitados, deram mais ênfase a esse tipo de enquadramento no Governo Michel Temer. E assim mais uma vez é importante lembrar que a presente categoria revela uma tentativa de favorecer o modelo de capitalização. Ainda diante do Valor Econômico, pode-se dizer que todos os enquadramentos tiveram aumentos progressivos, exceto a categoria EPROIN.

Em relação ao OESP, pode enfatizar que a categoria ETIIN que foi a que mais teve espaço no referido jornal, tendo ênfase maior no M1 com uma frequência de 85,71 % só nesse período. O referido jornal traz resultados peculiares em relação ao universo estudado. Nota-se que há uma diminuição das categorias ENERE e EDEPP ao decorrer dos períodos, enquanto que EPROPS teve um aumento. Assim, pode-se inferir que começou “apoiando” um modelo de capitalização e diminuiu apoio progressivamente, governo a governo, ou seja, trilhou um caminho inverso de todos. Ainda diante do OESP, enfatiza-se ainda que a categoria EPERE apresentou um equilíbrio em relação aos períodos estudados. O enquadramento EDEPS teve uma diminuição ao longo dos anos e EPROPP teve um aumento.

Observe que os enquadramentos EMACR e EMAFR só apareceram nos jornais FSP e OG e somente durante o M3, pois se tratam das movimentações e paralizações contrárias e favoráveis às reformas da Previdência que movimentaram o governo de Temer.

6.2 As vozes presentes nas notícias sobre a Previdência nos anos de discussões das reformas

As análises permite-nos dizer que não houve uma homogeneidade em relação à representatividade do conjunto de vozes em cada jornal e o quadro abaixo ilustra isso. A FSP e o OESP, por exemplo, apresentaram quantitativos significativos de matérias nas quais não foram utilizadas vozes. Com isso, a categoria SV atingiu os percentuais de 11,19% e 15,53 % respectivamente. Já no VE, o Mercado Financeiro figurou como o grupo com maior espaço (13,39%) no período analisado. Enquanto isso, o OG deu mais espaços para os parlamentares (9,78 %), considerados os maiores defensores e interessados nas reformas da Previdência.

Em relação ao problema de pesquisa, podem-se dividir as vozes em três grupos: o primeiro envolve agentes individuais e/ou instituições que favorecem o modelo de capitalização. São eles: VMF, VPA, VCM, VAS, VMC, VHS, VJC, VRB, VWO, VAM, VRM, VMT, VHM, VCO, VEPP, VGF e VMPP. Do segundo grupo, destacam-se como categorias que nitidamente são contrárias as mudanças na Previdência e que, portanto são favoráveis ao regime de repartição, as vozes VSI e VPF. As demais categorias não foram identificadas nem como um modelo nem como outro, consideradas, portanto, como vozes neutras.

Os jornais analisados optam, em diferentes oportunidades, por mencionarem em suas reportagens, Vozes indeterminadas (VIND). Isso pode causar questionamentos nos leitores a respeito da fonte de informação e se ela é, de fato, confiável. A tabela a seguir ilustra esse movimento ao passo que mostra a frequência relativa e absoluta do conjunto de agentes e instituições que debateram sobre a Previdência, nos principais anos de discussão das reformas, nos 4 jornais analisados.

Tabela 4 – Vozes presentes nos anos de discussões das reformas

VOZES	FSP		OG		VE		OESP	
	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA
VMF	4,91 %	33	4,88 %	24	13,62%	41	2,45 %	5
VEC	4,62 %	31	9,57 %	47	11,96 %	36	5,88 %	12
VCO	2,23 %	15	3,66 %	18	6,64 %	20	1,96 %	4
SV	11,17 %	75	5,09 %	25	5,31 %	16	15,68 %	32
VMPS	3,27 %	22	1,62 %	8	4,98 %	15	7,35 %	15
VEPP	2,83 %	19	1,83 %	9	4,98 %	15	2,45 %	5
VMI	2,98 %	20	4,68 %	23	5,98 %	18	4,90 %	10
VPA	8,04 %	54	9,77 %	48	4,31 %	13	1,47 %	3
VMC	1,63 %	11	1,62 %	8	3,32 %	10	0	0
VOU	9,98 %	67	7,94 %	39	2,99 %	9	8,82 %	18
VHM	1,93 %	13	1,83 %	9	2,99 %	9	0	0
VAC	2,53 %	17	5,29 %	26	2,99 %	9	1,96 %	4
VGE	0,89 %	6	2,03 %	10	2,65 %	8	0,49 %	1
VGF	2,23 %	15	1,83 %	9	2,65 %	8	1,96 %	4
VTN	0,74 %	5	0	0	2,65 %	8	0,98 %	2
VRB	2,23 %	15	0,61 %	3	2,32 %	7	0	0
VIND	0,74 %	5	6,92 %	34	1,99 %	6	0,98 %	2
VHS	0,44 %	3	0,20 %	1	1,66 %	5	0	0
VGM	2,83 %	19	2,64 %	13	1,32 %	4	0,49 %	1
VAD	3,87 %	26	0,81 %	4	1,32 %	4	6,37 %	13
VSI	2,98 %	20	0,81 %	4	1,32 %	4	1,96 %	4
VEM	2,08 %	14	0,81 %	4	1,32 %	4	1,96 %	4
VIP	4,76 %	32	5,70 %	28	1,32 %	4	1,47 %	3
VAM	2,08 %	14	2,24 %	11	0,66 %	2	0,98 %	2
VAS	0,14 %	1	0,81 %	4	1,32 %	4	0	0
VBE	1,19 %	8	1,83 %	9	0,66 %	2	6,86 %	14
VCM	1,04 %	7	2,03 %	10	0,33 %	1	0	0
VIN	2,53 %	17	0,61 %	3	0,66 %	2	5,39 %	11
VJC	0,29 %	2	1,01 %	5	0,33 %	1	1,47 %	3
VMJ	0,44 %	3	0,40 %	2	0,33 %	1	0	0
VMPP	3,27 %	22	4,68 %	23	0,33 %	1	4,90 %	10
VMT	3,42 %	23	4,07 %	20	0,66 %	2	0	0
VPF	0,89 %	6	0,40 %	2	1,32 %	4	0	0
VPR	0,74 %	5	0	0	0,99 %	3	0,49 %	1
VRM	1,63 %	11	1,83 %	9	0,33 %	1	0,49 %	1
VWO	0,29 %	2	0,81 %	4	0	0	10,29 %	21
VSG	1,93 %	13	0,81 %	4	1,32 %	4	0,49 %	1
Total	100 %	671	100 %	491	100 %	301	100%	204

Fonte: Dados da autora (2019).

6.2.1 Vozes presentes no OG nos anos de discussão das reformas

As vozes que expressamente se mostram contrárias as reformas e consequentemente favoráveis ao modelo de manutenção da repartição, VSI e VPF, totalizaram apenas 1,21 %. Já as categorias VMF, VPA, VCM, VAS, VMC, VHS, VJC, VRB, VWO, VAM, VRM, VMT, VHM, VCO, VEPP, VGF e VMPP resultaram em uma média de pouco mais de 42 % (42,70

%) e assim favoreceram posicionamentos favoráveis as reformas e ao modelo de capitalização. Deste modo, 56,09 % foram representados por categorias neutras, ou seja, que não condicionaram a nenhum dos dois modelos.

Dentre as vozes que tiveram mais espaço, os parlamentares ocupam o primeiro lugar com uma frequência absoluta de 48 registros e relativa de 9,77 %. Dentre os nomes mencionados estavam, por exemplo, os senadores Cassio Cunha Lima, Romero Jucá (OG, 21-02-1017), Nelson Peregrino, líder do governo Lula no congresso e Heloisa Helena (OG, 11-07-2003). Aparecem também os deputados Rogerio Rosso (OG, 25,11-2003) e Arthur Lira (OG, 20-022-17).

O OG registrou um percentual significativo da categoria VIND, correspondendo a 6,92 % do conjunto de vozes. Pode-se citar como exemplo, a reportagem intitulada como “Fim da Paridade de servidores” do dia 24 de agosto de 2016. Nela foram mencionados “técnicos envolvidos nas discussões da reforma” e “um interlocutor”, não deixando claro aos leitores quem seriam de fato essas vozes. Ainda do mesmo jornal, destacamos da matéria “Idade mínima sem gatilho”, na qual o jornalista teria entrevistado uma “fonte”, cujo nome foi preservado (OG, 10-03-2017).

No dia 27 de janeiro de 2017, a pesquisadora em economia, Denise Lobato Gentil, da UFRJ, disse ao OG que o *déficit* é reflexo das altas taxas de juros, das desonerações tributárias e, principalmente, das políticas macroeconômicas. Essas vêm ocasionando o desemprego e a informalidade, gerando, assim, um menor número de arrecadações. A matéria intitulada “O rombo de 49 bilhões”, trabalha a ideia de crise no sistema previdenciário e desequilíbrios na aposentadoria. O mesmo debate é sustentado também por outras vozes como: um especialista em Previdência, uma fonte do Ministério, além de outros economistas.

O Especialista do Instituto de Pesquisa Aplicada, IPEA, Rogerio Naganime, disse que as reformas da Previdência aplicadas no Brasil até agora, não foram suficientes para levar a convergência de regras entre servidores e setor privado, por exemplo. O pesquisador, que se enquadra na categoria das vozes de institutos de pesquisa (VIP), também considera positiva a proposta feita pelo governo de Michel Temer de mudança no sistema de Previdência pública, o que condiciona ao favorecimento para o modelo da capitalização. Ele ainda argumenta que a queda no quantitativo de filhos e o envelhecimento da população, geram, no país, a necessidade de mudança nas regras, o que demonstra que o especialista é, portanto, favorável à reforma em questão (OG, 13-03-2017).

6.2.2 Vozes presentes no VE nos anos de discussão das reformas

No período analisado, foram identificadas 306 vozes no VE. Observou-se que somente o Mercado Financeiro, nos três períodos estudados, representou 13,62%. O que revela uma parcela representativa no que tange o espaço reservado a esse setor. Dentre as fontes citadas pelos produtores simbólicos, podem-se mencionar instituições como o Banco do Brasil, representantes como o Presidente do Unibanco, Antônio Eduardo, a diretora do Santander, Tatiane Pinheiro, dentre outros.

Os agentes do campo dos economistas também tiveram um espaço significativo no referido jornal (12,09%). Destaca-se, por exemplo, a presença dos economistas: Octavio de Barros, Pedro Schnaider, Mauricio Nakawodo, Mauricio Espirito Santos, dentre outros.

6.2.3 O espaço dedicado as Vozes no OESP nos anos de discussões das reformas da Previdência

Dentre o conjunto de matérias do OESP, 32 não apresentaram vozes (SV), totalizando um percentual de 15,53 %. Diante do problema de pesquisa, pode-se dizer que nesse caso a ausência de vozes em um texto, não condicionou a nenhum dos dois regimes da Previdência. A segunda categoria com mais representatividade foi a VWO, que representa o ex-ministro Waldeck Ornellas como fonte em 10,19 % da amostra jornal. É importante frisar que ele figurou como voz diante de diferentes enquadramentos, como: ENERE, ETECO, ETIIN, EEXRE E EPROPS.

As vozes representadas por VSI e VPF e que se mostram favoráveis a manutenção do regime de repartição, totalizaram apenas 1,96 %. Já as categorias que condicionam ao modelo de capitalização, VMF, VPA, VCM, VAS, VMC, VHS, VJC, VRB, VWO, VAM, VRM, VMT, VHM, VCO, VEPP, VGF e VMPP, totalizaram quase 26 %.

6.2.4 As Vozes presente na FSP nos anos de discussões das reformas

Em relação à problemática da pesquisa, pode-se dizer que as categorias que nitidamente expressam-se favoráveis ao modelo de repartição, a VSI e VPF, resultaram na FSP em apenas 3,8 %. Já as vozes que trazem aspectos voltados para a defesa de reforma da

Previdência, o que poderia provocar uma expansão na dinâmica do regime de capitalização, resultaram em 38,72 %, representadas pelas categorias VMF, VPA, VCM, VAS, VMC, VHS, VJC, VRB, VWO, VAM, VRM, VMT, VHM, VCO, VEPP, VGF e VMPP. Enquanto isso, 57,48 % não reforçou nenhum dos dois modelos, pois se apresentavam de formas diferentes a depender do conteúdo da matéria.

Nos três períodos de análise, foi possível detectar uma frequência absoluta de 670 vozes na FSP, dessas 75 matérias não apresentavam vozes, o que equivale a mais de 11 %, configurando a SV como a categoria que mais teve destaque no jornal em questão. Dentre elas, 30 foram registrados no M 1, 17 no M 2 e 28 no M 3. Outra categoria que também teve evidência no jornal supracitado foi a Outras (VOU), totalizando 67 vozes, o equivalente a 10 % do conjunto da amostra da FSP.

Observa-se pela análise que outra categoria também teve bastante representatividade em termos de frequência, a VPA. Ela totalizou 54 vozes e um percentual de 8,05 %. Dentre os nomes citados, destacam-se os dos Senadores Antônio Carlos Magalhães, Renan Calheiros e Gleise Roffman, além de deputados como Nelson Pellegrino, Aldo Rabelo, Rogerio Rosso (FSP, 02-01-2016), o Deputado do Tocantins João Campos (FSP, 17-12-2016), dentre outros parlamentares.

6.2.5 Quais vozes falaram sobre a Previdência em cada governo?

Em relação à FSP, foi possível identificar que as vozes tiveram mais espaços no M3. De modo geral, pode-se dizer que o terceiro momento representou 59,45%, enquanto 27,02 % se sobressaíram no M2 e apenas 13,51 % em M1. Nota-se, por exemplo, a presença de vozes como VPA, VTN, além de VMC, VHS, VAM, VAS, VCM e VRM – essas últimas ligadas a relatores da reforma e ministros da Previdência, ou seja, a favor da mudança do regime de repartição – estiveram presentes apenas no M3.

Ao analisar o VE é possível identificar que as vozes VMF, VMPP e VEPP, grupo esse formado por empresas e instituições que tipicamente favorecem o modelo da capitalização, apareceram predominantemente durante o M3. Pode-se afirmar que o referido jornal, falou se mais sobre a dinâmica desse setor no governo Temer. De modo análogo, categorias como VSI e VPF, que expressamente se mostram contrárias às mudanças no modelo de repartição, também figuraram no M3, só que nesse caso, em sua totalidade. Observe pela tabela a seguir que a única categoria que aparece no M1 correspondente ao ex-ministro José Cechin.

Tabela 1 – Vozes que falaram sobre a Previdência em cada governo

VOZES	FSP			OG			VE			OESP		
	M1	M2	M3	M1	M2	M3	M1 ¹⁸	M2	M3	M1	M2	M
VMF	39,39% (13)	24,24 % (8)	36,36 % (12)	29,16 % (7)	8,33 % (2)	62,5 % (15)	-	24,39 % (10)	75,61 % (31)	0	0	100 %
VEC	9,67 % (3)	6,45 % (2)	83,87 % (26)	12,76 % (6)	14,89 % (7)	74,46 % (35)	-	5,55 % (2)	94,44 % (34)	35,29 % (6)	11,76 % (2)	52,94% (9)
VCO	0	0	100 % (15)	11,11 % (2)	5,55 % (1)	83,33 % (15)	-	0	100 % (15)	0	44,44 % (4)	55,55 % (5)
SV	41,33 % (31)	22,66 % (17)	36 % (27)	32 % (8)	32 % (8)	36 % (9)	-	18,75 % (3)	81,25 % (13)	62,16 % (23)	18,91 % (7)	16,21 % (6)
VMPS	22,72 % (5)	40,90 % (9)	36,36 % (8)	50 %	50 %	0	-	46,66 % (7)	53,33 % (8)	86,66 % (13)	6,66 % (1)	6,66 % (1)
VEPP	26,31 % (5)	21,05 % (4)	52,63 % (10)	0	66,66 % (6)	33,33 % (3)	-	33,33 % (5)	66,66 % (10)	80 % (4)	0	20 % (1)
VMI	10 % (2)	15 % (3)	75 % (15)	27,27 % (6)	0	72,72 % (16)	-	23,07 % (3)	76,92 % (10)	50 % (4)	0	50 % (4)
VPA	0	0	100 % (54)	0	20,83 % (10)	79,16 % (38)	-	38,46 % (5)	61,53 % (8)	100 % (10)	0	0
VMC	0	0	100 % (11)	0	0	100 % (11)	-	0	100 % (11)	0	0	0
VOU	11,94 % (8)	19,40 % (13)	68,65 % (46)	12,82 % (5)	10,25 % (4)	76,92 % (30)	-	0	100 % (30)	47,05 % (8)	0	52,94 % (9)
VHM	0	23,07 % (3)	76,92 % (14)	0	0	100 % (14)	-	0	100 % (14)	0	0	0
VAC	0	17,64 % (3)	82,35 % (14)	0	3,84 % (1)	96,15 % (25)	-	0	100% (25)	0	0	100 %
VGE	83,3 % (5)	0	16,66 % (1)	0	0	100 % (1)	-	62,5 % (5)	37,50 % (3)	0	0	100 %
VGF	20 % (3)	0	80 % (12)	0	0	100 % (12)	-	0	100 % (12)	100 % (4)	0	0

Continua

¹⁸ Não existia VE no M1.

VOZES	FSP			OG			VE			OESP		
	M1	M2	M3	M1	M2	M3	M1 ¹⁹	M2	M3	M1	M2	M3
VTN	0	0	100 % (5)	0	0	0	-	0	100 %	0	100 %	0
VRB	0	100 % (15)	0	0	100 %	0	-	100 %	0	0	0	0
VIND	0	80 % (4)	20 % (1)	0	0	100%	-	0	100 %	100 %	0	0
VHS	0	0	100 % (3)	0	100 %	0	-	100%	0	0	0	0
VGM	0	21,05 % (4)	78,94 % (15)	23,07 % (3)	0	76,92 % (10)	-	20 % (1)	80 % (4)	100 %	0	0
VAD	30,76 % (8)	38,46 % (10)	30,76 % (8)	25 % (1)	0	75 % (3)	-	50 %	50 %	53,84 % (7)	23,07 % (3)	23,07 % (3)
VSI	25% (5)	0	75 % (15)	0	0	100 %	-	0	100 %	0	0	100 %
VEM	0	64,29 % (9)	35,71 % (5)	0	25 % (1)	75 % (3)	-	0	100 %	62,5 % (5)	0	37,5 % (3)
VIP	0	6,25 % (2)	93,75 % (30)	0	7,14 % (2)	92,85 % (26)	-	0	100 %	66,66 % (2)	0	33,33 % (1)
VAM	0	0	100 % (14)	0	0	100 %	-	0	100 %	0	0	100 %
VAS	0	0	100 % (1)	0	100 %	0	-	100%	0	0	0	0
VBE	25 % (2)	62,50 % (5)	12,50 % (1)	0	55,55 % (5)	44,44 % (4)	-	0	100 %	50 % (7)	0	50 % (7)
VCM	0	0	100 % (7)	0	0	100 %	-	0	100 %	0	0	0
VIN	23,52 % (4)	0	76,47 % (13)	0	100 %	0	-	100 %	0	63,63 % (7)	18,18 % (2)	18,18 % (2)
VJC	100 % (2)	0	0	60 % (3)	0	40 % (2)	-	0	0	100 %	0	0
VMJ	0	100 % (3)	0	0	50 % (1)	50 % (1)	-	100 % (1)	0	0	0	0

Continuação

Conclusão

¹⁹ Não existia VE no M1.

VOZES	FSP			OG			VE			OESP		
	M1	M2	M3	M1	M2	M3	M1 ²⁰	M2	M3	M1	M2	M3
VMPP	22,7 2 % (5)	63,63 % (14)	13,6 3 (3)	30,43 % (7)	39,13 % (9)	30,43 % (7)	-	0	100 %	10 % (1)	90 % (9)	0
VMT	17,4 0 % (4)	0	82,6 0 (19)	0	0	100 %	-	0	100 %	0	100 %	0
VPF	0	50 % (3)	50 % (3)	0	0	100 %	-	0	100 %	0	0	0
VPR	0	60 % (3)	40 % (2)	0	0	0	-	0	100 %	0	0	100 %
VRM	0	0	100 % (11)	0	0	100 %	-	0	100 %	0	0	100 %
VWO	100 % (2)	0	0	100 %	0	0	-	0	0	100 %	0	0
VSG	0	15,39 % (2)	84,6 1 (11)	25 % (1)	0	75 % (3)	-	0	0	0	0	100 %

Fonte: Dados da autora (2019).

É possível inferir pela tabela acima que o OESP teve uma diversidade maior na representação das suas categorias. Note por exemplo que a categoria mais expressiva que é justamente a que não apresenta vozes e que não reforça nenhum dos dois modelos da Previdência, teve uma frequência maior em M1 (62,16%). Já as vozes representadas pela sigla VWO que correspondente a Waldeck Ornelas e que também registrou uma frequência significativa no jornal supracitado, figurou apenas em M1, visto que a voz em questão era Ministro da Previdência no governo de FHC.

6.3 Quem foram os produtores simbólicos que discutiram a Previdência nos anos de discussão das reformas?

A presente seção traz o panorama dos principais produtores simbólicos que escreveram sobre a Previdência nos anos analisados. O quadro abaixo traz a frequência relativa a cada jornal e nas seções que seguem, são apresentados os resultados para cada veículo separadamente, de modo a analisarmos se há maior ou menor homogeneidade entre os veículos. É importante lembrar que para efeitos de categorização são considerados três grupos, a saber: Jornalistas, Não-jornalistas (os que pertencem aos demais campos de atuação)

²⁰ Não existia VE no M1.

e são destacados também o quantitativo de matérias que não apresentavam a autoria ou assinatura dos seus autores.

Tabela 6 – Produtores Simbólicos que falaram sobre a Previdência

PRODUTORES SIMBÓLICOS	FSP		OG		VE		OESP	
	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA
Jornalistas	80,84 %	367	90,42 %	255	92,58%	162	75,89 %	107
Não Jornalistas	13,43	61	0	0	3,42%	7	6,38 %	9
Sem Assinatura	5,72 %	26	9,58 %	27	4,00%	6	17,73 %	25

Fonte: Dados da autora (2019).

Em razão da grande diversidade de profissionais do campo jornalístico que escreveram nesses jornais, esta análise se restringirá a especificar os produtores simbólicos que não são jornalistas e os textos que não apresentaram assinatura. Não pode-se deixar de mencionar que cada matéria podia apresentar mais de um produtor simbólico, geralmente pertencente ao mesmo campo de atuação. A tabela abaixo traz o percentual referente a cada período analisado.

Tabela 7 – Produtores simbólicos que escreveram sobre a Previdência em cada governo

PRODUTOR SIMBÓLICO	FSP			OG			VE			OESP		
	M1	M2	M3	M1	M2	M3	M1	M2	M3	M1	M2	M3
Jornalistas	11,98 % (44)	11,16 % (63)	70,84 % (260)	7,45 % (21)	10,58 % (27)	81,96 % (207)	-	20,37 % (33)	79,62 % (129)	57,94 % (62)	12,14 % (13)	29,90 % (32)
Não Jornalistas	19,23 % (4)	42,30 % (10)	38,46 % (9)	0	0	0	-	16,66 % (1)	83,33 % (5)	57,14 % (4)	42,85 % (3)	0
Sem Assinatura	36,50 % (23)	22,22 % (14)	41,26 % (26)	33,33 % (9)	25,92 % (7)	40,74 % (11)	-	42,85 % (3)	57,14 % (4)	52 % (13)	20 % (5)	28 % (7)

Fonte: Dados da autora (2019).

Observe pelo quadro acima que os profissionais do campo jornalístico que escreveram em todos os jornais, tiveram mais espaço no M3. As seções que seguem trazem as análises quali-quantitativas referentes aos dados possibilitados pela pesquisa em cada um dos jornais.

6.3.1 Produtores Simbólicos atuantes em OG nos anos de discussão das reformas da Previdência

Em relação aos Produtores Simbólicos, a análise do OG apresentou uma frequência absoluta de 282 profissionais dos quais 255 eram do campo jornalístico (90,42 %) e 27 matérias não apresentaram assinaturas (9,58 %). Não foi registrada a presença de produtores de outras áreas de atuações. Duas matérias que não apresentaram as assinaturas dos seus respectivos produtores simbólicos foram intituladas em notas de rodapé pelo próprio jornal, como matérias pagas. Os dois conteúdos promoveram a dinâmica de expansão da Previdência Privada, configurando-se na categoria de enquadramento EDEPP, pois as mesmas ressaltavam que a Previdência Privada permite realizar sonhos e que é uma alternativa complementar para compor aposentadoria. As duas reportagens foram veiculadas na edição do dia 16 de dezembro de 2016. Em síntese pode-se dizer que os conteúdos em questão reforçaram o Modelo 2 da Capitalização.

6.3.2 Produtores Simbólicos atuantes no VE

Nos três períodos analisados, foi possível identificar no VE, o seguinte quadro em relação ao conjunto dos produtores simbólicos: 7 reportagens não apresentavam assinatura; 162 foram escritas por jornalistas; 6 por não jornalistas - 2 por economistas (Marcelo D'Agosto e Marcelo Picanço), 1 pertencia ao mercado financeiro (o Executivo Marcelo Melo); além de Antônio Delfim Neto, que figura 2 vezes como Ex-ministro da Fazenda e uma como Deputado Federal - .

Em relação ao conteúdo produzido por não-jornalistas, pode-se dizer que 66,65 % dos produtores simbólicos se mostraram favoráveis as mudanças do modelo de repartição, o que de certa forma ampliaria o outro modelo. Relacionaram-se, por exemplo, matérias ligadas aos enquadramentos EPROPS (16,66 %), EDEPP (33,33 %) e ESARE (16,66 %). Também é

possível destacar que no período analisado teve uma matéria produzida pela Agência da Folha de São Paulo – o que nos permite inferir que a FSP também influencia no agendamento dos demais jornais – e uma escrita por Agência de notícias, cujo nome não foi mencionado.

6.3.3 Quais grupos de produtores simbólicos mais se destacaram no OESP nos anos de discussão das reformas?

Em relação aos dados coletados em OESP, registra-se uma frequência absoluta de um conjunto de 141 registros de produtores simbólicos. Foi possível identificar 107 jornalistas e 25 matérias que não apresentaram assinaturas.

O estudo registrou uma frequência de 9 produtores simbólicos pertencentes a outros campos de atuação, dentre eles: os advogados Antônio Penteado e Adacir Reis; o ex-Ministro da Fazenda Mailson da Nobrega; os ex-Ministros da Previdência Social Reinhold Stphanes e Waldeck Ornelas, o Procurador da justiça Hugo Nigro Mazzili e o pesquisador do IPEA Francisco Eduardo Barreto. Já em relação ao campo dos economistas, destaca-se das reportagens analisadas, apenas o economista Rogerio Werneck que em outro momento também figurou dentre os produtores simbólicos no OESP.

6.3.4 Produtores simbólicos atuantes na FSP nos anos de discussões das reformas da Previdência

Nos três períodos estudados, foi possível identificar a presença de 454 produtores simbólicos na FSP, dos quais 367 (80,84%) profissionais eram pertencentes ao campo jornalístico, 26 (5,72%) não eram jornalistas e 61 (13,43%) matérias não apresentavam assinatura. As matérias da FSP que não foram mencionadas as assinaturas dos seus respectivos produtores simbólicos, apresentaram uma diversidade de enquadramentos. Enfatizam-se conteúdos relativos às categorias ENERE, EPROIN, EPROPS e EDEPP (favoráveis aos modelos de capitalização), EPRORE, EPROPP e EEXRE (condicionadas ao modelo de repartição) e ETECO (ambígua/neutra).

Das 26 matérias escritas por produtores de outros campos de atuação, pode-se dizer que 61,52 % eram favoráveis ao modelo de capitalização, 23,07 % ligado a EPROPS, 30,76 % a ESARE e 7,7 % a EDEPP. Já em relação ao sistema de repartição, os produtores

simbólicos enquadrados como “não-jornalistas” escreveram 23,07 % de conteúdos relativos a esse modelo. Enquanto isso, 15,40 % escreveram materiais neutros envolvendo enquadramentos como EAPAT e ETECO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou os diferentes enquadramentos dados pelos principais veículos impressos do país, frente à cobertura econômica da Previdência nos anos de discussão das reformas. Buscou, do mesmo modo, identificar as principais vozes presentes nesse cenário e quem foram os produtores simbólicos que mais escreveram sobre o assunto.

As análises feitas nos permitiram afirmar que, no que concerne à Previdência, as relações de força não disputam espaço apenas no cenário político, mas também no campo jornalístico. E, se fez possível compreender que não se trata apenas de reformas, mas de reorientações das dimensões dos destinos dos recursos públicos. Isso interfere na condução da aposentadoria das classes trabalhadoras. Portanto, a mídia se apresenta como importante instituição na promoção e/ou derrocada das diferentes propostas de reformas, bem como de fomentadora do debate no desenrolar das votações na Câmara e no Senado.

Fez-se possível perceber, ainda, que, dentre os três momentos estudados, os quatro jornais deram mais destaque as propostas e discussões da reforma da Previdência Social em debate durante o Governo Temer (que por sinal, nem sequer chegou a ser aprovada). Os dados apresentados por esse trabalho nos permitem apontar o peso em percentual de cada enquadramento vis-a-vis outros e em cada período. Em outras palavras são apresentadas duas hierarquias possíveis, entre os enquadramentos e períodos.

Em relação aos produtores simbólicos, averiguou-se que houve uma homogeneidade, visto que em todos os jornais e períodos, a categoria de maior concentração foi a do campo jornalístico. Entretanto, notou-se também a interferência de profissionais de outros campos como ministros e advogados, além dos próprios economistas. Esse panorama é importante visto as frequentes discussões sobre a obrigatoriedade ou não do diploma de jornalista para exercer tal profissão. Acrescido a isso, o campo vem passando por um processo de “banalização”, em que todos querem exercer, o que acaba por tencionar ainda mais o local de fala desses agentes da informação.

As análises das vozes não apresentaram resultados homogêneos. Observa-se um quantitativo elevado de matérias que não apresentavam vozes, por exemplo. Aquelas que apresentavam, tiveram como categorias mais expressivas a VPA e a VMF. Fato que revela uma predominância de agentes individuais e/ou institucionais que reforçaram a necessidade de reformas nos três momentos, o que possibilitaria uma dinamização, expansão, e

consequentemente poderia ocasionar em um maior incentivo a adesão dos beneficiários ao Modelo 2 da Previdência, o da Capitalização.

O jornalismo trabalha o discurso de que a ética da profissão exige que não haja manipulação e que se mantenha a imparcialidade na construção do texto. No entanto, os dados fornecidos por essa pesquisa, permite-nos dizer que muitas vezes a própria escolha das vozes e os enquadramentos dados as notícias já condicionam uma tomada de posição desse campo.

É sabido que as diferentes propostas de Reformas Previdenciárias brasileiras são formas de investimentos e intensificação dos lucros dos bancos, fundos de pensão e seguradoras. Sendo assim, fortalece o mercado econômico. Deste modo, a análise desse trabalho ao apresentar um elevado quantitativo de vozes do mercado financeiro, ajuda no entendimento de que esses jornais analisados se condicionam a trazer mais posicionamentos favoráveis ao modelo de capitalização.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In: ABREU, A. A. LATTMAN-WELTMAN, F. KORNIS, M. A. **Mídia e Política no Brasil: jornalismo de ficção**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. A mídia na transição democrática brasileira. In: **Sociologia, problemas e práticas**, n.º 48, 2005, p. 53-65.

ABREU, Dimitri Brandi; MASSONETTO, Luiz Fernando. **A Previdência Social como instrumento de intervenção do Estado brasileiro na economia (Tese)**. Universidade de São Paulo, 2016.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da política. In: RUBIM, Antônio A. Canelas (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA, 2004.

_____. **Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político**. Opinião Pública vol.12 no.1 Campinas Apr./May. 2006.

_____. **Eleições presidenciais, clivagem de classe e declínio da grande imprensa**. REVISTA USP, São Paulo, n.90, p. 84-101, junho/agosto de 2011.

BAKHTIN, M. Questões de Literatura e de Estética (A teoria do Romance). São Paulo: Unesp, 1998.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. Volume 1. São Paulo: Ática. 1990.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASILE, Sidnei. **Elementos de Jornalismo Econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BAUER, Martim W. Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BIROLI, Flávia. MANTOVANI, Denise. **Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao programa bolsa família e as eleições de 2006**. OPINIÃO PÚBLICA. 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. **Implicações da Reforma da Previdência na Seguridade Social brasileira.** In: *Psicologia & sociedade*, v. 15, n.1, p.57-96, jan. /Jun,2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000100005.

_____. **Seguridade Social e Projeto Ético-político do Serviço Social:** que direitos para qual cidadania? In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 79, p. 108-132, nov. 2004.

BOURDIEU, Pierre. O mercado dos bens simbólicos. In: **A economia das trocas simbólicas.** (Org. Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva. 1974.

_____. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro, Marco Zero. 1983.

_____. **A economia das trocas linguísticas.** Editora Edusp, 1996.

_____. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1997.

_____. **O campo econômico.** In: *Política e Sociedade*, Florianópolis, v.4, nº.6, págs. 15-57, abril, 2005.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papyrus Editora. 9ª edição. 2008. ISBN: 85-308-0393-0.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CALDAS, Suely. **Jornalismo econômico.** São Paulo: Contexto, 2003.

CALLON, Michel. **Introduction:** the embeddedness of economic markets in Economics". In: CALLON, Michel (org.). *The Laws of the markets.* Oxford: Blackwell, 1998.

_____. Why virtualism paves the way to political impotence: A reply to Daniel Miller's critique of The Law of the Markets. *Economic Sociology – European Electronic Newsletter*, v. 6, n. 2, p. 3-20, 2005.

_____. Performativity, misfires and politics. *Journal of Cultural Economy*, v. 3, n. 2, p. 163-169, 2010.

CECHIN, José. **A previdência social reavaliada II**. Revista Conjuntura Social, Brasília, DF, MPAS, 2002.

COATS, Alfred William. **The Post-1945: internationalization of economics**. History of Political Economy Durham, v.28, 1997.

COHN, Amélia. A reforma da Previdência Social: virando a página da história? In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE, v.9, n.4, P.55-59,1995.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. **A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do estado, 1960-2000**. Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS, Volume 15, nº 43, p. 163-176, 2000.

DUVAL, J. **Analisar um espaço social**. In: Serge Paugam (coord.). **A Pesquisa Sociológica**. Petrópolis: Vozes,2015.

ENTMAN, Robert Mathew. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm**. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**. 8ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2000.

FERREIRA, Carlos Roberto; SOUZA, Solange de Cássia Inforzato de. **Aposentadorias e Pensões e Desigualdade da Renda: uma análise para o Brasil no período 1998-2003**. Revista de Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 41-66, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 13 fev. 2018.

FLOUZAT, Denise. A abrangência e as limitações da Economia. In: ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 21ª Edição, 2016.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise do Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. **O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático**. Trabalho apresentado no VI SOPCOM, Lisboa, 2009.

GAMSON, William; MODIGLIANI, André. **Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: a Constructionist Approach.** *American Journal of Sociology*, vol. 95, nº1, p.1-37, 1989.

GENTIL, Denise Lobato. **Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise financeira do período 1990–2005** (Tese). Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/teses/2006/a_politica_fiscal_e_a_falsa_cris_e_da_seguridade_social_brasileira_analise_financeira_do_periodo_1990_2005.pdf.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** Porto Alegre, Artmed, 2005, 4ª ed.

GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience.* Boston, Northeastern University Press, 1974.

GRUN, Roberto. **Fundos de pensão no Brasil do final do século XX: guerra cultural, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias.** *Mana* vol.9 no.2 Rio de Janeiro Oct. 2003.

_____. **O “nó” dos fundos de pensão.** *Novos estud. - CEBRAP* no.73 São Paulo, Nov. 2005.

HACKETT, R. A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: VEJA, 1999.

HALL, Stuart; CHRITCHER; C. JEFFERSON, T; CLARKE, J.; ROBERTS, B. A produção social das notícias: o *mugging* nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: VEJA, 1999.

KLUGER, E. *Análise de correspondências múltiplas fundamentos, elaboração e interpretação,* 2018.

IZERROUGENE, Bouzid. **A macroeconomia da previdência social.** *R. Econ. contemp.,* Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 31-46, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v13n1/02.pdf>.

JARDIM, Maria Chaves. **A Previdência Social e o mercado de Previdência privada: um olhar sociológico.** *REVISTA DA ABET*, V. 111, Nº 2 - JUL./DEZ. 2003.

_____. **Entre a solidariedade e o risco:** sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula. São Carlos, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 2007.

_____. SILVA, Márcio Rogério. **Programa de aceleração do crescimento (PAC) neodesenvolvimentismo?** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, 199p. ISBN 978-85-7983-743-2.

KLUGER, ELISA. **As Sociologias da Ciência Econômica.** BIB, São Paulo, nº 72, 2º semestre de 2011, p. 101-116.

_____. **Meritocracia de Laços:** gênese e reconfiguração do espaço dos economistas no Brasil. Tese (Doutorado em sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, São Paulo. 2017.

_____. Análise de correspondências múltiplas fundamentos, elaboração e interpretação, 2018.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. 1 ed., Editora Página Aberta Ltda. ISBN 85-85328-14-2, 1991.

_____. **Jornalismo Econômico.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1996.

_____. _____: _____ 2000.

LAVINAS, Lena; ARAUJO, Eliane de. **Reforma da previdência e regime complementar.** Revista de Economia Política, vol. 37, nº 3 (148), p.615-635, julho-setembro/2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v37n3/1809-4538-rep-37-03-615.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2018.

LEBARON, Frédéric. **Formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil.** Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 4, n. 2, jan./jul. 2012.

LENE, Hérica. **O jornalismo econômico ontem e hoje:** resgate histórico de sua expansão no Brasil. In: 2º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis, 2004a.

_____. **A crise da Gazeta Mercantil:** tradição e ruptura no jornalismo econômico brasileiro. (Dissertação). Niterói, RJ, 2004b.

_____. O consumo como agente modificador da imprensa econômica no final do século XX: rumo a um "jornalismo pedagógico". In: INTERCOM – Sociedade Brasileira dos Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro: 5 a 9 de setembro de 2005.

_____. **Os meios de comunicação e a construção do verdadeiro no campo econômico.** In: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). ISSN 1808-2599, 2006.

_____. **Jornalistas de economia no Brasil:** juventude, formação especializada e relações de parentesco no mercado de trabalho. In: VII Encontro do Núcleo de Pesquisa da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, no XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Santos, SP, 2007.

_____. **Os planos econômicos e o fortalecimento do jornalismo de serviço.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN, 2008.

_____. **O Jornalismo de economia e a reinvenção do Brasil no final do século XX.** Volume 1. 2009a.

_____. **O jornalismo de economia no “Brasil Novo”:** busca pela popularização e “namoro” com a notícia de polícia. 2009b.

_____. **A reconfiguração do jornalismo de economia brasileiro no final do Século XX.** Revista Eco-Pós, n. 1, p.164-181,2010. Disponível em: <http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/issue/view/23>.

_____. **Memória e história do jornalismo de economia brasileiro:** a “construção” das notícias na Gazeta Mercantil. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza, Ceará, 2012.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os economistas no Governo:** gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. **A participação dos economistas no governo.** ANÁLISE. Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 345-359, jul./dez. 2006.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; VIMIEIRO, Ana Carolina. **Análise indireta de enquadramentos da mídia:** uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. Revista Famecos. Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 235-252, janeiro/abril 2011.

MARQUES, Rosa Maria; BATICH, Mariana; MENDES, Áquilas. Previdência Social brasileira: um balanço da reforma. são paulo. jan./mar. ,são paulo perspect. vol.17 no.1,2003.

MAUSS, Marcell. **Ensaio sobre a dádiva:** forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: EPU. 2003.p 183-210 e 294-314.

MEDINA, Cremilda. **Notícia um produto à venda:** jornalismo na sociedade urbana e industrial. 4 ed. São Paulo: Summus, 1988.

MELO, Carlos Ranulfo; ANASTASIA, Fátima. **A Reforma da Previdência em dois tempos.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 2, 2005, p. 301 a 332.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. **Enquadramento:** diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais- RBCS** v. 27, n. 79. 2012.

MENICUCCI, Telma M. **Previdência Privada:** a negação complementação da previdência social pública. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerias, Belo Horizonte, 1994.

MESA-LAGO, C. **Myth and reality os pension reform:** the Latin American evidence. World development, vol.30, n° 8, p.1309-1321,2002.

MOLOTCH, H; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: Traquina, Nelson (org.). jornalismo questões, teorias e “estórias”. 2ª edição, Lisboa, Portugal: Veja, 1999.

MONNERAT, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosimery Gonçalves de. Da seguridade social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no brasil. Katál, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2011.

MORLEY, David. **Industrial Conflict and the mass media**. Revista The Sociological Review, p.245-268, 1976.

NAKAYODO, Sidney Nakao; Savoia, José Roberto. **A reforma da Previdência no Brasil**: estudo comparativo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. Revista brasileira ci. soc., vol.23, n.66, pp.45-58. são paulo, 2008, ISSN 1806-9053. disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/03.pdf>. acesso em 29/08/2017 às 10:20h.

NASSIF, Luís. O Jornalismo dos anos 90. São Paulo: futura, 2003.

NEVEU, Érik. Jornalistas no trabalho. In: **Sociologia do jornalismo**. 2004.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. **Mundialização: saberes e crenças**. São Paulo, Brasiliense, 2006.

PALLEY, Thomas I. **Uncertainty, expectations, and the future**: if we don't know the answers, what are the questions? Journal of Post Keynesian Economics, 1-20, 1993.

PEDROSO NETO, Antônio José. **O espaço atual do jornalismo econômico brasileiro**: gerações, origem social e dinâmica profissional. 37º Encontro Anual da ANPOCS, ST10 Elites e espaços de poder, 2012.

_____. **O espaço dos jornalistas da economia brasileiros**: gerações, origem social e dinâmica profissional. Revista Pós Ciências Sociais - Repocs, UFMA v.12, n.23, jan/jun. 2015.

_____. UNDURRAGA, Tomás. **Jornalistas da economia e homens das finanças**: uma dominação via imperativos profissionais? 40º Encontro Anual da Anpocs, 2016.

_____; _____. **The Elective Affinity between Elite Journalists and Mainstream Economists in Brazil**, Journalism Studies, 2017.

PEREIRA, P. A. P. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Crise Contemporânea, Questão**

Social e Serviço Social. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 1, p.45-58, 2000.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da mídia e política.** In: Antônio Albino Canelas Rubim (org.), *Comunicação e política: conceitos e abordagens*, Salvador/São Paulo, Edufba/Editora da Unesp, 2004.

PULITI, Paula. **A Financeirização do noticiário econômico no Brasil (1989-2002).** 150 f. (Tese) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-26112009-153158/>>.

_____. **A financeirização do noticiário econômico: o uso de estratégias de comunicação por grupos de interesse e seu impacto nos conteúdos jornalísticos.** *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, E-compós*, Brasília, v.13, n.3, set./dez, 2010.

_____. **O juro da notícia. Jornalismo econômico pautado pelo capital financeiro.** Florianópolis: Insular, 2013.

_____. Discurso científico de fontes como estratégia comunicacional no noticiário econômico. *Inovcom*, 2014.

QUINTÃO, Ayle-Salassie Figueiras. **O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964.** Rio de Janeiro: Agir, 1987.

ROCHA, Flávia Rebecca Fernandes. **A Previdência Social no Brasil: uma política em reestruturação.** *Temporalis*, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

SANTOS, Rita de Cassia Bessa dos. **O discurso da racionalidade econômica e a racionalização na reforma da previdência** (Tese). São Paulo. 2008.

SANTOS, Ana C.; RODRIGUES, João. *Economics as social engineering? Questioning the Performativity Thesis.* *Cambridge Journal of Economics*, v. 33, n. 5, p. 985-1000, 2009.

SCHMITZ, Aldo Antônio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo.** Florianópolis: Combook. 2011.

SCHUDSON, Michael. *The sociology of news production.* *Media, Culture e Society*. v. 11, n.3, págs. 263-282. London: SAGE, 1989.

_____. **The power of news.** Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1995.

_____. The Sociology of News. 2011.

SILVA, Ademir Alves da. **A reforma da previdência social brasileira:** entre o direito social e o mercado. São Paulo em Perspectiva, vol.18 no.3 São Paulo July/Sept. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300003.

SILVA, Sidney Jard da. **Desenvolvimento regional e proteção social:** dilema da reforma previdenciária latino-americana. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v.3, p.59- 73,2007.

_____. **Novos modelos previdenciários na América Latina:** lições da experiência argentina. Revista de Economia Política, v. 28, 2008.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **(Des) estruturação do trabalho e condições para a universalização da Previdência Social no Brasil** (Tese). Brasília. 2011.

_____. **Previdência Social no Brasil:** (Des) estruturação do trabalho e condições para a universalização da Previdência Social no Brasil. São Paulo: Cortez. 2012.

SOVERAL, Fabricio; PEDROSO Neto, Antônio José. **Discursos econômicos sobre o PAC nos grandes jornais brasileiros: a padronização do campo jornalístico.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional,2016.

TEIXEIRA, Aloísio. **Do Seguro à Seguridade:** a metamorfose inconclusa do sistema previdenciário brasileiro. Texto para Discussão, IE/UFRJ, Rio de Janeiro, nº 249, dezembro, 1990.

_____. In: ARAÚJO, Odília Sousa de (org.). **A Reforma da Previdência Social Brasileira no contexto das reformas do Estado: 1988 a 1998.** Natal, EDUFRN, Editora da UFRN, 2004.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução de Leonardo Avritzer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e Cultura Moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **A Mídia e a Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2008.

TUCHMAN, Gaye. **Feminist Theory**. In: Encyclopedia of Sociology. New York. 1992, p.695-704.

_____. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999a, p. 74-90.

_____. Contando “estórias”. In: Traquina, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999b. p. 258-262.

Vianna, Maria Lúcia Teixeira Werneck. Reforma da Previdência. Seminário de pesquisa, instituto de economia – UFRJ, Rio de Janeiro, junho, 2003.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2002.

_____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

ZANELLA, Ângelo José; CARVALHO, João Vinícius de França; AFONSO, Luiz Eduardo. **Quais os impactos da desaposentação?** Um estudo para as aposentadorias por tempo de contribuição do regime geral de Previdência Social. *Estud. Econ.* vol.44 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2014.

APÊNDICES

Quadro 7 – Matérias da Folha de São Paulo

DATA	JORNAL	MATÉRIA
02/01/1998	FSP	SOS PREVIDENCIA
12/01/1998	FSP	UM PERFIL PARA A PREVIDENCIA
15/02/1998	FSP	BENEFICIO DE R\$1200,00 DEMORA
15/02/1998	FSP	CLASSE MEDIA PAGARÁ MAIS A PREVIDENCIA
15/02/1998	FSP	EMPRESA TAMBÉM PODE TER MUDANÇA
17/02/1998	FSP	JURO MENOR DEPENDE DE REFORMA
26/02/1998	FSP	PREVIDENCIA ESCLARECE DESCONTO SOBRE VERBA INDENIZATORIA
27/02/1998	FSP	ISENÇÃO É ANTERIOR A 88
27/02/1998	FSP	REFORMA FARÁ APOSENTADO PAGAR MAIS IR
12/03/1998	FSP	PREVIDENCIA PARA A FILHA NÃO É DEDUTIVEL
29/03/1998	FSP	INADIMPLENCIA DEVE BAIXAR
29/03/1998	FSP	NOVA GUIA DO FGTS AJUDARÁ APOSENTADO
16/04/1998	FSP	APOSENTADORIA PODE SUBIR 5%
16/04/1998	FSP	MINIMO DEVE TER REAJUSTE ANUAL DE 8,3%
19/04/1998	FSP	APOSENTADORIA JÁ SUPERA TETO DO INSS
23/04/1998	FSP	FUNDOS DE PENSÃO PODEM CONTROLAR CRT
02/05/1998	FSP	TDAS E DEBITOS PREVIDENCIÁRIOS
11/05/1998	FSP	FUNDOS DE PENSÃO, A NOVA SAFRA
15/05/1998	FSP	APOSENTADORIA E LIMITE DE IDADE
15/05/1998	FSP	VOTAÇÃO DA PREVIDENCIA ANIMA INVESTIDOR
23/05/1998	FSP	A PREVIDENCIA NO URUGUAI
24/05/1998	FSP	VEJA QUANTO VALE O SEU DESCONTO MENSAL PARA OS COFRES DO INSS
26/05/1998	FSP	APOSENTADORIA SOBEM 4,81% EM JUNHO
02/06/1998	FSP	APOSENTADOS TEM REAJUSTE PROPORCIONAL
03/06/1998	FSP	LEI DÁ E RETIRA ANISTIA EM CALOTE NO INSS
03/06/1998	FSP	PLANALTO AFIRMA QUE ERRO FOI DO CONGRESSO
04/06/1998	FSP	MP RESTRINGE APOSENTADORIAS PRECOSES
10/06/1998	FSP	PREVIDENCIA: REFORMA OU PACOTE?
12/06/1998	FSP	EMPRESARIOS QUE LESAM INSS OBTEM ANISTIA
04/01/2018	FSP	BENEFICIO DO INSS CRESCEU 11,6% EM 97
12/06/1998	FSP	CULPA POR ERRO EM LEI QUE FOI REPUBLICADA AINDA É MISTERIO
12/06/1998	FSP	TABELAS PARA CONTRIBUIÇÕES SÃO CORRIGIDAS EM 4,81% NESTE MÊS
23/06/1998	FSP	MAIOR APOSENTADORIA NO INSS ALCANÇA R\$1.043

Continua

DATA	JORNAL	MATÉRIA
12/07/1998	FSP	PLANOS DE PREVIDENCIA COMEÇAM A MUDAR
12/07/1998	FSP	A FALSA PROGRESSIVIDADE NA PREVIDENCIA
22/07/199	FSP	INSS AMPLIA CONVENIO PARA AS INSCRIÇÕES
26/07/1998	FSP	MERCADO DA PREVIDENCIA CRESCE 22,5%
26/07/1998	FSP	TAMANHO FAZ DIFERENÇA NA PREVIDENCIA
26/07/1998	FSP	VANTAGEM É A TRIBUTAÇÃO
26/07/1998	FSP	CLASSE MEDIA DISPOE DE VARIAS ALTERNATIVAS
27/07/1998	FSP	APOSENTADORIA: VOCE PRECISA PENSAR NISSO
03/08/1998	FSP	COMO TOMAR O FUTURO NAS PROPRIAS MÃOS
03/08/1998	FSP	EMPRESAS FORMAM CONDOMINIOS
03/08/1998	FSP	DIRETORIA DA PREVI É ELEITA POR BANCARIOS
20/08/1998	FSP	MP DA PREVIDENCIA PODE SER REVISTA
20/08/1998	FSP	INSS ERRA E "MATA" 2.116 TRABALHADORES
29/08/1998	FSP	GOVERNO RECUA NO CASO DE APOSENTADORIAS ESPECIAIS
19/09/1998	FSP	GOVERNO APOIA A MINICONSTITUINTE EM 99
19/09/1998	FSP	FHC, ACM E TEMER ACERTAM NOVO ESFORÇO PARA VOTAR AS REFORMAS
21/09/1998	FSP	SIGA AS PEGADAS DO SEU FUNDO DE PENSÃO
21/09/1998	FSP	PRESENTE SEU FUTURO DA GULA DO MERCADO
21/09/1998	FSP	FUNDO DA BRASIL PREVI TAMBÉM FICOU NEGATIVO EM AGOSTO
06/10/1998	FSP	REFORMAS VÃO ESPERAR O SEGUNDO TURNO
11/10/1998	FSP	PAGAMENTO TRIMESTRAL AO INSS VENCE DIA 15
18/10/1998	FSP	INSS ACEITA TITULO AGRARIO PARA QUITAÇÃO DE DÍVIDA DE EMPRESA
23/10/1998	FSP	A REFORMA DA PREVIDENCIA
01/11/1998	FSP	A TRAJEDIA DOS JUROS
01/11/1998	FSP	APOSENTADORIA DE SERVIDOR REACENDE POLEMICA ANTIGA
01/11/1998	FSP	APOSENTADO REBATE ARGUMENTOS
02/11/1998	FSP	FIQUE ATENTO A VOTAÇÃO DA PREVIDENCIA
02/11/1998	FSP	PREPARE-SE PARA TER UM FUTURO DOURADO
02/11/1998	FSP	ANALISE OS RISCOS DA PREVIDENCIA
02/11/1998	FSP	QUAL O CRITERIO PARA OS REAJUSTES
02/11/1998	FSP	TOME O FUTURO NAS MÃOS
02/11/1998	FSP	PLANOS DE PREVIDENCIA TEM INCENTIVO FISCAL
27/11/1998	FSP	PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DESENVOLVIMENTO
10/12/1998	FSP	VW DEMITIRÁ APOSENTADOS E AMPLIA CORTE VOLUNTARIO

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
13/12/1998	FSP	PARA TRF, APOSENTADORIA NÃO PODE TER TETO
18/12/1998	FSP	SALARIO DESSE MÊS JÁ PAGA MAIS A PREVIDENCIA SOCIAL
21/12/1998	FSP	ONDA DA PREVIDENCIA ABERTA EXIGE CAUTELA
21/12/1998	FSP	NAVEGUE ANTES DE EMBARCAR NA PREVIDENCIA
28/12/1998	FSP	PAGAMENTO DE MULTAS AO INSS ATÉ QUARTA TEM REDUÇÃO DE 80%
03/01/2003	FSP	PREVIDENCIA MUDA JÁ EM 2003, DIZ BERZOINI
06/01/2003	FSP	PREVIDENCIA QUER CONTRATAR 3.800
12/01/2003	FSP	BANCO PAGA US\$ 750 MIL
12/01/2003	FSP	EU TRABALHEI, TENHO DIREITO A ESSA APOSENTADORIA
13/01/2003	FSP	CAPTAÇÃO DE FUNDOS DE PREVIDENCIA FOI 85% MAIOR EM 2002
14/01/2003	FSP	SINDICALISTAS CANCELAM REUNIÕES SOBRE REFORMAS
19/01/2003	FSP	PREVIDENCIA: UM CONTRATO LEONINO
05/02/2003	FSP	QUAL AS REFORMAS PRECEDEM AS DEMAIS
19/02/2003	FSP	MINISTRO DA PREVIDENCIA SE RECUSA A RECEBER O FMI
25/02/2003	FSP	PREVI PODE COMPRAR UMA FATIA MAIOR DA ELETROPAULO
13/03/2003	FSP	PREVI REGISTRA SEGUNDO ANO CONSECUTIVO DE DEFICIT
16/03/2003	FSP	DIVIDA COM O INSS É CALCULADA PELA INTERNET
18/03/2003	FSP	ACORDO COM O FMI FIXA PRAZO PARA A REFORMA
20/03/2003	FSP	VEJA COMO É A ISENÇÃO DO APOSENTADO
23/03/2003	FSP	APOSENTADORIA POR IDADE É ISENTA
06/04/2003	FSP	ESCALA PARA AUTONOMOS PAGAR INSS É EXTINTA
21/04/2003	FSP	É HORA DE EFETIVAR REFORMAS, DIZ SCHEIKMAN
28/04/2003	FSP	INVESTIDORES AGUARDAM ENVIO DE REFORMAS
30/04/2003	FSP	REFORMA OU RE-FORMA?
03/05/2003	FSP	FÉ CEGA NAS REFORMAS
12/05/2003	FSP	PREVI PODE SER CONVOCADA PARA PARTICIPAR DA FUSÃO VARIG/TAM
19/05/2003	FSP	ALTERNATIVAS PARA A REFORMA DA PREVIDENCIA
26/05/2003	FSP	MEDO DA REFORMA ENGORDA FUNDOS PRIVADOS
01/06/2003	FSP	GOVERNO QUER PARCERIA COM FUNDOS DE PENSÃO
11/06/2003	FSP	CONCORDATA PREVIDENCIARIA
15/06/2003	FSP	PREVIDENCIA PODE ADIAR USO DE FORMULARIO

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
27/06/2003	FSP	AS DUVIDAS SOBRE A REFORMA
02/07/2003	FSP	SINDICATO TAMBÉM PODE TER FUNDO DE PENSÃO
06/07/2003	FSP	GOVERNO QUER QUE FUNDOS GEREM POUPANÇA
18/07/2003	FSP	REFORMA DA PREVIDENCIA: MINHA OPINIÃO
24/07/2003	FSP	RISCO DE APOSENTARIA PRECOCE
25/07/2003	FSP	AINDA A REFORMA DA PREVIDENCIA
26/07/2003	FSP	FUNDOS DE PENSÃO PODEM SOCORRER ELETRICA
01/08/2003	FSP	APOSENTADORIA INTEGRAL OU CONTRIBUIÇÃO DE INATIVOS?
31/08/2003	FSP	REGRA DA APOSENTADORIA ESPECIAL PODE MUDAR
09/09/2003	FSP	REFORMA PODE DOBRAR PATRIMONIO DE FUNDOS
14/09/2003	FSP	INSS QUER RECUPERAR 15 BILHOES DE DEVEDORES
14/09/2003	FSP	BERZOINI AFIRMA QUE O OBJETIVO É ACABAR COM O "JEITINHO"
18/09/2003	FSP	APOSENTADO TERÁ DESCONTO EM FOLHA
21/09/2003	FSP	NO PAÍS MAIS DE 4,5 MI DE APOSENTADOS TRABALHAM
26/09/2003	FSP	FUNDOS DE PENSÃO PODEM LIBERAR R\$10 BI
05/10/2003	FSP	ADIAR PEDIDO DE APOSENTADORIA É VANTAGEM
07/10/2003	FSP	FUNDOS TIRAM OPORTUNITY DA CVC
21/10/2003	FSP	ITAU COMPRA AGF E EXPANDE A PREVIDENCIA
22/10/2003	FSP	REFIZ 2 REDUZ DIVIDA DO INSS COM A JUSTIÇA
22/10/2003	FSP	EMPRESAS DIZEM QUE NEGOCIAM OU CONTESTAM DEBITOS
30/10/2003	FSP	PREVIDENCIA TEM DEFICIT DE 16,5 BILHOES
02/11/2003	FSP	INSS EXIGE ARQUIVO DIGITAL POR 10 ANOS
07/11/2003	FSP	INSS VOLTA A PAGAR APOSENTADORIA A IDOSOS
08/11/2003	FSP	SOB PRESSÃO, MINISTRO RECUA E SE DESCULPA
10/11/2003	FSP	REFORMA IMPULSIONA PREVIDENCIA PRIVADA
11/11/2003	FSP	RECADASTRAMENTO DE IDOSOS SERÁ VOLUNTÁRIO
12/11/2003	FSP	IDOSOS AINDA TEM PROBLEMAS PARA RECEBER
12/11/2003	FSP	FALTOU SENSIBILIDADE SOCIAL, DIZ BERZOINI
16/11/2003	FSP	SAIBA O QUE MUDOU NOS FUNDOS DE PENSÃO
18/11/2003	FSP	SOB CHUVA, APOSENTADO PEDE REVISÃO
18/11/2003	FSP	PREVIDENCIA NÃO RECONHECE DIVIDA
19/11/2003	FSP	PRAZO PARA REVISÃO ACABA DIA 30, DIZ BERZOINI
19/11/2003	FSP	REVISÃO CUSTARÁ 14 BILHOES, DIZ PREVIDENCIA

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
19/11/2003	FSP	APOSENTADOS PASSAM A NOITE NA FILA
20/11/2003	FSP	JUSTIÇA ORIENTA APOSENTADO A ENTRAR COM AÇÃO
20/11/2003	FSP	PRAZO JÁ ERA DE 10 ANOS EM 97
20/11/2003	FSP	DECISÃO É ELOGIADA PELO JUDICIÁRIO
22/11/2003	FSP	LULA DIZ QUE ORÇAMENTO NÃO TEM VERBA PARA DÍVIDA COM APOSENTADO
26/11/2003	FSP	DEFICIT DA PREVIDÊNCIA CRESCE 28% NESTE ANO
26/11/2003	FSP	APOSENTADO NÃO SERÁ OBRIGADO A ABRIR CONTA
30/11/2003	FSP	INSS TAXA EM 28% LUCROS DISTRIBUÍDOS A SÓCIOS
30/11/2003	FSP	APOSENTADORIA É FACILITADA COM REGRA UNIFORME
01/12/2003	FSP	ACORDO DEVE FAVORECER MAIS IDOSOS E CARENTES
01/12/2003	FSP	DIREITO A REVISÃO NÃO VALE PARA TODO O BENEFÍCIO
01/12/2003	FSP	PREVIDÊNCIA PRIVADA ENGORDA LUCROS DOS BANCOS
01/12/2003	FSP	ANALISTAS DIZEM QUE TAXAS SÃO MUITO ELEVADAS
01/12/2003	FSP	CPMF E O CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
07/12/2003	FSP	PERFIL PREVIDENCIÁRIO JÁ TEM FORMULÁRIO
09/12/2003	FSP	FUNDO DE PENSÃO ENTRA NA DISPUTA PELA EMBRATEL
09/12/2003	FSP	INTERESSADOS SERÃO CONHECIDOS NA QUINTA
09/12/2003	FSP	TEM QUE INVENTAR
11/12/2003	FSP	GOVERNO FACILITA APOSENTADORIA ESPECIAL
13/12/2003	FSP	EMBRATEL TROCA DIREÇÃO DE FUNDO DE PENSÃO
21/12/2003	FSP	INSS FARÁ RECADASTRAMENTO GERAL EM 2004
27/12/2003	FSP	CENSO 2000 DIZ QUE 22,3 % DOS APOSENTADOS TRABALHAM
06/08/2016	FSP	PENTE FINO DO INSS VAI CHAMAR 530 MIL
06/08/2016	FSP	INVESTIGAÇÃO DE PERITOS VAI INCLUIR REDES SOCIAIS
07/08/2016	FSP	REFORMA DA PREVIDÊNCIA POUPARÁ MILITARES
08/08/2016	FSP	ESTADOS TAXAM PREVIDÊNCIA EM HERANÇA
08/08/2016	FSP	DESVIOS DE FINALIDADES PODEM LEVAR TRIBUTAÇÃO

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
16/08/2016	FSP	REFORMA AMEAÇA ACUMULO DE PENSÃO COM APOSENTADORIA
17/08/2016	FSP	NÃO HÁ TEMPO PARA TRANSIÇÃO SUAVE, DIZ ESPECIALISTA EM PREVIDENCIA
18/08/2016	FSP	PERDA DE BENEFICIO DO INSS QUE FOI LIBERADO NA JUSTIÇA PODE DEMORAR
27/08/2016	FSP	JUSTIÇA FAZ GASTO DE PREVIDENCIA AUMENTAR
27/08/2016	FSP	530 MIL SERÃO CONVOCADOS PARA AVALIAÇÃO MEDICA
27/08/2016	FSP	PRAZO PARA ATENDER CONVOCAÇÃO E AGENDAR PERICIA IRÁ ATÉ NOVEMBRO
28/08/2016	FSP	DESTINO DE REFORMAS PREOCUPA INVESTIDORES
28/08/2016	FSP	SAIDA DA RECESSÃO PODE AMEAÇAR REFORMAS, DIZ ECONOMISTA
30/08/2016	FSP	IDADE MINIMA PODE TER REVISÃO PERIODICA, AFIRMA CHEFE DO INSS
31/08/2016	FSP	INSS E FIM DAS PEDALADAS LEVAM DEFICIT DO GOVERNO A R\$ 51 BILHÕES
04/09/2016	FSP	QUANTO GANHA UM SERVIDOR?
04/09/2016	FSP	TRANSIÇÃO PARA A NOVA PREVIDENCIA PODE SER MAIS LONGA PARA MULHERES
06/09/2016	FSP	NOVA OPERAÇÃO DA PF MIRA FUNDOS DE PENSÃO
06/09/2016	FSP	FUNDOS DIZEM QUE VÃO COLABORAR COM AS INVESTIGAÇÕES
06/09/2016	FSP	PREVIDENCIA DEVE FICAR PRA DEPOIS DA ELEIÇÃO
07/09/2016	FSP	PROPOSTA PARA PREVIDENCIA DEVE SAIR ANTES DA ELEIÇÃO
09/09/2016	FSP	APOÓS OPERAÇÃO DA PF, DONA DA SADIA SUSPENDE EX-PRESIDENTE DA PREVI
11/09/2016	FSP	PAIS CORRE O RISCO DE EMPOBRECER SEM REFORMA
12/09/2016	FSP	FRAUDES EM FUNDOS JÁ É PAGO POR SERVIDORES
12/09/2016	FSP	SEGUNDO GESTORES, LONGEVIDADE E CRISE CAUSAM ROMBO
13/09/2016	FSP	FUNDOS DE PENSÃO TEM ROMBO DE r\$84 BI
16/09/2016	FSP	VOTAÇÃO DA PREVIDENCIA SÓ EM 2017

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
16/09/2016	FSP	MUDANÇA DA PREVIDENCIA TEM QUE SER DURA E RAPIDA, DIZ SECRETÁRIO
18/09/2016	FSP	APOSENTARIA MUITO CEDO TIRA EFICIENCIA DA ECONOMIA
18/09/2016	FSP	MERCADO RESISTE A CONTRATAR PROFISSIONAIS COM MAIS DE 50
24/09/2016	FSP	MUDANÇA TORNA BENEFICIO INTEGRAL DISTANTE
26/09/2016	FSP	CRESCE PARTICIPAÇÃO DE APOSENTADOS NA FORÇA DE TRABALHO
26/09/2016	FSP	ALIADOS PRESSIONAM TEMER A PREVIDENCIA PARA DEPOIS DAS ELEIÇÕES
29/09/2016	FSP	BENEFICIO NÃO DEVE SEGUIR ALTA DO MINIMO
30/09/2016	FSP	DEFICIT DA PREVIDENCIA FAZ ROMBO NAS CONTAS DO GOVERNO AUMENTAR
30/09/2016	FSP	FMI RECOMENDA RAPIDEZ PARA APROVAR REFORMA
30/09/2016	FSP	REFORMA DEVE POUPAR MILITARES, DIZ MINISTRO
02/10/2016	FSP	ALIADOS EVITAM COMPROMISSO COM PLANO DE TEMER PARA A PREVIDENCIA
02/10/2016	FSP	CONGRESSO TEM AUTONOMIA PARA AJUSTES, DIZ LIDER
02/10/2016	FSP	CRISE NA PREVIDENCIA AMEAÇA APOSENTADORIA ESPECIAL PARA MULHERES
02/10/2016	FSP	PENSÃO É INSUFICIENTE PARA SUPERAR DIFERENÇA DE RENDA
03/10/2016	FSP	PLANO DE PREVIDENCIA CONSERVADOR RENDE MUITO POUCO, APONTA ESTUDO
04/10/2016	FSP	GOVERNO TENTA ABRIR DIALOGO COM CENTRAIS SOBRE NOVA PREVIDENCIA
07/10/2016	FSP	PREVIDENCIA PODE TER LEI DE RESPONSABILIDADE
09/10/2016	FSP	IDADE MINIMA PARA OBTER BENEFICIO ASSISTENCIAL PODE SUBIR PARA 70 ANOS
09/10/2016	FSP	APOSENTADORIA PRECOCE RESISTIU AS REFORMAS
09/10/2016	FSP	FORMULA 85-95 ELIMINOU O EFEITO DE REDUTOR

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
10/10/2016	FSP	REFORMA FORÇA A PLANEJAR A APOSENTADORIA
11/10/2016	FSP	REUNIÃO COM CENTRAIS SINDICAIS É ADIADA NOVAMENTE
12/10/2016	FSP	TEMER COMEMORA ACUMULO DE FORÇA E COBRA ALIADO INFIEL
13/10/2016	FSP	PROPOSTA DE CENTRAIS NÃO COBRE ROMBO DO INSS
21/10/2016	FSP	APOSENTADORIA FAZ GASTO COM PESSOAL CRESCER NOS ESTADOS
23/10/2016	FSP	DADOS DA PREVIDENCIA SÃO ALVOS DE DISCORDIA
27/10/2016	FSP	STF BARRA AÇÃO QUE AMEAÇAVA A PREVIDENCIA
27/10/2016	FSP	SUPREMO SE ANTECIPA AO LEGISLATIVO, ADIANTA REFORMA E ALIVIA TEMER
27/10/2016	FSP	PENTE FINO DO INSS PODE PERDER VALIDADE POR FALTA DE VOTAÇÃO
29/10/2016	FSP	LEI PODE DEFINIR CONTRIBUIÇÃO DE INATIVOS
01/11/2016	FSP	PAIS SOBE EM RANKING COM PROPOSTAS PARA A PREVIDENCIA
03/11/2016	FSP	APOSENTADO CONTINUA NA ATIVA POR MAIS 4 ANOS
05/11/2016	FSP	MEDIDA PROVISORIA CADUCA E PENTE FINO DO INSS PODE SER SUSPENSO
06/11/2016	FSP	SERVIDORES AINDA RESISTEM A ADERIR A FUNDO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR
13/11/2016	FSP	ESTADOS BUSCAM NA UNIÃO SAÍDA PARA A PREVIDENCIA LOCAL
13/11/2016	FSP	IMÓVEL DO ESTADO PODE FINANCIAR PREVIDENCIA DE SERVIDOR
30/11/2016	FSP	PREVIDENCIA VAI QUEBRAR SEM REFORMA, DIZ ANUNCIO
01/12/2016	FSP	REFORMA DA PREVIDENCIA PODE GERAR ECONOMIA DE 68,8 BI, DIZ GOVERNO
06/12/2016	FSP	TEMER LANÇA REFORMA E DEFENDE MEIRELES
07/12/2016	FSP	REFORMA TORNA MAIS DIFÍCIL ACESSO A BENEFÍCIO INTEGRAL DA PREVIDENCIA
07/12/2016	FSP	NADA É INEGOCIÁVEL NA REFORMA, DIZ MEIRELES A SINDICATOS
07/12/2016	FSP	PENSÃO POR MORTE PODE FICAR ABAIXO DO SALÁRIO MÍNIMO

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
08/12/2016	FSP	NOVA FORMULA PROPOSTA PELO GOVERO REDUZ APOSENTADORIA
08/12/2016	FSP	DEPUTADO CONCLUI EM 24 HORAS PARECER QUE AUTORIZA DISCUSSÃO DA REFORMA
08/12/2016	FSP	APÓS PRESSÃO, MILITAR VAI PODER ACUMULAR PENSÃO E APOSENTADORIA
09/12/2106	FSP	EXCLUIR PMS DA REFORMA FOI ATO POLITICO, DIZ SECRETÁRIO
09/12/2016	FSP	MULHER SE APOSENTA ANTES, POIS TEM TAREFA DE CASA, DIZ PAULINHO
11/12/2016	FSP	MULHERES TEM CUSTO MAIOR PARA A PREVIDENCIA PORQUE VIVEM MAIS
11/12/2016	FSP	ESTABILIDADE PODE DURAR 40 ANOS, DIZ SECRETARIO
12/12/2016	FSP	O QUE PODE ACONTECER COM AS APOSENTADORIAS
15/12/2106	FSP	GOVERNO ADMITE REDUZIR PARA 62 ANOS IDADE PARA A MULHER
17/12/2016	FSP	RJ ADIA PARA 2017 VOTAÇÃO SOBRE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA
17/12/2016	FSP	GOVERNO QUER FAZER EXIGENCIAS SUBIR COM A EXPECTATIVA DE VIDA
18/12/2016	FSP	PARA DEFESA, CUSTOS COM SISTEMA MILITAR ESTÃO EM QUEDA
21/12/2016	FSP	IMAGINA NA PREVIDENCIA
21/12/2016	FSP	INSS QUER LIBERAR PEDIDO DE APOSENTADORIA PELA INTERNET
26/12/2016	FSP	ISENÇÕES QUE TIRAM RECURSOS DO INSS PODERÃO SER REVISTAS
27/12/2016	FSP	INSS QUER NOVA MP PARA QUE BENEFICIO SEJA REVISADO
01/01/2017	FSP	JUSTIÇA CONCEDE 1 A CADA 3 BENEFICIOS A DEFICIENTES
01/01/2017	FSP	INSS DÁ BENEFICIO A APENAS UM DE GEMEOS AUTISTAS
01/01/2017	FSP	ORGÃO DIZ QUE PEDIDO FOI FEITO EM DIAS DIFERENTES E QUE VAI ALTERAR SISTEMA
04/01/2017	FSP	BENEFICIO ASSISTENCIAL PODE TER NOVA REGRA
04/01/2017	FSP	MULHER PERDE AUXILIO APÓS MARIDO MORRER

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
04/01/2017	FSP	REFORMA PREVIDENCIARIA DIFICULTA ACESSO A APOSENTADORIA ESPECIAL
05/01/2017	FSP	BRASILEIROS APLICAM 10% MAIS EM PREVIDENCIA PRIVADA ATÉ NOVEMBRO
08/01/2017	FSP	SO 4% DOS BRASILEIROS POUPAM PARA A VELHICE
26/01/2017	FSP	PREVIDENCIA TEM DEFICIT DE R\$150 BILHÕES NO ANO PASSADO
27/01/2017	FSP	RENUNCIAS REPRESENTAM 30% DO DEFICIT RECORDE DA PREVIDENCIA
29/01/2017	FSP	UMA OUTRA REFORMA
29/01/2017	FSP	BENEFICIO ANTECIPADO A PROFESSOR AFETA A ESTADO E MUNICIPIO
30/01/2017	FSP	COM DADOS SUSPEITOS, PREVIDENCIA DE ESTADO PODE TER ROMBO MAIOR
05/02/2017	FSP	A REFORMA DA PREVIDENCIA
07/02/2017	FSP	ALIADO DE CUNHA É INDICADO PARA PRESIDIR COMISSÃO DA PREVIDENCIA
09/02/2017	FSP	PROTESTO DE POLICIAIS CONTRA A REFORMA TERMINA EM CONFUSÃO NA CAMARA
09/02/2017	FSP	CENTRAIS RACHAM EM MUDANÇA DA PREVIDENCIA
10/02/2017	FSP	RELATOR DA REFORMA QUER REVER TRANSIÇÃO
12/02/2017	FSP	TRAVA PEGARIA 79% DE APOSENTADOS POR IDADE
12/02/2017	FSP	TRABALHO SEM REGISTRO DEVE SER DESESTIMULADO
13/02/2017	FSP	BENEFICIOS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO TEM ALTA DE 35% EM 2016
20/02/2017	FSP	REFORMA É MAIS RIGIDA DO QUE DE PAISES RICOS
20-02-2017	FSP	EXIGENCIA DE 25 ANOS É MEIO DO CAMINHO, DIZ SECRETÁRIO
24/02/2017	FSP	CENTRAL VÊ CONFLITOS DE INTERESSE NA PREVIDENCIA
28/02/2017	FSP	REFORMA MOVIMENTA FUNDO DE SERVIDORES
01/03/2017	FSP	DEPUTADOS SE OPOEM A IDADE MINIMA PROPOSTA POR TEMER
01/03/2017	FSP	CUSTO DE MUDANÇA SERIA ALTO
01/03/2017	FSP	MODO DE VENDER A REFORMA, DEFINIRÁ SEU SUCESSO POLITICO
03/03/2017	FSP	A PREVIDENCIA E OS FATOS ALTERNATIVOS

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
05/03/2017	FSP	REFORMA AVANÇA COM PROTESTOS LIMITADOS
07/03/2017	FSP	TEMER DEFENDE LIMITE PARA NEGOCIAR REFORMA
07/03/2017	FSP	APOSENTADOS COM 65 ANOS OU MAIS SÃO ISENTOS
08/03/2017	FSP	GOVERNO TENTA DESVIAR O FOCO DE RECESSÃO COM AGENDA DE REFORMAS
08/03/2017	FSP	APOSENTADORIA É DE SUBSISTENCIA, SE QUISE MAIS, POUPE, DIZ RELATOR
09/03/2017	FSP	MINISTRO REFUTA REDUZIR IDADE PARA MULHER
09/03/2017	FSP	PSB AMEAÇA VOTAR CONTRA REFORMA DA PREVIDENCIA
10/03/2017	FSP	TUCANOS QUEREM FLEXIBILIZAÇÃO DA REFORMA
10/03/2017	FSP	RELATOR QUER DEMISSÃO DE QUEM SE APOSENTA
11/03/2017	FSP	REFORMA JÁ TEM 56 EMENDAS, 24 DELAS DA BASE DE TEMER
12/03/2017	FSP	GASTO PREVIDENCIARIOS
14/03/2017	FSP	MILITARES QUEREM MANTER BENEFICIO EM TROCA DE SE APOSENTAR MAIS TARDE
15/03/2017	FSP	REFORMA DA PREVIDENCIA TEM 146 EMENDAS
15/03/2017	FSP	FRENTES DE ESQUERDA PROTESTAM HOJE CONTRA PROJETO
15/03/2017	FSP	GOVERNO VÊ ROMBO DE R\$259 BI NA SEGURIDADE SOCIAL
19/03/2017	FSP	PREVIDENCIA VAI PRECISAR DE NOVA REFORMA EM 2019
19/03/2017	FSP	FALACIA PREVIDENCIARIA
22/03/2017	FSP	TEMER RETIRA SERVIDOR MUNICIPAL E ESTADUAL DA PREVIDENCIA
22/03/2017	FSP	APOSENTAR AO 50 SERIA O IDEAL, DIZ MEIRELES
23/03/2017	FSP	REFORMAS NA BERLINDA
24/03/2017	FSP	POLICIAIS CIVIS E PROFESSORES PODEM FICAR DE FORA DA NOVA PREVIDENCIA
25/03/2017	FSP	POR VOLTA DE CONTRIBUIÇÃO, CENTRAIS OFERECEM OPOSIÇÃO MENOR A REFORMA
28/03/2017	FSP	TEMER QUER PRAZO PARA REFORMA NOS ESTADOS
29-03-2017	FSP	SÓ 7 ESTADOS REGULAMENTARAM TETO DE APOSENTADORIA PARA SERVIDORES

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
29/03/2017	FSP	DEPUTADOS DO PSDB IMPOEM 4 CONDIÇÕES PARA APOIAR A REFORMA
30/03/2017	FSP	UMA REFORMA EXCLUDENTE
30/03/2017	FSP	UMA NOVA REFORMA
30/03/2017	FSP	GOVERNO RECUA E REVE FORMULA DE CALCULO DE APOSENTADORIA
31/03/2017	FSP	O NÓ DOS JUROS COM A PREVIDENCIA
02/04/2017	FSP	APROVAÇÃO DE REFORMAS DEVE FICAR SOMENTE PARA O SEGUNDO SEMESTRE
02/04/2017	FSP	ALIADOS QUEREM QUE PMDB ASSUMA ONUS DE VOTAÇÃO
03/04/2017	FSP	TRANSIÇÃO ABRUPTA NA PREVIDENCIA CRIA ABISMO PARA GERAÇÃO
03/04/2017	FSP	CORRIDA CONTRA O TEMPO
04/04/2017	FSP	MINISTERIO SE OPOE A MUDANÇA DE REGRA DE BENEFICIO ASSISTENCIAL
12/04/2017	FSP	NOVA TRANSIÇÃO TRAZ GANHO FISCAL NO INICIO
12/04/2017	FSP	CONCESSOES TERÃO DE SER COMPENSADAS
12/04/2017	FSP	RELATOR DE REFORMA REVOGA 18 PONTOS DA CLT
13/04/2017	FSP	HOMEM PODE ENTRAR NA TRANSIÇÃO AOS 55 E MULHER AOS 50
17/04/2017	FSP	IDADE MINIMA DE APOSENTADORIA DEVE SUBIR A CADA 2 ANOS
17/04/2017	FSP	EM OFENSIVA, TEMER TENTA TRANQUILIZAR O SETOR PRODUTIVO
18/04/2017	FSP	IDADE MINIMA PARA MULHER PODE CAIR ATÉ 62 ANOS
18/04/2017	FSP	BARREIRA PARA BENEFICIO DEVE SER REDUZIDA
18/04/2017	FSP	POR REFORMA, TEMER QUER DAR CARGOS A DEPUTADOS
18/04/2017	FSP	TRANSIÇÃO MAIS SUAVE
19/04/1997	FSP	CAMARA ATENUA IMPACTO DA NOVA PREVIDENCIA
19/04/2017	FSP	FUNDO DE PENSÃO DA PETROBRAS TEM ROMBO DE 27,3 BI
20/04/2017	FSP	GOVERNO APOSTA EM AVAL MAIS RAPIDO PARA A NOVA PREVIDENCIA
20/04/2017	FSP	NOVOS TEMPOS
21/04/2017	FSP	MUDANÇA NA REGRA DE APOSENTADORIA DE SERVIDOR GERA DÚVIDA NA CAMARA
21/04/2017	FSP	TEMER FARÁ OFENSIVA PUBLICITARIA EM RADIOS REGIONAIS

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
21/04/2017	FSP	A REFORMA NÃO PODE PARAR
22/04/2017	FSP	PROFESSORES DA REDE PARTICULAR ADEREM A GREVE
22/04/2017	FSP	GOVERNO COGITA ADIAR VOTAÇÃO DA REFORMA PARA DOBRAR RESISTENCIA
23/04/2017	FSP	CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDENCIA RESISTE A ALTA DO DESEMPREGO
25/04/2017	FSP	QUINTO MAIOR PARTIDO DA BASE DE TEMER DECLARA OPOSIÇÃO A REFORMA
27/04/2017	FSP	GOVERNO TENTA GANHAR TEMPO PARA DOBRAR OPOSIÇÃO A NOVA PREVIDENCIA
27/04/2017	FSP	TEMER AFIRMA QUE REFINANCIARÁ DIVIDAS DE CIDADES COM O INSS
27/04/2017	FSP	GREVISTAS QUEREM PARALIZAR AEROPORTOS
27/04/2017	FSP	ESTUDANTES DEFENDEM REFORMA E ATACAM GREVE
27/04/2017	FSP	TEMER DIZ QUE VAI CORTAR PONTO DE GREVISTA
29/04/2017	FSP	GREVE ATINGE MAIORES CIDADES DO PAÍS E TERMINA EM TUMULTO
30/04/2017	FSP	REFORMA BENEFICIA MULHER DE ALTA RENDA
30/04/2017	FSP	SACRIFICIO SERÁ EM SUAVES PRESTAÇÕES, DIZ INSS
30/04/2017	FSP	JUIZ PROIBE ATO DA CUT EM 1º DE MAIO EM SP
30/04/2017	FSP	ESTUDANTE É INTERNADO APÓS AGRESSÃO DURANTE GREVE
01/05/2017	FSP	71% DOS BRASILEIROS SÃO CONTRA A REFORMA DA PREVIDENCIA
01/05/2017	FSP	SÓ 10% TEM PREVIDENCIA PRIVADA E POUCO MAIS DE UM TERÇO DIZ FAZER INVESTIMENTOS
02/05/2017	FSP	GREVE GERAL CONTRA REFORMAS FOI SÓ O COMEÇO, DIZEM CENTRAIS SINDICAIS
02/05/2017	FSP	GOVERNO PODE ADIAR VOTAÇÃO DE PROPOSTA
02/05/2017	FSP	ALCKMIN DIZ QUE FALTA COMUNICAÇÃO DO GOVERNO SOBRE PREVIDENCIA
04/05/2017	FSP	REFORMA DA PREVIDENCIA AVANÇA EM COMISSÃO NA CAMARA

Continuação

Conclusão

DATA	JORNAL	MATÉRIA
04/05/2017	FSP	SEGURO PARA FUNDOS DE PENSÃO É REGULAMENTADO APÓS 2 ANOS DE ESPERA
06/05/2017	FSP	PREVIDENCIA, DIALOGO E COERENCIA
09/05/2017	FSP	TEMER LIBERA VERBA PARA GARANTIR APOIOS EM REFORMA
09/05/2017	FSP	DOM ODILO DIVERGE DA CUPULA DA CNBB E DEFENDE MUDANÇA
09/05/2017	FSP	O RUÍDO EM TORNO DA NOVA PREVIDENCIA
11/05/2017	FSP	REFORMA 2.0
12/05/2017	FSP	REJEIÇÃO DA REFORMA NÃO SERIA "DESASTRE" AFIRMA PRESIDENTE
16/06/2017	FSP	PASTORES CRIAM PREVIDENCIA PRIVADA PARA CONQUISTAREM PÚBLICO EVANGELICO
23/06/2017	FSP	GOVERNO AVALIA NOVAS CONCESSOES PARA VOTAR REFORMA DA PREVIDENCIA
24-06-2017	FSP	LEITORES DA FOLHA SÃO CONTRARIOS A REFORMA
25/06/2017	FSP	ERROS NO DEBATE PREVIDENCIARIOS
26/06/2017	FSP	FUNDOS PODEM TER DE VENDER AÇÕES E IMOVEIS PARA PAGAR APOSENTADORIA
27/06/2017	FSP	MERCADO DUVIDA DE REFORMA AMPLA DA PREVIDENCIA SOB TEMER
09/07/2017	FSP	85/95 ELEVA A DESIGUALDADE NA APOSENTADORIA
09/07/2017	FSP	RICO SE APOSENTA ANTES E MANTEM TRABALHO
09/07/2017	FSP	DIFERENÇAS VÃO EXISTIR MESMO COM REFORMA
17/07/2017	FSP	TETO PARA TODO APOSENTADO DARIA ECONOMIA DE 50 BI
17/07/2017	FSP	GASTOS NO BRASIL SUPERA DE PAISES RICOS
27/07/2017	FSP	ALIADOS DEFENDEM QUE NOVA PREVIDENCIA FIQUE PARA 2019
30/07/2017	FSP	PESO DA PREVIDENCIA DESEQUILIBRA CONTAS

Fonte: Dados trabalhados pela autora (2019).

Quadro 8 – Matérias do VE

DATA	JORNAL	MATERIA
02/01/2003	VE	EM MAIORIA, REFORMAS FICARÃO MAIS LENTAS
02/01/2003	VE	FALTA CONCENSO SOBRE O MODELO PARA A PREVIDENCIA

Continua

DATA	JORNAL	MATÉRIA
02/01/2003	VE	BERZOINI ENCARA PRIORIDADE DA PREVIDENCIA
03/01/2003	VE	FUNDO DE PENSÃO SERÁ MAIS FISCALIZADO
03/01/2003	VE	BERZOINI APRESENTA PROPOSTA DE MUDANÇA DA PREVIDENCIA ATÉ O DIA 10
03/01/2003	VE	PREVIDENCIA E BC TERÃO PRIORIDADE NA REFORMA
06/01/2003	VE	AS REFORMAS PRIORITARIAS NAS AGENDAS DO GOVERNO
09/01/2003	VE	PREVIDENCIA INDICA NOVO SECRETÁRIO EXECUTIVO
10/01/2003	VE	LULA OPTA POR PROPOSTA OUSADA PARA A PREVIDENCIA
10/01/2003	VE	LULA OUSA EM PROPOSTA PARA A PREVIDENCIA
13/01/2003	VE	TARSO: REFORMAS NÃO SERÃO NEOLIBERAIS
13/01/2003	VE	MP, JUDICIARIO E LEGISLATIVO SERÃO OS MAIS AFETADOS PELA REFORMA DA PREVIDENCIA
13/01/2003	VE	AS CHANCES DA REFORMA DA PREVIDENCIA
30/01/2003	VE	DEBATE DA REFORMA DA PREVIDENCIA BENEFICIA SETOR DE PLANOS PRIVADOS
17/02/2003	VE	SUGESTÕES DO MERCADO PARA A PREVIDENCIA
29-02-2003	VE	A PRIORIDADE É A PREVIDENCIA
27/03/2003	VE	PREVIDENCIA DEFINE VALOR MAXIMO DOS BENEFICIOS
17/04/2003	VE	LDO PREVE DEFICIT DE 1,6% DO PIB NO INSS
28/04/2003	VE	PROJEÇÃO DO DEFICIT DO INSS NÃO É RAZOAVEL
29/04/2003	VE	A IMPREVIDENCIA
06/05/2003	VE	LISTA TRAZ AS MAIORES DIVIDAS COM O INSS
15/05/2003	VE	DIVIDA DOS 176 MIL DEVEDORES DO INSS JÁ ALCANÇOU 65 BILHÕES
19/05/2003	VE	EMPRESAS SE APRONTAM A EXPANSÃO PÓS-REFORMA
22/05/2003	VE	PERDA SALARIAL AMPLIA DEFICIT DA PREVIDENCIA

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
25/06/2003	VE	INSS TEM DEFICIT DE 1,7 BILHÃO E JÁ CONTA COM FINANCIAMENTO EM DEZEMBRO
11/07/2003	VE	REFORMA DA PREVIDENCIA TIRA FOLEGO DO C-BOND
11/07/2003	VE	MERCADOS APREENSIVOS COM RUMOS DE REFORMA
28/07/2003	VE	CRESCE O DEFICIT DA PREVIDENCIA
06/08/2003	VE	VOTAÇÃO DA REFORMA ACALMA MERCADOS
07/08/2003	VE	REFORMA DEIXA MERCADO CAUTELOSO
11/08/2003	VE	REAL SEGUROS LUCRA 27,9 MILHÕES
11/08/2003	VE	UMA MUDANÇA PARA MELHOR
18/08/2003	VE	O OUTRO LADO DO DEFICIT DA PREVIDENCIA
22/08/2003	VE	RETRAÇÃO DA ECONOMIA AJUDA A AUMENTAR O DEFICIT DO INSS
29/08/2003	VE	PENHORA DE FATURAMENTO É A NOVA ARMA DA PREVIDENCIA PARA RECUPERAR DIVIDA
27/09/2003	VE	ESTADOS GANHAM POUCO COM MUDANÇAS NA PREVIDENCIA
27/09/2003	VE	UM FATO HISTORICO NA PREVIDENCIA
22/10/2003	VE	EMPRESAS E GOVERNOS DEVEM AOS COFRES DA PREVIDENCIA 185 BILHOES
17/11/2003	VE	ERROS E ACERTOS DA ANÁLISE DOS GASTOS
18/12/2003	VE	PREVIDENCIA SUSTENTA CRESCIMENTO DAS SEGURADORAS
26/12/2003	VE	PERDA DA PREVIDENCIA COM FRAUDES SUPERA 3 BILHÕES EM 2003
01/08/2016	VE	EM UM ANO, PREVIDENCIA PERDE 500 MIL CONTRIBUINTES
03/08/2016	VE	INSTITUTO SUGERE NOVAS REGRAS PARA A APOSENTADORIA RURAL
05/08/2016	VE	PREVIDENCIA PODE UNIFICAR REGRAS DE PENSÃO POR MORTE
08/08/2016	VE	GOVERNO PROCURA ALTERNATIVAS A IDADE MINIMA PARA APOSENTADORIA NA REFORMA DA PREVIDENCIA
11/08/2016	VE	PREVIDENCIA RURAL PODE TER CONTRIBUIÇÃO FIXA
12/08/2016	VE	NÃO HAVERÁ MUDANÇAS COMPLEXAS

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
24/08/2016	VE	PAIS DESCONHECE PREVIDENCIA PÚBLICA, DIZ PESQUISA
25/08/2016	VE	GOVERNO FARÁ CRUZAMENTO DE DADOS PARA EVITAR FRAUDES NOS PROGRAMAS SOCIAIS
26/08/2016	VE	PREVIDENCIA E PEC DOS GASTOS SÃO PRIORIDADES NO PÓS-IMPEACHMAN
08/09/2016	VE	PROPOSTA PARA PREVIDENCIA PREVE BONUS PARA QUEM COMEÇOU A TRABALHAR MAIS CEDO
12/09/2016	VE	PREVIDENCIA RURAL TERÁ CONTRIBUIÇÃO MINIMA INDIVIDUAL
26/09/2016	VE	TEMPO PARA APOSENTADORIA É MAIOR NO NORTE E NORDESTE
30/09/2016	VE	GOVERNO ESTUDA PROPOSTA ABRANGENTE PARA A PREVIDENCIA
30/09/2016	VE	PREVIDENCIA PUXA ROMBO RECORDE DE 20,3 BILHOES
05/10/2016	VE	REFORMA VAI ALTERAR REGIMES ESPECIAIS DE APOSENTADORIA
05/10/2016	VE	REUNIÃO COM CENTRAIS SOBRE PREVIDENCIA FICA PARA O DIA 11
06/10/2016	VE	PONTO A PONTO
06/10/2016	VE	REFORMA PODE RESSUCITAR APOSENTADORIA PROPORCIONAL
06/10/2016	VE	PERDAS CONCENTRADAS E GANHOS DIFUSOS NO CURTO PRAZO FIFICULTAM MUDANÇAS NO INSS
10/10/2016	VE	ESTUDO SUGERE FIM DO ACUMULO DE EMPREGO E APOSENTADORIA
11/10/2016	VE	GOVERNO ADIA REUNIÕES COM CENTRAIS PARA DISCUTIR REFORMA DA PREVIDENCIA
11/10/2016	VE	AÓS 2019, LIMITE NÃO É FACTIVEL SEM REFORMAR A PREVIDÊNCIA
14/10/2016	VE	PREVIDENCIA DOS ESTADOS ESTÁ QUEBRADA
21/10/2016	VE	DEFICIT PREVIDENCIARIO É MAIOR QUE O INFORMADO
25/10/2016	VE	GASTO COM PENSÃO POR MORTE PODE RECUAR 171 BI
27/10/2016	VE	PROPOSTA PARA PREVIDENCIA SERÁ ENVIADA NO FIM DE NOVEMBRO
27/10/2016	VE	NÃO FAZER A REFORMA É OPTAR POR NÃO TER, DIZ SECRETARIO

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
03/11/2016	VE	APOSENTADORIA TEM INICIO ANTES E DURA MAIS EM ESTADO RICO
09/11/2016	VE	TEMER ACELERA DEFINIÇÃO DE PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDENCIA
11/11/2016	VE	REFORMA DEVE PREVER MUDANÇA GRADUAL DOS REGIMES ESPECIAIS DE APOSENTADORIA
16/11/2016	VE	REFORMA DA PREVIDENCIA PODERÁ ACABAR COM APOSENTADORIA INTEGRAL POR INVALIDEZ
29/11/2016	VE	TEMER APRESENTARÁ AS CENTRAIS SINDIAIS PROPOSTAS DE REFORMA DA PREVIDENCIA
30/11/2016	VE	GOVERNO PREPARA CAMPANHA SOBRE A REFORMA DA PREVIDENCIA
05/12/2016	VE	PLANALTO VAI APRESENTAR HOJE REFORMA DA PREVIDENCIA
06/12/2016	VE	PREVIDENCIA PREVE UMA TRANSIÇÃO MAIS SUAVE PARA OS ACIMA DE 50 ANOS
07/12/2016	VE	PROJETO ESTICA CONTRIBUIÇÃO E CORTA BENEFICIO
08/12/2016	VE	PEC AUMENTA DIFERENÇA ENTRE SALARIO NA ATIVA E VALOR DA APOSENTADORIA
08/12/2016	VE	PADRÃO DE VIDA DOS APOSENTADOS É DESAFIO DAS REFORMAS
09/12/2016	VE	PARA SINDICALISTAS, MUDANÇAS NA PEC DA PREVIDENCIA JÁ SÃO PREVISTAS
09/12/2016	VE	TRABALHADOR PRECISA POUPAR MAIS COM REFORMA
12/12/2016	VE	POUCOS CALCULAM OS CUSTOS DA VIDA NA APOSENTADORIA
12/12/2016	VE	COMO EXPECTATIVA DE VIDA AFETA PROPOSTA DE IDADE MINIMA
14/12/2016	VE	APOSENTADORIA DE SERVIDOR TERÁ TRANSIÇÃO MENOS RIGIDA
21/12/2016	VE	REFORMA DA PREVIDENCIA: EQUILIBRIO ATUARIAL, MAS AINDA LONGE DO JUSTO
22/12/2016	VE	REFORMA ABRE OPORTUNIDADE PARA A PREVIDENCIA COMPLEMENTAR
22/12/2016	VE	TESOURO DIRETO ATRAI MAIS COM PREVIDENCIA
23/12/2016	VE	UMA EXPERIENCIA ESTRATEGICA PARA A PREVIDENCIA PRIVADA

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
02/01/2017	VE	SEM O REAJUSTE DAS PENSÕES PELO MINIMO, 4 MILHÕES PODERÃO TER BENEFICIO REDUZIDO
03/01/2017	VE	PREVIDENCIA TEM DEFICIT DE 219 BI EM 12 MESES
04/01/2017	VE	PREVIDENCIA PRIVADA TEM CAPTAÇÃO RECORDE
11/01/2017	VE	BENEFICIOS PAGOS PELO INSS REPRESENTAM MAIS DE 25% DO PIB EM 500 MUNICIPIOS
16/01/2017	VE	GASTO COM INATIVO PUXA DESPESA
16/01/2017	VE	SERVIDORES CORREM PARA PEDIR APOSENTADORIA ANTES DA REFORMA
18/02/2017	VE	53% REJEITAM A REFORMA DA PREVIDENCIA
19/01/2017	VE	PREVIDENCIA PRIVADA ATRAI GESTORES INDEPENDENTES
24/01/2017	VE	RESPONSAVEL PELA REFORMA, SECRETARIA DA PREVIDENCIA AINDA NÃO EXISTE OFICIALMENTE
24/01/2017	VE	GOVERNO CRIA FORÇA-TAREFA PARA TIRAR DUVIDAS SOBRE REFORMA
24/01/2017	VE	A REFORMA DA PREVIDENCIA TEM INTENÇÃO REPUBLICANA
27/01/2017	VE	ROMBO DA PREVIDENCIA SOCIAL CRESCE 74,5% EM 2016 E ATINGE 149,7 BI
10/02/2017	VE	PADILHA DEFENDE TRIBUTOS PARA A PREVIDENCIA
21/02/2017	VE	REFORMA FIEL A TEXTO ORIGINAL ASSEGURA PREVIDENCIA SUSTENTAVEL, DIZ CAETANO
01/03/2017	VE	INVESTIMENTO VAI CAIR, MESMO COM REFORMA DA PREVIDENCIA
06/03/2017	VE	PARA ANALISTAS, IDADE MINIMA É PONTO CRUCIAL PARA PREVIDENCIA
06/03/2017	VE	REFORMA AMEAÇA APOSENTADORIA RURAL
09/03/2017	VE	REFORMA ABRE ESPAÇO PARA FUNDO PRIVADO EM MUNICIPIOS
15/03/2017	VE	PREOCUPAÇÃO COM ANDAMENTO DA REFORMA DERRUBA BOLSA
17/03/2017	VE	COM APROVAÇÃO DE REFORMA INTEGRAL, PREVIDENCIA TERIA SUPERAVIT EM 2032

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
23/03/2017	VE	O TAMANHO DA REFORMA DA PREVIDENCIA
24/03/2017	VE	NOVA ESTIMATIVA DE DEFICIT DA PREVIDENCIA ATINGE 189 BI
24/03/2017	VE	IMPACTOS POSITIVOS DA REFORMA DA PREVIDENCIA
24/03/2017	VE	GOVERNO VAI NEGOCIAR IDADE DA APOSENTADORIA RURAL
27/03/2017		PENSÃO PARA FAMÍLIA DE MILITAR É ATÉ NOVE VEZES MAIOR QUE A DO INSS
27/03/2017	VE	SERVIÇO PÚBLICO PUXA DESIGUALDADE NA PREVIDENCIA
04/04/2017	VE	REFORMA DA PREVIDENCIA DEVE COLOCAR EM XEQUE CALMARIA ATUAL DO CAMBIO
11/04/2017	VE	RELATOR PROPOE NOVA REGRA DE TRANSIÇÃO
11/04/2017	VE	REFORMA DA PREVIDENCIA É "ABSOLUTAMENTE IMPRESSINDIVEL" DIZ MINISTRO DA FAZENDA
13/04/2017	VE	JUCÁ AMITE QUE GOVERNO ESTUDA FIM DE ABONO SALARIAL
13/04/2017	VE	IDADE PARA TRANSIÇÃO DEVE FICAR ENTRE 50 E 55 ANOS
19/04/2017	VE	IMPACTO DA REFORMA SE DARÁ A MEDIO PRAZO
19/04/2017	VE	AÇÕES CAEM COM TEMOR DE ABRANDAMENTO NA PREVIDENCIA
20/04/2017	VE	ATRASO NA REFORMA DA PREVIDENCIA CAUSA INSTABILIDADE NO MERCADO
24/04/2017	VE	ANALISTAS PREVEEM APROVAÇÃO DE PROPOSTA ENXUTA DA PROPOSTA
25/04/2017	VE	ECONOMISTAS ESTIMAM GANHO MENOR COM REFORMA
25/04/2017	VE	GOVERNO PREPARA NOTA TECNICA SOBRE PREVIDENCIA
03/05/2017	VE	CUMPRIR TETO EXIGE MAIS QUE REFORMA DA PREVIDENCIA
04/05/2017	VE	DOLAR E JUROS SOBREM COM RUIDOS SOBRE A PREVIDENCIA
05/05/2017	VE	PARA MEIRELLES, MODIFICAÇÕES NO PROJETO CHEGARAM AO LIMITE
08/05/2017	VE	PROPOSTA PARA AS FORÇAS ARMADAS DEPENDE DE APROVAÇÃO DA REFORMA
08/05/2017	VE	MILITARES CORREPONDEM A 22% OS GASTOS COM INATIVOS NO PAÍS

Continuação

Conclusão

DATA	JORNAL	MATÉRIA
10/05/2017	VE	PREVIDENCIA: REFORMA PARA SALVAR O FUTURO
23/05/2017	VE	MEIRELLES ADMITE QUE REFORMA DEVE ATRASAR
30/05/2017	VE	A REFORMA DA PREVIDENCIA É INADIÁVEL
08/06/2017	VE	ENXUGANDO A REFORMA
14/06/2017	VE	PEC DA PREVIDENCIA SERÁ RETOMADA
21/06/2017	VE	DIFICULDADE DE AVANÇO NA REFORMA DERRUBA MERCADOS
03/07/2017	VE	REFORMA DA PREVIDENCIA PODE USAR LEI ORDINARIA
04/07/2017	VE	LEI ORDINARIA NA PREVIDENCIA NÃO ATINGIRIA SERVIDOR PÚBLICO
06/07/2017	VE	UM TERÇO DAS APOSENTARIAS PRECOSES TRABALHAM
18/07/2017	VE	PREVIDENCIA MANTEM EXPANSÃO APESAR DO CENÁRIO POLÍTICO
18/07/2017	VE	DEFICIT DO GOVERNO CENTRAL EM JUNHO DEVE CHEGAR A R\$20 BI
24/07/2017	VE	ADIAR A REFORMA DA PREVIDENCIA PARA 2019, TEM CUSTO FISCAL ELEVADO, DIZ CREDIT SUISSE

Fonte: Dados trabalhados pela autora (2019).

Quadro 9 – Matérias OG

DATA	JORNAL	MATERIA
15/01/1998	OG	QUEM PAGA?
01/02/1998	OG	PARA ESPECIALISTAS, MUDANÇA DE HÁBITO É HERANÇA DO PASSADO DE INFLAÇÃO ELEVADA
17/02/1998	OG	NOVO MÍNIMO DEPENDE DO REAJUSTE DA PREVIDENCIA
19/02/1998	OG	PREVIDENCIA TAMBÉM TEVE DEFICIT MAIOR QUE O PREVISTO
10/03/1998	OG	ROMBO NA PREVIDENCIA CRESCERÁ
12/03/1998	OG	PEDIDOS DE APOSENTADORIA EM SP CRESCERAM 24% EM JANEIRO
06/04/1998	OG	FAPI PERMITE PREVIDENCIA COM MENOS DE R\$50
07/04/1998	OG	CONTAS DO GOVERNO TEM SUPERÁVIT DE 0,18 % DO PIB

Continua

DATA	JORNAL	MATÉRIA
30/04/1998	OG	CONTAS DO GOVERNO FEDERAL VOLTAM A PIORAR
07/05/1998	OG	FERNANDO HENRIQUE AFIRMA QUE A BANDA CAMBIAL MUDOU PARA TAXA DE JUROS CAIR
12/05/1998	OG	PESSIMISMO EM RELAÇÃO A REFORMA DA PREVIDENCIA DERRUBA BOLSAS BRASILEIRAS
14/05/1998	OG	FORA DE FOCO
24/05/1998	OG	GOVERNO DÁ PARTIDA NA SEGUNDA FASE DAS REFORMAS
24/05/1998	OG	ESTADOS E MUNICIPIOS TERÃO NOVOS FUNDOS
25/05/1998	OG	PLANO DE APOSENTADORIA SEM RESTRIÇÃO DE IDADE
29/05/1998	OG	FH: HOMENS PÚBLICOS NÃO PODEM FICAR TITUBIANDO
03/07/1998	OG	O FUTURO PAGA A CONTA
20/08/1998	OG	TRES MODELOS EM ESTUDO PARA A REFORMA DA PREVIDENCIA
06/10/1998	OG	SERVIDORES DEVEM CONTRIBUIR MAIS PARA A PREVIDENCIA
22/10/1998	OG	PREVIDENCIA PRIVILEGIA TRABALHADOR DO SETOR PÚBLICO
25/10/1998	OG	INSS: MINISTROS DESMENTEM PORTA-VOZ DE FHC
26/10/1998	OG	SETOR DA PREVIDENCIA PRIVADA CRESCERÁ 40% EM 98
28/10/1998	OG	CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES INATIVOS PARA A PREVIDENCIA PODERÁ RENDER 2,2 BI
29/10/1998	OG	SETOR PÚBLICO É O QUE TEM MAIOR DISTORÇÃO
29/10/1998	OG	REFORMA DA PREVIDENCIA DEVE SER APROVADA LOGO
29/10/1998	OG	MILITARES, DEPUTADOS E SENADORES NÃO VÃO SER INCLUIDOS NO AUMENTO DA CONTRIBUIÇÃO
30/10/1998	OG	ESTADOS TERÃO QUE LIMITAR PREVIDENCIA DE FUNCIONARIOS
02/11/1998	OG	NÃO HÁ ESPAÇO PARA NEGOCIAÇÃO
02/11/1998	OG	DESATANDO O NÓ
03/11/1998	OG	TAREFA DIFICIL

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
06/11/1998	OG	REFORMA DA PREVIDENCIA: GOVERNO DEVE ECONOMIZAR 4,3 BILHÕES
16/01/2003	OG	PREVIDENCIA FAZ DOLAR SUBIR
27/01/2003	OG	PLANO DE PREVIDENCIA TERÁ GANHO MINIMO GARANTIDO
17/02/2003	OG	UMA REFORMA QUE VALE 30 BI
17/02/2003	OG	BANCOS DE OLHO NOS SERVIDORES
28/04/2003	OG	PREPARANDO O MERCADO
18/05/2003	OG	OS TRANSFORMISTAS
13/06/2003	OG	PREVIDENCIA: 54,3% NÃO FAZEM CONTRIBUIÇÃO
11/07/2003	OG	GOVERNO DIVIDIDO
16/07/2003	OG	ESTE É O BRASIL
17/07/2003	OG	IGUAIS E DIFERENTES
22/07/2003	OG	OUTRAS DO PALOCCI
27/07/2003	OG	UM PLANO PARA AUMENTAR A POUPANÇA INTERNA
06/08/2003	OG	QUESTÃO DE ORDEM
07/08/2003	OG	BRASIL NO ESPELHO
08/08/2003	OG	VIRADA DO DOLAR E NO RISCO BRASIL
19/08/2003	OG	RUMO DAS REFORMAS
23/08/2003	OG	DAS DIFERENÇAS
25/08/2003	OG	PREVIDENCIA GERA CIDADANIA, DIZ SECRETARIO
06/10/2003	OG	PAIS OPTAM POR PLANO DE PREVIDENCIA PRIVADA PARA GARANTIR O FUTURO DOS SEUS FILHOS
09/11/2003	OG	PREVIDENCIA 2003: MULHERES, BEBES E TRINTÕES
23/11/2003	OG	O DESAFIO DE TORNAR A PREVIDENCIA MAIS JUSTA
23/11/2003	OG	SECRETARIO QUER FACILITAR RETIRADA DOS BENEFICIOS
23/11/2003	OG	CIDADANIA SÓ PRA QUEM TEM RENDA
25/11/2003	OG	AGENDA LOTADA
25/11/2003	OG	MEU AMIGO E A PREVIDENCIA
29/11/2003	OG	O ATRASO NA REFORMA
08/12/2003	OG	PREVIDENCIA PRIVADA JÁ GARANTE REANTABILIDADE
16/12/2003	OG	A RENDA NA APOSENTADORIA
16/12/2003	OG	QUANTO MAIS CEDO, MELHOR
16/12/2003	OG	PRODUTOS VARIADOS

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
16/12/2003	OG	O CONCEITO DE VELHICE ACABOU
16/12/2003	OG	ESCOLHA O PLANO IDEAL
16/12/2003	OG	AS VEDETES DO MERCADO
13/08/2016	OG	DEBATE DA REFORMA COMEÇA COM PROTESTO
16/08/2016	OG	BENEFICIO ASSISTENCIAL TERÁ NOVAS REGRAS
16/08/2016	OG	NA ALEMANHA SÓ AOS 69
08/08/2016	OG	GOVERNO ESTUDA ELEVAR TEMPO DE MILITAR PARA 35 ANOS
08/12/2016	OG	ESTADOS ACEITAM AJUSTE FISCAL E VÃO ELEVAR CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA
04/08/2016	OG	MAIS TEMPO NA ATIVA
01/10/2016	OG	OFENSIVAS PELAS REFORMAS
04/08/2016	OG	MAIORIA DOS PAISES NÃO FAZ DISTINÇÃO DE GENERO
23/09/2016	OG	EM CAMPANHA, GOVERNO DEFENDERÁ REFORMA
29/09/2016	OG	CORTE NAS PENSÕES
10/12/2016	OG	VARIAS FORMULAS E DIFERENTES REGIMES GERAM DUVIDAS
24/08/2016	OG	FIM DA PARIDADE ENTRE SERVIDORES
24/08/2016	OG	BRASILEIROS NÃO TEM INFORMAÇÃO SOBRE A REFORMA
28/08/2016	OG	REGRAS MAIS IGUAIS, ROTINAS AINDA MAIS DIFERENTES
28/08/2016	OG	BRASIL TERÁ 73,5 MILHÕES DE IDOSOS EM 2060
28/08/2016	OG	GOVERNO ESTUDA REGIME ESPECIAL PARA APOSENTADO QUE TRABALHA
28/08/2016	OG	PROCURA-SE VAGA PARA QUEM TEM MAIS DE 60 ANOS
05/09/2016	OG	DISCUSSÃO DE REFORMA ESTIMULA BUSCA POR PREVIDENCIA PRIVADA
19/09/2016	OG	CORRIDA PARA A APOSENTADORIA
23/09/2016	OG	REFORMA SEM DISTINÇÃO
26/09/2016	OG	20% DO PIB PARA A PREVIDENCIA
26/09/2016	OG	REFORMA EM ANÁLISE ACABA COM APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
28/09/2016	OG	REFORMA DA PREVIDENCIA SÓ DEPOIS DAS ELEIÇÕES

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
11/10/2016	OG	DEPUTADOS E SENADORES PODEM PERDER APOSENTADORIA ESPECIAL
12/10/2016	OG	NÃO HAVERÁ MAIS DISTINÇÃO ENTRE A PREVIDENCIA GERAL E A PÚBLICA
13/10/2016	OG	RESTRICÇÃO NO CONSIGNADO
16/10/2016	OG	UMA AMEAÇA DE 101 BI
19/10/2016	OG	A CONTA DOS OUTROS PODERES
24/10/2016	OG	APOSENTADO NO TRABALHO
25/10/2016	OG	STF PODE ADIAR JULGAMENTO SOBRE DESAPOSENTAÇÃO
27/10/2016	OG	SEM DIREITO A REVISÃO
27/10/2016	OG	GOVERNO ENVIA PROJETO DE LEI PARA PENTE FINO DO INSS
28/10/2016	OG	REFORMA COM OPÇÃO
29/10/2016	OG	NO BRASIL, 1,6 MILHÃO DE APOSENTADOS TRABALHAM E CONTRIBUEM AO INSS
06/11/2016	OG	UMA CONTA DE 300 BI
06/11/2016	OG	15 PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE AS PROPOSTAS
06/11/2016	OG	REFORMA ENVOLVE TEMAS ALÉM DO ROMBO FISCAL
09/11/2016	OG	REFORMA DA PREVIDENCIA DEVE SER VOTADA LOGO
16/11/2016	OG	SITUAÇÕES EXTREMAS EXIGEM PROPOSTAS EXTREMAS
16/11/2016	OG	PESO DA FARDA
17/11/2016	OG	MUDAR PREVIDENCIA VAI SER DIFICIL, DIZ TEMER
21/11/2016	OG	PREVIDENCIA: PROPOSTA SERÁ ENVIADA EM DEZEMBRO
28/11/2016	OG	O CUSTO DA SAIDA PRECOCE
03/12/2016	OG	A NOVA PREVIDENCIA
03/12/2016	OG	ESTADOS TENTAM TIRAR GASTOS COM INATIVOS DO AJUSTE FISCAL
06/12/2016	OG	REFORMA DA PREVIDENCIA EXCLUI PM E BOMBEIRO
06/12/2016	OG	AS REGRAS PREVISTAS NA PROPOSTA DO GOVERNO
07/12/2016	OG	PARA ANALISTAS REGRAS DURAS SÃO NECESSARIAS
07/12/2016	OG	TRABALHADORES MAIS RICOS SÃO OS MAIS AFETADOS POR REFORMA

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
07/12/2016	OG	MUDANÇA TAMBÉM AFETARÁ SERVIDORES PÚBLICOS
07/12/2016	OG	PENSÕES NÃO PODERÃO MAIS SER ACUMULADAS
07/12/2016	OG	A REFORMA AMPLA NA PREVIDENCIA
08/12/2016	OG	PREVIDENCIA PRIVADA GANHARÁ MAIS ESPAÇO
08/12/2016	OG	PATRIMONIOS DE FUNDOS COMPLEMENTARES CRECE 22%, PARA R\$ 526 BILHÕES
08/12/2016	OG	FUTURO DA APOSENTADORIA
08/12/2016	OG	REFORMAS ANTERIORES NÃO CONSEGUIRAM EQUILIBRAR O SISTEMA PREVIDENCIARIO
08/12/2016	OG	GOVERNO RECUA, E PM E BOMBEIROS FICAM DE FORA DA REFORMA
08/12/2016	OG	BENEFICIO MENOR NA TRANSIÇÃO
08/12/2016	OG	COM MUDANÇA, RECEBER O TETO SERÁ PRATICAMENTE IMPOSSIVEL
09/12/2016	OG	TRANSIÇÃO MAIS SUAVE
09/12/2016	OG	MINISTRO DIZ QUE MILITARES VÃO "CONTRIBUIR"
09/12/2016	OG	BRASILPREV TEM ALTA DE 32% NOS DEPOSITOS
09/12/2016	OG	AVANÇA ACORDO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS PARA APOSENTADORIA
09/12/2016	OG	O ANO DE INGRESSO NO FUNCIONALISMO É DECISIVO
10/12/2016	OG	REFORMA DA PREVIDENCIA SERÁ POPULAR NO FUTURO
10/12/2016	OG	METALURGICOS PROTESTAM CONTRA MUDANÇAS NA APOSENTADORIA
10/12/2016	OG	PF SEM REGIME ESPECIAL
10/12/2016	OG	CONGRESSO PREPARA REGRAS DE TRANSIÇÃO MAIS SUAVE
11/12/2016	OG	REFORMA DEVE FAZER PAIS TURBINAR MAIS E TURBINAR CRESCIMENTO
11/12/2016	OG	O FUTURO DA APOSENTADORIA
11/12/2016	OG	ESTUDANTES ENTRE A APRENSÃO E O OTIMISMO
11/12/2016	OG	TRABALHADOR PODE SER CONTRIBUINTE FACULTATIVO MESMO DESEMPREGADO
14/12/2016	OG	DEPOIS DO TETO, A PREVIDENCIA

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
15/12/2016	OG	IMPASSE NA TRAMITAÇÃO DA PREVIDENCIA
16/12/2016	OG	DE OLHO NO AMANHÃ
16/12/2016	OG	PREVIDENCIA PRIVADA TAMBÉM PODE REALIZAR SONHOS
16/12/2016	OG	PLANO PRIVADO É ALTERNATIVA COMPLEMENTAR PARA COMPOR APOSENTADORIA
16/12/2016	OG	DEZ DUVIDAS MAIS COMUM SOBRE PREVIDENCIA PRIVADA
16/12/2016	OG	BASE GOVERNISTA JÁ ARTICULA MUDAR REGRA DE TRANSIÇÃO DA PREVIDENCIA
18/12/2016	OG	CORRIDA PELA APOSENTADORIA ANTES DA REFORMA
19/12/2016	OG	REFORMA DÁ GÁS AS APLICAÇÕES DE FIM DE ANO DA PREVIDENCIA
27/01/2017	OG	ROMBO DE 49 BILHOES
04/02/2017	OG	PREVIDENCIA: GOVERNO VAI ANALISAR CONTRA-PROPOSTA
04/02/2017	OG	NUMEROS CONFUSOS
07/02/2017	OG	PREVIDENCIA: IDADE E TRANSIÇÃO SÃO INEGOCIÁVEIS PARA O GOVERNO
10/02/2017	OG	PREVIDENCIA: COMISSÃO TERÁ PRIMEIRA REUNIÃO DIA 14
10/02/2017	OG	SETOR DE FUNDOS QUER INCENTIVOS
14/02/2017	OG	PRESSÃO POR MUDANÇAS
20/02/2017	OG	REFORMA DA PREVIDENCIA NÃO DEVE SAIR ATÉ JUNHO: DIZEM DEPUTADOS
21/02/2017	OG	GOVERNO PODE MELHORAR SALARIO DE MILITAR PARA MEXER NA PREVIDENCIA
21/02/2017	OG	"TEMOS FORÇA PARA PARAR O PAÍS" DIZ DEPUTADO PAULINHO DA FORÇA
21/02/2017	OG	IGUALDADE POLEMICA
22/02/2017	OG	RELATOR QUER ALTERAR REGRA NA PREVIDENCIA
23/02/2017	OG	DECLARAÇÃO SOBRE VOTO DO PMDB NA PREVIDENCIA CAUSA POLEMICA
25/02/2017	OG	REFORMAS COM CONTRAPARTIDAS
02/03/2017	OG	TRANSIÇÃO AMPLIADA
07/03/2017	OG	TEMER BUSCA MANTER REFORMA DA PREVIDENCIA
08/03/2017	OG	PREVIDENCIA: TEMER DESQUALIFICA CRITICAS

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
10/03/2017	OG	IDADE MINIMA SEM GATILHO
10/03/2017	OG	PARA DEFENDER REFORMA DA PREVIDENCIA, TEMER DEFENDE O SEU PRÓPRIO CASO
13/03/2017	OG	REFORMAS LÁ FORA ACABAM COM REGIME DIFERENTE PARA SERVIDOR
14/03/2017	OG	TEXTO DA REFORMA DA PREVIDENCIA JÁ RECEBEU 65 PROPOSTAS DE MUDANÇAS
15/03/2017	OG	OFENSIVA EM PROL DA REFORMA DA PREVIDENCIA
16/03/2017	OG	A BATALHA DA PREVIDENCIA
16/03/2017	OG	MUDANÇA REDUZIRIA GASTOS DE 18,8% PARA 11,5% DO PIB
19/03/2017	OG	IDADE MINIMA TEM O MAIOR APOIO
22/03/2017	OG	RECUO NA REFORMA
22/03/2017	OG	ESTRATEGIA BUSCA TEXTO EM COMUM COM SENADORES
23/03/2017	OG	RECUO NA PREVIDENCIA PREOCUPA GOVERNADORES
23/03/2017	OG	ALTERAÇÃO NA REFORMA BENEFICIA 5,09 MILHÕES DE SERVIDORES
23/03/2017	OG	PARA MERCADO, RECUO É NEGATIVO, MAS AGILIZARÁ A APROVAÇÃO
24/03/2017	OG	RECUO CRIA IMPASSE JURIDICO NA PREVIDENCIA
24/03/2017	OG	PLACAR POUCO FOLGADO NA TERCEIRIZAÇÃO PREOCUPA
25/03/2017	OG	REGRAS DIFERENTES NA APOSENTADORIA
25/03/2017	OG	RECUO PODE CRIAR DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO, DIZ ESPECIALISTA
28/03/2017	OG	SERVIDORES ESTADUAIS DE VOLTA A REFORMA
29/03/2017	OG	MUDANÇA NA PREVIDENCIA DEVERÁ VALER PARA MAGISTRADOS ESTADUAIS
30/03/2017	OG	TRABALHADOR DO CAMPO PODE TER CONTRIBUIÇÃO SIMBOLICA
30/03/2017	OG	RECUO EM APOSENTADORIA RURAL E BENEFICIOS SOCIAIS
05/04/2017	OG	UM ROMBO DE 102 BILHÕES
05/04/2017	OG	PLANALTO E RELATOR NEGOCIAM APOIO PARA A REFORMA DA PREVIDENCIA
05/04/2017	OG	TEMER DEFENDE FUNDAMENTALIDADE DA REFORMA

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
06/04/2017	OG	TRANSIÇÃO PARA TODOS
06/04/2017	OG	STF LIBERA CAMPANHA SOBRE REFORMA
06/04/2017	OG	BOLSA CAI 1,51% COM PERCEPÇÃO DE QUE SERÁ MAIS DIFÍCIL APROVAR MUDANÇAS DE APOSENTADORIA
07/04/2017	OG	O CUSTO DA REFORMA MENOR
07/04/2017	OG	DEFICIT DE 2018, PODE SER REVISTO PARA CIMA
07/04/2017	OG	FLEXIBILIZAR UMA PONTA, EXIGIRÁ APERTOS EM OUTRAS
07/04/2017	OG	É UM RETROCESSO, ESTAMOS ANDANDO PARA TRAZ
10/04/2017	OG	SALARIOS QUE PESAM NA PREVIDENCIA
10/04/2017	OG	TEMER TEM ENCONTRO COM MINISTROS E PARLAMENTARES PARA DISCUTIR REFORMA
20/04/2017	OG	PRINCIPAIS MUDANÇAS PROPOSTAS
23/04/2017	OG	OS EFEITOS COLATERAIS DA REFORMA DA PREVIDENCIA
04/05/2017	OG	PREVIDENCIA PASSA NO 1º TESTE
06/05/2017	OG	PREVIDENCIA: INTEGRANTES DA BASE FALAM EM 250 VOTOS GARANTIDOS
06/05/2017	OG	APOSENTADORIA PRECOCE GERA PERDA DE 36 BILHÕES, DIZ IPEA
08/05/2017	OG	GOVERNO QUER APROVAR REFORMA TRABALHISTA EM ATÉ 3 SEMANAS
08/05/2017	OG	UM OLHO NA COTAÇÃO DO DOLAR E O OUTRO NA REFORMA DA PREVIDENCIA
09/05/2017	OG	GOVERNO TRAÇA ESTRATEGIA PARA VOTAR A PREVIDENCIA ATE O DIA 31
09/05/2017	OG	REFORMA MODERADA
09/05/2017	OG	REFORMA DA APOSENTADORIA GARANTE AJUSTES
10/05/2017	OG	PREVIDENCIA VAI A FASE DECISIVA
11/05/2017	OG	NA LUTA PARA APROVAR PREVIDENCIA, GOVERNO ADMITE NOVOS AJUSTES
12/05/2017	OG	UM ANO DE TEMER
12/05/2017	OG	CRONOGRAMA DE PREVIDENCIA SAI SEMANA QUE VEM
13/05/2017	OG	VERBAS PARA OBRAS POR APOIO A PREVIDENCIA
15/05/2017	OG	GOVERNO FARÁ NOVA OFENSIVA POR APOIO À PREVIDENCIA

Continuação

Conclusão

DATA	JORNAL	MATÉRIA
29/05/2017	OG	SEM REFORMA DA PREVIDENCIA, FAZENDA VÊ PIB ESTAGNADO ESTE ANO
29/05/2017	OG	ALTERNATIVA PARA A PREVIDENCIA
30/05/2017	OG	FOCO NOS SERVIDORES PÚBLICOS
30/05/2017	OG	DEMORA PODE AFETAR TAXA DE CRESCIMENTO, DIZ MEIRELLES
20/06/2017	OG	PREVIDENCIA PODE PRECISAR DE NOVA REFORMA
29/06/2017	OG	GOVERNO AINDA QUER VOTAR PREVIDENCIA EM 2017
03/07/2017	OG	APOSENTADORIA TRANQUILA?
14/07/2017	OG	PREVIDENCIA: PREFEITOS SE ARTICULAM POR REFORMA

Fonte: Dados da autora (2019).

Quadro 10 – Matérias do OESP

DATA	JORNAL	MATERIA
08/01/1998	OESP	PENSÃO POR MORTE DEVE SER PEDIDA EM 30 DIAS
12/01/1998	OESP	QUAL O FUTURO DOS FUNDOS DE PENSÃO?
12/01/1998	OESP	A REFORMA QUE A PREVIDENCIA SOCIAL JÁ FEZ
22/01/1998	OESP	COMO REQUERER A APOSENTADORIA ESPECIAL
31/01/1998	OESP	PREVIDENCIA: UM DISCURSO POLITICO
07/02/1998	OESP	REFORMAS INCONSTITUCIONAIS
11/02/1998	OESP	REFORMA PREVIDENCIARIA CRIA EXPECTATIVA
16/02/1998	OESP	APOSENTADOS RECLAMAM DE INSEGURANÇA
19/02/1998	OESP	O QUE MUDA COM A APROVAÇÃO DA REFORMA
23/02/1998	OESP	BENEFICIO DO PROFESSOR DEIXA DE SER ESPECIAL
23/02/1998	OESP	REFORMA PARA SERVIDOR SÓ VIRIA EM 1999
23/02/1998	OESP	MUDA CRITERIO PARA CONTAR TEMPO
23/02/1998	OESP	QUEM SERÁ AFETADO PELO NOVO CALCULO
07/04/1998	OESP	A EXPANSÃO DOS FUNDOS

Continua

DATA	JORNAL	MATÉRIA
08/04/1998	OESP	REFORMA ENROLADA
17-04-1998	OESP	DEFICIT DA PREVIDENCIA PODE CHEGAR A 7 BILHÕES
29/04/1998	OESP	APOSENTADO DEVE TER AUMENTO DE 4,8% E 8,3%
08/05/1998	OESP	BOLSA CAI POUCO COM DERROTA NA PREVIDENCIA
11/05/1998	OESP	OS NOVOS RUMOS DA REFORMA DA PREVIDENCIA
11/05/1998	OESP	AS MUDANÇAS NA SUA APOSENTADORIA
11/05/1998	OESP	GOVERNO AINDA NÃO DEFINIU SAIDA PARA A IDADE MINIMA
13/05/1998	OESP	BOLSA CAI ANTECIPANDO VOTAÇÃO NA PREVIDENCIA
15/05/1998	OESP	EQUILIBRIO DEPENDE DA PREVIDENCIA, DIZ VELLOSO
15/05/1998	OESP	APOSENTADO VAI PAGAR AO SFH PRESTAÇÃO PROPORCIONAL A RENDA
15/05/1998	OESP	FUNDOS DE PENSÃO ANIMAM BOLSA CHILENA
18/05/1998	OESP	MUDANÇAS EM PLANOS DE SAUDE E NA PREVIDENCIA
18/05/1998	OESP	CONVENIOS APOSENTADORIA
18/05/1998	OESP	IDADE MINIMA PARA OBTER BENEFICIO AINDA PODE VOLTAR
21/05/1998	OESP	COMO CALCULAR OS DEBITOS COM A PREVIDENCIA
28/05/1998	OESP	REFORMA DA REFORMA
28/05/1998	OESP	MULHERES AINDA SE APOSENTAM AOS 60 ANOS
01/06/1998	OESP	CALCULE SUA APOSENTADORIA COM O REAJUSTE NESTE MÊS
01/06/1998	OESP	REFORMA VOLTA A PLENARIO 4 FEIRA
04/06/1998	OESP	DIREITO A REVISÃO ACABA APÓS 10 ANOS
08/06/1998	OESP	MUDANÇA NA APOSENTADORIA
11/06/1998	OESP	PROCURADOR DO INSS É OBRIGADO A RECORRER
25/06/1998	OESP	QUANDO SE PERDE A CONDIÇÃO DE SEGURADO
27/06/1998	OESP	A REFORMA DA PREVIDENCIA E AS FESTAS JUNINAS
29/06/1998	OESP	NOVA PREVIDENCIA PODE SAIR 4ª FEIRA
29/06/1998	OESP	OS DIAS DE PAGAMENTO DO INSS

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
06/07/1998	OESP	CONDOMINIO NÃO DEVE INSS SOBRE PAGAMENTO A SINDICO
09/07/1998	OESP	PRAZO PARA REVISÃO DO BENEFICIO É DE 10 ANOS
23/07/1998	OESP	DIREITO A REVISÃO ACABA DEPOIS DE 10 ANOS
27/07/1998	OESP	O QUE MUDOU NA APOSENTADORIA ESPECIAL
09/08/1998	OESP	ALTA NA ALIQUOTA DO INSS ONERA FOLHA DE SALARIO
12/08/1998	OESP	AVIÕES PODEM SER GARANTIAS PARA DEBITOS COM O INSS
16/08/1998	OESP	COMO COMPLEMENTAR A SUA APOSENTADORIA
16/08/1998	OESP	CONHEÇA AS CONDIÇÕES DE CADA TIPO DE PLANO
16/08/1998	OESP	O QUE CONSIDERAR PARA ESCOLHER CADA TIPO DE PREVIDENCIA
20/08/1998	OESP	NORMA DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL SERÁ REVISTA
20/08/1998	OESP	PREVIDENCIA SOCIAL DEFINE 105 DOENÇAS PROFISSIONAIS
24/08/1998	OESP	DOENÇA PROFISSIONAL DÁ DIREITO A ESTABILIDADE
27/08/1998	OESP	QUEM SÃO OS CONTRIBUINTES FACULTATIVOS
03/09/1998	OESP	COMO FAZER PARA DAR BAIXA A INSCRIÇÃO
09/09/1998	OESP	RENNÓ ADMITE ROMBO NA PETROS
10/09/1998	OESP	CONDIÇÕES PARA SE INSCREVER COMO FACULTATIVO
11/09/1998	OESP	GOVERNO PODE REVER CONTRIBUIÇÃO PARA A PETROS
17/09/1998	OESP	SEGURADO PODE RECORRER CONTRA INDEFERIMENTO
20/09/1998	OESP	POUPAR COM A PREVIDENCIA
23/09/1998	OESP	DEPOIS DE 10 ANOS CESSA O DIREITO DE REVISÃO
25/09/1998	OESP	INSS JÁ PERMITE PEDIDO DE REVISÃO DE APOSENTADORIA
12/10/1998	OESP	O PRÓXIMO PASSO DA REFORMA DA PREVIDENCIA

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
12/10/1998	OESP	QUANDO A NOVA REFORMA DA PREVIDENCIA DEVE SER PROMULGADA
12/10/1998	OESP	SERVIDOR PODERÁ TER UM SISTEMA PRIVADO
12/10/1998	OESP	PAGUE O INSS ATÉ QUINTA-FEIRA
15/10/1998	OESP	SANEAMENTO FISCAL DEPENDE DE PREVIDENCIA
23/10/1998	OESP	INSS ANUNCIA MEDIDAS PARA COBRAR DEVEDORES
28/10/1998	OESP	CALCULO DA APOSENTADORIA VAI MUDAR
28/10/1998	OESP	REPASSES CAUSAM DEFICIT NA PREVIDENCIA
29/10/1998	OESP	GASTOS COM INATIVOS DEVEM FICAR EM TORNO DE 12%
29/10/1998	OESP	AUMENTO DE CONTRIBUIÇÃO NÃO ATINGE MILITARES
29/10/1998	OESP	CORTES DE PROVENTOS REVOLTA SERVIDOR APOSENTADO
29/10/1998	OESP	PROJETO DEFINIRÁ CRIMES CONTRA A PREVIDENCIA
01/11/1998	OESP	VELLOSO DEFENDE REGRA ÚNICA PARA INATIVOS
02/11/1998	OESP	COMO PODEM SER AS PROXIMAS ETAPAS DO AJUSTE
02/11/1998	OESP	CAMARA VAI VOTAR ALTERAÇÕES NA APOSENTADORIA NA QUARTA
02/11/1998	OESP	NOVOS CALCULOS DE CONTRIBUIÇÃO E BENEFICIOS
03/11/1998	OESP	PREVIDENCIA E SETOR PÚBLICO
04/11/1998	OESP	FHC APERTA O CONGRESSO PARA APROVAR REAJUSTES
06/11/1998	OESP	NOVA PREVIDENCIA ABRE ESPAÇO PARA QUEDA DE JUROS
26/11/1998	OESP	REGRAS DE FUNDOS DE PENSÃO PODEM MUDAR
17/12/1998	OESP	DIREITO A PEDIDO DE RECESSÃO CESSA EM 5 ANOS
18/12/1998	OESP	ABRAPP PROPOE DEPOSITO DE FGTS EM FUNDO
21/12/1998	OESP	O QUE ESTÁ EM VIGOR DA REFORMA DA PREVIDENCIA
01/01/2003	OESP	PERSPECTIVAS PARA O DEFICIT DO INSS

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
03/01/2003	OESP	É PRECISO TRILHAR O CAMINHO DAS REFORMAS
10/01/2003	OESP	VGBL DEVE IMPULSIONAR A PREVIDENCIA ESSE ANO
12/01/2003	OESP	REVIRAVOLTA DE LULA NO TEMA DA PREVIDENCIA
13/01/2003	OESP	NOVAS REGRAS FACILITAM O ACESSO A APOSENTADORIA
14/01/2003	OESP	RECEITA LIMITA BENEFICIOS A FUNDOS DE PENSÃO
24/01/2003	OESP	SÓ CONTRIBUIÇÃO DE 60% SALVA A PREVIDENCIA
25/01/2003	OESP	ROMBO DA PREVIDENCIA CRESCE 32,4% E VAI PARA 17 BILHÕES
26/01/2003	OESP	A URGENCIA DA PREVIDENCIA
27/01/2003	OESP	SEGURO, PREVIDENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
31/01/2003	OESP	REFORMA COM MAPA
02/02/2003	OESP	A PREVIDENCIA DOS SERVIDORES
05/02/2003	OESP	PILOTOS TEM OUTRO PLANO DE CAPITALIZAÇÃO
10/02/2003	OESP	REFORMAS TERÃO MAIOR PESO EM DIALOGO COM O FMI
17/02/2003	OESP	FATOR PODERÁ DOBRAR BENEFICIO DO SERVIDOR
24/02/2003	OESP	APOSENTADO É DADO COMO MORTO PELO INSS
24/02/2003	OESP	CREDITO ESPECIAL PARA SEGURADOS NO BB E NA CAIXA
24/02/2003	OESP	SUL AMERICA LANÇA VGBL QUE NÃO COBRA TAXA DE CARREGAMENTO
26/02/2003	OESP	DEBATE DE PREVIDENCIA ELEVA VENDA DE PLANO ABERTO
06/03/2003	OESP	NOVOS FUNDOS DE PREVIDENCIA PRECISAM DE REGRAS CLARAS
01/07/2003	OESP	O CONGRESSO E AS REFORMAS
01/08/2016	OESP	REFORMA AFETARÁ MAIS QUEM TEM MENOS DE 50 ANOS
01/08/2016	OESP	POPULAÇÃO TERÁ MAIS IDOSOS
02/08/2016	OESP	AERONAUTICA É CONTRA UNIFICAÇÃO DA PREVIDENCIA
04/08/2016	OESP	MINISTRO DIZ SER CONTRA UNIFICAR PREVIDENCIA

Continuação

DATA	JORNAL	MATÉRIA
19/08/2016	OESP	PETROS COBRA R\$ 843 MI DA VALE FERTILIZANTES
21/08/2016	OESP	MAIS IDOSOS ESTÃO TRABALHANDO. MAS FAZENDO O QUE?
27/08/2016	OESP	FUNDOS DE PENSÃO PEDEM INDENIZAÇÃO DE R\$ 400 MILHÕES
03/09/2016	OESP	REFORMA VAI DOER QUE NEM INJEÇÃO, DIZ GEDDEL
06/09/2016	OESP	PROJETO PILOTO DO INSS REVERTE 50% DOS AUXÍLIOS POR DOENÇAS E INVALIDEZ
06/09/2016	OESP	DADOS REFORÇAM A NECESSIDADE URGENTE DA REFORMA DA PREVIDENCIA
10/09/2016	OESP	FUNDOS DE PENSÃO CONTRARIAM PRÁTICAS DE MERCADO NIOS APORTES EM EMPRESAS
11/09/2016	OESP	PERITO TERÁ BONUS SEM FAZER HORA EXTRA
11/09/2016	OESP	NAS AGENCIAS DO INSS, ESPERA E RECLAMAÇÃO
11/09/2016	OESP	GREVE DUROU 5 MESES
03/01/2017	OESP	O DESAFIO DE QUEM SE APOSENTA CEDO DEMAIS
03/01/2017	OESP	MAIA DEFENDE REFORMA DA PREVIDENCIA
06/01/2017	OESP	FUNCEF TEM ROMBO DE CERCA DE 3 BI E ESTUDA VENDER PARTICIPAÇÃO NA VALE
07/01/2017	OESP	PARTICIPANTES DA FUNCEF QUEREM PLEBICITO SOBRE A VALE
08/01/2017	OESP	IDADE MINIMA NO INSS DEVE REDUZIR DESIGUALDADES REGIONAIS
08/01/2017	OESP	PREVIDENCIA SÓ ESTÁ NO AZUL EM 60 CIDADES
10/01/2017	OESP	OS ERROS NA GESTÃO DA FUNCEF RECAIRÃO SOBRE OS PARTICIPANTES
22/01/2017	OESP	DIVIDA IMPENDE ACESSO A RECURSOS FEDERAIS
22/01/2017	OESP	SÓ PETROPOLIS DEVE R\$23 MI A PREVIDENCIA
22/01/2017	OESP	DEPUTADO DEFENDE PENTE-FINO EM ISENÇÕES DE TRIBUTOS EM INSS
22/01/2017	OESP	PREFEITURAS PODEM TER "TRAVA" A RECOLHIMENTO INFERIOR AO INFERIOR
25/01/2017	OESP	DEFESA REJEITA TETO DO INSS PARA MILITAR

Continuação

Conclusão

DATA	JORNAL	MATÉRIA
01/02/2017	OESP	APOSENTAR NUNCA MAIS
01/02/2017	OESP	COM ROMBO DO INSS, GOVERNO TEM MAIOR DEFICIT PRIMARIO DESDE 2001
01/05/2017	OESP	PREVIDENCIA VOLTA A SER DISCUTIDA
01/05/2017	OESP	CENTRAIS DISCUTEM OS PRÓXIMOS PASSOS PARA BARRAREM REFORMAS
01/07/2017	OESP	EXECUTIVOS DO SETOR FINANCEIRO DEFENDEM APROVAÇÃO DAS REFORMAS

Fonte: Dados da autora (2019)